

**MÁRCIA BOTELHO DE OLIVEIRA**

**ÍTALO-BRASILEIROS: HERANÇA E RELAÇÕES DE GÊNERO  
NA CAPITAL NACIONAL DO AGROTURISMO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

O48i  
2018  
Oliveira, Márcia Botelho de, 1984-  
Ítalo-brasileiros : herança e relações de gênero na capital  
nacional do agroturismo / Márcia Botelho de Oliveira. – Viçosa,  
MG, 2018.  
xiii, 232 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndice.

Orientador: Neuza Maria da Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 200-216.

1. Mulheres - Condições sociais. 2. Famílias rurais -  
Transferência. 3. Discriminação de sexo contra as mulheres.  
4. Herança e sucessão. 5. Agricultura familiar. I. Universidade  
Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica.  
Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 305.42

MÁRCIA BOTELHO DE OLIVEIRA

**ÍTALO-BRASILEIROS: HERANÇA E RELAÇÕES DE GÊNERO  
NA CAPITAL NACIONAL DO AGROTURISMO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

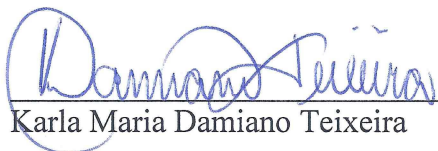
Aprovada: 13 de julho de 2018.



Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh



Odemir Vieira Baêta



Karla Maria Damiano Teixeira



Márcia Barroso Fontes



Neuza Maria da Silva  
(Orientadora)



Maria Carmen Aires Gomes  
(Coorientadora)

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu pai,  
pelo amor, paciência e apoio.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, José Regina, por todo o apoio ao longo desses quatro anos. Pelo amor e compreensão que me ajudaram a superar as dificuldades, pela paciência e o incentivo nos momentos mais duros.

À minha irmã, Kamilla, por alegrar a minha vida, me fazendo rir até quando as coisas não caminhavam conforme eu gostaria. Agradeço também por me dar três sobrinhos peludos que deixavam os momentos de leitura mais animados.

Ao meu cunhado, Vidigal, por todo o incentivo a pensar fora do mundo acadêmico e pelo ombro amigo nos momentos difíceis.

À Margareti e Paloma pela companhia e por deixarem a casa mais alegre.

Ao Armand pelo amor, pelas incontáveis risadas e por me esperar pacientemente.

À minha querida orientadora, Neuza, pelos conhecimentos e pela amizade. Agradeço também por toda a compreensão nos momentos em que eu pensei que não conseguiria continuar e ela me apoiou e confiou na minha capacidade. Nossa convivência que começou lá na iniciação científica durante a graduação, passou pelo mestrado e por fim chegou à conclusão do doutorado. Finalizar minha vida acadêmica tendo a professora Neuza ao meu lado é uma grande honra. Obrigada por tanta dedicação e por me passar não somente conhecimentos científicos, mas também valores que me acompanharão durante a vida inteira. Esse é o grande pesar de concluir o doutorado, a finalização da nossa parceria acadêmica.

À minha admirável coorientadora, Maria Carmen, primeiramente pela disposição por aceitar o convite para trabalhar conosco nesta pesquisa. Agradeço pela disponibilidade e coragem de encarar este desafio coorientando uma estudante de outra área. Obrigada por todo conhecimento e contribuição que foram imprescindíveis para a elaboração deste trabalho.

À Alexandra por toda a colaboração nas análises, pela disponibilidade de me conceder tantos encontros, pelas vezes que deixou de fazer coisas pessoais para me auxiliar e também por abrir as portas de sua casa para mim. A Gracielle pela ajuda e pela paciência nos momentos em que me desesperei com a ADC. Ao grupo de pesquisa AFECTO (Abordagens Faircloughianas para Estudos sobre Corpo/Discurso

Textualmente Orientados) coordenado pela professora Maria Carmen, pela acolhida e por toda a colaboração durante estes quatro anos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, principalmente Márcia Barroso Fontes e Karla Maria Damiano Teixeira pelas excelentes contribuições na defesa de projeto, qualificação e defesa final da tese.

Aos professores do Departamento de Economia Rural, principalmente Ana Louise de Carvalho Fiúza pela participação na banca de defesa de projeto.

Aos professores Mariana Ramalho Procópio Xavier, do Departamento de Comunicação Social, e Marcelo José Oliveira, do Departamento de Ciências Sociais, pela participação na banca de qualificação e pelo aporte teórico e metodológico oferecido.

À professora Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh por ter aceitado o convite para compor a banca de defesa e compartilhar conosco seus valiosos conhecimentos.

Ao professor Odemir Vieira Baêta, do Departamento de Letras, pela participação enriquecedora como debatedor do seminário de defesa de tese e como membro da banca de defesa.

Aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica, em especial ao Roberto pelas risadas constantes, à Fifi pelos beijos e abraços carinhosos e à Aloísia pela colaboração e paciência em solucionar as dúvidas frequentes.

A CAPES pela concessão da bolsa, pois sem esta não seria possível o desenvolvimento deste trabalho.

A todas as pessoas de Venda Nova do Imigrante que eu tive o prazer e a honra de conhecer. Pessoas que me transmitiram muito mais do que as respostas às minhas questões de entrevista. Mulheres que me mostraram como ser perseverante frente às pressões sociais. Agradeço especialmente à Lorrany pela recepção e por me abrigar nas primeiras noites ao chegar à Venda Nova do Imigrante. À família da Dona Elza e “seu” Vânio pela acolhida. À Mariana e ao Evandro pela amizade.

Por fim, agradeço aos psicólogos que me acompanharam durante esses quatro anos, Felipe, Bruna e Pedro, pois sem eles realmente eu não conseguiria ter finalizado o doutorado.

## ÍNDICE

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>x</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>xii</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.2. Problema.....	7
1.3. Justificativa.....	8
1.4. Objetivos .....	10
1.4.1. Objetivo geral .....	10
1.4.2. Objetivos específicos .....	10
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>12</b>
2.1. Transferências financeiras familiares .....	12
2.2. Abordagens utilizadas em estudos sobre transmissão de herança.....	17
2.3. As relações de gênero na partilha de herança.....	23
2.4. O campo urbanizado, as novas ruralidades e a pluriatividade.....	31
2.5. As atividades de agroturismo .....	36
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>42</b>
3.1. Local de estudo.....	43
3.2. Participantes do estudo .....	46
3.3. Procedimentos de geração de dados .....	47
3.3.1. Observação participante.....	49
3.3.2. Entrevista semiestruturada.....	51
3.4. Procedimentos de análise dos dados .....	53
3.4.1. Análise de Discurso Crítica (ADC) .....	53
3.4.2. Sistematização do corpus e ferramenta computacional .....	59
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>61</b>
4.1. O agroturismo em Venda Nova do Imigrante e suas protagonistas .....	62
4.2. Caracterização dos participantes .....	80
4.3. Caracterização das atividades de agroturismo desenvolvidas pelos participantes.....	91
4.3.1. A divisão do trabalho dentro da propriedade.....	93
4.4. Os impactos do agroturismo na vida dos participantes .....	98

4.5. Participação das mulheres no controle efetivo do patrimônio e nas decisões sobre os lucros do agroturismo .....	113
4.6. Participação das mulheres na posse legal do patrimônio em que residiam e desenvolviam as atividades de agroturismo .....	124
4.7. Recebimento de herança.....	131
4.7.1. Recebimento e expectativa de recebimento de herança.....	132
4.7.2. Tipificação das heranças recebidas.....	134
4.8. As práticas sociais adotadas no processo de transmissão de herança .....	137
4.8.1. Primeira Categoria Macrossemântica: Transmissão de herança e a questão do gênero.....	137
4.8.2. Segunda Categoria Macrossemântica: Conflitos familiares em função da transmissão de herança .....	163
4.8.3. Terceira Categoria Macrossemântica: Reflexões e mudanças da prática social .....	176
4.9. O agroturismo como fator de empoderamento feminino e de inclusão das mulheres no processo de partilha da herança .....	187
<b>5. CONCLUSÕES .....</b>	<b>194</b>
<b>6. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES .....</b>	<b>199</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>200</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>217</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>226</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo Tridimensional do Discurso .....	57
Figura 2 - Localização de Venda Nova do Imigrante no Espírito Santo .....	218
Figura 3 - Vista panorâmica de Venda Nova do Imigrante-ES .....	219
Figura 4 - Vista parcial de Venda Nova do Imigrante-ES .....	220
Figura 5 - Iniciando o tombo da polenta durante a Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante .....	221
Figura 6 - Tombo da polenta durante a Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante .....	222
Figura 7 - Apresentação de dança tradicionalmente italiana .....	223
Figura 8 - Procedimento da cura na fabricação do socol (no detalhe o socol fatiado) .	224
Figura 9 - Jogo de abertura do Campeonato de Bocha de Venda Nova do Imigrante de 2017.....	225

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Membros familiares envolvidos com o agroturismo e a origem do nome da propriedade e/ou da marca dos produtos. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	75
Tabela 2 - Membros familiares envolvidos com o agroturismo, responsável(is) pela recepção dos turistas e o(s) proprietário(s) legal(is) da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	80
Tabela 3 - Perfil sociodemográfico dos entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	83
Tabela 4 - Principal fonte de renda de mulheres e homens entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	85
Tabela 5 - Fonte de renda complementar de mulheres e homens entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	86
Tabela 6 - Valor total da renda mensal de mulheres e homens entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	87
Tabela 7 - Produção predominante das propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	91
Tabela 8 - Produção secundária das propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	92
Tabela 9 - Período de tempo de desenvolvimento de atividades de agroturismo das propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	92
Tabela 10 - Divisão das atividades de trabalho nas propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	94
Tabela 11 - Número de pessoas contratadas para trabalhar na propriedade e as atividades desenvolvidas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	97
Tabela 12 - Motivações que levaram os entrevistados a optar pelo desenvolvimento de atividades de agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	98
Tabela 13 - Melhorias percebidas pelos entrevistados após adoção do agroturismo (primeira opção citada). Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	102
Tabela 14 - Melhorias percebidas pelos entrevistados após adoção do agroturismo (segunda opção citada). Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	102
Tabela 15 - Mudanças provocadas pelo agroturismo nas atividades agrícolas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.....	104

Tabela 16 - Mudanças provocadas pelo agroturismo nas relações familiares e sociais. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	106
Tabela 17 - Pontos negativos que a implantação do agroturismo gerou. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	107
Tabela 18 - Mudanças na rotina dos entrevistados causadas pelo fluxo de turistas na propriedade. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	109
Tabela 19 - Mudanças no papel das mulheres na família depois da implantação do agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	110
Tabela 20 - Mudanças no papel das mulheres nas atividades agrícolas depois da implantação do agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	112
Tabela 21 - Opinião dos entrevistados sobre a participação das mulheres nas decisões sobre o uso da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	115
Tabela 22 – Participação das mulheres nas decisões sobre o uso da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	118
Tabela 23 - Participação das mulheres nas decisões sobre os lucros geradas com o agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	120
Tabela 24 - Insatisfação relacionada à responsabilidade, decisões e atividades desenvolvidas pelos participantes. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	122
Tabela 25 - Relação dos proprietários legais da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	124
Tabela 26 - Formas de aquisição da propriedade em que o entrevistado residia. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	128
Tabela 27 - Implicações sociais e culturais da posse da terra no próprio nome. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	130
Tabela 28 - Recebimento de herança. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	132
Tabela 29 - Parentesco entre os entrevistados e quem concedeu a herança. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	133
Tabela 30 - Bens herdados pelos entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017. ....	135

## RESUMO

OLIVEIRA, Márcia Botelho de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2018. **Ítalo-Brasileiros: Herança e Relações de Gênero na Capital Nacional do Agroturismo.** Orientadora: Neuza Maria da Silva. Coorientadora: Maria Carmen Aires Gomes.

Analisando o processo de transmissão de herança, percebe-se que tradicionalmente, entre agricultores familiares, a herança corresponde à terra e, em geral, é passada para um único filho homem que será o sucessor e assegurará a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar. Com isso, as mulheres, normalmente, são excluídas do processo de partilha da herança. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa constitui-se em analisar, por meio de uma perspectiva de relações de gênero, as representações de mulheres e homens ítalo-descendentes, envolvidos em atividades de agroturismo, sobre o processo de transferência de herança em suas respectivas famílias. O estudo foi realizado no município de Venda Nova do Imigrante que está situado na região serrana do Espírito Santo. Os participantes foram mulheres e homens ítalo-descendentes envolvidos em atividades de agroturismo. Optou-se por conjugar a observação participante e a entrevista como métodos de geração de dados. Assim, inicialmente foi realizada uma observação participante das atividades desenvolvidas na propriedade com o objetivo de conhecer um pouco da rotina dos participantes da pesquisa. Posteriormente, foram realizadas as entrevistas, sendo uma direcionada à pessoa que recebia os turistas e outra dirigida ao proprietário legal da terra. Para a análise dos dados gerados foi realizada uma análise descritiva e, em seguida, análise discursiva, que consistiu na realização de Análise de Discurso Crítica (ADC). Foram 19 propriedades participantes e 32 entrevistas realizadas, sendo 11 com pessoas responsáveis pela recepção do turista, 13 proprietários legais da terra e 8 pessoas que se enquadravam nas duas situações. Observou-se que a terra, muito além de possuir valor material, era valorizada como um bem associado à memória e ao sobrenome da família. O trabalho de recepcionar o turista era destinado às mulheres, enquanto os proprietários legais da terra, em sua maioria, eram homens. O perfil dos 32 entrevistados era de pessoas com idade entre 45 e 59 anos, casadas e com 2 ou 3 filhos. A produção predominante dos entrevistados se refere ao agroturismo, seguida das atividades agrícolas. O trabalho dentro da propriedade era dividido de acordo com o gênero, pois

as mulheres eram responsáveis pelo agroturismo, e os homens, pelas atividades agrícolas. Todos os homens entrevistados receberam herança dos respectivos pais assim como a maioria das mulheres. Todavia, todos os homens receberam a herança em forma de terras, já as mulheres receberam diversas variações de herança, entre elas uma máquina de costura e um enxoval. Assim, notou-se que os homens tinham prioridade na partilha da herança instrumental. Notou-se que a partilha e transmissão de herança é um processo permeado por contradições entre a situação ideal e a real, pois a herança deixa de ser uma prática jurídica e passa a ser construída por uma prática econômica baseada na tradição do direito adquirido por meio do trabalho na terra. Pautando-se na tradição sustentada pela moral patriarcal, mulheres e homens justificam e atenuam as desigualdades geradas pela partilha de herança desigualitária. Os conflitos são marcados pela tentativa das mulheres de transgredir a tradição e a imposição dos homens às práticas de partilha desigualitária. O agroturismo representa um fator de empoderamento feminino no sentido de proporcionar independência financeira, pois as mulheres geriam o empreendimento e controlavam os gastos e lucros gerados por esta atividade. Ademais, o agroturismo proporcionou reconhecimento social, respeito entre os familiares e a ampliação dos contatos sociais e amizades. Entretanto, o agroturismo não é um fator de inclusão das mulheres na partilha da herança. Esta inclusão depende de outros fatores relacionados ao valor simbólico da terra e ao direito adquirido. Neste estudo, percebeu-se que a família não atua como instância de redistribuição de renda e proteção de seus membros. Por meio de transferências de herança realizadas de forma desigual, sendo as mulheres preteridas em relação aos homens, as famílias não só deixavam de proteger todos seus membros e minimizar as condições precárias destes, como também reforçavam e aumentavam as desigualdades sociais entre eles. No município de Venda Nova do Imigrante as desigualdades promovidas pela distribuição de herança com base em tradições patriarcais determinaram a condição socioeconômica de várias gerações.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Márcia Botelho de, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2018. **Italian-Brazilians: Inheritance and Gender Relations in the National Capital of Agrotourism.** Adviser: Neuza Maria da Silva. Co-adviser: Maria Carmen Aires Gomes.

Inheritance transmission among family farmers usually considers the transmission of land, which is often passed to only one male child, who will be the successor and the one to ensure the continuity of the agriculture exploration and the maintenance of the family group. In such case, women are usually excluded from the process of inheritance sharing. The overall objective of this research was to analyze, through a perspective of gender relations, the representations of Italian-Brazilians, both women and men, involved with agrotourism on the process of inheritance transmission in their families. The study was carried out in Venda Nova do Imigrante, located in the mountain region of Espírito Santo. The participants were Brazilian women and men of Italian descent involved with agrotourism. The participant observation method was conjugated with interviews for data collection. A participant observation of the activities developed in the property was carried out with the objective of learning about the routine of the research participants, followed by the interviews. One type of interview was directed to the person who hosted the tourists, and another was directed to the legal landowner. For data analysis, a descriptive analysis was carried out, followed by a discursive analysis, which consisted of a Critical Speech Analysis (CSA). There were 19 participant properties and 32 interviews were carried out, with 11 people responsible for hosting the tourists, 13 legal landowners and 8 people that fit both situations. It was observed that the land was considered an asset associated to the family's memory and name, much more than just for its material value. The activity of hosting the tourists was destined to the women, whereas the legal landowners were mostly men. The 32 interviewees were people between 45 and 59 years old, married, with 2 or 3 children. The predominant production of the interviewees is agrotourism, followed by agriculture. The labor within the property was divided according to the gender: women were responsible for agrotourism and men were responsible for agriculture. All interviewed men received inheritance from their parents, as well as most of the women. However, all men inherited land, whereas women received different variations of inheritance, such as a sewing machine and household items. Also, men had priority in the sharing of

instrumental items. The sharing and transmission of inheritance is a process surrounded by contradictions between the ideal and the real situation, since it is not simply considered a legal matter, but it is constructed by an economic practice based on the tradition of the vested right, given by the labor in the land. Considering the tradition supported by the patriarchal morality, women and men justify and attenuate the inequalities generated by the unequal sharing of inheritance. The conflicts are marked by the attempt of women to transgress the tradition and imposition of men to the practices of unequal sharing. The agrotourism represents a factor of female empowerment and a way to provide financial independence, since women are managing the activity and controlling its expenses and profits. In addition, the agrotourism provided social recognition, respect among family members and increase in social contact and friendship. However, agrotourism is not a factor of inclusion of women in the process of inheritance sharing. This inclusion depends on other factors related to the symbolic value of the land and also the vested right. This study showed that the family does not act as an instance of income distribution and protection of its members. By unequally transferring inheritance, with women depreciated with respect to men, families not only do not protect all of its members and minimize their precarious conditions, but also reinforce and increase the inequalities among them. In Venda Nova do Imigrante, the inequalities promoted by the distribution of inheritance based on patriarchal traditions determined the socioeconomic condition of several generations.

## 1. INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa nasceu quando finalizei minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. No desenvolvimento da pesquisa sobre transferências de recursos entre gerações, observaram-se as diversas formas de ajuda financeira oferecidas por idosos aos seus filhos adultos e a necessidade destes idosos de garantir estabilidade econômica para eles. Ao fim da pesquisa, surgiram reflexões sobre a situação dos filhos após a morte dos pais idosos. Considerando as preocupações destes quanto à necessidade de amparar os filhos financeiramente, emergiram questionamentos sobre a transferência de herança.

A herança juntamente com as doações entre vivos (doações ao longo da vida) representam um sistema de transferências de propriedade intergeracionais dentre os quais os mecanismos de distribuição entre descendentes desempenham um importante papel. A distribuição da herança entre descendentes pode ser realizada por meio da divisão igual entre todos ou entre descendentes de um sexo<sup>1</sup> preferido (divisibilidade) ou como sistema de preferência de acordo com a ordem de nascimento (indivisibilidade) (NAUCK, 2010).

Segundo o Código Civil Brasileiro, Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, os filhos concebidos dentro ou fora do casamento e os adotivos têm os mesmos

---

<sup>1</sup> Utilizou-se o termo “sexo” por se tratar do termo utilizado pelo autor, entretanto mesmo ao usar “sexo”, o autor refere-se a “gênero”. Por se tratar de uma tradução, essa divergência de conceitos pode ser um equívoco do autor ou da própria tradução.

direitos e entram em igualdade de condições no que se refere à herança (BRASIL, 2002). Entretanto, as regras baseadas em costumes familiares não reconhecem os mesmos direitos para todos os filhos.

Considerando a família como um sujeito coletivo, a propriedade familiar não pertence a um membro, mas sim ao coletivo. Entretanto não se trata de um coletivo existente somente no presente, refere-se aos integrantes que já morreram e, principalmente, aos que ainda não nasceram. Por isso, cabe à pessoa de referência da família, geralmente o pai, a responsabilidade por manter o grupo familiar e a propriedade coletiva, preservando-a para repassá-la às gerações seguintes. Para tanto, diferentes práticas são adotadas, e cada família experimenta mais ou menos conflitos dependendo da inserção nos costumes que estabelecem uma hierarquia familiar. Essa hierarquia produz e mantém relações desiguais entre os membros e, principalmente, entre os gêneros, distinguindo diferentes direitos e deveres para mulheres e homens.

Neste momento, faz-se necessário apresentar dois conceitos: costumes e práticas sociais. De acordo com Weber (1999), pode-se chamar de “costume” a prática que se baseia no hábito inveterado, encontrando-se em contraposição à “convenção” e ao “direito”, uma norma não garantida externamente e na qual as pessoas podem se apoiar de maneira irrefletida ou por comodidade. A estabilidade do costume baseia-se na circunstância de que aqueles que não orientam suas ações por ele agem de maneira “imprópria”, enquanto a maioria das pessoas do seu círculo social por ele se orienta.

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), as práticas sociais estão relacionadas a fatores socioculturais que podem perpetuar as relações de poder e hegemonia. Por isso, práticas sociais podem ser entendidas como:

[...] modos habitualizados, ligados a tempos e espaços particulares, em que as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir conjuntamente no mundo. Práticas são constituídas ao longo de toda a vida social – em domínios especializados da economia e da política, por exemplo, mas também no domínio da cultura, incluindo a vida cotidiana (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Então, baseando-se nos costumes e ignorando a legislação, a família, atuando como um sujeito coletivo, se firma como ser superior aos interesses individuais de cada membro. Carneiro (2001) aponta que dessa forma as regras de transmissão de herança ganham legitimidade social, e a família se impõe como uma entidade supra-

jurídica cujas regras internas (do mundo privado) são consideradas particulares, não se submetendo às determinações da justiça oficial (mundo exterior). Assim, o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem e são reconhecidos como membros deste grupo.

De acordo com diversos estudos teórico-empíricos, como os realizados por Woortmann (1995), Carneiro (2001), Teixeira (2008), Spanevello e Lago (2008) e Schwartz e Salamoni (2009) percebe-se que as formas de transmissão de herança são influenciadas pelo contexto em que as famílias estão inseridas, seja ele econômico, geográfico, histórico ou cultural. Desse modo, muitos costumes sustentam as lógicas da transmissão de herança e, por isso, não é possível explicá-las e discuti-las apenas do ponto de vista da jurisprudência.

Segundo Nauck (2010), uma importante característica que diz respeito à organização das relações de parentesco, especificamente se estas são organizadas unilinearmente ou bilinearmente não deve ser negligenciada, pois a institucionalização da descendência apresenta influência direta na transmissão da herança. Em sociedades patrilineares, o fluxo da riqueza intergeracional, inclusive a herança, ocorre somente entre membros masculinos do sistema de parentesco. Para as mulheres, a transferência é associada ao casamento delas, ocasião em que elas deixam seus parentes de origem e podem ser acompanhadas por um dote. Já os sistemas de parentesco bilineares proporcionam mais igualdade a ambas as linhas de descendência, pois não precisam de regras de inclusão, porque as linhagens da descendência não são abandonadas e, desta forma, os descendentes de ambos os sexos<sup>2</sup> não perdem direitos à herança.

Estudos comparativos realizados por Woortmann (1995) mostram a existência de diversas tradições de transmissão de herança na Europa, entre as quais duas se destacam. A primeira é a partilha igualitária, isto é, todas as pessoas recebem uma parte igual do patrimônio, seja ela em dinheiro, terra ou outra forma. Essa tradição é comum em países como Normandia, Escandinávia e partes da Alemanha. A segunda tradição é a transmissão indivisa, ou seja, apenas um filho é escolhido como herdeiro/sucessor, ficando o restante com uma parte insignificante ou sem absolutamente nada. Esta prática é usual no Sul da França, Áustria, partes da

---

<sup>2</sup> Ibidem nota de rodapé 1.

Alemanha e Itália. A partir do século XVIII, e principalmente no século XIX, apesar de terem ocorrido pressões sociais para que a transmissão da herança fosse praticada de maneira igualitária, boa parte dos camponeses dos países citados continuaram a transmitir o patrimônio para um herdeiro apenas.

Esse costume de transmissão da herança indivisa descrita por Woortmann (1995) foi trazida para o Brasil no final do século XIX e início do século XX pelo movimento migratório de alemães e italianos que se fixaram principalmente na região Sul. Muitos pesquisadores dedicam-se a estudos sobre a tradição de transmissão da herança indivisa, realizando comparações entre diferentes localidades brasileiras, principalmente na região Sul, debatendo as práticas sociais e as consequências destas para os membros da família.

Abordar o tema “transmissão de herança” envolve temáticas relacionadas a conflitos familiares, pois as práticas de partilha da propriedade nem sempre ocorrem de forma harmônica e livre de tensões. Em geral, provocam conflitos e mudanças nas relações entre os membros da família, principalmente, quando se evidencia a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. De acordo com Drake e Lawrence (2000) a igualdade é o princípio de partilha mais adotado pelos doadores, especialmente quando estes não possuem informações sobre a situação financeira dos herdeiros. Entretanto os doadores utilizam outras estratégias, em alguns casos contrariando a igualdade, como a reciprocidade ou uma compensação para suprir as necessidades econômicas específicas de um herdeiro. Nessa mesma perspectiva Laurence e Goodnow (2011) mostram que o ponto de partida geral para a distribuição da herança é tratar os filhos igualmente, porém esta afirmação é mais presente na intenção dos doadores, pois na prática, existem diversas outras formas de partilha.

No horizonte das escolhas de pais e filhos(as) quanto às estratégias de futuro cruzam-se diferentes perspectivas que, muitas vezes, convertem-se em tensões, principalmente no âmbito da agricultura familiar. Com relação a essas tensões, destacam-se as diferentes concepções entre homens e mulheres, sendo as mulheres mais prejudicadas, pois são escassas as motivações para que estas permaneçam na agricultura diante da ampla tendência à exclusão da herança da propriedade, bem como a pouca valorização dos seus esforços produtivos vivenciada pelas sucessivas gerações de mulheres (STROPASOLAS, 2011).

As estratégias de transmissão descritas em pesquisas empíricas são diversas, contudo possuem uma semelhança entre si, pois estão associadas à sobrevivência do sistema e à história familiar, e em particular relacionadas à satisfação das necessidades dos herdeiros e à garantia da harmonia das relações familiares. Além disso, a transmissão da herança tem outras implicações relacionais e familiares como, por exemplo, o doador assume-se frequentemente como guardião das relações familiares, usando a herança para proteger a harmonia das relações familiares, compensar ajudas anteriores dos filhos cuidadores ou ajudar os filhos mais necessitados (DRAKE; LAWRENCE, 2000).

Obviamente em consequência das estratégias adotadas pelos doadores, mesmo que praticadas com o objetivo de manter a harmonia familiar, não são raros os casos de conflitos. Por isso pesquisar sobre “transmissão de herança” também é tratar de outras questões que perpassam as relações familiares, como, por exemplo, processo sucessório, divisão de bens e terras, estratégias de casamento e desigualdades nas relações de gênero.

Nauck (2010) classifica a herança em dois grandes grupos, a saber: herança instrumental, que compreende a terra e a casa, e herança expressiva, que se refere às posses pessoais (carro ou móveis) e objetos simbólicos, como, por exemplo, uma foto. Em grupos que se caracterizam pelo trabalho agrícola, a principal herança pode ser classificada como instrumental, pois basicamente se refere à terra. Vale destacar que a herança unilinear tem grande importância na transmissão de fatores de produção instrumentais tais como terra e casa, quando os recursos são escassos. Já heranças expressivas são um importante mecanismo nos sistemas bilineares de parentesco, uma vez que elas simbolizam laços pessoais entre parentes.

Em se tratando especificamente da terra recebida na forma de herança, esta pode representar uma propriedade econômica e/ou simbólica. Propriedade econômica refere-se ao valor econômico/financeiro da terra, valor este que pode variar de acordo com o tamanho da propriedade, relevo, localização, presença ou não de córregos, nascentes ou rios, entre outros aspectos. Para Tresmann (2005) propriedade simbólica remete ao valor simbólico da terra, ou seja, sua representação da possibilidade de sobreviver, de permanecer e pertencer ao território, mantendo seu modo de vida e produzindo os meios de sua sobrevivência. Segundo este mesmo autor, isso se deve ao fato de que as pessoas ligadas ao trabalho agrícola e ao rural

racionam com uma lógica diferente das pessoas da cidade, pois vivem dos produtos da terra e por isso são muito ligados a ela. Assim, na concepção de Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), a terra pode ser compreendida até como uma construtora de identidade, em virtude da relevância da natureza simbólica dessa ligação entre os agricultores e a terra. Por isso, em alguns casos o valor simbólico da terra supera em importância seu valor econômico. Todavia, de acordo com Woortmann (1995), não é qualquer terra que possui valor simbólico, mas aquela que se pode chamar de “terra ancestral”. Enquanto outras terras podem ser vendidas, a terra com valor simbólico deve “permanecer na família”.

Percebe-se que ao se tratar de transmissão de herança entre agricultores, nos casos em que não existe a presença de valor simbólico, a partilha da herança tende a ser igualitária entre os filhos, pois a terra é vista apenas como bem financeiro. Já na situação em que o valor simbólico excede o valor econômico, a transmissão tende a ser indivisa e o filho sucessor tende a ficar com a terra em sua totalidade, apesar de esta não lhe pertencer propriamente, uma vez que a terra é um patrimônio coletivo (CARNEIRO, 2001).

Desse modo, a terra (como propriedade familiar de grande valor simbólico e patrimônio de uma descendência) pertencente à família deve ser preservada e repassada às gerações seguintes. Esta prática de preservação corresponde aos cuidados e conservação da terra fértil e produtiva, dando continuidade à exploração agrícola pelas futuras gerações, e à manutenção do grupo familiar, focando na produção e reprodução social das famílias. Assim, a partilha da herança está estreitamente ligada a estas práticas de preservação do patrimônio e a manutenção da terra “dentro da família”.

Estudar esta temática implica não somente abordar o processo de transferência patrimonial familiar e a retirada das gerações mais idosas do gerenciamento da propriedade agrícola, mas também incorporar na análise as redefinições que estão em curso, sobretudo nas gerações mais jovens, no que diz respeito ao lugar e ao papel ocupado por quem exerce a profissão de agricultor(a) na família, no campo e na sociedade. Ou seja, trata-se de uma problemática social que envolve um sistema cultural com raízes históricas continuamente reproduzido e redefinido pelos diversos segmentos da agricultura familiar (STROPASOLAS, 2011).

## 1.2. Problema

Analisando o processo de transmissão de herança, percebe-se que tradicionalmente, entre agricultores familiares, a herança corresponde à terra e, em geral, é passada para um único filho homem que será o sucessor e assegurará a continuidade da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar (CARNEIRO, 2001; FIÚZA et al., 2010). Assim, as mulheres, normalmente, não entram no processo de transmissão da herança, pois se casarão e constituirão uma nova família. Mesmo nos casos de partilha por inventário, a parte das herdeiras costuma ser repassada para um dos irmãos por meio de uma negociação com o valor muito abaixo do valor de mercado (SCHWARTZ; SALAMONI, 2009).

De acordo com estes estudos, pode-se perceber que, por se tratar de propriedades de terra relativamente pequenas, a divisão somente entre os homens seria uma alternativa para que os herdeiros tivessem condições de continuar sobrevivendo da produção da terra. Esta lógica pode ser considerada igualitária, pois as mulheres casam-se com homens que receberam herança de suas famílias. Assim, a terra é repartida em menor número de partes e todos usufruem da herança, seja ela repassada pelos pais ou pelos sogros. Porém, esta lógica de partilha situa as mulheres numa posição de grande desvantagem, retirando a independência e a autonomia, pois para ter acesso a terra as mulheres necessitariam se casar. Mas, mesmo ao se casarem, estes estudos mostram que elas não são proprietárias legais, uma vez que a terra, herdada pelo marido, continua legalmente em posse dele. Devido a esta desvantagem, Carneiro (2001) aponta que nos últimos anos da década de 1990 têm sido observados questionamentos e lutas contra essa partilha pautada no gênero, principalmente pelas gerações mais novas e pelas mulheres.

Devido à grande presença de teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros na região Sul do Brasil e por estes conservarem as tradições trazidas pelos antepassados oriundos da Alemanha e Itália, a grande maioria das pesquisas que tratam de herança e desigualdade nas relações de gênero são desenvolvidas nessa região. Entretanto um pequeno município capixaba, que é a segunda maior colônia de imigrantes italianos do Brasil, parece passar despercebido aos olhos dos pesquisadores. Este município é Venda Nova do Imigrante-ES onde, assim como os ítalo-brasileiros sulistas, os moradores conservam certos costumes em relação à gastronomia, às festas populares

trazidas pelos imigrantes italianos e à partilha da herança. Além dessas semelhanças, este município capixaba possui uma intensa atividade de agroturismo, conferindo características diferenciadas às encontradas na região sul brasileira. Diante disso, pretende-se com o presente trabalho aprofundar os estudos sobre transmissão de herança dentro da perspectiva de relações de gênero, buscando discutir tal temática a partir de uma análise do referido grupo, ainda pouco estudado, localizado em Venda Nova do Imigrante-ES.

Considerando as prerrogativas apresentadas até o momento, este estudo busca responder às seguintes questões: as relações de gênero influenciam a transmissão de herança entre ítalo-brasileiros envolvidos com atividades de agroturismo? A atividade de agroturismo confere à mulher maior empoderamento, capaz de modificar a perspectiva cultural em torno da herança? O envolvimento em atividades de agroturismo confere à mulher maior poder de barganha na administração da propriedade?

### **1.3. Justificativa**

A herança de pais para filhos é uma forma de transferência de recursos familiares entre gerações. Portanto, esta afetará o nível de bem-estar econômico daqueles que a recebem. Bryant (1992) afirma que de acordo com a hipótese da Renda Permanente as pessoas regulam seu comportamento de consumo pelas oportunidades permanentes representadas pelo total de seus recursos disponíveis ao longo da vida e não apenas por sua renda corrente. Ou seja, as decisões de consumo e poupança dos indivíduos/famílias dependem não apenas de sua renda corrente, mas do patrimônio que acumularam e do que esperam receber. Considerando que a herança faz parte desse patrimônio, aqueles que a recebem obviamente são beneficiados com um incremento em seus recursos, aumentando, assim, as possibilidades de alcançar um nível mais alto de bem-estar econômico (BRYANT, 1992).

A posse e o controle efetivo do patrimônio incluem o domínio sobre as decisões referentes a como este será utilizado e sobre os benefícios que serão produzidos. Portanto, isso também inclui o controle sobre a renda gerada com a

utilização do patrimônio, seja esta renda referente a venda de alimentos produzidos na terra, aluguel de imóveis, entre outros benefícios que podem ser gerados (DEERE, LÉON, 2002). Sendo assim, considerando que as mulheres em algumas culturas são excluídas da partilha da herança, estas se encontram com menores possibilidades de melhorar seu nível de bem-estar econômico. Segundo Deere e Léon (2002; 2003) embora existam alguns casos em que as mulheres podem herdar e possuir o patrimônio em seu nome, na América Latina, quando isso acontece, elas não têm controle efetivo sobre o mesmo, pois este é incorporado ao patrimônio familiar, administrado pelo homem chefe da família. Por isso, é importante investigar se além da posse, as mulheres envolvidas nas atividades de agroturismo possuem controle efetivo do patrimônio e das decisões referente a ele.

Esta proposta é relativamente original, pois apesar de Carneiro (2001) e Woortmann (1995) já terem abordado algumas questões que foram discutidas neste trabalho, acredita-se que a inserção de novos fatores como os que são propostos na presente pesquisa serão capazes de ampliar o conhecimento teórico sobre esta temática. Um dos fatores que torna esta pesquisa original é a proposta de realizá-la em grupo de agricultores ítalo-descendentes com características aparentemente semelhantes às encontradas na região Sul, porém que se localizam no estado do Espírito Santo. A realização da pesquisa em outra região pode favorecer ao desvelamento de novas características e práticas de partilha de herança não apresentadas na região Sul.

Outro fator importante é a atuação dos ítalo-descendentes capixabas em atividades de agroturismo e a presença de mulheres à frente deste trabalho. Apesar de estas encontrarem-se à frente das atividades de agroturismo, é interessante investigar a efetiva participação feminina na posse, controle e processos decisórios relativos ao patrimônio, pois estar à frente do agroturismo não significa automaticamente igualdade de gênero com relação à distribuição da herança e, conseqüentemente, obtenção de um nível mais alto de bem-estar econômico.

Espera-se que o desenvolvimento desta pesquisa possa contribuir para melhorar a compreensão a respeito das estratégias adotadas pelas famílias para estabelecer a partilha da herança e como homens e mulheres se submetem e/ou atuam para modificar e/ou perpetuar os costumes de partilha da terra.

Aspira-se ainda a contribuir para que a comunidade acadêmica e os movimentos feministas possam enxergar novas perspectivas de estudo, debates e lutas sociais. A relação de propriedade/patrimônio e gênero merece destaque, pois a posse da terra pela mulher é fundamental para modificar as relações de gênero e oferecer subsídios para que seja possível alcançar o fim da subordinação da mulher ao homem, seja ele pai, irmão, marido ou filho.

## **1.4. Objetivos**

### **1.4.1. Objetivo geral**

O objetivo geral desta pesquisa constitui-se em analisar, por meio de uma perspectiva de relações de gênero, as representações de mulheres e homens ítalo-descendentes, envolvidos em atividades de agroturismo, sobre o processo de transferência de herança em suas respectivas famílias.

### **1.4.2. Objetivos específicos**

Especificamente pretende-se:

- Identificar o perfil demográfico e socioeconômico dos ítalo-brasileiros envolvidos em atividades de agroturismo;
- Elencar e caracterizar as atividades de agroturismo desenvolvidas pelas famílias;
- Investigar o impacto do agroturismo na vida dos(as) participantes;
- Verificar a participação das mulheres no controle efetivo do patrimônio e na participação nas decisões referentes à utilização do patrimônio herdado e os lucros gerados a partir deste;
- Verificar a participação das mulheres na posse legal do patrimônio em que residiam e desenvolviam as atividades de agroturismo;
- Verificar o recebimento e/ou a expectativa de recebimento de herança pelos(as) entrevistados(as);

- Identificar a origem e a tipificação da herança (instrumental e expressiva);
- Investigar e analisar discursivamente as práticas sociais adotadas no processo de transmissão de herança;
- Analisar discursivamente a contribuição do agroturismo como fator de empoderamento feminino e de inclusão das mulheres no processo de partilha da herança.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

A revisão de literatura referente aos objetivos do presente trabalho abrange cinco tópicos. O primeiro constitui-se das discussões sobre as transferências financeiras familiares e o segundo se refere às abordagens utilizadas em estudos sobre transmissão de herança. No terceiro tópico é dado destaque às relações de gênero no processo de partilha de herança. Em seguida, o quarto tópico, refere-se ao campo urbanizado, às novas ruralidades e à pluriatividade. Por último, o quinto tópico dedica-se às atividades de agroturismo.

### **2.1. Transferências financeiras familiares**

Entende-se por transferências o ato ou efeito de transferir recursos em forma de bens e serviços, que se reverte em ajuda, monetária ou não, para as famílias ou as pessoas. As transferências de recursos podem ser públicas ou privadas. As públicas (rede de apoio formal) são realizadas por instituições públicas, em especial pelo governo. Como exemplo de recursos advindos do governo, pode-se citar os Programas de Previdência Social, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Já as transferências privadas são oferecidas pelas famílias, caracterizando um apoio informal, e possuem duas subcategorias: transferências entre vivos e herança. As transferências entre vivos referem-se à transmissão de dinheiro, de bens e de serviços entre pessoas vivas. Por herança compreende-se a

transmissão de propriedade financeira ou de outra natureza, para outras pessoas, após a morte de alguém (SILVA, 1994).

As transferências privadas podem ocorrer entre pessoas pertencentes à mesma geração, sendo denominadas transferências intrageracionais. Ou podem se dar entre pessoas de diferentes gerações, por exemplo, entre pais e filhos, nesse caso são chamadas de intergeracionais. Ambos os tipos de transferências podem ser feitas por meio de heranças ou por meio de transferências entre vivos (SILVA, 1994).

A família tem sido considerada a ferramenta de redistribuição de renda mais importante tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos, uma vez que as transferências ou ajudas entre familiares são estratégias utilizadas pela população, com baixo ou sem rendimento, para sobrevivência em caso de dificuldades. Assim, a família atua como instância de redistribuição e proteção de seus membros, buscando minimizar as condições precárias. A família opera como uma fonte de financiamento contra a vulnerabilidade social e, na ausência de políticas explícitas de apoio, surgem comportamentos a fim de modificar situações economicamente difíceis (ARRIAGADA, 2007).

Apesar deste aspecto positivo, muitos conflitos giram em torno de transferências intergeracionais, relacionados, por exemplo, às ajudas consideradas desiguais, ausência de reembolso, desigualdade nas relações de gêneros, entre outros. Goldani (2004) apresenta um panorama a respeito da percepção do conflito intergeracional entre os grupos etários, bem como entre os membros da família. A raiz destes conflitos também pode estar associada a inseguranças maiores, resultantes das transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil. Grupos de trabalhadores que enfrentam elevados riscos de desemprego, famílias com crianças apresentam crescentes níveis de vulnerabilidade, os sistemas de aposentadorias e pensões públicas sofreram cortes e as desigualdades de renda permanecem inalteradas. Tudo isso aumenta as preocupações com a questão da justiça social entre as gerações.

Especificamente sobre herança, os conflitos estão associados aos significados e valores familiares, os quais mantêm uma relação com o contexto social e cultural e com a história de cada família. Assim, conhecer valores e significados que doadores e herdeiros detêm, tais como igualdade e justiça, pode ajudar a pesquisar, analisar e discutir assuntos relacionados a estes conflitos (PATRÃO; SOUZA, 2010).

Realizando um apanhado histórico, constata-se que antes do Código Civil de 1916 o direito hereditário dispunha de apenas dois requisitos: primogenitura e varania. Sendo assim, o primeiro filho homem herdaria todos os bens do pai de maneira indivisa. Essa prática vem do direito romano que influenciou o direito italiano e português, e, conseqüentemente, o brasileiro. A partir do Código Civil de 1916 foi alcançado o primeiro passo da igualdade entre filhos biológicos e legítimos, ou seja, caem por terra os dois requisitos anteriores (primogenitura e varania). Apesar de estabelecer igualdade entre filhos do sexo<sup>3</sup> masculino e feminino, o Código Civil de 1916 ainda fazia diferença entre filhos adotivos e biológicos. Já a Constituição de 1988, além de manter a igualdade entre filhos e filhas, põe fim à adjetivação dos filhos, pois proíbe a utilização de termos como legítimo, bastardo, adotivo, entre outros que possam diferenciá-los. Assim, perante a lei todos os filhos possuem plena igualdade de direitos na partilha da herança (RODRIGUES, 2003).

Quanto ao conceito, herança constitui-se de um conjunto de bens móveis e imóveis de uma pessoa falecida (RODRIGUES, 2003). Sendo assim, herança pressupõe morte. Entretanto, neste presente trabalho, encontra-se o que se denomina “antecipação de herança”, pois se trata de casos de partilha de bens que as pessoas realizam em vida. Por outro lado, o direito contratual aponta que o repasse de bens entre pessoas é considerado “transferência entre vivos”.

Analisando juridicamente, a questão abordada neste trabalho encontra-se numa interseção do direito hereditário e o direito contratual. Porém, esse repasse de bens realizado pelos pais beneficiando os filhos não poderia ser denominado “doações entre vivos” (direito contratual) devido ao fato de que os pais realizam a partilha de todo o patrimônio ao chegar à velhice, ou seja, por volta dos 60 anos. Essa partilha também é realizada somente entre os filhos, ou seja, os futuros herdeiros daquele patrimônio.

Outro fator que deve ser considerado quanto à escolha da nomenclatura é a utilização do termo “herança” por parte dos próprios entrevistados. Por se tratar de uma pesquisa dentro do âmbito das ciências sociais aplicadas, a terminologia utilizada pelos participantes do estudo tem grande relevância para a discussão dos

---

<sup>3</sup> Ibidem nota de rodapé 1.

resultados. Sendo assim, no presente trabalho essa transferência de bens de pais para filhos foi denominada herança.

Dentro da abordagem da antropologia cultural, a herança sempre teve grande importância teórica, pois foi o principal meio de identificar as transferências intergeracionais e desigualdade social, particularmente no caso de sociedades agrícolas onde o modo de produção é baseado na propriedade da terra; as regras baseadas na linhagem para transmissão da herança; e a distinção entre os sistemas de parentesco unilinear e bilinear. Essa distinção se refere ao processo de transferência de propriedade patrilinearmente (seguindo a linha masculina) ou matrilinearmente (seguindo a linha feminina). Já no sistema de parentesco bilinear há maior igualdade entre ambas as linhas de descendência (NAUCK, 2010).

Neste contexto Nauck (2010) questiona se uma variação no padrão de casamento, baseado em descendência unilinear (patrilinear) ou a poligamia estaria relacionado a um regime de herança diferente, resultando em um diferente padrão de comportamento em relação à herança. Este argumento encontra suporte também nas diferenças fundamentais nas transferências entre vivos, pois embora muitas pesquisas tenham mostrado que em sociedades da Europa Ocidental as transferências intergeracionais são realizadas, em sua maioria, das gerações mais velhas para as mais novas, estudos elaborados em sociedades da Ásia e África revelaram que o fluxo intergeracional segue a direção contrária, da geração mais jovem para a mais velha.

Nauck (2010) realizou uma pesquisa sobre transmissão de herança nos seguintes países: Alemanha, Rússia, Palestina, Turquia, Índia, Indonésia e Estados Unidos. Por se tratarem de sociedades que se diferem em dimensões importantes da organização institucional de relações intergeracionais, diferentes tipos de alocação de propriedade e transferências intergeracionais foram nelas encontrados. Segundo os resultados da pesquisa de Nauck (2010), a maioria das mulheres dos Estados Unidos e Alemanha tinham expectativa de receber herança de sua família de origem e dos sogros, caracterizando uma relação de parentesco bilinear. Entretanto, raras eram as mulheres chinesas, palestinas e indianas que se encontravam na mesma situação, pois, devido ao padrão patrilinear, a maioria das expectativas de herança destas mulheres estava sendo dirigida aos sogros.

Este autor também revela uma clara distinção entre sociedades com uma prevalência de herança instrumental versus herança expressiva. Embora nos Estados Unidos e na Alemanha as formas expressivas de herança sejam prevalentes, todas as outras sociedades mostram uma tendência clara em direção à herança instrumental. A herança expressiva matrilinear é maior do que a herança instrumental matrilinear na maioria das sociedades patrilineares (Índia e China). Esta é mais uma indicação de que os laços emocionais da mulher com sua família de origem são mantidos nas sociedades patrilineares e encontram uma forma específica de expressão simbólica (NAUCK, 2010).

Conforme descrito anteriormente por Woortmann (1995), as práticas de transmissão de herança adotadas no Brasil sofreram grande influência do movimento imigratório italiano que aconteceu no final do século XIX e início do século XX. Buscando ampliar o entendimento a respeito dessa influência social, bem como mostrar aspectos legais, faz-se necessária a apresentação de alguns pontos relativos à legislação italiana. Lara (2012), ao estudar sobre o direito sucessório italiano, mostra que, na origem, o Direito das Sucessões não possuía um caráter patrimonial, mas sim doméstico. A autora explica que a sucessão hereditária italiana não se trata de uma sucessão com relação ao patrimônio, mas uma sucessão em uma qualidade pessoal, na qualidade de chefe da família. Acredita-se que esta situação descrita por Lara (2012) conjuga-se ao conceito da família como sujeito coletivo, na qual a propriedade familiar não pertence a um membro, mas sim ao coletivo. Assim, a sucessão não é somente receber o patrimônio, mas ocupar o status de chefe de família que tem o dever de zelar pela manutenção do patrimônio para repassá-lo para as futuras gerações.

Lara (2012) também destaca a influência que a igreja católica possui na Itália, que foi berço para o seu nascimento e que ainda conserva cerca de 90% da população adepta da religião católica. Nesse contexto sócio-jurídico, o Direito Sucessório italiano vem sofrendo várias alterações interpretativas, pois o Código Civil italiano é de 1942 e ainda está distante de atender as demandas sociais.

Na finalização do trabalho, Lara (2012) aponta “a preocupação dos italianos na continuidade das relações jurídicas estabelecidas pelo *de cuius*, que é o cerne do Direito Sucessório, bem como a exaltação da soberania doméstica, ou seja, a perpetuação do patrimônio no seio familiar”. Por meio dessa citação pode-se notar a

semelhança entre as aspirações dos italianos e dos descendentes de imigrantes italianos no Brasil, pois para ambos existe a preocupação com relação à manutenção do patrimônio e a permanência deste na família. Esse desejo representa um dos motivos para a conservação do costume de transmissão de herança indivisa.

Apesar de algumas semelhanças, o direito sucessório italiano também apresenta diferenças em relação à legislação brasileira e a maior discrepância está relacionada aos filhos. Como dito anteriormente, no Brasil, desde a Constituição de 1988, eliminou-se a adjetivação dos filhos, ou seja, é proibida a utilização de termos como legítimo, bastardo, adotivo, entre outros que possam diferenciá-los. Assim, perante a lei todos os filhos possuem plena igualdade de direitos na partilha da herança (RODRIGUES, 2003). Já na Itália, prevalece ainda a distinção entre os filhos nascidos de uma união matrimonializada (filhos legítimos) e os filhos nascidos de uma união não matrimonializada (filhos naturais). Além disso, existe o filho legitimado, que é o filho natural ao qual se reconhece um status jurídico comparável àquele do filho legítimo (LARA, 2012). Esta distinção afeta diretamente a partilha da herança e os direitos de recebimento de patrimônio pelos filhos.

Por isso, a ordem jurídica italiana passa por um processo de transformação em que o pensamento jurídico contemporâneo é objeto de muitas alterações, que visam à adequação dos ordenamentos jurídicos às mudanças sócio-culturais. A luta pela igualdade entre os filhos, extirpando a diferença entre os filhos havidos dentro ou fora de uma união matrimonial, é um exemplo desse esforço (LARA, 2012).

## **2.2. Abordagens utilizadas em estudos sobre transmissão de herança**

Os estudos sobre transmissão de herança dão ênfase à tradição da partilha indivisa, pois a partilha igualitária, prevista na legislação brasileira, não apresenta problemáticas sociais significativas ao ponto de tornar-se tema de pesquisas das Ciências Sociais Aplicadas.

As pesquisas sobre herança em grupos caracterizados pelo trabalho agrícola apresentam perspectivas teóricas diferentes, ainda que não (totalmente) antagônicas. Neste tópico são expostas as abordagens relativas a este tema, apresentando um panorama das tendências e caminhos seguidos em estudos anteriores. O

desenvolvimento do estado da arte é fundamental para apresentar o conteúdo já produzido a respeito do processo de transmissão de herança. Entre os autores que se dedicam a pesquisar sobre o tema destacam-se as pesquisas desenvolvidas pelo casal Ellen F. Woortmann e Klaas Woortmann. Estes pesquisadores discutem a reprodução social de famílias de agricultores por meio das relações de parentesco, perpassando por temáticas como ética camponesa, processo sucessório, terra e valor simbólico. Maria José Carneiro é outra pesquisadora de grande relevância, pois trata de questões relativas às lógicas das diferentes formas de transmitir herança, bem como a relação deste processo com a reprodução social das famílias, herança indivisa e desigualdade nas relações de gênero. Carmen D. Deere e Magdalena León problematizam os direitos à terra e à desigualdade nas relações de gênero, abordando as limitações das mulheres em relação a posse de propriedades, principalmente no campo. Diante do exposto e a partir das discussões apresentadas pelos autores mencionados anteriormente, categorizaram-se duas abordagens utilizadas em pesquisas sobre transmissão de herança.

A primeira abordagem diz respeito à partilha da herança segundo os critérios de primogenitura e ultimogenitura. Schwartz e Salamoni (2009) tratam da reprodução social na agricultura familiar e os processos de sucessão hereditária entre descendentes de imigrantes europeus em São Lourenço do Sul- RS. Essa forma de produção e reprodução tem como característica principal uma organização interna fundamentada no trabalho familiar e em processos específicos de sucessão hereditária, uma vez que a terra não é só um meio de produção, mas parte do modo de vida dos agricultores. Por isso, a reprodução social está relacionada à presença de uma racionalidade vinculada às suas tradições culturais e valores herdados dos seus antepassados, responsáveis por uma forte coesão social e formas de sociabilidade específicas, mantidas com a comunidade local. De acordo com essas autoras, nas situações em que existe mais de um filho, a transmissão da herança é, em geral, feita a um dos filhos (o sucessor), porém isso ocorre apenas quando os pais já não puderem mais trabalhar. O escolhido como sucessor é quem irá administrar a propriedade e comprará a parte dos demais.

No que se refere à escolha do sucessor, não existe um padrão estabelecido (primogenitura ou ultimogenitura). A sucessão vai variar em conformidade com o interesse que os demais irmãos do gênero masculino tenham explicitado sobre a

terra. Mas em geral o herdeiro sucessor é aquele que permanecer morando e exercendo o trabalho agrícola na casa dos pais e se dispõe a cuidar destes na velhice. Essa regra foi observada por Woortmann (1995) no seu estudo sobre herança entre colonos de origem alemã. A autora observa que a herança é "conquistada" por meio do trabalho e não simplesmente dada pela descendência.

Teixeira (2008) também analisa a configuração dos processos de herança na região do Médio Jequitinhonha, nordeste do estado de Minas Gerais, investigando as estratégias (escolha do sucessor) que impedem o fracionamento da terra e os mecanismos que são articulados pelos grupos locais de modo a evitar os efeitos legais da regra de herança igualitária. Estas estratégias de não fracionamento da terra e, conseqüentemente, de distribuição de herança desigual, são perpetuadas com o objetivo de manter a terra indivisa proporcionando condições para que o sucessor possa sustentar-se por meio do trabalho agrícola e permanecer no campo.

Comparativamente, Fiúza et al. (2010) analisam as relações campo-cidade destacando os efeitos dos costumes de transmissão de herança sobre o processo sucessório no meio rural, comparando duas regiões distintas, Leopoldina-MG e uma microrregião de Santa Catarina composta por municípios com grande influência de imigrantes italianos e alemães. Os resultados desta pesquisa mostram que em ambos os estados os sucessores herdam a terra seguindo estratégias culturais estabelecidas de acordo com razões práticas seculares que consistiam na partilha desigual entre os filhos. Especificamente em Santa Catarina o processo de sucessão não é um assunto tratado abertamente e sem constrangimento, sendo a partilha realizada de forma velada, mas legitimada pelos membros familiares. Assim, existem os filhos que vão sendo guiados desde a mais tenra idade para buscar outras alternativas de trabalho como, por exemplo, mudar para a cidade, e aqueles que são incentivados a exercer atividade agrícolas (sucessor). Percebe-se nesta situação que esses agricultores guardam grande semelhança com gaúchos descendentes de italianos e alemães. Desta forma, nota-se que a saída do filho do campo não está totalmente atrelada ao "fascínio" exercido pela cidade, mas também ao "destino" que os não-sucessores têm. Por meio de um projeto coletivo criado dentro e com a família, determina-se quais jovens deixarão o trabalho agrícola, configurando-se como uma estratégia sucessória processual, que imprime entre os filhos, desde criança, formas de

classificação de sucessores e não-sucessores, que vão sendo por eles interiorizadas e assumidas ao longo da vida.

Spanevello e Lago (2008) discutem o encaminhamento da herança entre os agricultores com sucessores e sem sucessores na microrregião da Quarta Colônia de Imigração Italiana, no Rio Grande do Sul-RS. Os resultados apresentados por estes autores revelam diferentes possibilidades de encaminhamento da herança, como, por exemplo, no caso de não haver sucessor, as famílias optam pela venda da terra ou a partilha entre todos os filhos. Já na presença de pelo menos um sucessor ocorre a transferência total ou parcial para ele, ficando os demais filhos com compensações em forma de recursos financeiros, pagamento de estudos, imóveis urbanos, entre outros.

Nesse mesmo contexto, Matte, Spanevello e Azevedo (2010) estudam o processo de saída dos filhos da casa paterna e os arranjos programados pelos pais em torno da transmissão do patrimônio em estabelecimentos sem sucessores no município de Esperança do Sul-RS. Verificou-se que os filhos saem em busca de melhores condições de vida na cidade em razão das dificuldades do trabalho rural. Com essa saída, limita-se a perspectiva sucessória e observam-se três estratégias distintas usadas pelos pais para transmitir o patrimônio. A primeira é vender as propriedades; a segunda é deixar para os filhos, mesmo sabendo que os mesmos não retornarão para exercer a atividade agrícola; e a terceira é deixar essa questão para ser decidida no futuro, mas com a esperança de que um dos filhos volte ou tome a decisão de ficar com os pais. No caso desta pesquisa de Matte, Spanevello e Azevedo (2010), percebe-se que em alguns casos a tradição de sucessão da terra não é incorporada pelos filhos, deixando de perpetuar o valor simbólico do patrimônio e do nome da família do qual falam Tresmann (2005), Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) e Woortmann (1995).

Outra estratégia utilizada para transmitir herança na possibilidade de inexistência de um filho sucessor, seja no caso dos pais não possuírem filhos ou na situação em que nenhum dos filhos quer assumir a terra, é o compadrio. Woortmann (1990) relata que a relação padrinho-afilhado possui aspectos centrais para a organização do grupo, inclusive, no que diz respeito à reprodução do patrimônio familiar. Afilhados trabalham na terra juntamente com os padrinhos, com poucos filhos ou sem filhos, e se tornam seus herdeiros. Herdam a terra porque trabalham

nela e é o trabalho que legitima a condição de dono. Se o padrinho é o pai substituto, o afilhado é o filho-substituto. Assim, na ausência de filhos ou na existência de poucos ou nenhum filho do gênero masculino, o agricultor tende a buscar afilhados para transformá-los em herdeiros (legítimos perante a tradição).

A segunda abordagem utilizada pelos pesquisadores que se dedicam a estudar a transmissão de herança está relacionada à desigualdade nas relações de gêneros. Schwartz e Salamoni (2009), ao discutirem sobre herança a partir dessa abordagem, destacam que o acesso da mulher à terra por herança depende, entre outras coisas, do valor simbólico conferido à terra. Isso porque, conforme Carneiro (2001), na cultura europeia, principalmente na italiana trazida para o Brasil pelos imigrantes, a terra, muito além de possuir valor material, é valorizada como um bem associado à memória e ao sobrenome da família e deve ser repassada ao herdeiro sucessor, escolhido pelo pai ainda em vida, que continuará o trabalho na agricultura. Entretanto, nas duas últimas décadas do século XX e início do século XXI, a profissão de agricultor perdeu o status “moral” que já teve no passado e apresenta-se apenas como mais uma possibilidade entre tantas outras para os jovens filhos de agricultores. Se a terra perde o valor simbólico, não havendo um sucessor, todos os herdeiros passam a possuir direitos iguais sobre a herança e, assim, a mulher passa a fazer parte da partilha (SPANVELLO; LAGO, 2008). Desse modo, percebe-se que embora os direitos legais sejam importantes como uma condição para igualdade entre os gêneros, eles não são suficientes, pois a tradição é tida como a principal legitimadora das práticas de transmissão de herança.

Os resultados apresentados por Deere e Léon (2002; 2003) corroboram estas assertivas, pois as autoras apontam que a desigualdade nas relações de gênero na posse de terras é relacionada à preferência masculina no momento da distribuição da herança, caracterizando uma divisão de trabalho por gênero, que define a agricultura como uma ocupação masculina. Assim, as mulheres se mantêm em situação de desigualdade, pois a herança é o meio principal de acesso destas a terra. Apenas uma proporção relativamente pequena (menos de 10%) de mulheres adquiriu terra por meio de programas de reforma agrária ou assentamento, enquanto que os homens têm maior probabilidade de adquirir terras por meio de herança, de distribuição pelo Estado e pela compra no mercado (DEERE; LÉON, 2002).

Carneiro (2001) sugere que em regiões mais urbanizadas adota-se a prática da partilha generalizada do patrimônio familiar, sendo, por conseguinte, incluído o direito da mulher à parte da herança, apontando práticas de produção e reprodução social das famílias diferentes das adotadas no campo. Todavia, Carneiro (2001) desenvolveu seu estudo com agricultores familiares, sendo esta informação apenas uma suposição. Portanto, é necessária a realização de um estudo considerando um campo mais urbanizado.

Comparativamente ao apresentado na primeira corrente teórica, as mulheres também ficam em desvantagem na relação de compadrio para fins de trabalho na terra e herança. Isso porque essa estratégia é utilizada justamente em casos em que o agricultor tenha somente filhas, por exemplo. Este fato mostra novamente a exclusão das mulheres na partilha da terra, pois mesmo no caso de não existir filhos do gênero masculino elas podem não ser cogitadas como herdeiras legítimas perante a tradição.

Alguns destes trabalhos de ambas correntes teóricas têm duas características em comum. Primeiro por tratarem de transmissão de herança entre agricultores familiares e, segundo, por terem sido realizados em municípios da região sul com forte influência de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. Contemplando a realidade de agricultores familiares, conseqüentemente, estas pesquisas trataram de temáticas semelhantes relacionadas à transmissão de herança, reprodução social sustentada na produção agrícola familiar, sucessão e manutenção da integridade do patrimônio familiar e desigualdade nas relações de gêneros.

Ao objetivar compreender o processo de transmissão de herança tendo o gênero como categoria de análise, a presente pesquisa ancora-se fundamentalmente na segunda corrente, que trata da transmissão de herança na perspectiva das relações de gênero. Acredita-se que alicerçar a pesquisa discutindo desigualdades sociais que acometem as mulheres é mais relevante do que uma discussão acerca do processo sucessório e abandono da terra pelos herdeiros. Tais questões são mais visadas por pesquisadores que se dedicam a debates sobre o processo de saída dos jovens do campo e relação campo-cidade.

### 2.3. As relações de gênero na partilha de herança

Com relação à questão da desigualdade nas relações de gênero na partilha da herança, pesquisas como a realizada por Leach (1968) discutem o dever de manter a propriedade na família, mostrando que a terra como um valor simbólico social está intimamente associado ao princípio da descendência ou sucessão. Esse valor é expresso em muitos casos pela noção de indivisão, pois a terra não representa apenas uma materialidade, mas igualmente uma sacralidade. A indivisão da terra pode ser considerada uma questão de honra, relacionada à memória e à obrigação de honrar os antepassados, evitando a entrada de estranhos na terra e a saída da terra para fora do âmbito familiar. No entanto, essas questões dependem de alguns aspectos, como a construção que é feita pelos sujeitos do valor social da família mostrada por Woortmann (1995) e o processo de socialização descrito por Dubar (1997).

Dubar (1997) considera o processo de socialização desde a mais tenra idade que culminará naquilo que poderia constituir uma teoria sociológica para a construção das identidades (compreendido neste trabalho como a construção do eu a partir do outro de acordo com Geertz (1989) em “A interpretação das culturas”). Dubar (1997) diz que a identidade humana não nasce com o indivíduo, mas é construída e reconstruída dinamicamente. Para este autor, a socialização é essencialmente “uma construção lenta e gradual de um código simbólico” que não constitui, como em Durkheim, um conjunto de crenças e de valores herdados da geração precedente, mas um "sistema de referência e de avaliação do real" que permite comportar-se de certa forma em uma determinada situação (DUBAR, 1997). Neste contexto de construção da identidade e de um código simbólico, Dubar (1997) aproxima-se do famoso enunciado de Simone de Beauvoir (1967) que diz que “ninguém nasce mulher, mas, sim, torna-se mulher”. Exatamente porque nenhuma característica biológica é capaz de delimitar a constituição e formação identitária das pessoas.

Nesta discussão, é pertinente apresentar a operacionalização do conceito de gênero. Dentre os inúmeros autores que apresentam conceitos variando entre estruturalistas e pós-estruturalistas, Scott (1995), à luz de uma visão mais estruturalista, entende a categoria gênero como uma conexão entre duas proposições:

o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1995, p. 21).

Assim, para Scott (1995) gênero representa uma categoria analítica para avaliar as relações sociais que estão baseadas nas diferenças sexuais, bem como para analisar as relações de poder. Nessa mesma perspectiva, a forma como é concebido “ser homem” e “ser mulher” não é produto das características biológicas, mas sim das construções e relações sociais, como pode ser visto na afirmação de Shapiro (1989, p.14): “se procurasse ser minuciosa no uso dos termos, utilizaria sexo só ao falar das diferenças biológicas entre homes e mulheres e gênero quando fizesse referência às estruturas sociais, culturais e psicológicas que se impõem a estas diferenças”. Ou seja, é preciso aprender a ser mulher, aprender os códigos simbólicos intrínsecos ao papel feminino, pois o feminino não é dado simplesmente pela anatomia, mas construído pela sociedade (SAFFIOTI, 1999).

Numa visão pós-estruturalista, Diniz (2014) defende que o gênero é um regime político, cuja instituição fundamental é a família reprodutora e cuidadora, e o patriarcado, uma tecnologia moral. A ilusão naturalista da sexagem é um dos pilares da moral patriarcal, havendo uma cumplicidade entre a ilusão da natureza sexual e a ordem do patriarcado. Segundo Foucault (2006) a família é um reduto do poder soberano e o patriarcado é a moral que regula o poder soberano sobre os corpos das mulheres na casa. Porém, as formas de realização no gênero podem ser vivenciadas de maneiras diferentes pela mulher, pois o poder e a moral não se reproduzem sem novas e permanentes subjetivações. Algumas regras do patriarcado não são anunciadas, só vividas e presumidas pela autoridade do artifício da natureza. A sutileza da atualização do poder patriarcal está nas pedagogias silenciosas, naquelas que se reproduzem e se movimentam pela necessidade e pelo desejo da repetição.

Desde o fim do século XIX os princípios de liberdade e igualdade de oportunidade passaram a ser exigidos pelas mulheres (MARTINS, 2015). Assim, o movimento feminista iniciou-se no século XIX nos Estados Unidos e Inglaterra e tratava-se de um movimento político que buscava igualdade de direitos para mulheres e homens, como o direito ao voto, a conquista de propriedades, luta contra

os casamentos arranjados e direito sobre seu corpo (ALVES; PITANGUY, 1991). Este período foi denominado de primeira onda feminista. Segundo Martins (2015) a primeira onda do feminismo acompanhou a tendência europeia de exigir direitos políticos e trabalhistas.

Já na segunda metade do século XX se identifica o surgimento da segunda onda do feminismo. Neste momento, com a ampliação das adesões ao movimento, as feministas ganharam força e, com isso, novas reivindicações foram apresentadas. Foram incorporadas pautas culturais e intelectuais relacionadas ao questionamento dos padrões sociais que atribuíam a homens e a mulheres papéis específicos nas relações afetivas, na vida política e no trabalho, o que estaria na base da preservação das desigualdades (MARTINS, 2015; ALVES e PITANGUY, 1991). Neste momento estabeleceram-se os alicerces de uma teoria feminista destinada a compreender as origens e as causas das desigualdades entre os sexos.

Posteriormente, no início da década de 1990 a terceira onda teve seu início e se consolidou com ajustes em relação à segunda. No momento vivencia-se a quarta onda do feminismo marcada pela luta contra o feminicídio e violência de gênero. Ainda no final dos anos de 1980, surgiu nos Estados Unidos a teoria queer, tendo Judith Butler apontada como uma de suas precursoras. Segundo Lopes (2002) um dos maiores esforços dos pesquisadores da teoria queer reside na crítica ao que se convencionou chamar de heteronormatividade homofóbica, defendida por aqueles que vêem o modelo heterossexual como o único correto e saudável. Assim, os pesquisadores e ativistas pretendem desconstruir o argumento de que sexualidade segue um curso natural.

Neste contexto pós-estruturalista, Butler (2002) desenvolveu a teoria da performatividade em que ela define que “o gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (Butler, 2002, p. 64). De acordo com Colling (s/d) a teoria da performatividade apresentada por Butler tenta entender como a repetição das normas, muitas vezes feita de forma ritualizada, cria sujeitos que são o resultado destas repetições.

Apesar de acreditar que as identidades não são definidas, devido ao fato de os participantes da presente pesquisa perceberem as relações de gênero mais próximos do conceito de papel e não como performatividade, optou-se por uma construção

teórica embasada em autores estruturalistas, como Bourdieu, Saffioti, Scott, entre outros. Por isso, também não se aprofundou nas contribuições de Butler para a discussão das relações de gênero. Assim, este trabalho concentra-se teoricamente nas desigualdades das relações de gênero em função do patriarcado.

Swain (2014) descreve o patriarcado como um dispositivo, noção que mostra claramente seu alcance, material e simbólico. Segundo descreve Foucault, o dispositivo se refere a um conjunto de

[...] discursos, instituições organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1988, p. 244).

Assim, o dispositivo, em sua função estratégica, engendra e multiplica poderes e as tramas do poder que criam e controlam os indivíduos. No caso do patriarcado, a ação sobre o humano é a invenção de corpos e papéis sociais em função da genitália que passa a defini-los, em um esquema de dominação e subordinação. É de fato um tecido, que de forma anônima ou não, mantém a clausura das mulheres em seus corpos sob a violência material ou representacional (SWAIN, 2014)

Dentre as verdades deste modo instituídas, a universalização do patriarcado, como agenciamento universal, desde a origem do humano, torna-se um dado indiscutível para todos os tempos e lugares, parte essencial de sua tática de dominação, manifestada em tradições, religiões e suposições (SWAIN, 2014).

Retomando a discussão sobre este processo de construção social e cultural que homens e mulheres mantêm ao longo da história, devem ser percebidos os fatores sociais capazes de intensificar e atenuar tais diferenças entre os gêneros. Dentre estes fatores sociais podem ser citados alguns de caráter direto como políticas públicas, investimento em educação, geração de empregos formais para mulheres e equiparação salarial entre os gêneros. Além desses, percebem-se também alguns fatores que podem modificar as estruturas sociais e transformar-se em instrumentos para diminuição da desigualdade entre os gêneros.

Discutir sobre as relações de gênero e como estas relações são permeadas pelo conceito de poder, também se faz necessário trazer a tona dois autores:

Bourdieu e Foucault. Em “A história da sexualidade” Foucault (1998) traz a perspectiva de indivíduos conscientes de suas ações, que manipulam o poder de acordo com sua posição social e que buscam o prazer desta manipulação. É uma análise distinta a de Bourdieu (2012) em “A dominação masculina”, onde este autor expõe a existência de uma estrutura social reguladora dos costumes e onde o *habitus*<sup>4</sup> faz da vida em sociedade uma vida prática sem reflexão e consciência de si. Para Bourdieu (2012) a lógica da dominação masculina se alteraria a partir de mudanças estruturais vindas de instituições como igreja, escola e política, instituições estas que para Foucault (1998) são as reguladoras do poder do discurso sexual. Embora pareçam opostas, as teorias desses dois autores dão aos seus leitores mais possibilidades interpretativas do mundo social e cultural, dotando os fatos de sentido e chances de projeção de mudanças.

Analisando o contexto histórico de desigualdade econômica entre gêneros, Deere e Léon (2002) apontam que, diante da situação em que era principalmente por meio da herança que os recursos de homens e mulheres eram inicialmente estabelecidos, se a herança fosse partilhada de maneira igualitária entre todos os filhos, independente do gênero, a distribuição de terras e bens de maneira geral no Brasil e na América Latina seria relativamente mais equilibrada.

Percebe-se dessa forma que os costumes de transmissão de herança que não reconhecem os mesmos direitos para todos os filhos contribuem para manter e perpetuar estereótipos de gênero, em que os homens são responsáveis pelo sustento da família e principais detentores da renda e, conseqüentemente, do poder decisório sobre como gastá-la. Já as mulheres são consideradas como donas de casa responsáveis pela educação dos filhos e totalmente dependentes. Neste modelo de estrutura social, as mulheres são sustentadas pelos pais e precisam se casar para ter quem as sustente (DEERE; LÉON, 2002).

Além disso, Deere e Léon (2002) afirmam que até as décadas de 1980 e 1990, no caso de alguns países da América Latina, os bens do casal eram controlados pelo marido, inclusive os bens que a mulher havia trazido para o casamento, bem como os próprios rendimentos femininos.

---

<sup>4</sup> Para Bourdieu o *habitus* seria a estrutura incorporada, uma espécie de senso prático do que se deve fazer em cada situação.

É interessante observar que, historicamente, os homens foram privilegiados nas partilhas para as composições das capitanias hereditárias. Essa partilha fez com que a distribuição de terras na América Latina, de modo geral, fosse assimétrica e menos equilibrada do que em outras regiões e parte do mundo. Além disso, vale ressaltar as práticas governamentais brasileiras para o estabelecimento de critérios utilizados em programas de reforma agrária, em que a posse legal das terras é destinada aos homens, mesmo este possuindo mãe, esposa e/ou irmã. Contudo, em programas de transmissão de renda como o Bolsa Família há o predomínio da mulher como detentora do benefício, mesmo esta possuindo pai, marido ou irmão. Dessa forma, esta desigualdade de gênero também é percebida no Estado, pois, quando diz respeito à posse de terras os programas destinam-se aos homens. Já em se tratando de cuidados com a família, preparação da alimentação e educação das crianças, as mulheres são as titulares do programa.

Dessa maneira, a terra indivisa sendo uma herança passada de pai para um filho, torna-se uma questão de gênero, pois as mulheres são excluídas do processo de transmissão. Nauck (2010) aponta que na presença de mais de um irmão a probabilidade de receber herança depende do regime de transferência existente: baseado na divisão igualitária ou na preferência. No caso da divisão igualitária, ter irmãos afeta a quantidade e o tipo da herança. No caso dos regimes de preferência, que são uma característica dos sistemas de parentesco unilineares, os descendentes do sexo<sup>5</sup> feminino são tipicamente excluídos da herança instrumental de sua família de origem e, assim, podem esperar herdar apenas de seus sogros (por meio de seus maridos). Além disso, este mesmo autor indica que o fato de ter um irmão já reduz significativamente as chances das mulheres de receberem herança em suas famílias de origem, especialmente em sociedades patrilineares. Nas sociedades bilineares, a existência tanto de irmãs como de irmãos faz com que a herança seja reduzida, sem a exclusão de irmãos, afetando apenas a quantidade e o tipo da herança que será transmitida.

Para Deere e León (2002) as mulheres são triplamente excluídas, pois a desigualdade nas relações de gênero na posse de terra na América Latina pode ser atribuída à família, à comunidade, ao Estado e ao mercado. Os principais modos de

---

<sup>5</sup> Ibidem nota de rodapé 1.

se adquirir a posse de terra inclui herança, adjudicação por parte do Estado e compra no mercado. A desigualdade de relações de gênero na posse de terra é devida à preferência masculina na distribuição da herança e no casamento, como se discutiu anteriormente; a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terra, em que o homem está em posição de prioridade para posse da terra; e à desigualdade nas relações de gêneros no mercado de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem.

Os mecanismos de exclusão das mulheres dos direitos de propriedade têm sido culturais, estruturais e institucionais. Estes fatores estão inter-relacionados e têm como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidades e feminilidades e na divisão de trabalho, dita adequada, entre as esferas públicas e privada. Por exemplo, em programas de reformas agrárias latino-americanas, os direitos à terra eram cedidos apenas a chefes de família, cuja grande maioria é constituída por homens. Esta prática era apoiada pelos códigos civis, sob os quais o marido representava a família em todos os assuntos externos e era o administrador da propriedade, e pela divisão de trabalho por gênero, em que o homem era socialmente reconhecido como agricultor e a mulher era considerada apenas “ajudante” independentemente da quantidade de tempo que dedicava às atividades de agricultura (DEERE; LÉON, 2002).

O processo sucessório, a partilha da herança e toda a organização do processo de trabalho são enviesados contra a mulher. Nas regiões coloniais do Sul do Brasil em que predomina a agricultura familiar, verifica-se a prática de um padrão de sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres só conquistam a condição de agricultoras quando se casam com um agricultor (STROPASOLAS, 2011; 2002).

Entretanto, Stropasolas (2002) afirma que se, antigamente, a norma a ser seguida era a constituição de famílias numerosas, recentemente, a partir de estratégias e iniciativas ‘rebeldes’ das próprias mulheres, elaboram-se novos conceitos limitando a prole à sustentabilidade da família, cujos indicadores são construídos com a participação decisiva da mãe. Estes dados são comprovados pelos números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que

mostram a diminuição da taxa de fertilidade do Brasil, além da diferença entre a taxa de fertilidade total rural e a urbana estar diminuindo progressivamente.

Assim, pode-se observar uma tendência de modificação em alguns costumes, ou pelo menos a tentativa de mudança, por parte das mulheres. Considerando o conceito de “costume” apresentado por Weber (1999), que seria a prática que se baseia no hábito inveterado, deve-se lembrar que a cultura é dinâmica, fluida e passível de mudanças. Por isso, acredita-se que as mulheres podem elaborar estratégias para sair ou para tentar mudar, ou mesmo para se conformar, seja repensando o casamento e seus valores, seja formulando estratégias vinculadas ao estudo e à migração para a cidade.

De fato, a organização do trabalho na agricultura familiar, fortemente marcado por um viés das relações de gênero, destina ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Dessa forma, as mulheres não são preparadas e estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões. Assim, em muitos casos, as moças parecem aceitar como “natural” o fato de o sucessor ser um irmão. Ademais, o fato de saber, de antemão, que não partilhará do direito à herança da terra, desvincula-a de certa forma do compromisso de permanecer na propriedade (STROPASOLAS, 2011).

Com relação à educação, Stropasolas (2011) também aponta diferenças entre os jovens, pois as mulheres percebem a escola e a universidade como uma alternativa para “mudar de vida”, ter uma profissão, reconhecimento profissional e social, ou seja, objetivam estudar, se preparar e conseguir um emprego na cidade. No caso dos homens, a valorização social não passa necessariamente pelo reconhecimento profissional. Na pior das hipóteses, isto é, mesmo os que possuem baixo grau de escolaridade serão identificados e reconhecidos como agricultores. Por isso, não é raro observar, em pesquisas, as filhas de agricultores tanto pobres quanto abastados se recusarem a casar e constituir família com filhos de agricultores, bem como a procura por estudo e trabalho na cidade. Esse descontentamento feminino e a saída das filhas do campo geram um fenômeno chamado “masculinização do campo”.

No trabalho “O camponês e seu corpo”, desenvolvido em Béarn no interior da França, Bourdieu descreve como as posições econômicas e sociais influenciam no crescimento da taxa de celibato em uma sociedade camponesa. Observando um baile local, oportunidade de os solteiros conhecerem pretendentes para casar-se, o autor

descreve as normas culturais que regem as situações. A “aparência” (“la tenue”) é imediatamente percebida, em particular pelas jovens, como símbolo da condição econômica e social. Dessa forma as mulheres percebem quem são os camponeses e quem são os rapazes da cidade que estão presentes no baile. As mulheres solteiras se mostram muito mais aptas e dispostas que os homens para adotar modelos culturais urbanos, tanto corporais como indumentários, pois elas são muito mais motivadas do que os homens, uma vez que a cidade representa para elas a esperança da emancipação. Assim, com o desejo de não reproduzir e vivenciar a trajetória de vida das mães, as mulheres buscam por rapazes da cidade para dançar e, possivelmente, se casar (BOURDIEU, 2006).

As mulheres, como são menos indispensáveis à vida na agricultura do que os rapazes, eram orientadas a outras atividades como costurar, cozinhar e até estudar. Atrelado a isso se tem o fato de que o sistema de transmissão de herança beneficiava os homens. Assim, pode-se entender a situação de que as mulheres não se mantêm no campo e até desejem e lutem para ir para a cidade. Com todas essas práticas sociais para manter os homens na terra, em algumas situações a herança deixa de ser um benefício e passa a ser um fardo, assim como descrito por Bourdieu, pois o camponês tem o dever de se manter na propriedade e cuidar da terra herdada. Dessa forma, toda a articulação social e familiar para beneficiar os homens perpetuando a vida no campo, afasta as mulheres e causa um efeito contrário, pois ao não se casar a reprodução social no campo, a sucessão e transmissão de herança estão ameaçadas.

#### **2.4. O campo urbanizado, as novas ruralidades e a pluriatividade**

Há algumas décadas o rural e o urbano possuíam diferenças bem demarcadas e simbolizavam espaços totalmente opostos. De um lado, o urbano estava relacionado às atividades industriais e produtivas dos setores secundários e terciários, representando um espaço associado à modernidade e avanço tecnológico. De outro lado, encontrava-se o rural marcado pelo desenvolvimento de atividades agrícolas e agropecuárias e associado às tradições e à não modernização (ZANDONADI; FREIRE, 2016).

Entretanto, as mudanças ocasionadas pela globalização, internacionalização da economia e reestruturação do capitalismo, promoveram transformações que vêm atingindo o meio rural, resultando no surgimento de novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. O rural, entendido como um modo de vida no campo, antes caracterizado pelo tempo mais lento, visto como fornecedor de matéria prima para a indústria, classificado como atrasado em oposição ao ambiente urbano e isolado do urbano, já não é tendência no século XXI (ZANDONALDI, 2013).

Essas mudanças inseriram as famílias do campo no circuito do consumo urbano e conferiram ao campo uma participação de forma mais intensa nos processos de modernização das relações sociais e de produção, apresentando, inclusive, níveis elevados de ciência e tecnologia agregados aos territórios. Com isso, as relações entre cidade e campo estão mais intensas, interligadas e interdependentes, e as trocas não se dão apenas no sentido de o campo receber as novidades que vêm da cidade. (ZANDONADI; FREIRE, 2016; ZANDONALDI, 2013).

Por meio dessas trocas mais frequentes dos bens materiais e simbólicos entre o mundo “urbano” e o mundo “rural”, contribui-se para a diluição das fronteiras entre a cidade e o campo. Assim, as ocupações econômicas, as maneiras de vestir, de habitar e outras práticas culturais não são mais suficientes para distinguir a origem urbana ou rural das pessoas (CARNEIRO, 1998). Neste âmbito, destaca-se a distinção entre campo e cidade como formas concretas e objetivas e rural e urbano como conteúdos, representações e aspectos culturais, conforme mostra Endlich (2010).

No Brasil, dois fatores têm contribuído para as novas dinâmicas da ruralidade na sociedade brasileira contemporânea. Em primeiro lugar, pode-se citar a expansão dos meios de comunicações reais (melhoria das estradas rodoviárias e do transporte coletivo e as maiores facilidades de acesso ao automóvel) e virtuais (ampliação do serviço de telefonia móvel e de internet e, principalmente, a televisão). Em segundo lugar, registra-se a transformação do campo em espaço de lazer ou mesmo de residência principal para integrantes de camadas médias da população urbana que buscam uma qualidade de vida diferente daquela a que estão submetidos na cidade (CARNEIRO, 1998).

O novo rural brasileiro descrito por Carneiro (1998) se caracteriza pela dissociação entre o “rural” e o “agrícola”, com múltiplas inserções do indivíduo em

atividades laborais, fenômeno este conhecido como pluriatividade. Este é o movimento de reorientação do trabalho agrícola paralelamente ao não agrícola, modificando a capacidade produtiva da propriedade rural, tornando-se uma alternativa à saída definitiva do campo. No estudo de Rambo (2012) realizado em Itapiranga-SC percebe-se que essa (re)elaboração das atividades para aumentar a renda é uma estratégia para tornar possível a continuidade da vida social.

Quando o modelo produtivista não garante mais o sustento das famílias agrícolas, a racionalidade familiar busca novas alternativas para se manter, e, no caso brasileiro, a lógica da reprodução social se sobrepõe à lógica do capital, passando a orientar as atividades econômicas da família, que deixam de ser apenas agrícolas. Além disso, a permanência nas pequenas propriedades, não mais exclusivamente agrícolas, deve-se aos laços familiares e à capacidade de resistência e adaptação da estrutura familiar às novas condições sociais e econômicas (CARNEIRO, 1998).

Conforme Carneiro (1998), uma das consequências dessa nova ruralidade e pluriatividade é a ampliação das condições de permanência de jovens em suas localidades de origem, oferecendo uma alternativa à tendência, até então generalizada, de migração para as grandes cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Além desse aumento das oportunidades de trabalho, existem outros atrativos para os jovens permanecerem no campo, como, por exemplo, aumento das possibilidades de lazer, melhorias nas estradas, instalação de televisão, telefone e internet, melhoria do transporte coletivo, entre outros.

Desse modo, de acordo com Marafon (2006), o ambiente rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola, e neste contexto, o agricultor passou a combinar atividades agrícolas com não agrícolas que conseqüentemente complementam a renda familiar e geram novas ocupações para membros familiares. Isso pode ser observado nos dados sobre a população economicamente ativa em áreas classificadas pelo IBGE como rurais, as quais revelam uma tendência à diminuição do número de pessoas ocupadas pela atividade agrícola e ao aumento da ocupação não agrícola como fonte de renda de residentes no meio rural (CARNEIRO, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Ao se tratar de pluriatividade, faz-se necessário apresentar alguns conceitos que serviram como base para a discussão dos resultados deste trabalho.

Primeiramente, apresenta-se o próprio conceito de pluriatividade fornecido por Fuller e Brun (1988):

[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura (FULLER; BRUN, 1988, p. 150).

Já as famílias pluriativas compreendem aquelas em que alguns dos membros que compõem o núcleo familiar exercem um tipo de atividade considerada não agrícola. Assim, a distinção entre famílias pluriativas e monoativas (que desenvolvem apenas atividades agrícolas ligadas ao cultivo da terra) está pautada sobre as atividades que os membros da família exercem (SCHNEIDER, 2003). Dessa forma, foi considerada pluriativa aquela família que combina mais de uma atividade, sendo uma delas a agricultura.

Dados apresentados por Schneider et al. (2006) mostram a ampliação da tendência de permanência no campo gerada pela pluriatividade no estado do Rio Grande do Sul, pois as famílias pluriativas tendem a ter um maior número de membros. Enquanto aproximadamente 27% das famílias monoativas possuem até dois membros, as famílias pluriativas com até dois membros constituem-se em menos de 5%.

Quanto à distinção de trabalho agrícola e não agrícola, foram adotados os conceitos apresentados por Schneider (2003) que considera atividades não agrícolas aquelas tarefas que não implicam envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal. Essas atividades não agrícolas podem ser desenvolvidas fora do campo, como por exemplo, atividades assalariadas em setores comerciais ou industriais. É importante destacar que, em concordância com o trabalho de Rambo (2012), algumas rendas não agrícolas, como a aposentadoria, não conferem à família a denominação de agricultores familiares pluriativos.

A oferta de novas oportunidades de trabalho e de renda sem a necessidade de deixar o campo não é apenas uma característica de grandes centros, os chamados

espaços “periurbanos”, mas também passou a ser um atributo de cidades de pequeno porte (RAMBO, 2012). Em sua pesquisa Rambo (2012) mostra que cerca de 36% dos operários de uma grande indústria alimentícia situada no pequeno município de Itapiranga-SC são provenientes da pequena propriedade agrícola da região que conciliam o trabalho remunerado na empresa com o trabalho agrícola. Ou seja, estes trabalhadores desempenham atividades na indústria, mas continuam residindo no campo e desenvolvendo atividades agrícolas.

Para Seyferth (1984) esse tipo de deslocamento empreendido diariamente pelo pequeno produtor rural é chamado de *auspendler*, isto é, deslocamento pendular. O *auspendler* pode se referir, por exemplo, ao deslocamento diário de um indivíduo do campo, onde mora e realiza trabalhos agrícolas, para a cidade em que desenvolve atividades remuneradas.

Santos (2009), ao tratar do movimento migratório no campo, destaca a situação dos jovens que procuram a cidade como local de trabalho, acesso aos estudos e lazer, ao mesmo tempo em que mantém residência no campo, onde está a família e a comunidade à qual pertence. A segurança da família é um dos elementos centrais que fazem com que os jovens que ainda não completaram a maioria permaneçam no campo mantendo esse deslocamento pendular. Porém, diante da falta de perspectiva de um futuro promissor no campo, os jovens aspiram migrar para centros urbanos. Nesta situação, se o jovem migra para cidade em busca de trabalho e não tem sucesso, ocorre o retorno à família e, automaticamente, ao campo. Assim, pode-se perceber outra forma de movimento pendular, pois os jovens arriscam a saída do campo possuindo a certeza de dispor um lugar para retornar. Caso não obtenham êxito é possível retornar à casa da família e ao trabalho de agricultor familiar, conseguindo o mínimo para subsistência.

No mesmo sentido, Coradini (2011) mostra que a dificuldade enfrentada pelos jovens já se inicia no fato de serem severamente limitadas, no campo, as possibilidades de atuação em grande parte das profissões almejadas. Ademais, os anos de formação profissional no nível superior também impõem ao jovem agricultor o distanciamento de sua comunidade. Desta forma, o jovem permanece definitivamente fora do campo (migração definitiva) ou opta pelo fluxo migratório do tipo pendular, com trânsito constante entre dois ambientes, campo e cidade.

Diante do exposto, considera-se que o deslocamento pendular pode ser realizado tanto na situação de um indivíduo que realiza atividades remuneradas na cidade, mas mora e desenvolve atividades agrícolas no campo; quanto de um indivíduo que arrisca diversas tentativas de abandonar o campo de maneira definitiva, mas ao não ter sucesso ou enfrentar momentos de escassez de trabalho retorna ao campo. Também considera-se deslocamento pendular aquele dos moradores da cidade que desenvolvem atividades no campo em determinada época do ano devido ao aumento da oferta de emprego, como por exemplo na colheita do café. Da mesma forma, o deslocamento pendular pode ser visto em situações em que o agricultor familiar mantém uma loja na cidade para a comercialização dos produtos fabricados na propriedade.

## **2.5. As atividades de agroturismo**

Retomando a discussão a respeito de pluriatividade, dentre as atividades não agrícolas desenvolvidas no campo, as relacionadas ao turismo têm recebido destaque nos últimos anos. Assim, diversas modalidades de turismo em espaço rural proliferam, como, por exemplo, agroturismo, ecoturismo, turismo esportivo, turismo cultural, entre outros (FROEHLICH, 2000).

A atividade de turismo no campo tem revalorizado o território e grupos sociais rurais e vem se mostrando como uma alternativa geradora de renda e desenvolvimento para essas áreas (FROEHLICH, 2000; ZANDONADI; FREIRE, 2012). Além disso, incentiva a preservação dos aspectos naturais e culturais, e principalmente valoriza o campo e sua população, por meio da inserção, no mercado, de um espaço que antes se remetia ao atrasado ou arcaico. Mediante um processo de recuperação de técnicas tradicionais combinadas com técnicas modernas de planejamento e organização derivadas de áreas como administração e agronomia, os símbolos tradicionais rurais se transformaram em mercadorias (ZANDONADI; FREIRE, 2012).

Assim, o turismo se transformou em alternativa econômica para muitos municípios, inclusive como fator de incentivo às atividades não agrícolas em áreas rurais marginalizadas ou em áreas cujos setores tradicionais do campo entram em

declínio conforme crises cíclicas do mercado (BATHKE, 2002; ZANDONADI; FREIRE, 2016).

Contrariando essas afirmações, Souza (1997) e Froehlich (2000) questionam o significado do turismo rural para o desenvolvimento local. Candiotto (2013) vai além, tecendo críticas a respeito dos interesses hegemônicos de expansão das relações capitalistas na agricultura familiar e de como o modismo do turismo rural faz com que diversos pesquisadores apontem essa atividade como uma alternativa de renda, emprego e valorização da propriedade rural e dos recursos naturais e culturais das famílias de agricultores. Para Candiotto (2013) a lógica mercantil e competitiva das empresas e dos profissionais do setor turístico, que independentemente do lugar onde se instalam, as levam a buscar somente seus benefícios econômicos, não se importando com os impactos sociais e ambientais do turismo. O referido autor acredita que, conforme as orientações fornecidas e as estratégias traçadas pelas famílias, esses agricultores envolvidos com o turismo rural podem tanto melhorar sua auto-estima e fortalecer sua autonomia, como também entrar em uma lógica mercantil/empresarial que tende a reduzir a importância da agricultura em suas estratégias, tornando-os dependentes das exigências de padronização e especialização. Na tentativa de minimizar tais impactos negativos, Candiotto (2013) sugere que, mais do que investir na expansão do turismo rural na agricultura familiar, é preciso verificar com a população local a viabilidade e os limites dessa estratégia, e combiná-la com outras estratégias de sobrevivência para os agricultores familiares, que envolvam a agricultura, a produção agroecológica, a conservação ambiental, o protagonismo no direcionamento do desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

Com relação à definição de turismo rural, Campanhola e Graziano da Silva (1999) destacam que a literatura apresenta uma grande variedade de conceitos sobre este. Por isso, neste presente trabalho será utilizado o conceito de agroturismo proposto por Graziano da Silva et al. (1998, p.19):

atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998, p.19).

Como atividades de agroturismo pode-se citar: fazenda-hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas da produção, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo, como, por exemplo, complexos hípicas, leilões e exposições agropecuárias, festas de rodeio (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998).

Complementado esta definição, apresenta-se o conceito de agroturismo de Portuguez (1999, p. 77): “a modalidade de turismo no espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ou excursionista entra, mesmo que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais”. Um diferencial do agroturismo é a possibilidade do turista conviver com o agricultor e sua família dentro da propriedade, partilhando a rotina do lugar, as atividades produtivas, entre outros.

Para Zandonadi e Freire (2012) o apelo cultural local também é muito importante no agroturismo já que tais particularidades despertam o interesse do turista e imprimem um caráter único ao espaço. Para tanto, os autores destacam alguns fatores relevantes como a cultura étnica da família e do local, a arquitetura das edificações, a culinária tradicional e o tipo de atividade produtiva. Sendo assim, é importante promover o convívio dos agroturistas com costumes e hábitos diferentes de vivência urbana, pois, além de ser um diferencial, ainda ajuda a preservar e reavivar os costumes culturais locais.

No Brasil o agroturismo surgiu no município de Venda Nova do Imigrante no estado do Espírito Santo, que continua pioneiro nessa atividade e carrega o título de Capital Nacional do Agroturismo, concedido pela Associação Brasileira de Turismo Rural. Associando o modo de vida rural à cultura local e às tradições dos antepassados italianos, Venda Nova do Imigrante oferece aos turistas grandes atrativos dessa modalidade de turismo.

A história do agroturismo em Venda Nova do Imigrante começou nos anos de 1980 com uma família proprietária de uma fazenda no município. Esta história foi detalhadamente descrita no estudo de Zandonadi e Freire (2016). A referida família buscava uma alternativa para deixar a dependência da monocultura de café, mantendo os membros da família e os trabalhadores na propriedade com melhores

condições de vida. Enfrentando muitas dificuldades, a família aumentou a produção de leite e começou a produzir variados tipos de queijos. Os animais e os queijos chamaram a atenção dos vizinhos e amigos que iam até a fazenda comprar diversos produtos. Assim, sem que este fosse o intuito inicial, esta atividade tornou-se um atrativo. Os proprietários perceberam então que esta prática poderia se tornar uma alternativa para geração de renda. A família identificou que a maior parte dos visitantes que apareciam em sua propriedade ficava hospedada em hotéis da região ou estavam a passeio na casa de amigos e parentes. Então, em 1992, um dos membros da família participou do Congresso Internacional das Famílias Agrícolas na Espanha e após esse congresso os participantes foram visitar um projeto sobre o agroturismo na Itália. Durante a visita à Azienda Agroturística Mondragon, a ideia do agroturismo em Venda Nova do Imigrante começou a ser gerada. Na ocasião, este membro da família observou uma grande semelhança entre o que ocorria na fazenda de sua família e na Azienda Agroturística, na Itália. Ao retornar à Venda Nova do Imigrante, nasceu, então, o primeiro ímpeto da atividade no município. Todavia, o agroturismo só se consolidaria como projeto a partir de 1993, com a criação da AGROTUR (Centro de Desenvolvimento do Agroturismo). A AGROTUR foi fundamental, pois, além de possuir uma representação jurídica, era uma maneira de agrupar os interessados em participar da atividade, propiciando reuniões para debates e discussões sobre organização, planejamento e construções de táticas de crescimento.

Desde seu surgimento, o agroturismo vem crescendo e ganhando proporções cada vez maiores no município de Venda Nova do Imigrante, cidade considerada referência quando o assunto é o desenvolvimento e consolidação desta forma de turismo. Desde o nascimento da ideia da atividade, as parcerias e as ações para o desenvolvimento do agroturismo têm progredido de forma expressiva (ZANDONADI; FREIRE, 2016).

Venda Nova do Imigrante foi local de estudo de diversas pesquisas nas mais distintas áreas de atuação como, por exemplo, administração, biologia, educação física e geografia. Mas sem dúvidas as pesquisas na área de agronomia, especialmente às relacionadas ao café, estão em maior número, haja vista o destaque nas atividades agrícolas desse município. Em uma busca rápida por plataformas de artigos científicos, ainda pode-se notar a presença considerável de pesquisas acerca

da imigração italiana para a região. O agroturismo também tem sido destaque nas temáticas de pesquisas realizadas em Venda Nova nas duas últimas décadas, bem como os impactos e transformações dessa atividade para a população local. Nesse sentido são encontrados alguns estudos da área de ciências humanas, em que pesquisadores objetivaram promover discussões a respeito dos conceitos de campo e cidade, trabalho agrícola e não-agrícola, entre outros.

Nesta perspectiva, a pesquisa de Nogueira (2004) destaca-se devido às grandes contribuições para a presente investigação. Realizada em Venda Nova do Imigrante e tendo como objetivo analisar as transformações de uma histórica situação de subordinação feminina a partir do advento<sup>6</sup> do agroturismo, o estudo da referida autora mostra a ocorrência de significativas mudanças nas relações de gênero, intimamente relacionadas à prática social do agroturismo. Entretanto, apontou também a persistência e a reprodução de desigualdades de gênero determinadas pela dominação masculina.

A pesquisa de Nogueira (2004) foi realizada com alguns dos participantes mais velhos do presente trabalho. Sabe-se dessa informação porque em sua dissertação a referida autora disponibilizou algumas fotos e, mesmo com a ausência dos nomes, foi possível reconhecer alguns participantes. Identificou-se por meio das fotos a propriedade 5, porém o casal que estava à frente das atividades agrícolas e de agroturismo em 2004 eram os pais do homem que em 2017 era responsável por este trabalho, juntamente com a respectiva esposa. No momento desta pesquisa, os pais, ainda vivos, já haviam passado a herança e as responsabilidades para dois filhos do gênero masculino que se dedicavam às atividades agrícolas, enquanto as respectivas esposas cuidavam do agroturismo.

Em outra situação, reconheceu-se uma propriedade visitada por Nogueira (2004), mas que não participou desta pesquisa devido ao falecimento do responsável do gênero masculino. Após o falecimento, a esposa viúva decidiu interromper as atividades de agroturismo e no momento desta investigação a propriedade estava fechada e sem pretensões de retorno. Ainda foi reconhecida a mulher responsável

---

<sup>6</sup> Por este trabalho ter sido realizado aproximadamente 15 anos atrás, o agroturismo ainda era considerado recente e agregava um número menor de propriedades do que no período da presente pesquisa.

pela propriedade 11, que posava para a fotografia na fachada da sua lojinha, tornando-se participante tanto da pesquisa de Nogueira (2004) quanto do presente estudo.

Também houve participantes da pesquisa de Nogueira (2004) que provavelmente deixaram o agroturismo, pois não constavam no “Mapa Turístico de Venda Nova do Imigrante”. Este mapa foi o ponto de partida desta investigação e nele eram mostrados todos os sítios de agroturismo da cidade.

Obviamente, mesmo dispondo de participantes em comum, Nogueira (2004) possuía foco diferente e mais restritivo do que a presente pesquisa. Todavia, não se pode descartar a importância dos dados e discussões da referida autora, para analisar comparativa e temporalmente alguns dados deste estudo.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em atendimento aos objetivos propostos, os procedimentos metodológicos serão detalhados a seguir.

Optou-se pela realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa com aspirações etnográficas. Como paradigma de investigação que atravessa diversos campos e disciplinas, explorando temas transversais, a pesquisa com abordagem qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que conferem visibilidade ao mundo, pois permitem investigar fenômenos sociais considerando os aspectos qualitativos (RAMALHO e RESENDE, 2011).

Utilizou-se nesta investigação os princípios da etnografia, um tipo de pesquisa qualitativa, baseada em um olhar antropológico. Para Geertz (1989) a prática da etnografia não é apenas estabelecer relações, ir a campo, selecionar informantes, realizar entrevistas, manter um diário ou outras tarefas técnicas que envolvem o fazer etnográfico, pois “o que o define [o fazer etnográfico] é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma 'descrição densa'” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Com base em seus objetivos, a presente pesquisa também se caracteriza como exploratória e explicativa. De acordo com Gil (2007) as pesquisas exploratórias buscam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias a fim de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo de determinado fato. Já a explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas

por meio dos resultados oferecidos. Segundo Gil (2007), uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Considera-se esta uma pesquisa exploratória, pois, por existirem poucos estudos sobre as formas de transmissão de herança entre ítalo-brasileiros fora da região Sul do Brasil e em regiões denominadas de campo urbanizado. Por sua vez, classifica-se esta como pesquisa explicativa porque pretende esclarecer como a transmissão de herança é realizada, buscando entender as representações de mulheres e homens sobre os critérios considerados neste processo.

Aspira-se que o desenvolvimento desta pesquisa possa contribuir para melhorar a compreensão a respeito das estratégias adotadas pelas famílias para estabelecer a partilha da herança. Espera-se ainda contribuir fomentando novas perspectivas de estudo, debates e lutas sociais contra a desigualdade de gênero, buscando oferecer subsídios para que seja possível alcançar o fim da subordinação da mulher ao homem, seja ele pai, irmão, marido ou filho.

### **3.1. Local de estudo**

O estudo foi realizado no município de Venda Nova do Imigrante-ES que está situado na região serrana do Espírito Santo, aproximadamente 113 km de Vitória, capital do referido estado. A população total do município é de 20.447 habitantes, sendo que 5.638 (27,6%) dos habitantes residem no campo. Essa porcentagem de pessoas no campo supera a porcentagem estadual (16,6%) e a nacional (15,6%). Venda Nova do Imigrante possui 185,909 km<sup>2</sup> de área territorial e densidade demográfica de 109,98 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). O mapa de localização de Venda Nova do Imigrante no estado do Espírito Santo e fotos panorâmicas do município encontram-se em anexo (Figuras 2, 3 e 4).

Esse município baseia-se economicamente na agricultura, principalmente do café, cultura que abarca 90% das propriedades. Antes da colonização italiana, já era possível encontrar no altiplano serrano grandes fazendas de café de propriedade dos portugueses, onde mais tarde nasceria Venda Nova do Imigrante. Entre as fazendas destacam-se: Providência, Lavrinhas, Tapera, Bananeiras, Bicuiba e Viçosinha.

Contudo, com a abolição da escravatura, essas fazendas caíram no abandono até que surgissem os colonos, imigrantes italianos, originários da Região do Vêneto – Itália (PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2011).

A comunidade que surgiu com a chegada dos primeiros imigrantes em 1892 conserva traços fortes da cultura italiana, o que pode ser observado por meio das tradicionais festas, onde a população utiliza roupas, promovem apresentações de danças e produzem comidas típicas italianas. A festividade mais tradicional do ano, a Festa da Polenta, acontece no mês de outubro e atrai muitos turistas de várias regiões do Brasil. A festa, que anteriormente acontecia durante apenas um final de semana, a partir do ano de 2013 começou a ser realizada em dois finais de semana. A programação é planejada para agradar a todos os públicos e as atrações começam pela manhã e findam somente de madrugada. São realizadas apresentações de danças e shows artísticos de músicas tradicionalmente italianas, desfile e corte do queijo gigante (que em geral pesa mais de uma tonelada), concurso da Rainha da Festa da Polenta, shows de artistas e bandas nacionalmente conhecidos, o tombo da polenta (Figura 6), entre outras atrações. Tudo isso acompanhado de muitas comidas típicas e vinhos produzidos pelas famílias vendanovenses.

A Festa da Polenta propicia uma grande exposição dos produtos produzidos na cidade, como, por exemplo, o famoso socol, artigo alimentício produzido somente em Venda Nova do Imigrante. O socol é um embutido de porco, legado deixado pelos imigrantes italianos à culinária de Venda Nova. Segundo Reis (2013) o original tinha outro nome – ossocollo – e era feito com a carne do pescoço do animal, mas nas cozinhas de Venda Nova ele é feito com lombo, um ingrediente considerado mais saboroso e atrativo ao paladar do brasileiro. Em anexo encontram-se fotos da Festa da Polenta (Figuras 5, 6 e 7) e do processo de fabricação do socol (Figura 8).

Além da preservação da cultura italiana, Venda Nova do Imigrante apresenta outra característica importante: é referência em todo o país como o berço do agroturismo, sendo reconhecida como a Capital Nacional do Agroturismo pela Associação Brasileira de Turismo Rural. O município capixaba começou a desenvolver o agroturismo em 1987, e passados quase 30 anos, esta atividade encontra-se em plena expansão (PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2011).

Venda Nova do Imigrante foi escolhida para o presente estudo, primeiramente, por possuir tradição de agricultura familiar. Além disso, trata-se de um município que apresenta grande parte de sua população descendente de italianos, entretanto apresenta características diferentes dos diversos municípios localizados na região Sul do Brasil pesquisados por outros autores como, por exemplo, Woortmann (1995), Spanevello e Lago (2008), Schwartz e Salamoni (2009) e Stropasolas (2011). A primeira diferença está no agroturismo e, como foi dito anteriormente, tendo a figura feminina à frente desta atividade. Entretanto, isso não significa que sejam elas as detentoras da posse da terra.

Também como foi apresentado anteriormente, no primeiro capítulo, em grupos caracterizados pelo trabalho agrícola, a terra tende a apresentar valor simbólico superior ao valor econômico, sendo valorizada como um bem associado à memória e ao sobrenome da família. Nessa situação, existe a probabilidade de as mulheres não entrarem na partilha da herança.

Por outro lado, com a transformação do status “moral” da profissão de agricultor, existe uma tendência de a terra perder o valor simbólico. Assim, se a terra possui um alto valor material em detrimento do valor simbólico, as mulheres têm maiores chances de ter acesso à herança. Carneiro (2001) ressalta que esta situação da terra destituída de valor simbólico pode mudar em decorrência de sua revalorização provocada pela exploração turística, que se intensificou nos últimos dez anos. Com o surgimento e a expansão do agroturismo, foi conferido novo valor simbólico à terra, que continua relacionada à memória e ao sobrenome da família, bem como às tradições italianas. Este fato pode ser facilmente apreciado entre as propriedades e os produtos de fabricação dos agricultores, pois é comum carregarem os sobrenomes das famílias como símbolos da marca do produto.

Tendo a terra um alto valor simbólico, tradicionalmente, existe a propensão de a mulher não ser herdeira. No entanto, Venda Nova do Imigrante apresenta outra característica que difere este de outros municípios da região sul, pois de acordo com dados de Nascimento (2013), 46,2% dos registros de empreendimentos turísticos tinham a mulher como proprietária. Além disso, quando a propriedade trabalhava apenas com a atividade de turismo rural, em 63,0% dos casos a posse do empreendimento era da mulher e, quando existiam as duas atividades, a agrícola e o turismo, em 60,5% das vezes a posse do empreendimento turístico era do homem.

Percebe-se que o agroturismo, atividade que conferiu novo valor simbólico à terra, é justamente onde se encontra grande presença feminina. Sendo assim, Venda Nova do Imigrante torna-se um local de estudo interessante por se tratar de um município que apresenta características peculiares relevantes para esta pesquisa.

### **3.2. Participantes do estudo**

Os participantes deste estudo foram mulheres e homens ítalo-descendentes envolvidos em atividades de agroturismo residentes em Venda Nova do Imigrante-ES. Todas as propriedades envolvidas com esta atividade foram visitadas, buscando assim uma maior participação na pesquisa. Para encontrá-las, foi utilizado o “Mapa Turístico” disponibilizado pelo Centro de Informações Turísticas de Venda Nova do Imigrante, que está localizado no centro da cidade, próximo à rodoviária, às margens da BR-262. Este mapa foi escolhido por ter produção e distribuição gratuitas realizada pela prefeitura do município, não se tornando um meio de divulgação excludente a depender do interesse ou investimento financeiro dos produtores.

A seleção dos participantes foi feita considerando o levantamento bibliográfico a respeito da temática do presente estudo. Retornando às discussões apresentadas na revisão de literatura, nos costumes preservados pelos descendentes de imigrantes italianos, as mulheres dificilmente participam da repartição da herança e quando o fazem ainda continuam em posição de desigualdade. Entretanto, por estarem à frente do agroturismo em Venda Nova do Imigrante, as mulheres assumem um lugar de protagonismo. Devido ao fato de na grande maioria das vezes serem as mulheres que recebem os turistas e apresentam a propriedade, considerou-se oportuno selecionar como participante deste estudo a pessoa responsável pela recepção para depois abordar o proprietário legal, que culturalmente é uma figura masculina.

Por isso, decidiu-se selecionar a pessoa que recebe o turista e o proprietário legal da propriedade. Evidentemente que no caso de se tratar da mesma pessoa (recepção do turista e proprietário legal) foi realizada apenas uma entrevista. No Mapa Turístico de Venda Nova do Imigrante constam 39 locais classificados em “O que visitar” e, dentre estes, 33 tratava-se de propriedades. Os lugares desclassificados

foram uma associação de voluntárias, duas feiras livres, duas pequenas indústrias e uma loja comercial.

As 33 propriedades foram visitadas e percebeu-se que 6 delas não atendiam aos requisitos da pesquisa devido ao fato de não apresentarem atividades familiares de agroturismo e, em alguns casos, não era proveniente de herança, mas sim de compra da terra. Sendo assim, restaram 27 propriedades que atendiam aos pré-requisitos da presente pesquisa.

### **3.3. Procedimentos de geração de dados**

Conforme Minayo (2012) o trabalho de campo é o momento em que o pesquisador se aproxima da realidade sobre a qual formulou a pergunta de pesquisa, proporcionando interação com o grupo que conforma a realidade estudada. Dessa forma, torna-se possível a construção do conhecimento empírico da pesquisa. Entretanto, a riqueza e o sucesso dessa etapa dependem do levantamento bibliográfico de qualidade, da clareza do pesquisador e do(s) método(s) adotados para obter as informações necessárias.

Após um intenso levantamento teórico, buscando maior compreensão da realidade pesquisada, inspirou-se no processo de triangulação metodológica proposta por pesquisas etnográficas para optar pela conjugação de dois métodos para a geração dos dados da pesquisa. Segundo Gil (2010) o conceito de triangulação refere-se ao uso de dois ou mais métodos com o intuito de reforçar a validade interna dos resultados, porém Azevedo et al. (2013) afirma que o objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também enriquecer a compreensão, permitindo emergir novas ou mais profundas dimensões. Diferentemente de pesquisas etnográficas em que os dois ou mais processos são utilizados com frequência para comparações, na presente pesquisa os métodos adotados foram empregados com o propósito de ampliar a compreensão dos dados, contextualizando as interpretações e explorando a variedade dos pontos de vista relativos ao tema.

Embora existam muitas técnicas para realizar uma geração de dados, a entrevista e a observação são considerados como os principais instrumentos para uma

pesquisa qualitativa. Essa afirmação se deve ao fato de que estes métodos se complementam, pois enquanto a entrevista tem como matéria-prima a fala de algumas pessoas do grupo, a observação é feita sobre aquilo que não é dito, mas pode ser visto e captado pelo pesquisador, permitindo perceber aspectos de que as pessoas não têm consciência, mas manifestam involuntariamente (MINAYO, 2012; MICHEL, 2009).

Diante do exposto, optou-se por conjugar a observação e a entrevista como métodos de geração de dados, pois acredita-se que dessa forma seja possível obter mais informações e melhorar o entendimento a respeito do tema dessa pesquisa. A associação destes dois métodos permite ainda que pelo menos dois encontros sejam realizados entre a pesquisadora e cada participante. Acredita-se que ao estabelecer um primeiro contato (observação) e somente em outro momento conduzir a entrevista, os participantes possam se sentir mais à vontade com a pesquisadora, aumentando a confiança destes para responder as perguntas com menor dificuldade e timidez.

Assim, inicialmente foi realizada uma observação participante das atividades desenvolvidas na propriedade com o objetivo de conhecer um pouco da rotina dos participantes da pesquisa. Posteriormente foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, sendo uma direcionada à pessoa que recebia os turistas e apresentava a propriedade e outra dirigida ao proprietário legal da terra, ou seja, aquele que possuía a escritura do local (Apêndice A).

A geração de dados teve início no mês de abril de 2017 e foi interrompida em junho para a realização do exame de qualificação. A partir de julho do mesmo ano foram retomadas as observações e entrevistas, finalizando-se na última semana do mês de agosto de 2017.

Ressalta-se que este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa. Após a aprovação, iniciaram-se as observações e as entrevistas que foram realizadas no domicílio dos entrevistados e, com autorização destes, foi feito registro de áudio. Ao término da análise dos dados, as gravações continuarão em poder da pesquisadora por 5 anos para a elaboração de produção científica. A autorização dos participantes foi formalizada por meio de um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” sendo a participação no estudo voluntária. Também foi garantida total privacidade aos

entrevistados, uma vez que os resultados serão divulgados sem que seus nomes sejam revelados.

### **3.3.1. Observação participante**

A técnica de observação é entendida como prática de pesquisa nas ciências sociais estendida ao domínio da pesquisa qualitativa (POUPART, 2010). A observação origina-se, como boa parte dos métodos etnográficos, da antropologia social e cultural, e define-se pela perspectiva interna, situada na ação cotidiana, em que o pesquisador observa as atividades dos participantes da pesquisa, interagindo com eles (BOGDEWIC, 1992).

Ramalho e Resende (2011) afirmam que a observação é fundamental para o acercamento de conceitos-chave para o estudo. Além disso, a observação como primeira etapa da pesquisa permite que ajustes no planejamento inicial possam ser feitos, de modo a torná-lo adequado ao contexto estudado. Este método também pode ser importante para o conhecimento da ação social e das (redes de) práticas do mundo social.

Geertz (1989), ao falar sobre a importância de se observar o comportamento dos participantes das pesquisas, estabelece que é por meio do fluxo do comportamento ou da ação social que as formas culturais encontram articulação. Entretanto, Minayo (2012) apresenta outro aspecto da observação, em sentido mais prático, pois de acordo com essa autora esse método permite ao pesquisador ficar mais livre de prejulgamentos, uma vez que não o torna, necessariamente, prisioneiro de um instrumento rígido de geração de dados.

Assim, efetuando em um primeiro momento a observação e posteriormente as entrevistas cria-se a possibilidade de realização de ajustes no roteiro das entrevistas. De acordo com Minayo (2012) na medida em que convive com o grupo pesquisado, o observador pode retirar do roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores. Além disso, o pesquisador consegue também compreender aspectos que afloram aos poucos, situação impossível para quem opta por questionários fechados ou por um único método de geração de dados (MINAYO, 2012).

De acordo com Michel (2009), diferentes classificações são utilizadas para designar este tipo de abordagem, como, por exemplo, observação participante e observação não-participante. Na primeira o observador participa efetivamente da comunidade, do grupo ou da realidade que está sendo estudada. Já a observação não-participante, diferentemente da participante, possui característica mais passiva, pois o pesquisador não se envolve nas situações, apenas presencia o fato ou acontecimentos, mas não participa deles. Neste caso o observador é um espectador (MICHEL, 2009).

Em um primeiro momento optou-se pela observação não-participante, entretanto ao chegar à Venda Nova do Imigrante, a pesquisadora foi convidada a se inserir em atividades cotidianas do grupo estudado, como voluntariado em festas da cidade, reuniões familiares de alguns participantes, acompanhamento de produção e preparo de diversos produtos, além de comparecer semanalmente à feira livre de agricultura familiar. Assim, atendendo a demanda da pesquisa e dos participantes foi realizada a observação participante.

As observações foram registradas no caderno de notas de campo, além de ser mantido um diário de pesquisa, pois considera-se fundamental a articulação das anotações sobre as observações integrando as percepções e interpretações da pesquisadora às informações obtidas por meio das entrevistas que serão realizadas posteriormente. Ressalta-se que no decorrer das observações foi realizado o mínimo possível de anotações no caderno de notas de campo, deixando para realizá-las mais tarde após finalizar a observação. Isso porque anotações excessivas no decorrer da observação podem constranger ou até mesmo influenciar no comportamento dos participantes da pesquisa.

Rocha e Eckert (2008) afirmam que, no caderno de notas de campo, o pesquisador pode registrar dados e anotações que resultam da observação atenta do universo social onde está inserido; é o espaço onde situa o aspecto pessoal, os problemas de relações com o grupo pesquisado, as dificuldades de acesso a determinados temas e assuntos nas entrevistas realizadas, ou ainda, as indicações de formas de superação dos limites e dos conflitos por ele vividos.

Para Ramalho e Resende (2011), entre impressões anotadas no diário de pesquisa também se registram as relações percebidas entre a prática da pesquisa, as teorias e métodos nela utilizados. O diário não é só um mecanismo de reflexão sobre os sujeitos e o fenômeno investigado, é também uma oportunidade de reflexão sobre

a própria prática. Ademais, as notas de campo são úteis como auxílio à memória, e ainda que não sejam diretamente utilizadas como dados analíticos na pesquisa, podem ser utilizadas no momento da análise dos dados. Geertz (1989) considera as notas de campo como uma inscrição da atividade social, uma anotação que a transforma em relato, que a conserva para ser consultada novamente.

O caderno de notas de campo foi de grande utilidade no momento da realização da análise qualitativa das entrevistas e os registros do diário de pesquisa contribuíram para mostrar a realidade vivenciada pela pesquisadora, mostrando os aspectos positivos e as limitações das orientações teórico-metodológicas escolhidas para essa investigação.

Por meio das observações objetivou-se conhecer a rotina dos ítalo-descendentes, por isso elas foram realizadas no local das atividades de agroturismo. Com o intuito de evitar a dispersão, optou-se por estabelecer um quadro geral para a observação inspirado na descrição proposta por Poupart et al. (2010) e Gil (2010). Estes autores propõem que sejam estabelecidos eixos de observação que visam contextualizar a realidade observada, isto é, descrever os elementos principais destas. Considerando os objetivos da pesquisa os principais eixos de observação foram:

1. Apresentação do local, objetos, ambientes;
2. Descrição dos participantes: quem recebe os turistas na chegada ao local; quem apresenta a propriedade; quem acompanha o turista; quem produz os produtos que são comercializados; quem é responsável por cobrar valores financeiros ao turista (por visitas, passeios ou produtos).
3. Descrição das rotinas: como o turista é recebido; como a propriedade é mostrada; como são monitorados os passeios turísticos; como os produtos são apresentados.

### **3.3.2. Entrevista semiestruturada**

Uma vez estabelecido contato com os participantes, por meio da observação participante, a pesquisa passou para a segunda etapa: a entrevista semiestruturada.

Conforme Poupart et al. (2010) apontam, existem três argumentos que se destacam para justificar a realização de entrevistas em pesquisas qualitativas. O

primeiro é de ordem epistemológica, pois uma exploração em profundidade da perspectiva dos entrevistados é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. Assim, a entrevista é imprescindível, não somente como método para apreender a experiência dos outros, mas, como instrumento que permite elucidar as condutas dos participantes da pesquisa. Considera-se que essas condutas só podem ser interpretadas na própria perspectiva dos entrevistados, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às ações.

O segundo argumento é de ordem ética e política, justificando a utilização da entrevista porque ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos participantes. Como a entrevista permite uma exploração das condições de vida dos participantes, ela é vista como um instrumento privilegiado para denunciar os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, e as iniquidades que podem afetar certos grupos. A entrevista comportaria ainda a vantagem de permitir não apenas evidenciar o que essas pessoas vivenciam no cotidiano, mas também dar-lhes a palavra e compensar a ausência ou a falta de poder na sociedade (POUPART et al., 2010).

Por fim, o terceiro argumento é de caráter metodológico e defende a entrevista como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos participantes, pois consiste em um meio eficaz para gerar informações sobre as estruturas e o funcionamento de um grupo, uma instituição, ou mais globalmente, uma formação social determinada. Na falta de outras fontes de dados, tais como análise documental e a observação, ou ainda paralelamente a elas, o entrevistado é visto como um informante-chave capaz de informar não só sobre as próprias práticas e maneiras de pensar, mas também – na medida em que ele é considerado como “representativo” do grupo ao qual pertence – sobre os diversos componentes da sociedade e sobre os diferentes meios de pertencimento (POUPART et al., 2010).

Diante das hipóteses deste estudo, elegeu-se a entrevista por considerar que esta técnica permitirá obter informações sobre a estrutura e o funcionamento do grupo, permitindo ainda interpretar e conferir sentido às condutas sociais relacionadas à transmissão de herança por meio das perspectivas dos entrevistados. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, foi elaborado um roteiro de perguntas (Apêndice A).

Minayo (2012) considera que a entrevista tem como objetivo construir informações pertinentes sobre um fenômeno que está sendo pesquisado e pode ser classificada de acordo com a forma de organização (estruturada, semiestruturada, aberta ou em profundidade, focalizada, projetiva, entre outras). A entrevista semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas, dando oportunidade ao informante de falar mais livremente sobre o tema. Optou-se por esta razão pela semiestruturada. Dessa forma, os entrevistados podem se sentir mais a vontade para expressar opiniões sobre o assunto. As entrevistas foram realizadas no domicílio dos entrevistados e, com a autorização dos mesmos, tiveram registro de áudio. Em seguida, as entrevistas foram transcritas para proceder às análises.

### **3.4. Procedimentos de análise dos dados**

Para a análise dos dados gerados foi utilizada uma abordagem qualitativa. Em um primeiro momento foi realizada a análise descritiva com o intuito de apresentar o perfil dos participantes e caracterizar as atividades desenvolvidas por eles. Posteriormente, foi realizada a análise discursiva.

#### **3.4.1. Análise de Discurso Crítica (ADC)**

Para Fairclough (2001) o discurso é visto como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais e o sujeito da linguagem está propenso ao moldamento ideológico e linguístico ao mesmo tempo em que age como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Assim, o discurso é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela.

Pela abordagem crítica discursiva, Gomes (2007) afirma que a principal questão a ser discutida na ADC é a “consciência” das relações de dominância através da linguagem e na própria linguagem. Por esse motivo, Melo (2009), Pedro (1997) e Wodak e Meyer (2009) dizem que o princípio condutor desta abordagem é a

concepção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais, sobre as quais se podem revelar processos de manutenção e abuso de poder. Por isso é função do analista do discurso crítico difundir a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder, aumentando assim a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista que esta consciência é o primeiro passo para a emancipação.

Os estudos mais significativos desenvolvidos neste campo foram produzidos pelo linguista britânico Norman Fairclough. Para este autor, os estudos discursivos críticos são uma forma de analisar as relações entre o discurso e outros elementos da prática social, compreendendo qualquer evento discursivo como, simultaneamente, um texto, uma prática discursiva e uma prática social. Nessas três esferas sustenta-se a perspectiva tridimensional do discurso entendida como a dimensão da análise linguística, da análise do processo interacional e da análise de circunstâncias organizacionais e institucionais da sociedade. Fairclough considera como base de sua teoria a natureza dialética social do discurso, ou seja, o discurso constitui a realidade social e é, ao mesmo tempo, constituído por ela (MELO, 2009).

Todas as formas de Análise de Discurso tomam o texto como domínio adequado da teoria e da descrição linguísticas. Em todas encontra-se um empenho na compreensão de textos, social ou culturalmente situados e uma atenção a aspectos sociais, co-textuais e culturais que permitem a garantia de categorias de explicação para a descrição de textos (PEDRO, 1997). Entretanto a ADC vai além disso, pois fornece dimensão crítica à análise dos textos, enfatizando como as práticas linguístico-discursivas imbricam nas estruturas sociopolíticas, do poder e da dominação.

Pedro (1997) afirma que o contexto é uma dimensão fundamental para a ADC e o sujeito não é visto como agente processual com graus relativos de autonomia, mas como sujeito construído por e construindo os processos discursivos a partir da sua natureza de ator ideológico.

A noção de “crítica” da ADC significa distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita e focalizar a auto-reflexão (WODAK, 2000). Apresenta, portanto, engajamento social e político, contribuindo para a construção de uma sociedade mais engajada, solidária e humana. Wodak (2000) acrescenta que esta abordagem, pode analisar as relações estruturais,

transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle manifestadas por meio da linguagem.

Nessa mesma perspectiva, Gomes (2007) coloca que os estudos críticos discursivos não são um mero quadro de teorias, mas sim um programa de ação com enfoque direto nas práticas sociais e discursivas, pois busca desnaturalizar as práticas ditas universais e naturais que se realizam na organização social e lutar contra a englobante e solidária naturalização das relações de dominância.

Consequentemente, ao contrário de focar em problemas puramente teóricos, a principal motivação dos pesquisadores de discurso-crítico são problemas sociais vigentes, em razão disso adota-se uma perspectiva das pessoas que sofrem mais, analisando de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas (VAN DIJK, 1993).

Uma vez que a presente pesquisa tem por objetivo analisar as relações de gênero no processo de transferência de herança, levando em consideração a diferença cultural encontrada na literatura segundo a qual o gênero é um fator excludente da mulher neste processo, optou-se pela ADC, pois esta se vincula às teorias críticas sociais relacionadas às minorias e aos marginalizados de forma a proporcionar empoderamento e emancipação.

Esta proposta fornece subsídios para a realização de pesquisas qualitativas cujo principal material empírico são textos, como, por exemplo, entrevistas, documentos oficiais, reportagens, textos publicitários, dentre outros (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Ocupando-se de efeitos ideológicos contidos nos textos que possam ter efeito sobre relações sociais, ações, interações, pessoas e mundo material, as preocupações da ADC direcionam-se de maneira que seja possível atuar a serviço de projetos de dominação e exploração, contribuindo para modificar identidades, conhecimentos, crenças, atitudes e valores (RAMALHO; RESENDE, 2011; FAIRCLOUGH, 2003).

A ADC, em um paradigma interpretativo crítico, oferece suporte científico para estudos sobre o papel do discurso na instauração, manutenção e superação de problemas sociais. Ou seja, oferece suporte científico para estudos sobre o papel do discurso em relação a problemas sociais contextualmente situados (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Esta proposta oferece ferramentas analíticas para o pesquisador estruturar conexões entre aspectos semióticos e não-semióticos do social, tendo em vista dois objetivos principais. Primeiramente, pesquisar mecanismos causais discursivos e seus efeitos potencialmente ideológicos. Em segundo lugar, pensar sobre possíveis maneiras de superar relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas por (sentidos de) textos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Aspirando esses dois objetivos principais, a ADC viabiliza aparato científico para que nesta pesquisa possam ser identificados possíveis conflitos e problemas sociais, contextualizando-os com a realidade vivida pelos entrevistados, bem como, para a apresentação de possíveis soluções para estes problemas, como a proposição de políticas sociais que sejam capazes de solucionar relações assimétricas.

Fairclough em “Discurso e Mudança Social”, de 1992, propôs um projeto crítico discursivo denominado Teoria Social do Discurso, que se conecta com temas e fenômenos relativos ao estudo do poder no contexto da modernidade tardia, tendo como método principalmente as dimensões intertextual e interdiscursiva (GOMES, 2007).

Costa (2012) afirma que, no livro “Discurso e Mudança Social”, Fairclough identificou importantes considerações sobre o discurso, dentre as quais, as principais apontam para a natureza constitutiva do discurso (o discurso construindo a sociedade), o caráter interdiscursivo e intertextual das práticas discursivas (os textos sempre recorrem a outros textos), o poder como prática discursiva, o discurso como prática política (pois é ideológico), e a mudança social dialética com a mudança discursiva.

O método tridimensional de análise do discurso proposto por Fairclough foi escolhido por ser considerado imprescindível para este trabalho, pois se presta à descrição linguística do texto, bem como à interpretação das relações entre processos discursivos e processos sociais (BARROS, 2008). Ou seja, este modelo tridimensional de análise do discurso é composto pela análise da prática social, da prática discursiva e do texto propriamente dito.

Em se tratando dos estudos relacionados ao texto, o objetivo é analisar a linguagem a partir do ‘vocabulário’, da ‘gramática’ e de ‘elementos linguísticos’ que ajudam no entendimento da textualidade. A prática discursiva, por sua vez, estuda o processo de produção, distribuição e consumo textual, enquanto que a prática social

está ligada a fatores socioculturais que perpetuam no discurso as relações de poder e hegemonia nele engendradas. A seguir a Figura 01 sintetiza a concepção tridimensional de discurso:

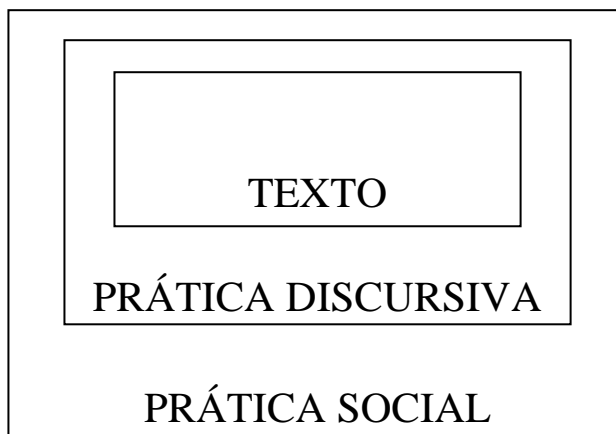


Figura 1 - Modelo Tridimensional do Discurso, Fairclough ([1992], 2001, p. 101).

Este quadro tridimensional é, ao mesmo tempo, uma descrição teórica para o conceito de discurso e procedimento metodológico. No que tange a metodologia, em um primeiro momento, foi feita à análise do texto de maneira descritiva. Nesta pesquisa, em especial, foram analisadas as categorias do sistema de transitividade, tal como proposto por Halliday, e didatizado por Fuzer e Cabral (2014). Além do sistema de transitividade, foram considerados também o vocabulário e o uso dos operadores argumentativos.

Em um segundo momento, após a descrição linguístico-textual, foi realizada a interpretação discursivas considerando os interdiscursos produzidos por meio principalmente dos léxicos selecionados pelos participantes. Para enfim, serem produzidas as explanações críticas evidenciando as relações de gênero, as negociações de poder e as ideologias no contexto da herança.

A explanação é a articulação de conceitos com o material empírico. Com isso, os textos serão, neste momento, “redescritos” a partir de teorias específicas, com a finalidade de mostrar a ação do discurso na prática social, no que diz respeito às questões de poder e lutas hegemônicas (RAMALHO; RESENDE, 2016).

Considerando que a análise textual quando aplicada exclusivamente é limitada e com o intuito de buscar os efeitos causais e ideológicos dos textos, bem

como a construção de significados, é necessário aplicar a interpretação dos textos relacionando-a a microanálise textual e a macroanálise (FAIRCLOUGH, 2003).

A presente pesquisa apresenta um problema social sobre o modo como relações de gênero influenciam a transmissão de herança entre ítalo-brasileiros envolvidos com atividades de agroturismo. Isso pode ser visto a partir das pesquisas já realizadas que relatam a exclusão das mulheres brasileiras de famílias com ascendência italiana da partilha da herança.

No presente estudo, os obstáculos iniciam-se na temática por se tratar de um assunto delicado relacionado a questões financeiras e a conflitos familiares. Dessa forma, a recusa de participação por parte das pessoas tende a ser consideravelmente alta.

O foco de pesquisa recai sobre o estudo das práticas relacionadas ao desenvolvimento de atividades de agroturismo e de partilha de herança e nos aspectos problemáticos das ordens do discurso presentes nas práticas de partilha da herança e das possíveis maneiras de superar esses problemas. Acredita-se que a própria entrevista mostra-se como uma ferramenta para a superação dos obstáculos, pois as perguntas estimulam a reflexão sobre as práticas relativas à partilha de herança. Além disso, a entrevista também fomenta a autorreflexão no sentido descrito por Giddens (1994), pois este autor afirma que reflexividade traz complicações para a auto-identidade do sujeito, na medida em que o “eu” torna-se um projeto, ou seja, uma interrogação contínua do passado, presente e futuro. Assim, ao dar centralidade à noção de reflexividade pressupõe-se autonomia de ação. Por isso, acredita-se que a ação de refletir sobre si mesmo e as práticas sociais é um importante mecanismo para a superação dos obstáculos.

É preciso desvelar as relações e os aspectos problemáticos das ordens do discurso sustentadas hegemonicamente para, assim, apontar os caminhos para que a superação do problema aconteça e a pesquisa contribua como uma prática emancipatória na sociedade. Neste sentido, analisou-se como contribuir para o estabelecimento de maior equidade na relação de propriedade/patrimônio entre mulheres e homens, e como romper com a moral patriarcal predominante nas relações de gênero, oferecendo subsídios para que seja possível alcançar o fim da subordinação da mulher ao homem, seja ele marido, pai ou irmão.

### 3.4.2. Sistematização do corpus e ferramenta computacional

Por se tratar de um corpus relativamente robusto optou-se pela adoção do programa AntConc para auxiliar à análise. Foi utilizada a versão 3.5.6 deste software de uso livre desenvolvido por Laurence Anthony, PhD em Linguística Aplicada pela Universidade de Birmingham, Inglaterra. Segundo Kader e Richter (2013) o AntConc é um concordanciador utilizado para listar as ocorrências de uma determinada palavra ou frase em uma quantidade definida de contextos. De forma geral, os concordanciadores também executam outras funções, como listar palavras em um texto ou corpus, extrair palavras-chave e colocados. O referido software é um conjunto de ferramentas que permite buscas e faz o cálculo estatístico das ocorrências das palavras em um corpus escrito, analisando automaticamente textos, caracterizando-se como uma ferramenta que facilita a análise de dados.

Este software processa somente arquivos nos formatos *txt* ou *rtf*. Por isso, para a realização das análises completas foi necessária a transcrição dos áudios e posterior transformação do arquivo para um dos formatos compatíveis com o software. Foi feito um único arquivo com as entrevistas de todos os participantes, excluindo as perguntas, para rodar as análises utilizando o AntConc.

A partir das análises no programa, mostraram-se relevantes duas ferramentas – a *wordlist*, em que os itens lexicogramaticais mais frequentes são listados em ordem decrescente de frequência, e a *concordancer*, ferramenta que permite a análise dos itens lexicogramaticais dentro da oração. Fairclough (2003) afirma que tais ferramentas permitem identificar as palavras-chave e a co-ocorrências ligadas a elas, bem como os diferentes padrões de coocorrência. Esse tipo de sistematização é de grande valia, porém, posteriormente foi utilizada a análise textual detalhada qualitativa.

A partir da primeira análise do corpus verificou-se a recorrência de processos materiais<sup>7</sup> de cunho econômico (comprar, dividir, dar, receber) e operadores argumentativos (mas, porque). As categorias macrossemânticas emergiram do corpus e o semantismo dos processos materiais deram origem às referidas categorias.

---

<sup>7</sup> À medida que os dados forem sendo analisados serão apresentadas as explicações sobre os processos analisados.

Percebeu-se que grande parte do material discursivo centrava-se nas questões da transmissão de herança propriamente dita e a questão do gênero como fator determinante para a partilha. Assim, foi estabelecida a primeira categoria macrossemântica “Transmissão de herança e a questão do gênero”. Tal categoria foi dividida em quatro subcategorias de acordo com as recorrências apresentadas na análise por meio do software: “contradições”, “prevalência da decisão masculina”, “tradição” e “questão da terra”.

Posteriormente, notou-se que todas essas questões sobre herança eram permeadas por conflitos familiares. Apesar de a presente pesquisa não ter como objetivo analisar estes conflitos, devido às recorrências optou-se por levar em consideração as potencialidades comunicativas que estes conflitos poderiam proporcionar para a análise das práticas de transmissão de herança. Com isso, foi determinada a segunda categoria macrossemântica “Conflitos familiares em função da transmissão de herança”. Esta categoria foi dividida em duas subcategorias: “conflitos entre irmãos” e “conflitos entre casais”.

Por fim, observou-se uma menor recorrência, porém significativa para a análise, quanto às reflexões sobre as práticas adotadas na partilha da herança. Assim, foi estabelecida a terceira categoria macrossemântica “Reflexões da prática social”, igualmente dividida em duas subcategorias: “reflexões” e “mudanças da prática social”.

Em conformidade com as pesquisas qualitativas, onde a representatividade do corpus é mais importante do que a quantidade, adotou-se o processo de saturação. De acordo com Bauer e Aarts (2002, p.59) "saturação é o critério de finalização: investigam-se diferentes representações, apenas até que a inclusão de novos estratos não acrescente mais nada de novo".

A fim de encontrar o ponto de saturação, foi realizada a leitura do material discursivo sistematizado no software verificando se as entrevistas mostravam novas representações. Os textos que apresentavam representações iguais às que já haviam sido selecionadas não foram analisadas em detalhe.

Sendo assim, abrangendo as três categorias macrossemânticas e com base na saturação e na recorrência dos resultados, foram selecionados 17 excertos mais significativos que contemplasse as discussões de gênero e a partilha e transmissão de herança.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

De acordo com os dados apresentados nos procedimentos metodológicos, as 27 propriedades que atendiam aos pré-requisitos da pesquisa foram procuradas e seis proprietários se recusaram a participar da pesquisa. Por isso, totalizaram 21 propriedades. Dentre estas, em 19 foram realizadas todas as observações e entrevistas previstas nos procedimentos metodológicos. Apesar de se encaixarem nos requisitos desta pesquisa, duas propriedades estavam com as atividades de agroturismo e recebimento de turistas suspensas e por isso não foi possível fazer o contato. Ambas haviam sido fechadas recentemente devido ao falecimento dos respectivos proprietários e as viúvas não informaram quando retornarão às atividades turísticas.

Assim, para a apresentação dos resultados foram consideradas 19 propriedades. No item que descreve os procedimentos de geração de dados foi informado que seriam feitas entrevistas com a pessoa que recebe os turistas e apresenta a propriedade e, em seguida, outra com o proprietário legal da terra. Em alguns casos essa recepção dos turistas era feita de maneira compartilhada entre dois familiares sem distinção, da mesma forma que se encontrou situações em que a propriedade da terra era compartilhada entre dois irmãos ou entre pai e filhos. Por esse motivo foram realizadas 32 entrevistas, sendo 11 com pessoas responsáveis pela recepção do turista, 13 proprietários legais da terra e 8 pessoas que se enquadravam nas duas situações.

Primeiramente serão discutidas as informações fruto das observações em relação às atividades de agroturismo em Venda Nova do Imigrante e às suas

protagonistas. A seguir será apresentado o perfil demográfico e socioeconômico dos participantes do estudo e, posteriormente, a caracterização das atividades de agroturismo. Logo após, serão abordados os impactos do agroturismo na vida dos participantes. Adiante, entrar-se-á na discussão acerca da participação das mulheres no controle efetivo do patrimônio e nas decisões sobre os lucros do agroturismo. Em seguida, serão abordadas as questões relativas à participação das mulheres na posse legal do patrimônio em que residiam e desenvolviam as atividades de agroturismo. Depois será discutido o recebimento de herança por parte dos entrevistados, aprofundando quanto ao recebimento, expectativa de recebimento e tipificação das heranças. A seguir, serão analisadas as práticas sociais adotadas no processo de transmissão de herança. Finalmente apresentar-se-ão as análises quanto à contribuição do agroturismo como fator de empoderamento feminino e de inclusão das mulheres no processo de partilha da herança.

#### **4.1. O agroturismo em Venda Nova do Imigrante e suas protagonistas**

A pesquisa se iniciou por meio de observações, buscando aprofundar o conhecimento sobre a cultura, as práticas sociais e as atividades rotineiras dos participantes. Primeiramente, pensava-se que as observações consistiriam, em grande parte, no trabalho de recepção dos turistas e apresentação da propriedade, contudo muitos turistas por já conhecerem a propriedade se tornaram clientes fiéis destas e não demandavam mais esse tipo de atividade. Nesses casos eles apenas se dirigiam à propriedade, compravam os itens de interesse e iam embora. Por isso, além das observações acerca da recepção dos turistas também foram acompanhados os processos de produção dos produtos e gerenciamento das atividades relacionadas ao agroturismo.

Logo nas primeiras propriedades ficaram evidentes outras particularidades que não são apresentadas na literatura, indicando algumas diferenças entre teoria e prática relacionada ao conceito de agroturismo. O conceito de agroturismo utilizado neste trabalho foi proposto por Graziano da Silva et al. (1998, p.19):

atividades internas à propriedade que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998, p.19).

O agroturismo em Venda Nova do Imigrante vai muito além de uma atividade desenvolvida durante o tempo livre dos participantes. Refere-se a uma prática identificada por 59,4% (n=19) dos entrevistados como a sua principal fonte de renda, superando monetariamente o faturamento proveniente da agricultura. Apenas 9,4% (n=3) responderam que o faturamento das atividades agrícolas era superior ao do agroturismo.

Assim, o agroturismo mostrou-se uma atividade rentável e com grandes perspectivas de futuro, de tal maneira que 6 das 19 propriedades visitadas deixaram de trabalhar com atividades agrícolas e 4 das 19 propriedades diminuíram a produção agrícola para alocar recursos e força de trabalho no agroturismo. Em 5 propriedades já não havia produção agrícola, por isso não houve mudanças. É importante destacar que não foi relatado movimento contrário, em que a propriedade deixou de oferecer atividades de agroturismo para funcionar apenas com produção agrícola. Outro dado que demonstra o futuro próspero esperado do agroturismo é o fato de terem sido encontradas 8 propriedades que se ocupavam dessa atividade há menos de 10 anos. Ou seja, notou-se um aumento de famílias que se dedicavam a empreender no ramo do agroturismo.

Com relação à contratação de mão de obra externa, observou-se que na família, ao se dedicar à prática de agroturismo, alguns membros da agricultura familiar eram deslocados para o agroturismo. Em 9 das 19 propriedades visitadas, as mulheres deixaram a agricultura para se dedicarem ao agroturismo e com isso a família tinha duas opções: diminuir a produção agrícola (situação de 4 propriedades) ou contratar mão de obra fixa para a agricultura (alternativa usada em 2 propriedades). Em 4 propriedades foi observada a contratação de uma pessoa para a prestação de serviços de limpeza nas dependências da área destinada ao agroturismo. Além disso, a demanda por contratação de mão de obra esporádica era proveniente somente das atividades agrícolas, principalmente na época de colheita de café.

Assim, percebeu-se uma maior contratação de mão de obra externa, seja ela fixa ou esporádica, para o suprimento da produção agrícola do que para trabalhar diretamente com o agroturismo.

Acredita-se que a manutenção de apenas familiares nas atividades de agroturismo seja devido ao apelo cultural de que fala Zandonadi e Freire (2012), pois certas particularidades encontradas em Venda Nova do Imigrante que despertavam o interesse dos turistas dificilmente poderiam ser plenamente atendidas por pessoas externas às famílias. Essas particularidades consistiam em histórias contadas pelos familiares sobre a chegada dos antepassados na cidade, explicações quanto à preservação das formas de preparo dos alimentos aprendidas com avós e bisavós, as tradições e costumes familiares advindos dos imigrantes italianos, entre outros. Como exemplo, podem ser citadas 4 propriedades em que se observou a utilização de cadernos de receitas de avós e bisavós já com páginas amareladas para a produção de alimentos processados.

Essa diferenciação entre os conceitos utilizados nessa pesquisa e a realidade vendanovense pode ter sido acarretada pela distância temporal, visto que o conceito apresentado por Graziano da Silva et al. é de 1998 e o de Portuguez é do ano de 1999. Porém, esses conceitos são fundamentais, pois ambos são pesquisadores pioneiros em estudos sobre o rural e o agroturismo.

A entrevistada 16 oferece uma boa definição sobre o agroturismo:

Ali que está a maior riqueza pra você vender. Você não vende só mercadoria, você vende o seu espaço, você vende o seu jardim, você vende Venda Nova inteira, você vende dentro da sua lojinha. Você vende famílias, contando a história, você vende tudo! É o que o turista mais gosta. A gente percebe de estalo que ele quer sentar aqui comigo, tomar um café, bater um papo. Ele não quer só ver a lojinha, não é só comprar. [...] Ele quer saber de histórias. O turista quer saber como é que foi, como é que é as coisas, como é que funciona isso, como é que funciona aquilo. Eles querem saber de histórias. É impressionante como eles gostam de ouvir histórias. Eu conto muitas histórias dos imigrantes, dos retratos que estão ali. E eles ficam encantados e vem um monte de perguntas. (Entrevistada 16, casada, 80 anos).

O agroturismo praticado em Venda Nova do Imigrante estava relacionado à forma como os produtores recebiam os turistas narrando histórias familiares sobre o início da imigração italiana, contando e, na medida do possível, mostrando como os

produtos eram feitos. As famílias recebiam tanto pequenos grupos de 3 ou 4 turistas quanto grupos maiores de 40 a 50 pessoas. Recepcionavam também grupos de escolares e universitários, visitas técnicas agendadas e grupos de outras cidades que possuíam interesse de desenvolver atividades de agroturismo. Durante as observações, pôde-se acompanhar um grupo de uma pequena cidade do interior do estado do Rio de Janeiro que estava buscando conhecimentos para investir em agroturismo em suas respectivas propriedades.

É importante ressaltar também que as visitas e as atividades não eram as mesmas em todos os meses do ano. Por exemplo, nas propriedades produtoras de vinho, quando os parreirais estavam carregados de uvas maduras, os turistas tinham a possibilidade de caminhar entre as videiras, provar das uvas, colher alguns cachos e aprender sobre colheita e armazenagem da uva. Entretanto isso só era possível durante dois ou três meses no ano. A mesma coisa acontecia nas plantações de morango, jabuticaba, entre outros.

De acordo com a Lei Estadual do Espírito Santo nº 9.297, de 16 de setembro de 2009, que incentiva o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar no estado e dá outras providências, as atividades de agroturismo familiar são muito amplas incluindo inclusive a comercialização de produtos transformados, de origem animal (queijo, leite, embutidos) e os de origem vegetal (doces, conservas, pães). Por exemplo, antigamente ao visitar uma propriedade de um produtor de queijo, era oferecida ao turista a oportunidade de acompanhar todo o processo de fabricação nas áreas de processamento, e com as devidas instruções do produtor, o turista preparava seu próprio queijo. No entanto, devido à necessidade de cumprimento das normas de higiene impostas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), essa prática foi extinta.

A referida Lei Estadual do Espírito Santo nº 9.297 também oferece um conceito sobre agroturismo, no qual este é considerado como uma atividade de turismo rural na agricultura familiar:

Ficam definidas como atividades de turismo rural na agricultura familiar todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade e produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (LEI ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO Nº 9.297).

Sendo assim, notou-se muitas adaptações e modificações do agroturismo conceitual, pois muitas atividades foram adaptadas à realidade e às necessidades vivenciadas. Todavia acredita-se que não se deve falar em uma descaracterização do agroturismo em Venda Nova do Imigrante. Exatamente por se tratar da Capital Nacional do Agroturismo, por ser este o “berço” do agroturismo brasileiro e a localidade onde esta atividade tem mais visibilidade e poder econômico no país, acredita-se que o conceito do agroturismo precisa considerar a forma como esta atividade é praticada em Venda Nova do Imigrante.

Por isso, sugere-se que conceitualmente o agroturismo seja considerado como uma modalidade de turismo realizada na propriedade familiar desenvolvida isoladamente ou concomitantemente com a produção agrícola, agregando valor ao modo de vida rural e aos produtos agrícolas, bem como às tradições e costumes familiares. O fato de ser desenvolvida na própria propriedade familiar aproxima o turista do modo de vida rural, sendo apresentados a eles os costumes locais e as histórias das famílias. Nesta modalidade, as atividades produtivas funcionam como atrativos, pois o turista tem oportunidade de conhecer e receber explicações sobre o modo de produção desde a primeira etapa até o produto final que está sendo comprado por ele. O agroturismo também compreende a comercialização de produtos alimentícios “in natura” de origem local, de produtos transformados de origem animal (queijos, leite e embutidos) e vegetal (doces, bolos, conservas, pães) e de artesanatos. A produção dos alimentos, em geral, busca manter tradições, sendo estes preparados seguindo receitas originárias de 2, 3 ou até 4 gerações anteriores da família.

Dessa maneira, o agroturismo permite que as famílias tenham controle de toda a produção desde a matéria-prima, passando pelo processamento até atingir o consumidor final, pois por se tratar de uma atividade desenvolvida na própria propriedade familiar, os produtores não necessitam repassar seus produtos para terceiros para serem comercializados. Isso permite maior controle do processamento dos produtos, da qualidade e do lucro. Vale destacar o caso de uma propriedade onde eram fabricados queijos e iogurtes. Antes do início das atividades de agroturismo, os homens da família pensavam em parar de trabalhar com gado leiteiro, devido à alta perecibilidade e ao baixo retorno financeiro. Entretanto, ao iniciar a fabricação de

queijo e iogurte, as mulheres da família começaram a comprar o leite produzido pelos homens. Assim, houve um beneficiamento mútuo, pois os homens passaram a ter destino certo para a produção do leite e as mulheres conseguiam garantir a qualidade do leite adquirido para processar o queijo. Todo esse processo era realizado de forma distinta e independente, como está descrito no presente trabalho. Isso porque, nesta família, os homens eram responsáveis somente pela produção agrícola, incluindo a produção de leite, e as mulheres eram encarregadas apenas do agroturismo, abrangendo a produção de queijo e iogurte.

Em todas as propriedades visitadas foram encontrados pequenos pontos comerciais destinados à venda das mercadorias produzidas pelos proprietários, denominados por estes como “lojinha”. O fato de as lojinhas se encontrarem dentro das propriedades aproximava ainda mais os turistas dos modos de produção e de vida dos produtores, pois, mesmo aqueles que já conheciam a propriedade e os procuravam somente para aquisição dos produtos, necessitavam ir até ela para comprar. Em duas propriedades o formato da loja era um pouco diferente. A primeira era um orquidário e as próprias estufas funcionavam como a loja, pois as plantas estavam expostas para a apreciação dos turistas. Na segunda situação, tratava-se de um sítio com restaurante, “pesque e pague”, pedalinhas e grande área arborizada, não existindo uma loja, pois o que era comercializado eram o serviço de alimentação e as atividades de lazer.

As lojinhas também eram um atrativo importante, pois além de expor os produtos também eram utilizadas para mostrar as raízes familiares e as tradições da vida rural. Em geral, nas paredes eram ostentados documentos referentes à chegada do primeiro familiar no Brasil vindo da Itália, brasão do sobrenome da família, prêmios recebidos, fotos dos patriarcas, de celebridades que já visitaram o local e das mulheres da família que já concorreram e/ou ganharam o título de “Rainha da Polenta” (tradicional desfile feminino realizado durante a Festa da Polenta). Essas exposições também estavam presentes nas duas propriedades que dispunham de um formato de loja diferenciado dos demais, pois existia um espaço reservado à exibição dos mesmos itens encontrados nas lojinhas.

Com relação à estrutura física, algumas lojinhas foram feitas em partes antigas da casa, como tulhas, conservadas com tijolos de barro aparentes e prateleiras de madeira. Nessas prateleiras eram exibidos artigos como ferros de passar roupa

aquecidos com brasa, lamparinas e lampiões de querosene, máquinas de escrever, telefones antigos, entre outros itens que remetiam à produção agrícola e ao modo de vida rural de décadas passadas.

Além das lojinhas, as diversas feiras que aconteciam mensalmente ou semanalmente eram outras oportunidades que os produtores possuíam para mostrar e vender os produtos. As feiras eram realizadas em diversos bairros da cidade de Venda Nova e algumas eram temáticas como de artesanatos, comidas típicas e de agricultura familiar.

A feira mais tradicional era a feira livre de agricultura familiar que acontecia semanalmente às sextas-feiras. A proposta para a realização desta feira teve início no ano de 2006 a partir de uma reunião da comissão de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Venda Nova do Imigrante e tinha como objetivo a criação de uma feira livre que oferecesse uma opção de comercialização da produção dos agricultores familiares. Depois de muito planejamento e organização, a feira foi inaugurada em outubro de 2009 e no ano de 2017 completou 8 anos contando com 33 barracas (PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2011). Dentre essas, 8 pertenciam a participantes deste estudo e uma propriedade estava na fila de espera para entrar na feira.

Nesta feira era ofertada uma grande variedade de produtos, tais como: verduras, frutas, biscoitos, pães, bolos, laticínios, embutidos, socol<sup>8</sup>, salgados, artesanato, produtos destinados às pessoas com restrições alimentares, dentre outros. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, para ingressar na feira os produtores que comercializam produtos primários deviam ser agricultores familiares e para os alimentos processados a exigência era que os produtores tivessem registro no órgão competente (PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, 2011).

Durante as observações percebeu-se que tanto nas lojinhas quanto nas barracas da feira de agricultura familiar eram as mulheres que lideravam, organizavam e vendiam os produtos. Dentre as 19 propriedades visitadas, em apenas 3 delas era um homem que recepcionava os clientes na lojinha da propriedade e na barraca da feira, deixando a esposa em segundo plano, de modo que esta somente

---

<sup>8</sup> Socol é um embutido de porco típico de Venda Nova do Imigrante.

tinha contato com os clientes nos momentos em que havia um maior número de pessoas. Nas demais 16 propriedades eram as mulheres que recepcionavam os turistas, organizavam e direcionavam a produção relacionada ao agroturismo. Já os respectivos maridos, quando participavam das atividades de agroturismo, faziam-no de maneira secundária e/ou em momentos de recepção de um grande número de turistas.

Dentre as 19 propriedades que participaram desta pesquisa, uma se destaca por diversos fatores. Inicialmente pensou-se em excluí-la devido ao contraste em relação às outras, porém trata-se do primeiro empreendimento de agroturismo de Venda Nova do Imigrante e acredita-se que a participação dele enriqueceria a discussão acerca do processo de transmissão de herança. Além disso, esta propriedade atendia a todos os requisitos pré-definidos nos procedimentos metodológicos.

A propriedade 19, último local visitado pela pesquisadora, possuía caráter de empresa e não estava enquadrada no termo de agricultura familiar, visto que eram empregadas formalmente 42 pessoas para trabalhar na agroindústria. Comparativamente às outras propriedades, apenas uma contratava 8 pessoas para trabalhar somente aos finais de semana e as restantes empregavam apenas uma ou duas pessoas fixas ou esporadicamente.

Outra diferença pode ser vista ao chegar à propriedade, pois a lojinha era muito maior do que as demais e assemelhava-se a um estabelecimento de comércio convencional. Apesar da decoração rústica, o espaço estava longe de ser um local que mostrasse as tradições da vida rural. Existiam diversos painéis de médio e grande porte exibindo fotografias de família e reportagens de televisão realizadas na propriedade, quadros ostentando entrevistas de membros da família concedidas a jornais regionais e de circulação nacional, mapas da Itália, brasão da família, entre outros.

Apesar do tipo de produção predominante ser queijo e café, a lojinha da propriedade 19 revendia produtos de quase todas as outras propriedades de agroturismo do município. Em alguns casos, os preços dos produtos chegavam a ter uma diferença de 100% entre as lojinhas dos produtores e a revenda praticada pela propriedade 19. Essa revenda obviamente era autorizada pelos outros produtores, visto que a propriedade 19 era a mais conhecida e a que recebia mais visitas de

turistas em Venda Nova. Sendo assim, era uma forma de expandir a venda dos produtos e uma tentativa de se tornar mais conhecido.

Os irmãos responsáveis pela propriedade 19 trabalhavam apenas na parte administrativa e ocasionalmente encontravam-se na lojinha para conversar com os turistas. Contudo, mantinham-se duas pessoas contratadas para trabalhar na lojinha atendendo os turistas e oferecendo produtos para degustação. Neste caso, também existia uma grande diferença, haja vista que nas outras propriedades eram os próprios membros da família que recebiam os turistas. Assim, todo aquele apelo cultural típico do agroturismo vendanovense encontrava-se limitado, pois os trabalhadores da lojinha possuíam somente um breve conhecimento sobre a história da imigração familiar e quanto às formas de preparo dos alimentos. No caso de dúvidas quanto aos produtos revendidos, era praticamente impossível obter uma explicação mais minuciosa sobre a forma de preparo.

Além disso, a propriedade não dominava toda a escala produtiva, pois as matérias primas para a produção eram adquiridas de fornecedores alheios à propriedade e à família. Consequentemente, não era possível oferecer a experiência que os turistas poderiam apreciar em outras propriedades como, por exemplo, conhecer o curral onde se encontravam as vacas que forneciam o leite para a fabricação do queijo.

Claramente, existiam também inúmeras vantagens na grande expansão verificada na propriedade 19. Uma delas era a venda “online”, possibilitando que alguns produtos chegassem a ser exportados para outros continentes. Por ser a maior e mais antiga propriedade de agroturismo de Venda Nova, era muito conhecida atraindo praticamente todos os turistas que iam à cidade. Todavia, percebeu-se que a expansão do empreendimento foi uma opção dos irmãos e outras propriedades com um pouco menos de tempo de agroturismo poderiam ter expandido assim como a propriedade 19. O importante é saber que expandir ou não era uma opção dos proprietários, bem como a inserção de pessoas alheias à família no negócio. Por isso, o fato de a propriedade 19 produzir em maior escala não significava que fosse a mais bem sucedida em questões financeiras ou de qualidade de vida.

Além disso, os donos e os trabalhadores se referiam à propriedade como “fazenda”, inclusive o nome da propriedade era antecedido por esta palavra. A denominação “fazenda” foi percebida em apenas mais uma propriedade, sendo que

no restante as pessoas usavam a denominação “sítio”. Percebeu-se que a escolha da nomenclatura estava relacionada à área ocupada pela propriedade<sup>9</sup> e, talvez, à perda da caracterização familiar. As duas propriedades denominadas “fazenda” eram as maiores em extensão e as que possuíam maior número de pessoas fixas contratadas. As demais peculiaridades da propriedade 19 serão discutidas ao longo do trabalho.

A partir desse momento faz-se necessário especificar as atividades relacionadas ao agroturismo desenvolvidas nas propriedades visitadas. Das 19 propriedades visitadas, 11 desenvolviam atividades agrícolas e não-agrícolas e 8 se dedicavam somente às não-agrícolas. Foram encontradas pequenas agroindústrias familiares em 14 propriedades que se dedicavam à fabricação de alimentos variados (pães, macarrão, vinho, café, cachaça, entre outros). Em apenas uma das propriedades havia a presença de uma agroindústria de médio porte. Além da agroindústria, outros tipos de atividades encontrados foram: produção de artesanatos em tecido, madeira e/ou sabonetes; serviços de alimentação, “pesque e pague” e pedalinhos; cultivo de orquídeas e confecção de berrantes.

A respeito do desempenho das atividades nas propriedades, desconsiderando a propriedade 19, devido ao fato de que toda a produção era realizada por pessoas contratadas, observou-se em todas as propriedades que as mulheres dedicavam-se exclusivamente às atividades de produção da agroindústria e às relacionadas ao agroturismo, não se envolvendo em atividades agrícolas. Nas 11 propriedades que desenvolviam atividades agrícolas associadas a não-agrícolas, observou-se que em 5 delas os homens dedicavam-se exclusivamente às atividades agrícolas e em outras 3 os homens, além das atividades agrícolas, desenvolviam atividades esporádicas a título de “ajuda” nos setores de agroindústria e agroturismo. Em apenas 2 propriedades os homens estavam à frente do trabalho agrícola e não-agrícola. Em uma única propriedade os homens eram responsáveis somente pela administração dessas atividades, contando com pessoas contratadas para a execução dos serviços.

Com relação às 8 propriedades que desenvolviam somente atividades não-agrícolas, apenas em 3 delas os homens participavam da produção. Em uma propriedade os homens trabalhavam em atividades alheias à agroindústria e ao

---

<sup>9</sup> A área das propriedades variou entre 0,5 a 53 alqueires, ou seja, aproximadamente 2 a 250 hectares de terra. Entretanto, retirando os *outliers*, isto é, os valores atípicos, a área média das propriedades era de aproximadamente 6 alqueires ou 30 hectares.

agroturismo e em dois casos as mulheres trabalhavam sozinhas, pois não eram casadas e não possuíam filhos. Em duas outras propriedades os homens estavam aposentados e não se envolviam nestas atividades.

Diante disso, observou-se a existência de uma divisão do trabalho pautada na moral patriarcal, na qual as mulheres eram responsáveis por cuidar da casa, da alimentação da família e dos filhos; e os homens faziam o trabalho denominado, tanto por homens como por mulheres, como “pesado”, correspondendo às atividades produtivas como a lavoura de café, milho, abacate, feijão e cuidados com animais de grande porte. Diante dessas informações pode-se perceber o acúmulo das funções domésticas com as atividades de agroindústria e agroturismo desempenhadas pelas mulheres.

Durante as observações, a pesquisadora presenciou diversas vezes a chegada de turistas no momento em que a família almoçava e em todas essas situações foram as mulheres (esposas) que se retiraram da mesa às pressas, para ir até a lojinha. Situação análoga acontecia no momento em que a mulher fazia o almoço, limpava a casa ou lavava roupas.

De acordo com as informações fornecidas por Silva e Schneider (2010) o trabalho familiar ainda mantém desigualdades nas relações de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. Os homens devem cuidar das atividades produtivas, ou seja, voltadas para o mercado, enquanto consideram que as mulheres apenas “ajudam”. Mesmo quando as mulheres têm maior participação em atividades ligadas à produção, como na agroindústria, seu trabalho muitas vezes não é notado e provoca conflitos. Esta afirmação também é compartilhada por Boni (2006) que, em estudo sobre agroindústrias rurais, percebeu o descontentamento das mulheres que trabalhavam em agroindústrias, pois este trabalho não era reconhecido como produtivo, e sim como uma extensão das atividades do lar. Isso porque para melhor gerenciar as atividades domésticas, elas costumam realizar o trabalho das agroindústrias dentro de casa. Além disso, os rendimentos eram administrados pelo homem-marido da família, perpetuando as relações patriarcais e a forma de interação de homens e mulheres na sociedade.

Os resultados descritos por Silva e Schneider (2010) e Boni (2006) não condizem com a realidade vendanovense, pois, apesar das atividades estarem divididas segundo uma moral patriarcal e as mulheres possuírem o acúmulo de

funções domésticas e agroindustriais, o trabalho das mulheres não era considerado “ajuda” no agroturismo, mesmo porque em muitos casos eram somente as mulheres que se dedicavam a essas atividades.

Também era notável a valorização do trabalho delas à frente do agroturismo, pois os turistas que voltavam à propriedade buscavam por elas<sup>10</sup>. Além disso, as associações de agroturismo e agroindústria enviavam correspondências endereçadas às mulheres, pois eram elas que compareciam às reuniões. A comunidade de maneira geral reconhecia o agroturismo pelos nomes das mulheres.

Quanto aos possíveis conflitos relacionados ao desempenho das mulheres nas atividades agroturísticas descritos por Silva e Schneider (2010), percebeu-se exatamente o contrário. Os homens, em especial aqueles que se dedicavam somente as atividades agrícolas, manifestavam o orgulho de o empreendimento estar tendo resultados positivos.

Em relação à insatisfação feminina descrita por Boni (2006) devido ao trabalho na agroindústria não ser reconhecido como produtivo, mas, sim, como uma extensão das atividades do lar porque a agroindústria estava dentro de casa, também não foi percebida em Venda Nova. Apesar de em todas as propriedades visitadas a agroindústria e/ou lojinha localizarem-se a poucos metros da casa, acarretando o acúmulo de funções domésticas e agroturísticas, não foi percebida uma possível desvalorização ou insatisfação por parte das mulheres. As informações sobre quem fazia a administração dos rendimentos gerados pelo agroturismo não são perceptíveis somente por meio das observações, tendo sido necessário aguardar a realização das entrevistas.

Acredita-se que essa diferença pode ter se devido ao fato de as pesquisas realizadas terem sido na região sul, especificamente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Como foi mostrado no início deste trabalho, a região sul é bastante explorada por pesquisadores que buscam desenvolver investigações com objetivos semelhantes aos da presente pesquisa, entretanto percebe-se que, apesar de semelhanças com a região sul, o município de Venda Nova do Imigrante possui muitas singularidades.

---

<sup>10</sup> Exceto nas 3 propriedades em que era o homem que recepcionava os turistas.

A divisão do trabalho observada nas propriedades está intrinsecamente relacionada ao gênero como um regime político, conforme descrito por Diniz (2014), e à moral patriarcal que tem como unidade de governança a família. Segundo Foucault (2006) a família é um reduto do poder soberano e o patriarcado é a moral que regula esse poder sobre os corpos das mulheres na casa. Assim, a subalternização de mulheres a homens é uma das situações mantidas pela moral patriarcal.

O conceito de divisão sexual do trabalho permite analisar com maior clareza os papéis sociais nitidamente diferenciados por sexo<sup>11</sup> e contribui para o entendimento dos lugares que as mulheres ocupam no mundo do trabalho. Embora seja uma construção cultural e suscetível, portanto, de ser modificada, a divisão sexual do trabalho determina os papéis que as pessoas devem desempenhar na sociedade, ficando as mulheres encarregadas da reprodução social e os homens das tarefas produtivas. Essa divisão também estabelece relações hierárquicas de poder, que relegam a maioria das mulheres ao desempenho de tarefas sem visibilidade nem reconhecimento social (SOARES, 2011).

Por conseguinte, é possível compreender que, sendo a divisão sexual do trabalho um campo constituído por relações de poder, principalmente no que se refere à gênero, uma vez que ela é causa e efeito deste tipo de relações, entende-se que sua reprodução corrobora a existência das desigualdades nas relações de gênero, perpetuando-as (NOGUEIRA, 2006).

Considerando questões apresentadas por Diniz (2014) e a perpetuação das desigualdades nas relações de gênero por meio da divisão sexual do trabalho discutida por Nogueira (2006), pode-se ter um indício de que as mulheres não sejam proprietárias legais da terra onde eram desenvolvidas as atividades de agroturismo, bem como sejam excluídas do processo de partilha de herança. Essas pressuposições feitas a partir das observações reforçam as assertivas de Deere e León (2002), pois elas afirmam que os mecanismos de exclusão das mulheres ao direito de propriedade têm como base ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidades e feminilidades e na divisão de trabalho, dita adequada, entre as esferas públicas e privada.

---

<sup>11</sup> Ibidem nota de rodapé 1.

Uma das questões fundamentais para delimitar a inclusão ou a exclusão das mulheres na partilha da herança refere-se ao valor simbólico da propriedade. Carneiro (2001) mostra que, ao se tratar de transmissão de herança entre agricultores, nos casos em que não existe a presença de valor simbólico, a partilha da herança tende a ser igualitária entre os filhos, pois a terra é vista apenas como bem financeiro. Já na situação em que o valor simbólico excede o valor econômico, a transmissão tende a ser indivisa e as mulheres são excluídas da herança.

Em se tratando dos locais visitados como propriedade simbólica, foi possível observar as características descritas por Carneiro (2001), Tresmann (2005) Bonnemaison e Cambrèzy (1996), pois entre os participantes, a terra, muito além de possuir valor material, era valorizada como um bem associado à memória e ao sobrenome da família. Além das fotos dos familiares dispostas nas lojinhas e das histórias de família contadas aos turistas, a utilização do sobrenome familiar para dar nome à propriedade e aos produtos era muito comum.

Para tornar mais fácil a compreensão e a discussão acerca da terra como propriedade simbólica e a valorização do sobrenome da família, apresentam-se alguns dados na Tabela 1.

Tabela 1 - Membros familiares envolvidos com o agroturismo e a origem do nome da propriedade e/ou da marca dos produtos. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Propriedade	Membros envolvidos com agroturismo	Responsável pela recepção dos turistas	Origem do nome da propriedade/produtos
01	Um casal e a mãe da mulher (divorciada)	A mulher (esposa)	Primeiro nome da esposa e da mãe
02	Um casal e uma filha (solteira)	A mulher (esposa)	Não faz referência ao nome ou sobrenome
03	Um casal e dois filhos (solteiros)	O homem (marido)	Primeiro nome do marido
04	Um casal	A mulher (esposa)	Comunidade da Itália
05	Dois irmãos e as respectivas esposas e os pais dos irmãos	As mulheres (esposas)	Sobrenome do marido/pai do marido
06	Três irmãos (casados) e uma irmã (solteira)	A mulher (irmã)	Nome de uma santa da igreja católica
07	Uma mulher (solteira)	A mulher	Primeiro nome da mulher

08	Uma mulher (casada), a respectiva sogra (casada) e filha (solteira)	A mulher	Sobrenome do marido
09	Uma mulher (casada)	A mulher	Não faz referência ao nome ou sobrenome
10	Duas irmãs (casadas) e a respectiva mãe (viúva)	Uma das mulheres (irmã)	Primeiro nome de uma das irmãs
11	Duas irmãs (solteiras)	Uma das mulheres (irmã)	Primeiro nome de uma das irmãs
12	Um casal	A mulher (esposa)	Junção do sobrenome do marido com o sobrenome da esposa
13	Um casal	A mulher (esposa)	Referência ao bairro onde moram
14	Um casal* e um filho (solteiro)	A mulher (esposa)	Não faz referência ao nome ou sobrenome
15	Um casal	A mulher (esposa)	Sobrenome do marido
16	Um casal	A mulher (esposa)	Sobrenome do marido
17	Uma mulher (casada)	A mulher (esposa)	Primeiro nome da mulher
18	Um casal	O homem (marido)	Sobrenome do marido
19	Três irmãos	Um dos irmãos e funcionários	Sobrenome dos irmãos

---

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Após as entrevistas o homem (marido) faleceu, porém decidiu-se não excluí-lo da pesquisa, muito menos refazer as entrevistas, visto que a família se encontrava em uma situação de luto.

O agroturismo era feminino em Venda Nova do Imigrante, pois em apenas uma única propriedade foram encontradas atividades de agroturismo sendo desenvolvidas sem a presença de pelo menos uma mulher da família. Este caso tratava-se da propriedade 19, sobre a qual foi relatado anteriormente que 3 irmãos participam apenas da parte administrativa e empregam 42 pessoas para a produção e atendimento na lojinha. Por outro lado, em contrapartida em 6 propriedades das 19 visitadas o agroturismo era gerenciado apenas por mulheres. Entretanto a terra e a propriedade eram masculinas, isso porque apesar de somente 7 propriedades

utilizarem os nomes/sobrenomes dos maridos/irmãos, deve-se atentar às marcas da moral patriarcal e os indícios de que a terra seja destinada somente aos homens.

Em nenhuma das propriedades em que as mulheres eram casadas, tendo participação ou não dos respectivos maridos no agroturismo, foi utilizado um sobrenome de origem da família da mulher para dar nome à propriedade e/ou ao produto. Essa situação também foi encontrada em todas as propriedades em que somente mulheres trabalhavam com o agroturismo, casadas ou não. Mesmo nas propriedades em que as mulheres eram solteiras e trabalhavam sozinhas, não foi utilizado um sobrenome de origem da família da mulher para dar nome à propriedade e/ou ao produto. A alternativa para se auto-representar no nome da propriedade/produto encontrada pelas mulheres era a utilização dos próprios nomes, porém, como foi apresentado anteriormente, o sobrenome é um dos fatores que confere relação com a família e com o valor simbólico da terra. Então, mesmo estando sozinhas elas ainda não utilizavam o sobrenome do pai, por exemplo.

Considerando a afirmação de Bonnemaison e Cambrèzy (1996) de que a terra pode ser compreendida como uma construtora de identidades em virtude do valor simbólico, notou-se que nas propriedades observadas a terra representava uma identidade masculina, visto que as mulheres pareciam não possuir legitimidade para utilizar o sobrenome da família. Assim, a terra não fazia parte da construção identitária da mulher, pois de acordo com Stropasolas (2011; 2002) e Deere e León (2002) os homens são socialmente reconhecidos como agricultores e as mulheres só conquistam a condição de agricultoras quando se casam com um agricultor. Esta situação configura mais um indício de que as mulheres em Venda Nova do Imigrante eram excluídas da partilha da herança de suas respectivas famílias.

Retomando a discussão acerca dos nomes das propriedades, outra alternativa encontrada era a criação de nomes sem referência ao sobrenome da família, como era caso da mulher da propriedade 09, em que o empreendimento foi iniciado e era mantido somente por ela há mais de 30 anos, porém sem a utilização de sobrenomes familiares.

Quatro casos específicos devem receber a devida atenção. Primeiro o caso da propriedade número 01, que era denominada pelo primeiro nome da mulher e o primeiro nome de sua mãe. Este empreendimento já existia há mais de 20 anos na época da entrevista e o casamento dessa mulher só havia ocorrido há 4 anos. Sendo

assim, por se tratar de uma mãe divorciada há mais de 30 anos e uma filha que se encontrava solteira no início das atividades de agroturismo, o nome dado inicialmente permaneceu após o recente matrimônio. Do mesmo modo descrito anteriormente, não se fazia referência ao sobrenome da família da mãe.

O segundo caso é a propriedade número 10 em que, apesar de as mulheres serem casadas, os maridos não desenvolviam atividades dentro da propriedade.

Já na propriedade 12 o nome foi construído por meio da junção dos sobrenomes do marido e da esposa, informação esta comunicada pela mulher ao apresentar a lojinha para pesquisadora. A mulher demonstrou desconforto ao afirmar que em Venda Nova as propriedades eram denominadas pelo sobrenome dos homens e declarou que, por trabalharem os dois (esposa e marido) igualmente, exigiu do marido que o sobrenome dela também fosse representado na marca dos produtos.

Sempre se viu em Venda Nova a mulher nunca existe na família, sempre é o homem. Os sítios tudo tem os nomes dos homens e as mulheres você nem conhecem quem são as mulheres de tal pessoa. Então aqui eu falei que a gente ia fazer diferente. A gente ia fazer uma junção aqui dos nomes, dos nossos sobrenomes. Daí surgiu o nome. Porque que tem que ser o nome do marido? Inclusive gente da minha família questionou se não ia colocar o sobrenome do meu marido e eu falei que não...que aqui ia ser diferente. Aí ficou esse nome. Meus filhos aprovaram o nome, gostaram. Aí ficou. Porque é eu e ele e é assim que tem que funcionar. Não pode ser só o sobrenome dele. Porque só o sobrenome dele se a gente faz tudo junto? Tem que ser os dois.

(Entrevistada 20, casada, 57 anos).

Neste caso, nomes diferentes eram dados aos produtos e à propriedade, respectivamente. O nome do produto era a junção dos sobrenomes do marido e da esposa, já o da propriedade não fazia referência às famílias. Existiam duas ressalvas nesta propriedade. O casal entrou recentemente no agroturismo, há aproximadamente 5 anos, por iniciativa da mulher após a aposentadoria como pedagoga. Esta mulher desenvolveu atividade laboral externa à propriedade durante toda a vida e possuía uma aposentadoria de valor considerado alto para a média da população. Podem ser estes fatores que fizeram com que ela tivesse mais poder de decisão junto ao marido. Contudo, mesmo nesta propriedade, notou-se que a construção do nome era feita utilizando como primeira sílaba o sobrenome do marido e a segunda sílaba o sobrenome da mulher. Coincidência ou não, o sobrenome dele estava na frente.

O último caso que merece destaque é a situação encontrada na propriedade 04, onde o nome não fazia referência a nenhuma das famílias do casal. Essa decisão foi tomada conjuntamente pelo marido e esposa. Inicialmente, porque o marido é paulista e não tem origem italiana, o sobrenome dele não foi considerado uma boa opção. Já o sobrenome da esposa, um dos mais tradicionais de Venda Nova, também não foi visto como uma boa opção devido a um conflito de família por causa da partilha da herança do pai.

Mesmo levando em consideração o valor simbólico intrínseco relacionado aos nomes das propriedades e dos produtos comercializados e o fato de que estas mulheres pareciam não possuir legitimidade para utilizar os sobrenomes de suas famílias de origem, não se deve desmerecer o protagonismo feminino no agroturismo vendanovense. Ademais a utilização do próprio nome, ao contrário do sobrenome da família, é um fator de identificação do protagonismo feminino, pois pode ser considerado como uma forma de mostrar que o produto era produzido por ela, sem relação com outros membros familiares. Assim, demarca-se e transporta para a figura feminina o trabalho, as dificuldades, mas também o sucesso do empreendimento.

Obviamente o valor simbólico é imprescindível para a discussão do processo de transmissão de herança, bem como o valor econômico das propriedades, uma vez que existia uma grande valorização imobiliária no município. Entretanto era visível o empoderamento dessas mulheres à frente da propriedade e do empreendimento de agroturismo. Considerando o agroturismo o movimento de voluntariado marcante em Venda Nova do Imigrante e as festas tradicionais da cidade, observou-se uma grande influência feminina que deve ser ressaltada como estratégia para conquista de respeito, independência e autonomia perante a família e a sociedade.

Em suma, apresentou-se neste tópico um conceito de agroturismo considerando as adaptações e modificações desta modalidade de turismo percebidas na Capital Nacional do Agroturismo. Em se tratando dos locais visitados como propriedade simbólica, observou-se que a terra, muito além de possuir valor material, era valorizada como um bem associado à memória e ao sobrenome da família. A partir dos nomes dados às propriedades, discutiu-se a respeito da terra como uma construtora de identidades em virtude do valor simbólico. O agroturismo era feminino em Venda Nova do Imigrante e a terra e a propriedade eram masculinas,

indicando marcas da moral patriarcal e indícios de que a transmissão de herança privilegiava os homens.

#### 4.2. Caracterização dos participantes

A partir das observações foram identificados os participantes que recebiam os turistas e estavam à frente do agroturismo. Sendo assim, das 19 propriedades foram selecionados 3 homens e 16 mulheres para serem entrevistados. A partir destas entrevistas descobriu-se os nomes dos proprietários legais da terra. É importante ressaltar que foi perguntado para os primeiros 19 entrevistados quem era o dono da propriedade e a partir dessas respostas foram procurados os demais participantes. Essas informações são apresentadas a seguir na Tabela 2.

Tabela 2 - Membros familiares envolvidos com o agroturismo, responsável(is) pela recepção dos turistas e o(s) proprietário(s) legal(is) da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Propriedade	Membro(s) envolvido(s) com agroturismo	Responsável(is) pela recepção dos turistas	Proprietário(s) legal(is) da terra
01	Um casal e a mãe da mulher (divorciada)	A mulher (esposa)	A mãe do marido (não se dedica ao agroturismo) (viúva)
02	Um casal e uma filha (solteira)	A mulher (esposa)	O marido*
03	Um casal e dois filhos (solteiros)	O homem (marido)	O marido
04	Um casal	A mulher (esposa)	A esposa
05	Dois irmãos e as respectivas esposas e os pais dos irmãos	As mulheres (esposas)	Os dois irmãos
06	Três irmãos (casados) e uma irmã (solteira)	A mulher (irmã)	Os quatro irmãos
07	Uma mulher (solteira)	A mulher	O pai*
08	Uma mulher (casada), a respectiva sogra (casada) e filha (solteira)	A mulher	O marido

09	Uma mulher (casada)	A mulher	A mulher
10	Duas irmãs (casadas) e a respectiva mãe (viúva)	Uma das mulheres (irmã)	A mãe e uma das irmãs
11	Duas irmãs (solteiras)	Uma das mulheres (irmã)	Uma irmã
12	Um casal	A mulher (esposa)	O marido
13	Um casal	A mulher (esposa)	O marido
14	Um casal e um filho (solteiro)	A mulher (esposa)	O marido
15	Um casal	A mulher (esposa)	O marido
16	Um casal	A mulher (esposa)	O marido
17	Uma mulher (casada)	A mulher (esposa)	O marido
18	Um casal	O homem (marido)	O marido
19	Três irmãos	Um dos irmãos e funcionários	Os irmãos

---

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Situações especiais.

Nos casos em que a propriedade possuía mais de um proprietário legal buscou-se entrevistar todos, entretanto em alguns casos isso não foi possível. Estavam nesta situação as propriedades 5 e 6. Na propriedade 5 duas mulheres recebiam os turistas e seus respectivos maridos eram os proprietários legais da terra. Involuntariamente, as observações foram realizadas acompanhando somente uma das duas mulheres, visto que elas dividiam os dias de trabalho e os agendamentos para as observações foram realizados para os dias de responsabilidade somente de uma delas. Para a etapa das entrevistas os dois irmãos informaram que estavam com muito trabalho e por isso somente um deles iria participar dela. Sendo assim, optou-se por entrevistar o marido da mulher que participou das observações.

A propriedade 6 possuía 4 proprietários, sendo três homens e uma mulher. Esta mulher era a responsável por receber os turistas e participou das observações e

entrevista. Dos três irmãos, dois foram entrevistados, pois o terceiro não residia em Venda Nova do Imigrante.

Duas situações precisam ser destacadas. Na propriedade 02 a pessoa responsável por receber os turistas era a mulher (esposa) e durante a entrevista questionou-se quem era o dono da propriedade. Ela respondeu que era o marido, porém ao chegar à parte que trata de herança ela respondeu que aquela propriedade foi recebida por ela como herança do pai.

Aqui é do meu marido. Tá no nome do meu marido.

[...]

Na verdade a casa agora que passou pro meu nome. Eu fiz o documento direitinho e passei pro meu nome porque eu já vou passar pros meus filhos já. Isso aqui foi herança de papai. Foi papai que me deu. Eu falo que é do meu marido porque é um costume já né? Falar que é do marido né?

(Entrevistada 3, casada, 61 anos).

A propriedade 07 também apresentava uma questão delicada, pois o agroturismo e a pequena agroindústria pertenciam somente a uma mulher solteira. Ao ser questionada sobre o proprietário legal da propriedade ela explicou que toda a terra pertencia ao seu pai, entretanto ele já havia delimitado oralmente a divisão entre os filhos e a parte em que ela desenvolvia as atividades agroturísticas correspondia à herança dela.

Em ambos os casos citados, optou-se por entrevistar os homens apontados como proprietários. No caso da propriedade 2 pensou-se que seria interessante comparar as respostas do marido e da esposa e no caso da propriedade 7 para verificar essa transmissão de herança ainda que seja apenas oralmente.

Foram entrevistadas 32 pessoas, dentre essas 56,3% (n=18) eram mulheres e 43,7% (n=14) eram homens, sendo que 56,3% (n=18) tinham entre 45 e 59 anos e 84,4% (n=27) eram casados. A maioria, 87,5% (n=28), possuía filhos, sendo a média de filhos de 2 a 3 por entrevistado. Todos os 32 entrevistados residiam em casa própria (propriedade da família). As outras características como escolaridade, situação profissional e renda apresentaram muitas variações, conforme é mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Perfil sociodemográfico dos entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Características	Frequência		
	N	%	
Gênero	Masculino	18	56,3
	Feminino	14	43,7
Faixa etária	De 35 até 39 anos	01	3,1
	De 40 até 44 anos	01	3,1
	De 45 até 49 anos	07	21,9
	De 50 até 54 anos	06	18,8
	De 55 até 59 anos	05	15,6
	De 60 até 64 anos	04	12,5
	De 65 até 69 anos	04	12,5
	De 70 até 74 anos	01	3,1
	De 75 até 79 anos	00	0,0
	De 80 até 84 anos	03	9,4
Estado civil	Casado/união estável	27	84,4
	Solteiro	03	9,4
	Viúvo	02	6,3
	Divorciado	00	0,0
Filhos	Sim	28	87,5
	Não	04	12,5
Número de filhos	Não tem	04	12,5
	1	05	15,6
	2	09	28,1
	3	07	21,9
	4	02	6,3
	5	04	12,5
	9	01	3,1
Com quem reside	Com cônjuge e filhos	20	62,5
	Com cônjuge	04	12,5
	Com filhos	01	3,1
	Sozinho	03	9,4
	Com cônjuge e filho do cônjuge	01	3,1
	Com os pais	01	3,1
	Com cônjuge, filhos e filhos do cônjuge	02	6,3
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	11	34,4
	Ensino fundamental completo	03	9,4
	Ensino médio incompleto	01	3,1
	Ensino médio completo	07	21,9
	Ensino superior incompleto	00	0,0
	Ensino superior completo	07	21,9
	Pós-graduação	03	9,4
Situação profissional	Autônomo	17	53,1

Características	Frequência	
	N	%
Aposentado	02	6,3
Autônomo e aposentado	12	37,5
Autônomo e afastado pelo INSS (doença)	01	3,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Relacionando-se o estado civil e o gênero, tem-se que 72,2% (n=13) das mulheres eram casadas ou estavam em uma união estável, 16,7% (n=3) eram solteiras e 11,1 (n=2) eram viúvas. Apenas uma dentre as mulheres casadas já havia se divorciado e no momento da entrevista estava no segundo casamento. Não foram entrevistadas mulheres divorciadas sem um novo companheiro. Com relação aos homens, todos os 14 participantes eram casados. Quanto à faixa etária, número de filhos, escolaridade e situação profissional, não se observou diferença significativa entre homens e mulheres.

Questionados sobre o anseio de sair do campo e mudar para a cidade, alguns entrevistados alegaram que este desejo emergiu apenas na época da juventude em que a situação era mais difícil e o acesso a bens e serviços era escasso. As motivações para continuar no campo foram pautadas na tranquilidade, no acesso a um amplo espaço e o fato de estar adaptado à vida ao campo. Alguns também mencionaram o fato de terem nascido e crescido na própria propriedade, além do fato de os sítios se encontrarem a poucos quilômetros do centro de Venda Nova do Imigrante. Os únicos dois entrevistados que se mudaram do campo para a cidade justificaram essa saída pelo fato das respectivas esposas possuírem vínculo empregatício na cidade, tornando a locomoção mais fácil para elas.

Sendo assim, não foi observado o chamado *auspendler* do qual falava Seyferth (1984), isto é, o deslocamento diário de um indivíduo do campo, onde mora e realiza trabalhos agrícolas, para a cidade onde desenvolve atividades remuneradas. Notou-se exatamente o contrário na única propriedade em que alguns membros não residem no campo: os dois irmãos da propriedade 6 realizavam um descolamento diariamente até a fazenda onde desenvolviam o trabalho com agroturismo e atividades agrícolas.

Acerca da(s) fonte(s) de renda questionou-se qual a principal renda do entrevistado e se, além desta, ele possuía outra fonte de renda. Neste momento foi

possível perceber quais atividades geram maior lucro e estabilidade financeira para os participantes. Estas informações estão apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4 - Principal fonte de renda de mulheres e homens entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Renda principal	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Agroturismo	10	55,6	09	64,3
Atividades agrícolas	02	11,1	01	7,1
Aposentadoria	03	16,7	00	0,0
Agroturismo e atividades agrícolas	03	16,7	04	28,6
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando que a principal fonte de renda era a atividade que gerava maiores rendimentos, os entrevistados que responderam que era o agroturismo juntamente com as atividades agrícolas o fizeram devido ao fato de que essas duas ocupações eram equivalentes do ponto de vista financeiro, por isso não era possível definir uma única fonte de renda principal. Nesses casos, ao perguntar se o entrevistado tinha outra fonte de renda, automaticamente ele citou “agroturismo e atividades agrícolas”. Isso porque ele possuía somente as duas, entretanto financeiramente essas atividades não apresentavam distinção.

Analisando a Tabela 4 percebeu-se que o agroturismo era a principal fonte de renda tanto para mulheres quanto para homens. “Atividades agrícolas” foi a opção menos citada juntamente com a aposentadoria. Alternando para a Tabela 5 a seguir, pode-se perceber uma maior diversificação de fonte de renda complementar dos entrevistados.

Tabela 5 - Fonte de renda complementar de mulheres e homens entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Renda principal	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Agroturismo	02	11,1	01	7,1
Atividades agrícolas	00	0,0	02	14,3
Aposentadoria	07	38,9	03	21,4
Agroturismo e atividades agrícolas	02	11,1	03	21,4
Agroturismo e atividades agrícolas + locação de imóvel	01	5,6	01	7,1
Agroturismo e pensão do filho PNE	01	5,6	00	0,0
Aposentadoria e atividades agrícolas	00	0,0	01	7,1
Outras	03	16,7	02	14,3
Não tem outra renda	02	11,1	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A opção de renda complementar mais citada pelas mulheres foi “aposentadoria” e pelos homens foram igualmente lembradas “aposentadoria”, “agroturismo” e “atividades agrícolas” e “outras”. É importante destacar que somente os homens consideraram apenas as “atividades agrícolas” como renda complementar.

Dentro da opção “outras” foram agrupadas as seguintes rendas extras: locação de imóvel (citado por uma mulher), salário do cônjuge (apontado por uma mulher e um homem), pensão do cônjuge (referida por uma mulher) e auxílio doença (mencionado por um homem).

De acordo com a Tabela 4, 7 entrevistados afirmaram que a principal fonte de renda era proveniente do agroturismo e das atividades agrícolas conjuntamente e que estas atividades geravam o mesmo rendimento mensal. Por isso, essas mesmas 7 pessoas foram representadas na Tabela 5 apontando o “agroturismo e atividades agrícolas” como fonte de renda extra. Inclusive, dois destes possuíam também rendimentos com locação de imóvel.

Com relação ao valor médio mensal de todas as fontes de renda recebidas pelos entrevistados, constatou-se que a maioria de mulheres e homens recebiam entre 3 e 5 salários mínimos<sup>12</sup>. Os valores detalhados podem ser acompanhados na Tabela 6.

<sup>12</sup> O salário mínimo praticado no Brasil durante o período de entrevistas em 2017 era de R\$937,00.

Tabela 6 - Valor total da renda mensal de mulheres e homens entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Valor da renda (em salários mínimos)	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
1	01	5,6	00	0,0
Acima de 1 até 3	04	22,2	03	21,4
Acima de 3 até 5	07	38,9	05	35,7
Acima de 5 até 7	01	5,6	02	14,3
Acima de 7 até 9	02	11,1	01	7,1
Acima de 11 até 13	01	5,6	00	0,0
Acima de 13 até 15	00	0,0	01	7,1
Não sabe	02	11,1	02	14,3
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Primeiramente, notou-se que somente uma mulher tem a renda mensal de um salário mínimo. Trata-se de uma propriedade em que o casal e a mãe da esposa retiravam cada um mensalmente um salário mínimo como lucro do trabalho com o agroturismo. A diferença entre mulheres e homens foi percebida à medida que os valores aumentavam, pois contabilizando somente os participantes que recebiam acima de 7 salários mínimos, tem-se que as mulheres recebiam ligeiramente mais do que os homens.

Outro ponto que merece destaque é a falta de informação de 4 participantes sobre o valor médio da renda mensal. Apesar de as entrevistas serem realizadas separadamente, um casal apontou a mesma justificativa por não fornecer esta informação. Ambos disseram que não possuíam nenhum controle sobre gastos e lucros tanto da produção agrícola quanto do agroturismo.

Já com relação à outra mulher que não soube indicar o valor da renda, a justificativa para essa falta de informação foi o fato de que a parte financeira e os lucros gerados eram administrados somente pelo marido. Ao entrevistar o marido foi possível ter acesso a este dado, mas o valor citado por ele não foi inserido como renda da esposa mantendo assim a resposta dada por ela.

O outro homem que relatou não saber o valor da renda mensal esclareceu que como existe uma divisão do trabalho entre ele e a esposa, na qual sua

responsabilidade era referente somente à parte agrícola, ele estava sempre na roça<sup>13</sup> e longe da contabilidade dos lucros e gastos para a manutenção do empreendimento. Por sua vez, a esposa, estando à frente do agroturismo e da contabilidade, era quem controlava os rendimentos. Na entrevista com ela foi possível obter a informação sobre a renda, mas agiu-se da mesma forma que o caso anterior, mantendo a resposta do marido como “não sabe”.

Ainda em referência à renda, especificamente a renda relativa ao agroturismo, percebeu-se que as propriedades dividiam-se em dois grupos de acordo com a organização financeira dos lucros do agroturismo: 9 propriedades tinham definido um valor fixo mensal de retirada que cada um recebia por mês e 10 propriedades não tinham definição sobre esse valor. Dentre as que possuíam valor fixo de retirada para cada membro, a maioria (6 propriedades) não eram compostas por casais participando do agroturismo. Nesses casos, tratava-se de uma pessoa sozinha ou pessoas ligadas por outros laços familiares como irmãos, mãe, sogra e filha, mãe e filha. Observando as 10 propriedades que não estabeleciam um valor fixo mensal, 8 eram compostas por casais trabalhando conjuntamente no agroturismo. Esta análise poderia passar despercebida visto que não era uma pergunta da entrevista e muito menos se tinha conhecimento prévio desta informação. Contudo, ao perceber esta diferença, pode-se notar uma possível dependência financeira das mulheres, uma vez que a ausência de uma retirada fixa mensal poderia deixá-las mais dependentes em relação ao marido. Em princípio, acredita-se que esta situação seja fruto de ausência de planejamento e organização relativos às finanças, porém esse contexto ficará mais esclarecido no tópico em que será discutido o gerenciamento dos lucros do agroturismo.

Com relação ao valor da renda proveniente do agroturismo, foram percebidas divergências entre as respostas de pessoas que trabalhavam na mesma propriedade. Para analisar esse discordância das respostas, foram excluídas as 7 propriedades em

---

<sup>13</sup> De acordo com Santos (2006, p.90), roça “é a pequena propriedade, geralmente destinada ao cultivo de várias lavouras de pequena importância econômica destinadas à subsistência”. O mesmo autor, em outro trabalho, considera que roça pode ser sinônimo de zona rural (“moro na roça”) e também pode se referir a propriedade (“eu tenho uma roça”). Em outras situações a denominação de roça pode ser atribuída a uma determinada plantação (“eu tenho uma roça de café”) (Santos, 2003). O sentido dado pelo entrevistado neste caso é referente à roça como plantação.

que foi realizada uma única entrevista, pois a mesma pessoa que recebia os turistas era o proprietário legal da terra. Dentre as 12 propriedades em que foram entrevistadas mais de uma pessoa, existiam alguns casos especiais. Primeiramente, tem-se os casos de 2 propriedades em que ambos os proprietários da terra eram idosos, não estavam envolvidos em atividades agrícolas ou no agroturismo e, por isso, desconheciam questões relativas ao serviço e aos lucros gerados. Em uma propriedade, ambos os envolvidos (um casal) afirmaram não ter controle financeiro do empreendimento e em outra propriedade uma mulher (mãe) não participava do controle financeiro do negócio, ficando esta parte na responsabilidade de outra mulher (sua respectiva filha).

Outro caso refere-se ao homem (marido) que, ao ser questionado sobre a renda do agroturismo, imediatamente se dirigiu até a esposa procurando esta informação e deixando claro que ele não participava desse controle. Juntamente com essa ocorrência, mais 3 homens (proprietários legais da terra) admitiram não saber o valor médio mensal que o agroturismo gerava, visto que eram suas respectivas esposas que cuidavam da parte financeira do negócio. Ainda assemelhando-se a esta situação, pode-se citar um homem (marido) que informou um valor quase três vezes menor do que a esposa havia mencionado e disse que esse valor era apenas um palpite, pois ele não estava inteirado sobre o assunto. Dentre esses 5 homens (maridos) que mostraram pouco ou nenhum controle sobre a renda gerada com o agroturismo, 3 se dedicavam somente às atividades agrícolas e as respectivas esposas somente ao agroturismo. Então, estar afastado fisicamente do trabalho do agroturismo, visto que as atividades agrícolas eram desenvolvidas na roça, e possuir uma renda administrada exclusivamente por eles (lucro das atividades agrícolas) podem ser dois fatores que explicam o desinteresse pela renda do agroturismo. Com relação aos outros 2 homens, estes não desenvolviam trabalhos agrícolas e trabalhavam juntamente com as respectivas esposas no agroturismo, porém o trabalho masculino era considerado como “ajuda”. Nesses casos, os homens eram incumbidos somente da parte operacional enquanto as esposas encontravam-se tanto na parte operacional quanto administrativa e financeira.

Também foram encontradas 3 situações contrárias, sendo que em duas destas as mulheres afirmaram não ter conhecimento sobre o lucro médio mensal do agroturismo. A outra situação refere-se à propriedade 6 (composta por irmãos, sendo

três homens e uma mulher) e acredita-se que esta seja mais desfavorável para a mulher, pois ela informou um valor médio mensal inferior ao que os irmãos responderam posteriormente. Além disso, esta mulher afirmou que os quatro irmãos faziam retiradas fixas mensais de um salário mínimo e meio por mês cada um (aproximadamente R\$1500,00 cada um). Mas ao fazer esse mesmo questionamento aos outros irmãos teve-se a surpresa: eles revelaram que os três irmãos do gênero masculino retiravam mensalmente três salários mínimos por mês cada um (R\$3000,00 cada um) e transferiam para a irmã somente a metade desse valor (R\$1500,00), fazendo com que ela acreditasse que este era o mesmo valor que todos recebiam. A justificativa dos irmãos entrevistados para este comportamento foi pautado na crença de que ela não precisava de mais do que um salário mínimo e meio para sobreviver, pois não era casada e não possuía filhos. É importante considerar que todos os quatro irmãos trabalhavam exclusivamente na propriedade, e somente a mulher residia na propriedade. Os demais irmãos residiam na cidade.

Neste último caso, percebeu-se que mesmo tendo a posse legal da propriedade, a mulher ainda estava em desvantagem financeira. É notório que, no contexto estudado de exclusão feminina da partilha da herança, ser proprietária da terra é uma grande conquista, entretanto não é suficiente. Concorde-se com Bryant (1992) que aqueles que recebem herança são beneficiados com um incremento em seus recursos, ampliando as possibilidades de melhoria do bem-estar econômico. Entretanto, percebeu-se que, além de serem incluídas como herdeiras de um patrimônio, as mulheres precisam deter o controle efetivo do patrimônio, o que segundo Deere e León (2002) também inclui o controle sobre a renda gerada com a utilização do patrimônio.

Em resumo, notou-se que o trabalho de recepcionar o turista era destinado às mulheres, enquanto os proprietários legais da terra, em sua maioria, eram homens. O perfil dos 32 entrevistados era de pessoas em sua maioria com idade entre 45 e 59 anos, casadas, com 2 ou 3 filhos e tendo o agroturismo como principal fonte de renda.

### 4.3. Caracterização das atividades de agroturismo desenvolvidas pelos participantes

Após caracterizar os participantes, faz-se necessário descrever também as atividades de agroturismo que eram oferecidas por eles. A princípio questionou-se sobre qual era o tipo de produção predominante na propriedade e as respostas foram variadas, haja vista a notável diversificação de produção entre elas. Alguns dos itens citados foram: queijo, doces, vinho, café, abacate, artesanato, entre outros. Destacou-se a opção “biscoitos” que era a produção predominante de 4 propriedades. Além da produção predominante também se indagou sobre a exploração ou produção de outros itens. Para esta pergunta as respostas foram ainda mais variadas incluindo socol, antepastos, massas, frutas, milho, feijão, entre outros.

Durante a análise, essas respostas foram categorizadas para verificar de que se tratavam as produções predominantes e as produções extras, se estavam relacionadas às atividades agrícolas ou ao agroturismo. Constatou-se que das 19 propriedades pesquisadas, 16 tinham a produção predominante relativa ao agroturismo, 2 às atividades agrícolas e 1 a ambas as atividades (Tabela 7). Já com relação à produção extra, em 7 propriedades as atividades agrícolas eram produtividades secundárias, em 2 que era o agroturismo e em 1 eram ambas as atividades. Nove propriedades trabalhavam somente com o agroturismo, não possuindo produção extra (Tabela 8).

Tabela 7 - Produção predominante das propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Produção predominante	Frequência	
	N	%
Agroturismo	16	84,2
Atividades agrícolas	02	10,5
Agroturismo e atividades agrícolas	01	5,3
TOTAL	19	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 8 - Produção secundária das propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Produção secundária	Frequência	
	N	%
Agroturismo	02	10,5
Atividades agrícolas	07	36,8
Agroturismo e atividades agrícolas	01	5,3
Não possui	09	47,4
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Primeiramente, é necessário destacar que 52,6% (n=10) das propriedades pesquisadas eram compostas por famílias pluriativas, ou seja, mantinham atividades laborais agrícolas paralelamente às não-agrícolas (agroturismo). As demais 47,4% (n=9) dedicavam-se somente ao agroturismo.

Como um dos pré-requisitos da pesquisa era desenvolver atividades de agroturismo, não constavam nos dados propriedades que desenvolviam somente atividades agrícolas. Sendo assim, não se pode afirmar a prevalência do agroturismo como principal atividade produtiva de Venda Nova do Imigrante, mas observando as propriedades participantes desta pesquisa e considerando o número de famílias que iniciaram as atividades de agroturismo nos últimos 10 anos, acredita-se que este seja um empreendimento economicamente promissor para as famílias. Além do mais, até este momento da análise o agroturismo oferece indícios de ser um fator associado à melhoria da independência financeira feminina. Os dados com relação ao tempo de duração das atividades de agroturismo desenvolvidas até o momento da pesquisa podem ser acompanhados na Tabela 9.

Tabela 9 - Período de tempo de desenvolvimento de atividades de agroturismo das propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Período de tempo em anos	Frequência	
	N	%
De 1 a 5	02	10,5
De 6 a 10	06	31,6
De 11 a 15	02	10,5
De 16 a 20	03	15,8
De 21 a 25	04	21,0
De 26 a 30	02	10,5
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Como foi dito anteriormente uma parcela considerável de propriedades (42,1%, n=8) começaram o empreendimento há menos de 10 anos, confirmando que o negócio atraía o interesse de novas famílias. Além disso, 31,55% (n=6) das propriedades que participaram da pesquisa mantinham o agroturismo há mais de 20 anos, incluindo entre estas a família pioneira, responsável por levar o conceito de agroturismo para Venda Nova do Imigrante.

É importante considerar que dentre as 19 propriedades participantes deste estudo, 13 já desenvolviam atividades agrícolas quando iniciaram o trabalho com agroturismo e uma família iniciou ambos os serviços conjuntamente. No entanto, 5 propriedades estavam inseridas no agroturismo e nunca trabalharam com atividades agrícolas.

#### **4.3.1. A divisão do trabalho dentro da propriedade**

No tópico sobre a caracterização dos participantes foram indicados os membros das famílias que estavam envolvidos com agroturismo. Todavia, existiam outras atividades desempenhadas pelos participantes dentro da propriedade e para averiguar como era a organização das responsabilidades e do trabalho questionou-se como as atividades eram divididas entre as pessoas que trabalhavam na propriedade. Estas informações estão dispostas na Tabela 10.

Tabela 10 - Divisão das atividades de trabalho nas propriedades pesquisadas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Divisão das atividades entre homens e mulheres	Frequência	
	N	%
Mulheres no agroturismo e homens nas atividades agrícolas	06	31,6
Mulheres e homens no agroturismo: mulheres na produção/turistas; homens na produção	03	15,8
Mulheres e homens no agroturismo: homens na produção/turistas; mulheres na produção	01	5,3
Mulheres e homens no agroturismo (homens “ajudam”)	01	5,3
Homens no agroturismo e atividades agrícolas; mulheres no agroturismo “ajudam”	01	5,3
Mulheres sozinhas no agroturismo	05	26,3
Mulheres e homens juntos no agroturismo e nas atividades agrícolas	01	5,3
Homens somente na administração do agroturismo	01	5,3
TOTAL	19	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Não houve divergências nas respostas, pois tanto homens quanto mulheres descreveram as atividades da mesma forma. Assim, notou-se uma organização quanto ao trabalho nas propriedades e principalmente uma clareza quanto à função de cada um deles. Percebeu-se que na maioria das propriedades os participantes se dividiam de acordo com o gênero, sendo as mulheres responsáveis pelo agroturismo e os homens, pelas atividades agrícolas.

Segundo Faria (2011) as relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo, em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma, a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as). A divisão do trabalho por gênero faz com que as atividades das mulheres sejam vistas como parte do papel de mães, vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, com a produção no quintal, da horta, do pomar.

Ou seja, trabalhando na casa e seu entorno. Além disso, o trabalho feminino nas atividades agrícolas é considerado apenas como uma ajuda e, portanto, um trabalho não reconhecido e invisível.

Esta divisão de trabalho está pautada em ideologias patriarcais fundadas em construções de masculinidades e feminilidades e na divisão de trabalho, dita adequada, entre as esferas públicas e privada. Considerando que todas as atividades de agroturismo e principalmente a localização da lojinha, encontravam-se a poucos metros da casa, acredita-se que o agroturismo tenha uma conotação de pertencimento à esfera privada, sendo, assim, responsabilidade das mulheres. Por ser associado ao trabalho doméstico, o agroturismo e, conseqüentemente, a renda por ele gerada, pode receber uma conotação de ajuda, sendo pouco significativo e desvalorizado em comparação com as atividades agrícolas<sup>14</sup>.

Ressalta-se que, embora a divisão do trabalho por gênero entre os membros das famílias participantes estivesse bem delimitada, mudanças no trabalho, situações de ausência, doença de um dos cônjuges ou a predominância de mulheres na família, podem ser fatores que fizessem com que essa divisão fosse revista e reordenada.

Sendo assim, até o momento desta análise tem-se uma situação dicotômica com relação ao agroturismo: uma atividade vista como feminina, pois pertence à esfera doméstica, e uma estratégia das mulheres para conquistar renda mensal, o que favorece o controle efetivo do patrimônio, bem como a inserção na partilha da herança. Evidentemente uma situação não exclui a outra.

Retomando as informações constantes na Tabela 10, observou-se as atividades agrícolas caracterizadas como ocupações masculinas, corroborando as assertivas de Deere e Léon (2002), segundo os quais, pela divisão de trabalho por gênero, o homem era socialmente reconhecido como agricultor. Situação semelhante não acontecia no caso das mulheres.

Nogueira (2004), em pesquisa realizada também em Venda Nova do Imigrante, apesar de mostrar a ocorrência de significativas mudanças nas relações de gênero, intimamente relacionadas à prática social do agroturismo, aponta a

---

<sup>14</sup> Essa discussão será retomada no próximo tópico a respeito dos impactos do agroturismo na vida dos participantes.

persistência e a reprodução de desigualdades de gênero determinadas pela dominação masculina.

Nesse sentido Nogueira (2004) e Deere e León (2002) descrevem o caráter de ajuda atribuído ao trabalho feminino nas atividades agrícolas. Embora não tenha sido um objetivo da presente pesquisa, percebeu-se na fala dos entrevistados que, ao discorrerem sobre a divisão das atividades entre os membros da família, as mulheres eram consideradas como ajudantes quando exerciam atividades agrícolas.

Stropasolas (2011) diz que a organização do trabalho na agricultura familiar é fortemente marcada por um viés das relações de gênero, sendo concedido ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Sendo assim, as mulheres não são preparadas e nem estimuladas a se envolver ou se interessar por estas questões. De acordo com os dados apresentados até o momento, os homens eram, em sua grande maioria, os proprietários legais da terra e apenas uma mulher participava das atividades agrícolas. Em um primeiro momento, pode-se concordar plenamente com as afirmações de Stropasolas (2011), contudo as mulheres entrevistadas estavam relacionadas com o agroturismo. Apesar de a maioria não ser proprietária legal da terra, as mulheres dominavam a produção e, principalmente, a gestão do agroturismo. Essa pode ser uma estratégia para alcançar independência financeira e autonomia, burlando a imposição social pautada nas relações de gênero que exclui as mulheres dos processos produtivos e do controle efetivo do patrimônio.

Para confirmar esse controle do agroturismo, as informações da Tabela 10 mostram que em uma propriedade o casal entrevistado afirmou que a execução de atividades relacionadas ao agroturismo pelo homem possuía caráter subsidiário, ou seja, era atribuído o título de ajuda a esta tarefa. Embora apenas em uma única propriedade se tenha obtido uma denominação explícita da atividade masculina como ajuda, notou-se durante as observações e no decorrer das entrevistas que, em relação ao agroturismo, os homens não dominavam toda a cadeia produtiva e administrativa. A falta de envolvimento com o agroturismo variava entre trabalhar na produção e não participar das atividades administrativas até nenhuma participação, impossibilitando-os inclusive de responder perguntas simples.

Os casos das mulheres que trabalhavam sozinhas no agroturismo consistiam de situações em que elas possuíam o empreendimento sozinhas (somente uma mulher

ou um grupo de mulheres). Em ambos os casos, os maridos e pais estavam relacionados com atividades agrícolas.

Confrontando os dados da presente pesquisa com as informações apresentadas por Nogueira (2004), percebeu-se que o pequeno movimento de abandono das atividades agrícolas por parte das mulheres observado em 2004 se consolidou com o passar dos anos. Entre as entrevistadas pela referida autora, 9,7% dedicavam-se somente às atividades agrícolas e 19,3% às atividades agrícolas concomitantemente com o agroturismo. Já no presente estudo, nenhuma mulher se ocupava somente com atividades agrícolas e somente 5,6% (n=1) exercia atividades agrícolas juntamente com o agroturismo. Em relação ao trabalho com agroturismo apenas, o número de mulheres saltou de 71,0% em 2004 para 94,4% em 2017.

Em algumas propriedades, além dos membros familiares, contratavam-se empregados. Por isso, quantificou-se o número de pessoas por propriedade e quais atividades eram desempenhadas (Tabela 11).

Tabela 11 - Número de pessoas contratadas para trabalhar na propriedade e as atividades desenvolvidas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Número de pessoas/Atividades desenvolvidas	Frequência	
	N	%
Nenhuma	05	26,3
Colheita de café	06	31,6
1 pessoa fixa para agroturismo	04	21,0
1 pessoa esporádica para agroturismo	01	5,3
1 pessoa fixa para atividades agrícolas	01	5,3
8 pessoas fixas somente no final de semana para agroturismo	01	5,3
42 pessoas fixas para agroturismo	01	5,3
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado, duas propriedades possuíam um número discrepante de trabalhadores fixos, em especial a propriedade 19 que dispunha de 42 pessoas fixas, como foi explicado no tópico anterior.

Em relação à colheita de café, tratava-se de contratações temporárias e os entrevistados não especificaram a quantidade de pessoas contratadas em razão de ser um número flutuante. De acordo com as 6 propriedades que revelaram fazer uso dessa alternativa, as contratações dependiam de diversos fatores. Por exemplo, em algumas safras a produção de café declinava devido a fatores climáticos e nesses

casos eram contratadas poucas pessoas para a colheita. O tempo hábil para a realização do trabalho também era um fator determinante, pois se era necessário realizar a colheita em menos tempo do que o previsto, o agricultor contratava mais trabalhadores externos. A disponibilidade dos membros da família e a renda disponível para o investimento em mão de obra temporária também influenciavam na decisão sobre o número de trabalhadores temporários para a colheita do café.

Em síntese, constatou-se que a produção predominante dos entrevistados se refere ao agroturismo, seguida das atividades agrícolas. O trabalho dentro da propriedade era dividido de acordo com o gênero, pois as mulheres eram responsáveis pelo agroturismo, e os homens, pelas atividades agrícolas.

#### 4.4. Os impactos do agroturismo na vida dos participantes

Como foi tratado anteriormente, o agroturismo era uma atividade que estava em franca expansão e atraiu um público considerável nos últimos dez anos. Para compreender esse crescimento e os atrativos oferecidos por este tipo de atividade, indagou-se aos entrevistados quais as motivações que os levaram a optar pelo desenvolvimento do agroturismo na propriedade. As respostas estão na Tabela 12.

Tabela 12 - Motivações que levaram os entrevistados a optar pelo desenvolvimento de atividades de agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Motivações	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Aumentar a renda	09	50,0	09	64,3
Trabalhar em casa	02	11,2	00	0,0
Ter qualidade de vida	01	5,6	00	0,0
Alcançar independência financeira	03	16,7	00	0,0
Ocupar o tempo livre da mulher após aposentadoria	01	5,6	01	7,1
Deixar as atividades agrícolas	00	0,0	01	7,1
Atender demanda dos clientes	00	0,0	02	14,3
Continuar empreendimento do pai	00	0,0	01	7,1
Não sabe responder*	01	5,6	00	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial.

O motivo mais citado tanto entre homens quanto entre mulheres estava relacionado à renda. As justificativas dadas pelos entrevistados para buscar o agroturismo como alternativa para aumentar a renda foram pautadas nas dificuldades enfrentadas na agricultura. Esta era uma atividade que dependia, além do trabalho, de questões que os agricultores não podiam controlar, como o clima. Ademais, a renda gerada pelas atividades agrícolas era sazonal e considerando que o café era a produção predominante, os participantes recebiam retorno financeiro uma vez ao ano.

Um dado importante que merece destaque é o estado civil das 9 mulheres que apontaram o aumento de renda como motivação para investir no agroturismo. Apenas 2 delas eram solteiras na época em que iniciaram as atividades, as outras 7 já se encontravam casadas e dedicando-se às atividades agrícolas com os respectivos maridos. Supõe-se que, ao falarem sobre o aumento de renda, estas mulheres se referiam à renda do casal conjuntamente e não somente à renda delas, mesmo porque a renda não era dividida claramente entre os casais, como foi visto anteriormente quando se discutiu sobre as retiradas mensais fixas dos lucros obtidos com o trabalho na propriedade.

Algumas motivações foram citadas somente pelas mulheres, como, por exemplo, “trabalhar em casa”. Duas mulheres encontravam-se nesta situação e ambas justificaram que tinham necessidade de trabalhar, mas por terem filhos não poderiam deixar a casa. Assim, essas mulheres viram no agroturismo uma alternativa para conseguir renda mensal, conciliando trabalho e cuidado com os filhos.

A realização do trabalho doméstico e de cuidados é colocada como parte da identidade primária das mulheres, uma vez que a maternidade é considerada sua função principal. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres, e sua vivência está marcada pela avaliação de ser ou não “uma boa mãe” e que, portanto, deve ser dócil, compreensiva, saber cuidar. Esse discurso da boa mãe, nada mais é do que uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico. Essa dinâmica está garantida pela construção do modelo hegemônico de família patriarcal (FARIA, 2011).

Na explanação de Faria (2011) percebeu-se que as mães, apesar de serem casadas com os pais de seus respectivos filhos, eram as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos. Ainda que somente estas duas participantes tenham

explicitado que o agroturismo era uma forma de obter renda mensal trabalhando em casa, observou-se que as outras que possuíam filhos em idade escolar também eram responsáveis pelos cuidados das crianças.

Outro fator motivacional descrito somente por mulheres foi “alcançar independência financeira”. Nestes três casos, tratava-se de mulheres que não possuíam renda própria antes de iniciar as atividades de agroturismo, ou seja, eram sustentadas pelos pais ou maridos. O fato de somente as mulheres terem apontado esta opção mostrou a situação de dependência e subordinação em que elas se encontravam anteriormente ao agroturismo. Neste caso, o agroturismo pode estar sendo usado como uma estratégia para driblar os mecanismos de exclusão das mulheres da partilha da herança e do controle efetivo do patrimônio.

“Ter qualidade de vida” também foi apontado como motivação apenas pelo público feminino.

Na propriedade 12 “ocupar o tempo livre da mulher após aposentadoria” foi a justificativa tanto da mulher quanto de seu respectivo marido. Isto é, ao ser questionado ele respondeu que a iniciativa de implantar o agroturismo na propriedade foi da esposa, para ocupar o tempo ocioso, após a aposentadoria.

“Deixar as atividades agrícolas” foi uma justificativa dada somente pelo público masculino. “Atender demanda dos clientes” foi citada por dois irmãos que trabalhavam na propriedade 6. Neste caso, os irmãos entrevistados (dois homens e uma mulher) iniciaram as atividades de agroturismo conjuntamente, contudo possuíam motivações diferentes. Os homens seguiram a sugestão dos clientes locais que, ao frequentar o serviço de “pesque e pague”, aconselhavam que eles comessem a investir em agroturismo. Já para a irmã o motivo de ter aceitado trabalhar com agroturismo juntamente com os irmãos foi a intenção de aumentar a renda. Com esse exemplo, percebeu-se que dentro de uma mesma propriedade os membros da família possuíam motivações diferentes para trabalhar com agroturismo.

A motivação relacionada ao desejo de continuar o empreendimento do pai foi descrita por um único homem, apesar de haver outro caso de continuidade de negócio passado de pai para filho. Mesmo não tendo um número expressivo de apontamentos, dar continuidade ao agroturismo através das gerações parece ser uma preocupação dos participantes mais velhos da presente pesquisa. Foram encontrados

casais que investiam em ensino técnico e superior para os filhos de maneira que estes adquirissem conhecimento para melhorar o empreendimento da família.

A valorização do ensino técnico e superior era uma característica comum entre os participantes da pesquisa e, de maneira geral, da população de Venda Nova do Imigrante. Muitos filhos frequentavam instituições de nível técnico e superior como a Universidade Federal do Espírito Santo, a Universidade Federal de Viçosa e o Instituto Federal do Espírito Santo. Notou-se uma busca por conhecimento para a melhoria do agroturismo e/ou das atividades agrícolas pela relação dos cursos que os estudantes faziam e o tipo de produção da família. Por exemplo, na propriedade 3 a produção predominante era a agricultura, em especial o café, e em segundo plano estava o agroturismo com a produção de socol, bolos e biscoitos. Neste caso o filho caçula do casal cursava agronomia e o mais velho fez o curso técnico de agroindústria. Pôde-se perceber que cada um dos filhos supria uma necessidade dos negócios da família: o curso de agronomia para a agricultura e o de agroindústria para a produção de itens alimentícios. Em outra situação observou-se que a filha mais velha de uma família produtora de vinho estudava engenharia de alimentos. Em todos estes casos, os filhos estavam envolvidos com o trabalho nas propriedades. Mesmo os que moravam em outras cidades para estudar, retornavam para Venda Nova com uma frequência considerável, alguns chegando a estar em casa todos os finais de semana para ajudar na produção. Dessa forma, observou-se que os pais se empenhavam em transmitir-lhes, além do amor pelo trabalho na terra, conhecimento técnico para que seja possível alcançar melhorias.

Posto isto, faz-se necessário acrescentar a informação de que a grande maioria dos entrevistados residia na mesma propriedade em que eram desenvolvidas as atividades de agroturismo e/ou agrícolas. Somente os dois homens da propriedade 6 mudaram-se para a cidade após o casamento.

O caso especial assinalado na Tabela 12 refere-se a uma participante de 83 anos de idade que após o falecimento do marido se tornou a proprietária legal da terra, porém não se envolvia nas atividades de agroturismo do filho. Dentre os(as) proprietários(as) entrevistados(as), ela era a única que realmente não tinha conhecimento algum sobre as atividades exercidas pelos filhos, sejam elas agrícolas ou agroturísticas. Por isso, nas discussões e tabelas que seguem constará com frequência essa resposta “não sabe responder”. Vale destacar que apesar de os filhos

ainda estivessem dando andamento ao inventário para a partilha da herança, todos já haviam sido comunicados pelo pai sobre a parte destinada a cada um.

Com relação às melhorias percebidas com o agroturismo, identificou-se muito entusiasmo e satisfação por parte dos entrevistados. Nas Tabelas 13 e 14 estão listadas as melhorias percebidas depois que se adotou o agroturismo. As respostas foram separadas entre a primeira e segunda opção conforme a ordem em que os entrevistados as citavam. Sendo assim, a primeira opção foi a primeira resposta, mostrando a maior valorização desta melhoria.

Tabela 13 - Melhorias percebidas pelos entrevistados após adoção do agroturismo (primeira opção citada). Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Melhorias (Primeira opção citada)	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Aumento da renda	11	61,1	10	71,4
Melhorias na propriedade	01	5,6	01	7,1
Independência financeira	02	11,1	00	0,0
Tranquilidade	02	11,1	00	0,0
Reconhecimento social	01	5,6	00	0,0
Abandono das atividades agrícolas	00	0,0	02	14,3
Novas amizades	00	0,0	01	7,1
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

Tabela 14 - Melhorias percebidas pelos entrevistados após adoção do agroturismo (segunda opção citada). Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Melhorias (Segunda opção citada)	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Melhorias na propriedade	03	16,7	06	42,9
Independência financeira da mulher	06	33,3	01	7,1
Mais amizades	04	22,2	03	21,4
Aumento da renda	01	5,6	02	14,3
Ocupação do tempo livre	02	11,1	01	7,1
Tranquilidade	01	5,6	01	7,1
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

Ao relacionar as motivações que levaram os entrevistados a entrarem para o ramo do agroturismo e as melhorias trazidas por este, é possível afirmar que esta

atividade alcançou as expectativas destas pessoas, pois as principais motivações (aumento da renda, independência financeira, ocupação do tempo livre e abandono das atividades agrícolas) estavam presentes nas descrições sobre as melhorias percebidas pelos entrevistados após adotarem o agroturismo.

Analisando comparativamente as Tabelas 13 e 14 notou-se que para as mulheres as duas principais melhorias advindas do trabalho de agroturismo estavam relacionadas à renda, pois 61,1% (n=11) e 33,3% (n=6) delas apontaram “aumento da renda” e “independência financeira”, respectivamente. Isso mostrou a importância do agroturismo para a independência e autonomia dessas mulheres, diminuindo essa subordinação aos membros da família do gênero masculino, sejam eles pais ou maridos.

As “melhorias na propriedade” foram mais apontadas pelo público masculino e a questão social, como o reconhecimento social e o estabelecimento de novas amizades, foi reconhecida como melhoria tanto para as mulheres quanto para os homens entrevistados. O abandono das atividades agrícolas foi visto como melhoria somente pelos homens.

Em referência a esta possível influência do agroturismo nas atividades agrícolas e no movimento de reorientação do trabalho agrícola paralelamente ao não-agrícola, perguntou-se aos entrevistados se eles consideravam que o agroturismo havia permitido mudanças das atividades agrícolas. Para os que responderam positivamente, questionou-se quais as mudanças percebidas. Estas informações estão disponíveis na Tabela 15.

Tabela 15 - Mudanças provocadas pelo agroturismo nas atividades agrícolas. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Mudanças	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Abandono das atividades agrícolas	06	33,3	02	14,3
Diminuição das atividades agrícolas	01	5,6	05	35,7
Melhorias na qualidade das atividades agrícolas	03	16,7	03	21,4
Não houve mudanças	02	11,1	01	7,1
A mulher deixou as atividades agrícolas	00	0,0	01	7,1
Aumentou o lucro das atividades agrícolas	00	0,0	01	7,1
Não se aplica	05	27,8	01	7,1
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

O agroturismo, como estratégia para aumentar a renda e tornar possível a continuidade da vida no campo, também possibilitou o abandono ou diminuição das atividades agrícolas, descritas pelos entrevistados como “trabalho pesado”, no qual se trabalhava muito e, amiúde, o retorno não condizia com o esforço físico e financeiro da família.

As melhorias na qualidade das atividades agrícolas proporcionadas pelo agroturismo eram referentes às inserções sociais e à busca por conhecimento técnico sobre o agroturismo, os quais indiretamente auxiliaram nas atividades agrícolas. Por exemplo, os entrevistados realizavam cursos sempre que possível e participavam de feiras de exposições em outras cidades. Em ambas as situações existia uma troca muito grande de informações com outros produtores, bem como aquisição de conhecimento técnico para a melhoria dos produtos e serviços comercializados por eles.

O aumento no lucro das atividades agrícolas gerado pelo agroturismo era uma situação particular relatada por um entrevistado. Os membros desta família perceberam uma alternativa para ampliar seus lucros conjugando o agroturismo com as atividades agrícolas. Trata-se da propriedade de número 8, em que o marido mantinha uma criação de vacas para venda de leite e sua respectiva esposa, mãe e filha fabricavam e comercializavam queijos. Antes de a esposa iniciar as atividades de agroturismo, o marido considerou cessar o trabalho com a venda de leite, devido ao

baixo retorno financeiro e aos impasses para a venda do produto a preços justos. Inicialmente a esposa adquiria leite de um fornecedor externo à propriedade, porém após alguns problemas com os órgãos fiscalizadores devido às condições higiênicas deste produto, o casal entrou em um acordo e o marido começou a fornecer o leite para a esposa, que lhe pagava o valor de mercado. Em contrapartida, diminuíram os problemas com os órgãos fiscalizadores, pois a família passou a ter controle de toda a cadeia produtiva, desde o cuidado com os animais e ordenha até a elaboração do queijo e venda do produto aos turistas. Dessa forma, ambos conseguiram mudanças positivas em seus respectivos negócios. Faz-se necessário destacar que no caso desta família, além do trabalho ser dividido por gênero, a gestão e os lucros advindos de cada atividade também eram distintos. Assim, o marido era responsável pelas atividades agrícolas e a sua respectiva esposa, sua mãe e sua filha cuidavam do agroturismo. A organização do trabalho e das finanças era tão minuciosa que os entrevistados revelaram que a venda do leite era promovida e acertada como se estivesse sendo realizada por duas pessoas que tivessem apenas um relacionamento profissional.

O fato de a mulher ter abandonado as atividades agrícolas para se dedicar somente ao agroturismo foi uma constante durante as entrevistas, mesmo que apenas um entrevistado tenha percebido essa situação como uma mudança provocada pelo agroturismo. A ocorrência desta observação por parte dos homens, feita sempre em tom de lamentação, se deve à perda de uma pessoa para trabalhar na roça. Nesses casos, os entrevistados revelavam as estratégias adotadas para suprir esta falta. Esta questão será amplamente debatida adiante.

As respostas classificadas como “não se aplica” referem-se aos entrevistados que nunca trabalharam com atividades agrícolas e por isso não poderiam opinar sobre tais mudanças.

Além das mudanças provocadas nas atividades agrícolas, buscou-se informações a respeito das possíveis mudanças que o agroturismo trouxe para as relações familiares e sociais dos entrevistados (Tabela 16).

Tabela 16 - Mudanças provocadas pelo agroturismo nas relações familiares e sociais. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Mudanças	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Família mais unida e mais amizades	10	55,6	07	50,0
Sem alterações familiares e mais amizades	04	22,3	04	28,6
Mulher independente e mais amizades	00	0,0	02	14,2
Mais respeito na família e socialmente	01	5,6	00	0,0
Conflitos familiares e mais respeito socialmente	01	5,6	01	7,1
Não houve mudanças	01	5,6	00	0,0
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

A união familiar foi apontada por grande parte dos entrevistados, pois o agroturismo possibilitou que eles passassem a trabalhar juntos no mesmo local e não mais cada um em uma parte da propriedade cuidando das atividades agrícolas, por exemplo.

As novas amizades, fruto do agroturismo, correspondiam a alguns turistas e clientes que, devido à frequência com que visitavam as propriedades, se tornaram amigos das famílias. Além disso, por meio das associações, os entrevistados tiveram a possibilidade de conhecer outras famílias que também trabalhavam com o agroturismo. Apesar de Venda Nova do Imigrante ser um município de pequeno porte e a distância geográfica entre uma propriedade e outra ser pequena, devido à grande quantidade de trabalho nas atividades agrícolas e a necessidade de se manter em casa para receber os turistas, os entrevistados não tinham muitas oportunidades de convívio social. Por isso, as reuniões das associações e até mesmo a feira livre de agricultura familiar que acontecia semanalmente propiciava a convivência social e novas amizades.

Dois homens entrevistados perceberam que o agroturismo trouxe independência para as mulheres. O primeiro falava a respeito da esposa e o segundo sobre a filha. Ainda que as próprias mulheres tenham citado outras mudanças em relação à família e aos aspectos sociais, é importante o reconhecimento por parte dos maridos/pais deste benefício para as mulheres.

Quanto às mudanças negativas relacionadas aos conflitos familiares, estes não foram problemas decorrentes exatamente do agroturismo. Os entrevistados que falaram sobre isso expressaram que a base para tais desentendimentos familiares estava associada à distribuição de herança. Para a mulher os conflitos ocorreram após a morte dos pais que viviam sob os cuidados dela. O pai já havia realizado toda a distribuição da herança, favorecendo os filhos do gênero masculino e ela, por não ter se casado, morava na casa dos pais. Em anexo, em um pequeno espaço na lateral da casa, esta mulher construiu uma lojinha de agroturismo, na qual comercializava artesanatos, biscoitos e bolos. Após o falecimento dos pais, ela continuou morando nesta casa e trabalhando na lojinha ao lado. Porém, os irmãos, que já haviam recebido partes consideráveis de terra, tentaram vender esta casa alegando que era parte da herança de todos e não somente dela. Depois de muitos conflitos esta mulher conseguiu permanecer na casa, apesar de ainda não possuir documentos legais de propriedade.

No outro caso de conflito familiar, o entrevistado do gênero masculino contou que em sua família não havia harmonia nas relações devido à partilha da herança, pois os irmãos que não trabalhavam com agroturismo não concordaram que uma parte da terra fosse destinada somente aos 3 irmãos responsáveis por essa atividade.

Percebendo que algumas mudanças apontadas pelos entrevistados geravam consequências negativas, perguntou-se sobre os pontos negativos do trabalho com agroturismo. As respostas para esta pergunta são apresentadas na Tabela 17.

Tabela 17 - Pontos negativos que a implantação do agroturismo gerou. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Pontos negativos do agroturismo	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Falta de tempo para lazer	10	55,6	08	57,1
Não havia	07	38,9	04	28,6
Muita cobrança por parte dos órgãos fiscalizadores	00	0,0	01	7,1
Muitos irmãos para dividir	00	0,0	01	7,1
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

Desenvolver um trabalho voltado para o turismo significa trabalhar nos dias que normalmente deveriam ser dedicados ao descanso. Além dos feriados, o fluxo de turistas aumentava nas propriedades durante os finais de semana e nas férias de julho, mas o movimento de dezembro, janeiro e fevereiro também era consideravelmente alto. Por isso, o ponto negativo mais apontado pelos entrevistados foi a falta de tempo livre para realizar atividades de lazer. Muitos alegaram que não saíam de férias há mais de 5 anos, pois sentiam pesar em deixar a propriedade fechada por uma semana. Mas essa ausência de tempo livre não estava associada somente aos finais de semana ou feriados, pois segundo os participantes era comum faltar tempo até para assistir televisão ou almoçar em família. Durante as observações foi possível perceber situações em que um dos familiares, na maioria das vezes as mulheres por serem as responsáveis pelo recebimento dos turistas, precisava interromper ou cancelar alguma atividade em virtude da chegada de turistas. Pode-se citar como exemplo a interrupção do almoço, cancelamentos de consultas médicas e serviços de salão de beleza.

É interessante destacar o caso daqueles entrevistados que não viam pontos negativos no trabalho com o agroturismo. Durante as entrevistas notou-se que essas pessoas eram de certa forma gratas ao agroturismo, pois foi por meio dessa atividade que elas conseguiram melhorar a sua condição de vida. O fato de não apontar um ponto negativo pareceu relacionado a não querer desdenhar ou desprezar um trabalho que lhes trouxe tantos benefícios. Em especial, o casal da propriedade 5 descreveu que antes do agroturismo a vida era muito difícil e em alguns momentos tiveram dificuldades para satisfazer suas necessidades básicas.

A cobrança por parte dos órgãos fiscalizadores da qual falou um entrevistado condizia com a realidade de grande fiscalização das pequenas agroindústrias que produzem itens alimentícios, como, por exemplo, por parte da vigilância sanitária. Na realidade este não se tratava de ponto negativo do agroturismo, uma vez que essas inspeções periódicas eram necessárias para garantir a qualidade dos produtos.

O mesmo entrevistado citou como ponto negativo o fato de possuir muitos irmãos com os quais deveria dividir a propriedade, o que também não pode ser considerado como um ponto negativo trazido pelo agroturismo.

Como a falta de tempo livre foi a característica negativa mais citada pelos entrevistados, questionou-se sobre as mudanças na rotina da família que foram necessárias para o desenvolvimento de atividades de agroturismo (Tabela 18).

Tabela 18 - Mudanças na rotina dos entrevistados causadas pelo fluxo de turistas na propriedade. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Mudanças	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Falta de tempo para lazer	12	66,7	07	50,0
Não houve mudança	05	27,8	03	21,4
Não recebe turistas	00	0,0	03	21,4
Necessidade de manter-se bem vestido	00	0,0	01	7,1
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

Mais uma vez a “falta de tempo para lazer” foi citada pela maioria. A justificativa para esta situação foram as mesmas apontadas na Tabela 18.

Entre as 5 mulheres (27,8%) e os 3 homens (21,3%) que afirmaram não ter havido alteração em sua rotina por causa da presença dos turistas, percebeu-se que o sentimento de gratidão que eles sentiam pelo agroturismo dificultava o apontamento de alguma consequência negativa desta atividade. Alguns também afirmaram que, mesmo antes do início do agroturismo na propriedade, não costumavam sair com frequência de casa, por isso a necessidade de se manter na propriedade para receber os turistas não afetou a rotina caseira.

Apenas participantes do gênero masculino responderam que não precisaram fazer alterações na rotina. Isso é devido ao fato de que estes participantes não atendiam os turistas, por isso não fazia diferença a presença destes. Um dos homens também citou o desconforto provocado pela presença dos turistas na sua rotina, pois após aderir ao agroturismo surgiu uma preocupação com relação ao vestuário. Ele especificou que essa preocupação estava associada à necessidade de usar roupas mais limpas e bem conservadas, o que muitas vezes é difícil para um agricultor que estava sempre trabalhando na roça.

Para finalizar a discussão sobre os impactos do agroturismo na vida dos participantes, as duas últimas perguntas foram relacionadas somente à vida das

mulheres das famílias. Questionou-se sobre as possíveis mudanças que o agroturismo trouxe para o papel das mulheres na família e nas atividades agrícolas. Estes dados encontram-se nas Tabelas 19 e 20.

Tabela 19 - Mudanças no papel das mulheres na família depois da implantação do agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Mudanças	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Mais independência	07	38,9	03	21,4
Acúmulo de funções	06	33,3	05	35,7
Divisão das tarefas domésticas entre marido e esposa	02	11,1	00	0,0
Ocupação do tempo ocioso	00	0,0	01	7,1
Não houve mudança	02	11,1	05	35,7
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

A principal mudança na opinião de 38,9% (n=7) das mulheres foi o aumento da independência para estas mulheres. Estes dados corroboram os estudos de Silva e Schneider (2011), Schneider et al. (2006) Carneiro (1998), pois estes autores afirmaram que a pluriatividade ganha importância no meio rural ao possibilitar uma alternativa à atividade agrícola (especialmente para jovens e mulheres) proporcionando maior valorização do trabalho realizado, maior autonomia e maior socialização.

As mulheres entrevistadas também falaram sobre o acúmulo de funções, pois além das responsabilidades trazidas pelo agroturismo (produção de gêneros alimentícios, atendimento a fornecedores de matéria prima<sup>15</sup>, recepção de turistas, cuidados com a lojinha, entre outros) elas também eram responsáveis pelos serviços domésticos e cuidados com os filhos.

Dados do IBGE (2016) mostraram que, mesmo na condição de ocupadas, as mulheres assumiam as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças. A proporção de mulheres que exerciam os afazeres domésticos em 2016 foi de 89,8% e a de

<sup>15</sup> Refere-se a matérias primas para as pequenas agroindústrias, como, por exemplo, farinha de trigo, fermento, material de limpeza, entre outros.

homens, 71,9%. Em relação ao número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos, tem-se que as mulheres ocupadas despendiam, em média, 20,9 horas semanais, e os homens, 11,1. Os dados ainda apontaram que, mesmo dividindo o lar com um companheiro, o percentual de mulheres que realizavam tarefas domésticas ainda é superior à dos homens: das mulheres que viviam com marido ou companheiro, 95,6% realizaram essas atividades; entre os homens nesta condição, a taxa de realização foi de 76,4%.

Comparando com os dados de 2009 apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um pequeno aumento com relação às horas dedicadas as tarefas domésticas por parte dos homens. A proporção de mulheres que exerciam alguma atividade com fins lucrativos e se dedicavam a afazeres domésticos em 2008 foi de 87,9% e a de homens, 46,1%. Quanto ao número médio de horas dedicadas às tarefas domésticas, as mulheres dedicavam, em média, 20,9 horas semanais, e os homens 9,2 (IPEA, 2012).

É importante destacar o que se considerou como um avanço por parte dos 35,7% (n=5) dos homens que reconheceram que após a inserção no agroturismo as mulheres ficaram mais atarefadas devido ao acúmulo de funções. Esperava-se que, além desta percepção, um maior número de companheiros tomassem a iniciativa de dividir as atividades domésticas com as esposas, no entanto apenas duas mulheres citaram que esta divisão acontecia.

Uma informação que merece destaque é que 35,7% (n=5) dos homens não reconheceram mudanças na vida das mulheres. Em dois destes casos, realmente considerou-se que as mulheres não foram afetadas, visto que no primeiro caso as mulheres não trabalhavam com agroturismo e no segundo a mulher não participava da produção e atendia os turistas somente quando a lojinha estava muito cheia. Um entrevistado justificou que não houve alterações no papel da mulher porque ela já exercia atividade remunerada antes de trabalhar com agroturismo. Já os dois entrevistados restantes pareceram não perceber o agroturismo como uma atividade que requer esforço assim como as atividades agrícolas. Neste sentido, entra-se na discussão sobre invisibilidade do trabalho feminino, conforme foi apontado anteriormente.

As mulheres que apontaram a ausência de mudanças nos papéis por elas desempenhados na família justificaram que mesmo antes do agroturismo já desenvolviam atividades remuneradas, logo estavam acostumadas com a rotina.

Posteriormente, indagou-se aos entrevistados quanto às mudanças do papel da mulher nas atividades agrícolas (Tabela 20).

Tabela 20 - Mudanças no papel das mulheres nas atividades agrícolas depois da implantação do agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Mudanças	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Abandono das atividades agrícolas	07	38,9	07	50,0
Nunca participou das atividades agrícolas	05	27,8	05	35,7
Não tem atividades agrícolas na propriedade	04	22,2	01	7,1
Não houve mudança	01	5,6	01	7,1
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

A resposta mais citada para esta indagação tanto por homens quanto por mulheres foi a migração feminina das atividades agrícolas para o agroturismo. Esta pesquisa não teve como objetivo questionar os motivos pelos quais as mulheres abandonaram as atividades agrícolas para se inserirem no agroturismo, entretanto por meio das observações foi possível constatar que o trabalho na agricultura era considerado “pesado” pelos entrevistados. Além disso, acredita-se que a conotação de “ajuda” do trabalho feminino desenvolvido na roça e a frequente subordinação às ordens e orientações do marido/pai podem ter contribuído para que as mulheres buscassem alternativas de trabalho e renda.

Um casal de entrevistados respondeu que não houve alteração no papel da mulher nas atividades agrícolas porque ela continuou a desempenhar as mesmas atividades na roça mesmo depois de se inserir no agroturismo. Neste caso, os entrevistados possuíam como produção predominante as lavouras de café e abacate e como secundária a produção de massas e socol para vender na lojinha de agroturismo.

As respostas classificadas como “não se aplica” referem-se às situações em que as mulheres nunca participaram das atividades agrícolas, bem como às propriedades em que nunca existiu esse tipo de trabalho.

Em suma, o impacto do agroturismo na vida dos participantes era visto de forma positiva. Apesar de os entrevistados revelarem que a principal motivação para iniciar o empreendimento estava relacionada ao fator financeiro (renda), percebeu-se diferenças entre as motivações descritas por mulheres e homens. A melhoria percebida mais citada como consequência do agroturismo também era relativa à renda e, novamente, observou-se diferenças entre as percepções de mulheres e homens. O agroturismo como estratégia para aumentar a renda e tornar possível a continuidade da vida no campo também possibilitou o abandono ou diminuição das atividades agrícolas. Com o agroturismo os entrevistados também revelaram o aumento da união entre os membros da família, bem como a melhora do convívio social, devido às novas amizades. Apesar dos pontos positivos do agroturismo, os participantes apontaram a ausência de tempo livre como uma característica negativa desta atividade. Em relação somente às mulheres, o agroturismo significou um aumento na carga de trabalho para elas, mas também favoreceu a independência financeira. Além disso, o agroturismo permitiu que essas mulheres abandonassem as atividades agrícolas.

#### **4.5. Participação das mulheres no controle efetivo do patrimônio e nas decisões sobre os lucros do agroturismo**

A autonomia das mulheres pode ser entendida como a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, em conformidade com suas próprias aspirações e desejos. O avanço da autonomia está relacionado ao avanço das mulheres na vida pública e privada, como garantia do exercício pleno de direitos. A falta de autonomia é resultado da má distribuição do poder, dos proventos, do uso do tempo, da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres. Assim, entende-se esta autonomia como parte da condição para o exercício do poder de decisão das mulheres sobre suas vidas (SOARES, 2011).

De acordo com Soares (2011) a autonomia possui três esferas, a saber: física, econômica e de decisões. A autonomia física refere-se ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. A autonomia econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. A autonomia se constrói por inúmeros caminhos, mas passa necessariamente por modificar as fronteiras da vida pública e privada.

As questões relacionadas à autonomia econômica e de decisões serão amplamente discutidas neste tópico e, a partir das afirmações de Soares (2011), pode-se refletir acerca do poder de decisão das mulheres pertencentes às famílias que participaram desta pesquisa.

Para tanto foram feitas duas perguntas: “O(A) senhor(a) acha que as mulheres podem tomar decisões sobre o uso da terra?” e “As mulheres da sua família participam das decisões sobre o uso da terra?”. Em ambas as perguntas foi solicitado que os respondentes justificassem a resposta.

Apesar de os dois questionamentos serem parecidos, o primeiro buscava mostrar a percepção do participante conferindo certo distanciamento (confortável) da situação, pois discorrendo de maneira geral existe a tendência em direção a uma resposta mais condizente com a sua verdadeira opinião. Já na segunda pergunta, esse distanciamento foi dissolvido e o entrevistado era instigado a refletir sobre as mulheres com as quais ele convivia.

As respostas sobre a participação das mulheres nas decisões sobre o uso da terra estão nas Tabelas 21 e 22. Inicialmente serão apresentadas as respostas e discussões sobre a primeira pergunta.

Tabela 21 - Opinião dos entrevistados sobre a participação das mulheres nas decisões sobre o uso da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Concordância com a participação feminina	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Sim	08	44,4	05	35,7
Não	02	11,1	05	35,7
Sim, mas com condições	08	44,4	03	21,4
Não sabe*	00	0,0	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Não se refere a um caso especial, mas sim de um participante que não soube responder

Mesmo usufruindo de certo distanciamento proporcionado intencionalmente pela forma como a pergunta foi formulada, menos da metade dos entrevistados concordou que as mulheres podem participar das decisões sobre o uso da terra. Dentre os participantes, 44,4% (n=8) das mulheres e 21,4% (n=3) dos homens estabeleceram condições para que as mulheres pudessem participar destas decisões. Essas condições estavam relacionadas a requisitos que as mulheres precisavam preencher para serem consideradas aptas a tomar decisões quanto ao uso da terra.

As condições apontadas pelas mulheres foram: ter coragem (22,2%, n=4); criar autonomia e não ser submissa (11,1%, n=2); ser casada (5,6%, n=1); somente como coadjuvante do marido (5,6%, n=1). Para os homens as condições foram: ser casada (14,3%, n=2); ter dom para cuidar da terra (7,1%, n=1).

Analisando as respostas em que os participantes estabeleceram condições para que as mulheres pudessem tomar decisões quanto ao uso da terra, percebeu-se que apesar de responder positivamente, o léxico “mas” introduzia uma frase que denotava oposição ou restrição ao que foi dito anteriormente. Ou seja, assemelhava-se à resposta positiva, no entanto, não era, pois somente atendendo aqueles requisitos que as mulheres eram consideradas capazes de tomar decisões sobre o uso da terra.

Com relação a “ter coragem”, primeiramente apresenta-se o significado do vocábulo coragem segundo o dicionário Aurélio: 1. Força ou energia moral diante do perigo. 2. Sentimento de segurança para enfrentar situações de dificuldade moral. 3. Atributo de quem tem determinação para realizar atividades que exigem firmeza. 4. Força física para suportar esforço que demanda tempo prolongado (FERREIRA, 2011). Constatou-se que as entrevistadas falavam sobre coragem remetendo-se a determinação e força de vontade para enfrentar o trabalho agrícola, tido como

“pesado”, além do enfrentamento da família e das regras sociais impostas pela sociedade na qual elas estavam inseridas. Essa justificativa vai ao encontro daquela relacionada à criação de autonomia e à não submissão por parte das mulheres.

Quanto ao “dom” apontado como condição para a mulher poder tomar decisões sobre o uso da terra, a priori apresentar-se-á o significado do termo “dom”. O dicionário Aurélio define “dom” como: 1. Dádiva, presente. 2. Qualidade inata. 3. Mérito, merecimento. 4. Poder (FERREIRA, 2011). Contudo, esta definição é genérica e não abrange o sentido do termo para as discussões dentro das ciências sociais, sociologia e antropologia. Por não haver meios para provar a existência do dom, este se encontra relacionado ao campo da fé, utilizado para legitimar o pensamento mágico. Assim, o dom é um objeto da crença. Mauss (2003) explica que para se entender a magia é preciso compreender a sua natureza simbólica, pois sem ela torna-se impossível explicar sua eficácia. Para este autor a magia também é objeto de crença e “[...] a magia, como a religião, é um bloco, nela se crê ou se crê” (MAUSS, 2003, p. 126).

Assim a crença do mágico e a do público não são duas coisas diferentes; a primeira é o reflexo da segunda, já que a simulação do mágico só é possível em razão da credulidade pública. É essa crença, que o mágico partilha com todos os seus, que faz com que nem a sua própria prestidigitação, nem seus experimentos frustrados o façam duvidar da magia. Ele tem sempre aquele mínimo de fé que é a crença na magia dos outros [...]. Em geral, se não vê agir as causas, ele vê os efeitos que elas produzem. (MAUSS, 2003, p. 131).

Dessa forma, pode-se explicar que o “dom” para este entrevistado era a dádiva e uma qualidade inata e estava relacionado à crença de que os homens, apenas por serem homens, nascem aptos para desenvolver atividades agrícolas e com competência para a administração de terras. Já a grande maioria das mulheres, apenas por serem mulheres, nasce capacitada para desenvolver trabalhos relacionados ao afazeres domésticos e de cuidados. Na verdade, de acordo com Stropasolas (2011) essa diferença está pautada na socialização e na organização do trabalho na agricultura familiar, pois estes são fortemente marcados por um viés das relações de gênero, destinando ao homem o espaço da produção e da gestão da propriedade. Por consequência, as mulheres não são preparadas e nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões. Assim, em muitos casos, mulheres e

homens tendem a aceitar como “natural” o fato de somente os homens serem proprietários da terra. Com isso, a crença no “dom” colabora para a perpetuação de desigualdades de gênero na divisão do trabalho no campo, no controle efetivo do patrimônio e na posse legal da terra.

Os participantes que manifestaram a necessidade da mulher estar casada para poder tomar decisões sobre a terra, apesar de terem respondido positivamente, demonstraram não acreditar na capacidade feminina para esta ação. Pois, a condição de ter um homem, indivíduo apto “naturalmente” para tomar decisões sobre a terra, era justamente para que este tomasse estas decisões por ela. Dentre esses participantes percebeu-se a falta de confiança na capacidade da mulher de tomar decisões quanto ao uso da terra.

Nesse sentido, a resposta de uma das entrevistadas destacou-se, pois esta afirmou que a mulher pode tomar decisões sobre a terra, mas “por trás” (referindo-se, por trás de uma figura masculina, geralmente o marido). Essa participante, apresentando este discurso, também contribui para perpetuar a submissão da mulher em relação ao homem. Conforme Deere e León (2002) afirmaram, pelo fato de a subordinação da mulher ser tida com o normal dentro da ideologia patriarcal, é difícil que a mudança dessa condição ocorra espontaneamente. Primeiro é fundamental a criação de uma consciência da discriminação de gênero. Isto exige que a mulher mude a autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas a seus direitos e capacidades. Por isso, o empoderamento<sup>16</sup> não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres. É um processo de formação e construção para cada pessoa ou grupo por meio de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos mais elevados.

Somando as respostas negativas e aquelas com imposição de condições (Tabela 21), tem-se que 55,6% (n=10) das mulheres e 57,1% (n=8) dos homens não concordavam que a mulher pudesse tomar decisões sobre o uso da terra. Um ponto importante é que nenhum participante respondeu negativamente, tendo como justificativa a posse legal da terra, isto é, que as mulheres não podiam tomar decisões sobre a terra devido ao fato de não serem proprietárias legais. Tanto as justificativas

---

<sup>16</sup> Questões relativas ao empoderamento feminino serão aprofundadas em discussões adiante.

negativas quanto as condições impostas em respostas positivas foram diversificadas, entretanto foram pautadas na moral patriarcal segundo a qual as mulheres não possuem condições para cuidar da terra.

A assertiva de Woortmann (1990) sobre a propriedade da terra, em que o autor afirma que o homem torna-se seu dono legítimo apenas por meio do trabalho, é pertinente para esta discussão. Considerando que a maioria dos entrevistados não concordava que uma mulher possa tomar decisões sobre o uso da terra, baseando-se na moral camponesa descrita por Woortmann (1990), indiretamente as mulheres também não se tornariam donas da terra. Esta constatação também indica que as mulheres eram excluídas da partilha da herança, porque tem direito à terra somente quem nela trabalha.

A Tabela 22 apresenta dados sobre a participação das mulheres nas decisões sobre o uso da terra.

Tabela 22 – Participação das mulheres nas decisões sobre o uso da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Mulheres participativas	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Sim, sozinha	02	11,1	01	7,1
Sim, duas mulheres conjuntamente	02	11,1	00	0,0
Não	04	22,2	04	28,6
Mulher e homem juntos	03	16,7	02	14,3
Sim, mas o homem quem decide	06	33,3	06	42,8
Sim (marido doente)	01	5,6	00	0,0
Não, porque não tem terra	00	0,0	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Como era esperado, poucas mulheres participavam das decisões com relação ao uso da terra nas propriedades em que viviam. Apenas duas mulheres afirmaram que tomavam estas decisões sozinhas, sendo uma solteira com os pais já falecidos e a outra, a mulher que, apesar de ter recebido a propriedade como herança do pai, afirmava que esta pertencia ao marido. Neste caso, o marido respondeu que realmente era a esposa que decidia sobre essas questões. As outras duas mulheres que responderam que as decisões sobre a terra eram tomadas somente entre duas mulheres, referiam-se à mãe e filha que receberam a propriedade da irmã, por isso todas as pendências relativas a esse assunto eram tomadas em conjunto por elas.

Uma resposta positiva foi isolada das demais porque nesta situação a esposa que alegou tomar as decisões sobre a terra explicou que possuía esta responsabilidade temporariamente devido à enfermidade do marido, a qual deixava-o impossibilitado de exercer essas funções.

Faz-se necessário mostrar as contradições nas respostas entre membros da mesma família. No caso da propriedade 12, a esposa respondeu que as decisões quanto à terra eram tomadas pelo casal. Já o marido disse que a mulher participava com opiniões, mas a decisão final era somente dele. Nas propriedades 6 e 13, as mulheres afirmaram que participavam dando opiniões, contudo a decisão final era dos homens (irmãos ou marido). No entanto, ao entrevistar os homens, estes disseram que as mulheres não participavam de nenhuma decisão sobre a terra.

Nestas situações notou-se que as mulheres tinham sua participação reduzida pelos homens que até desconsideravam as sugestões oferecidas por elas. Somente em uma propriedade (número 14) foi encontrada uma contradição que favorecia a mulher. Durante a entrevista a mulher declarou que, apesar de oferecer ideias e conversar sobre os investimentos e trabalhos a serem realizados na propriedade, a decisão final era sempre tomada pelo marido. Todavia, ao ser entrevistado, o marido disse que as decisões eram tomadas em conjunto com a esposa.

Nas demais entrevistas, quando participou mais de um membro da família, não foram percebidas discrepâncias entre as respostas. Percebendo tão poucas divergências entre as respostas dos entrevistados de uma mesma família, pode-se concluir que as funções de cada membro estavam bem delimitadas e a submissão da mulher demarcada profundamente.

O único entrevistado que afirmou que a mulher não participava das decisões por não possuir grandes quantidades de terra se referia ao fato de não trabalhar com atividades agrícolas, possuindo apenas o espaço para a fabricação dos berrantes, a lojinha e um pequeno espaço para a recepção dos turistas. Sendo assim, não havia decisões a tomar em relação à terra, pois o espaço era pequeno.

Considerando as respostas negativas, a participação feminina somente com sugestões e a situação temporária da mulher cujo marido estava doente, somam-se 61,1% (n=11) das mulheres e 71,4% (n=10) dos homens que responderam que as mulheres não participavam efetivamente das decisões sobre o uso da terra. Em contrapartida apenas 38,9% (n=7) das mulheres e 21,4% (n=3) dos homens

afirmaram que esta participação era realmente concreta, sendo sozinha, somente entre mulheres ou entre o casal conjuntamente.

Notou-se que em relação à utilização da terra, um número reduzido de mulheres possuía controle efetivo do patrimônio, ficando os homens, em geral cônjuges, com o domínio sobre as decisões referentes à utilização do patrimônio e sobre os benefícios que eram produzidos. Deere e León (2002) caracterizaram o controle efetivo do patrimônio como o comando sobre as decisões relativas à utilização da terra, bem como o controle sobre a renda gerada com a utilização do patrimônio, seja esta renda referente à venda de alimentos produzidos na terra, aluguel de imóveis, entre outros. Sendo assim, na presente pesquisa analisou-se separadamente a tomada de decisão quanto à terra e o controle dos lucros gerados a partir do agroturismo. Para tanto, indagou-se aos entrevistados sobre a participação das mulheres nas decisões sobre os lucros gerados pelo agroturismo. As respostas estão na Tabela 23.

Tabela 23 - Participação das mulheres nas decisões sobre os lucros geradas com o agroturismo. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Mulher participativa	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Sozinha	09	50,0	04	28,6
Não participava	03	16,7	03	21,4
Mulher e homem juntos	04	22,2	02	14,3
Participava, mas o homem era quem decidia	01	5,6	05	35,7
Não sabe*	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Caso especial (apenas proprietária, sem envolvimento com agroturismo).

Sendo o agroturismo uma atividade feminina, o controle dos lucros gerados por esta atividade também estava, predominantemente, sob a responsabilidade das mulheres. Vale ressaltar que algumas mulheres não incluídas nas decisões relativas ao uso da terra estavam inseridas nas decisões quanto ao lucro do agroturismo.

Somando as respostas positivas contabiliza-se que 72,2% (n=13) das mulheres e 42,8% (n=6) dos homens disseram que as mulheres participavam efetivamente da gestão dos lucros gerados pelo agroturismo, seja esta participação solitária ou em conjunto com o cônjuge.

Nestas perguntas também apareceram respostas contraditórias entre membros de uma mesma família. É o caso da propriedade 15, em que a esposa afirmou que as decisões sobre os lucros do agroturismo eram tomadas pelo casal conjuntamente e o marido revelou que a mulher oferecia sugestões, mas a decisão final era dele. Já na propriedade 5, ainda que a esposa tenha dito que não se envolvia nessas decisões, o marido afirmou que a mulher participava por meio de opiniões.

Como no exemplo das mulheres das propriedades 14 e 16 que, apesar de não tomarem decisões quanto ao uso da terra, estavam envolvidas nas definições sobre os lucros do agroturismo, espera-se que futuramente outras mulheres possam conquistar este espaço para fazer escolhas, expor opiniões e, principalmente, dividir com o companheiro o controle efetivo da propriedade.

A característica de família pluriativa e o trabalho com o agroturismo conferiu às mulheres uma atividade remunerada administrada por elas mesmas, incluindo a decisão quanto à gestão dos lucros. Em maior ou menor grau, esta situação concedeu a estas mulheres independência financeira da figura masculina, seja ela marido ou pai, reorientação da divisão do trabalho por gênero e participação nas atividades públicas do agroturismo.

Esses dados corroboram as informações de Silva e Schneider (2010), pois estes autores afirmam que os rendimentos da pluriatividade não têm o mesmo caráter familiar indivisível, como os da atividade agrícola, gerenciados geralmente pelo responsável, chefe da família. Assim como mostrado por Silva e Schneider (2010), na presente pesquisa os lucros gerados pelo agroturismo não eram geridos exclusivamente pelo homem. Concebe-se que essa prática que favoreceu as mulheres pode alterar as relações de poder no meio rural, ao gerar autonomia financeira, além de ser uma forma de evitar as migrações em busca de emprego.

Para continuar a discussão sobre o controle efetivo do patrimônio, foram feitas três perguntas aos entrevistados a respeito da satisfação quanto às responsabilidades laborais de cada um. A primeira pergunta foi relacionada à satisfação com as responsabilidades, decisões e atividades desenvolvidas e as respostas foram positivas unanimemente, pois 94,4% (n=17) das mulheres e 92,9% (n=13) estavam satisfeitos com as atividades desenvolvidas por eles. Os demais 5,6% (n=1) das mulheres e 7,1% (n=1) dos homens não tinham responsabilidades relacionadas à propriedade e por isso não poderiam responder sobre a satisfação.

A próxima pergunta apontava para o oposto da primeira, isto é, focava a insatisfação quanto a alguma responsabilidade, decisões e atividades desenvolvidas pelo participante. As respostas foram variadas e por isso estão dispostas na Tabela 24.

Tabela 24 - Insatisfação relacionada à responsabilidade, decisões e atividades desenvolvidas pelos participantes. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Responsabilidade geradora de insatisfação	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Gosta de todas as responsabilidades	10	55,6	08	57,1
Relativa à administração e cumprimento de normas	01	5,6	01	7,1
Serviços domésticos	04	22,2	00	0,0
Produção	01	5,6	00	0,0
Receber fornecedor	01	5,6	00	0,0
Atender turistas	00	0,0	04	28,6
Não tem responsabilidade	01	5,6	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar desta pergunta ser equivalente à primeira, porém invertida para a negativa, os entrevistados apontaram situações que geravam insatisfação, mostrando que o contentamento não estava completo. De todas as respostas, duas merecem destaque: a insatisfação de 22,2% (n=4) das mulheres com relação aos serviços domésticos e o descontentamento de 28,6% (n=4) dos homens quanto ao atendimento dos turistas. Supõe-se que nenhum homem apontou os serviços domésticos como fonte de insatisfação porque eles não se envolviam com estas atividades. Já as mulheres não reclamaram do atendimento ao turista, pelo contrário, demonstraram grande satisfação em deter esta responsabilidade, pois assim podiam fazer novas amizades, contar histórias e se tornar mais conhecidas. Os homens justificaram a insatisfação na recepção do turista de diversas maneiras como, por exemplo, a falta de traquejo para conversar, a sujidade presente na roupa em decorrência do trabalho agrícola, timidez, entre outros.

Por fim, indagou-se aos entrevistados sobre as responsabilidades, decisões e/ou atividades das quais eles não participavam, mas gostariam de participar. Dentre os participantes, 83,3% (n=15) das mulheres e 92,9% (n=13) dos homens afirmaram

envolver-se em todas as atividades que gostariam. Novamente, uma mulher e um homem não puderam opinar por não possuírem responsabilidades na propriedade.

Um caso que chamou a atenção foi o de uma mulher que revelou não participar das atividades administrativas e contábeis, e, conseqüentemente, também não estava inserida nas decisões quanto aos lucros gerados pelo agroturismo. Apesar de não estar envolvida com essas atividades, ela manifestou interesse em participar, pois desconfiava que os irmãos realizassem retiradas mensais de valores mais altos em comparação ao que era destinado a ela. Esta desconfiança da participante estava correta, pois anteriormente os irmãos haviam revelado que faziam retiradas mensais de R\$3000,00 cada um, enquanto transferiam apenas a metade deste valor para a irmã.

Em resumo, menos da metade dos entrevistados concordou que as mulheres podem participar das decisões sobre o uso da terra e os que concordaram impuseram condições para tal participação, como, por exemplo, ter coragem, ser casada e ter dom. Com relação à efetiva participação das mulheres nas decisões quanto ao uso da terra nas propriedades em que viviam, o percentual foi baixo, além de respostas divergentes entre membros da mesma família. Já a respeito do controle dos lucros gerados pelo agroturismo, esta responsabilidade estava, predominantemente, com as mulheres. Sobre a satisfação quanto às atividades laborais de cada um, a maioria estava satisfeita com as atividades desenvolvidas por eles. Acerca das responsabilidades geradoras de possíveis insatisfações, as mulheres apontaram os serviços domésticos enquanto os homens não gostavam de receber os turistas. Por fim, indagou-se aos entrevistados sobre as responsabilidades, decisões e/ou atividades das quais eles não participavam, mas gostariam de participar. Dentre os participantes, a maioria afirmou envolver-se em todas as atividades que gostariam, contudo uma mulher manifestou o interesse de participar das atividades administrativas contábeis, das quais era excluída pelos irmãos.

#### 4.6. Participação das mulheres na posse legal do patrimônio em que residiam e desenvolviam as atividades de agroturismo

Para discutir a respeito da posse legal da terra, primeiramente perguntou-se aos entrevistados quem era o dono<sup>17</sup> da propriedade. As respostas estão relacionadas na Tabela 25.

Tabela 25 - Relação dos proprietários legais da terra. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Proprietário legal da terra	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
O(A) entrevistado(a)	03	16,7	09	64,3
Marido	06	33,3	00	0,0
Pai	01	5,6	00	0,0
Marido e irmão do marido	01	5,6	00	0,0
Entrevistado(a) e irmãos	01	5,6	04	28,5
Entrevistada e mãe	01	5,6	00	0,0
Entrevistada e filha	01	5,6	00	0,0
Entrevistada e irmã	01	5,6	00	0,0
Esposa e marido	02	11,1	00	0,0
Marido*	01	5,6	00	0,0
O(A) entrevistado(a)*	00	0,0	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Casos especiais.

Essas respostas corroboram os dados apresentados anteriormente em que se afirmou a predominância dos homens como proprietários legais da terra e que a posse da terra era masculina em Venda Nova do Imigrante. As mulheres que se intitularam donas da propriedade, sozinhas ou conjuntamente com outra mulher, somaram 33,3% (n=6). Este percentual é considerado baixo em comparação com os homens, porém deve-se ressaltar os conflitos familiares e sociais que estas mulheres enfrentaram para terem direito à posse legal dessas propriedades. Por se tratar de uma sociedade patriarcal com traços dominantes da divisão do trabalho por gênero, prejudicando as mulheres como pessoas autônomas e independentes, considera-se

<sup>17</sup> Todas as perguntas foram elaboradas com linguagem simples e de fácil entendimento. Por isso, ao construir o roteiro da entrevista optou-se pela palavra dono e não proprietário.

este número uma conquista e que tal situação sirva como um modelo e/ou esperança para as demais mulheres.

Com relação às mulheres que se denominaram proprietárias apenas duas delas obtiveram essas propriedades como parte da herança de seus pais. Uma delas sem a necessidade de conflitos, pois o pai repartiu a herança entre todos os filhos. Já a outra havia reivindicado a propriedade como parte da herança, ocasionando conflitos familiares, pois o pai não concordava em repassar terras para as filhas. As demais que se designaram como donas: uma era viúva e por isso era proprietária legal da propriedade; outra possuía, juntamente com a irmã, a antiga casa dos pais falecidos (sem documentação legal de posse, pois antes do falecimento o pai não havia incluído as mulheres na partilha da herança); as duas últimas, mãe e filha, receberam a propriedade de uma filha/irmã que adquiriu a terra e depois repassou para as duas.

Analisando as 9 mulheres que se denominaram proprietárias da terra, sozinhas ou juntamente com algum familiar (mãe, irmãos, marido, filha), observa-se que duas eram viúvas e duas eram solteiras que moravam sozinhas. Uma das viúvas morava com uma filha e a outra morava sozinha, assim, não haviam homens para serem considerados possíveis donos da propriedade. Quanto às cinco casadas que se intitularam donas da terra, a primeira era casada com um homem que não era de Venda Nova e por isso existia a possibilidade de que ele não compactuasse com as práticas de exclusividade masculina em relação à posse da terra. Além disso, a terra era fruto da herança recebida por esta mulher após muitos conflitos com os pais e irmãos. A segunda mulher casada que se denominou dona da terra era uma exceção encontrada na presente pesquisa. Tratava-se de uma senhora de 80 anos proveniente de uma família em que o pai, descendente de portugueses, determinou que todos os filhos e filhas receberiam partes monetariamente equivalentes da herança. Foi o único caso encontrado em que a mulher possuía mais terras do que o marido e ao se casarem foram morar nas terras herdadas por ela. Por ser uma mulher que aprendeu desde a infância costumes diferentes dos praticados pelos descendentes de italianos, ela se mostrou muito independente e autônoma com relação à propriedade e às atividades de agroturismo. A terceira mulher que se denominou proprietária era casada com um homem alheio às atividades agrícolas e ao agroturismo. Esse afastamento do mundo agrícola e agroturístico pode ter influência sobre a determinação dessa mulher como dona da terra. Por último, duas casadas

responderam “nós” fazendo referência a ela e o marido, embora a terra tivesse sido recebida pelo marido como herança.

Ainda entre as mulheres, 33,3% (n=6) afirmaram que o marido era o dono da terra, porém nenhum homem respondeu que a dona era a esposa. Um dos homens respondeu que era o proprietário, mas, ao falar sobre herança, ele afirmou que aquela terra havia sido recebida pela esposa como parte da herança que o pai havia lhe deixado. Ao ser questionado quanto a essa contradição, ele argumentou que se denominava dono devido ao fato de ter as contas mensais, como água e luz, em seu nome. Na entrevista com a esposa, ela forneceu as mesmas respostas e justificou que denominar o marido como o dono da terra era uma “questão de costume”. Esta situação foi marcada separadamente na Tabela 25 como um caso especial.

Apenas duas mulheres disseram que a propriedade pertencia a “nós” em alusão a ela e o marido, todavia os respectivos cônjuges não responderam da mesma forma e se denominaram donos da propriedade sem mencionar a esposa. Somente uma mulher citou o pai como proprietário da terra, mas informou que este já havia delimitado a área referente à sua herança.

A posse de terra e de bens em geral por parte das mulheres melhora o seu poder de barganha não apenas dentro da família, mas também, potencialmente, dentro da comunidade e da sociedade mais ampla (DEERE; LÉON, 2002). Entretanto, desde a instituição da propriedade privada, a mulher, por ser mulher, foi excluída do acesso e do direito à posse.

Agarwal (1997) também afirmou que a posse da terra é uma das vias centrais do acesso ao poder de negociação e apresentou o conceito de direitos efetivos à terra, o que inclui o direito legal, o reconhecimento social perante a comunidade e o controle efetivo sobre a terra. Segundo esta autora, esses três fatores da relação com a terra podem coexistir, mas também podem existir separadamente, o que, portanto, não garantiria a igualdade nas relações de gênero.

A partir disso percebeu-se que na presente pesquisa estes três fatores da relação com a terra coexistiam de maneira distinta, haja vista o caso das mulheres que não possuíam a posse legal da terra, mas tinham controle efetivo das atividades de agroturismo e reconhecimento social. Conforme foi mencionado anteriormente, este reconhecimento social era fruto de estarem à frente do agroturismo, pois, com isso, as mulheres ganharam visibilidade. Prova disso era que nestas situações os

empreendimentos eram reconhecidos pelo nome delas, os turistas buscavam por elas ao chegar à propriedade e as associações de agroturismo e agroindústria enviavam correspondências endereçadas a elas.

Deere e León (2002) também apresentam a diferença da “igualdade formal” para a “igualdade real”. A primeira refere-se à igualdade de direito e a segunda aos “resultados”, abrangendo tanto a igualdade econômica como as dimensões simbólicas da vida social. Relacionada a isso está a igualdade de oportunidades, que basicamente significa dar condições a homens e mulheres de terem os mesmos pontos de partida (igual acesso à educação, emprego, assistência médica, circulação por espaços públicos, entre outros).

Considerando a posse de terra, as mulheres entrevistadas não apresentavam condições de igualdade de oportunidades em relação aos irmãos, pois mesmo aquelas que receberam herança, embolsaram partes economicamente menores do que esses. Houve apenas uma exceção: a entrevistada de 80 anos da propriedade número 9, pois o pai repartiu a herança em partes iguais para todos os filhos.

Em vista da desigualdade econômica estabelecida historicamente no município de Venda Nova do Imigrante devido às práticas sociais, as dimensões simbólicas da vida social surgem para minimizar estas diferenças e no agroturismo encontra-se o alicerce para a aquisição e/ou ampliação da independência financeira e autonomia feminina.

Nesse sentido, inspiradas nos trabalhos de Deere e León (2002) e Agarwal (1997), Barbosa e Lerrer (2016) realizaram um estudo recente em um assentamento mineiro com o objetivo de verificar se o direito e a posse da terra reposicionavam as mulheres em âmbito doméstico e público, isto é, se conferiam a elas maior poder de barganha. Barbosa e Lerrer (2016) identificaram que a posse da terra é estabelecida processualmente, não sendo resumida à obtenção do direito formal. Lutar pela terra, adquirir um lote, não necessariamente inclui a posse da terra já que esta é, majoritariamente, masculina. A conquista de igualdade real não é dada apenas pela igualdade jurídica de gênero, mas se efetiva quando operam outros processos que “legitimam” as titulações individuais para elas.

Corroborou-se as afirmações de Barbosa e Lerrer (2016) quando estas afirmaram que a conquista da igualdade não inclui somente a posse da terra, pois esta precisa de legitimação. Na prática, esta legitimação referiu-se à situação em que,

apesar da mulher ser proprietária legal da terra em decorrência do recebimento de herança, ambos os cônjuges afirmavam que o marido era o dono. A justificativa pautada nos costumes dada pela mulher mostrou a ausência de legitimidade para que uma mulher seja dona da propriedade em que a família residia e trabalhava.

Essa legitimação também atingiu o controle efetivo da terra apresentado no tópico anterior, pois somente metade dos entrevistados concordou que as mulheres podem participar das decisões sobre o uso da terra e os que concordaram impuseram condições para tal participação. Essas condições são reflexos justamente da falta de legitimação de ter uma mulher tomando decisões sobre o uso da terra.

A aquisição e a posse de terras podem acontecer de diversas formas e as principais possibilidades de acesso são por herança, compra no mercado, distribuição pelo Estado e programas de reforma agrária. Sendo assim, investigou-se a forma como os participantes adquiriram as propriedades e as respostas estão dispostas na Tabela 26.

Tabela 26 - Formas de aquisição da propriedade em que o entrevistado residia. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Forma de aquisição	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Herdou do pai	06	33,3	13	92,9
Marido herdou do pai	10	55,6	00	0,0
Herdou da irmã	01	5,6	00	0,0
Herdou da filha	01	5,6	00	0,0
Esposa herdou do pai	00	0,0	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à forma como a propriedade foi adquirida, 92,9% (n=13) dos homens e 33,3% (n=6) das mulheres afirmaram que a receberam na forma de herança do pai. A origem como herança do marido foi apontada por 42,9% (N=6) das mulheres. Apenas um homem apontou que a propriedade era proveniente da herança que a esposa recebeu (tratava-se do entrevistado que se denominou dono da propriedade, apesar de a esposa ser a proprietária). Nenhum entrevistado citou heranças recebidas da mãe ou de pai e mãe conjuntamente para justificar a aquisição da propriedade.

Em uma propriedade observou-se uma situação atípica, em que uma mulher de 52 anos (não entrevistada) após alguns anos da compra doou a terra e o

empreendimento agroturístico para a mãe e uma irmã (ambas entrevistadas na presente pesquisa). Sendo assim, esta forma de acesso à terra também foi contabilizado como herança.

Como um dos requisitos para a participação da pesquisa era que a terra fosse proveniente de herança, todos os entrevistados residiam em propriedades adquiridas dessa forma.

Além disso, percebeu-se por meio das observações e conversas informais com os participantes a desigualdade de gênero com relação à extensão das propriedades. Na maioria das vezes, as propriedades pertencentes às mulheres possuíam menores extensões comparativamente às terras dos homens. A única exceção era a participante de 80 anos cujo pai repartiu a herança entre todos os filhos de maneira igualitária e, devido às grandes posses do pai, ela recebeu uma grande quantidade de terra. Esta situação vai ao encontro da afirmação de Deere e León (2002) de que as mulheres mesmo quando recebem herança continuam em situação de desigualdade, pois recebem lotes ou parcelas menores em relação aos irmãos.

Na última parte da entrevista, referente à herança, retornou-se a pergunta sobre a propriedade da terra. Nesta sessão questionou-se “A terra está em seu nome?”. Esta pergunta tem distinção da anterior por ser mais precisa com relação à propriedade legal da terra. Por exemplo, as mulheres que anteriormente haviam respondido que os donos da propriedade era o casal, neste caso já não responderam dessa forma, pois os nomes delas não constavam na escritura da terra<sup>18</sup>.

As respostas dos participantes mostraram que 33,3% (n=6) das mulheres e 92,9% (n=13) dos homens afirmaram que a terra estava em nome deles. Respostas negativas foram dadas somente por mulheres, isto é, 55,6% (n=10) não possuíam a terra em que residiam em seu nome. Uma mulher que se considerava proprietária da terra, porém não possuía a documentação, foi contabilizada em separado das demais que afirmaram que a terra estava em nome delas.

Com relação ao casal que afirmava que o marido era o dono da terra que a esposa havia recebido como herança, mesmo após ter explicado que se tratava de uma propriedade herdada pela esposa, na última parte da entrevista voltou a dizer

---

<sup>18</sup> Sabe-se que devido ao casamento estas mulheres possivelmente também eram proprietárias legais da terra, entretanto estas discussões sobre direito matrimonial não foram objetivos desta pesquisa.

que a terra estava no nome do homem. Sendo assim, todos os homens entrevistados afirmaram que a terra estava em seu nome.

Posteriormente, indagou-se aos participantes sobre as implicações sociais e culturais de ter ou não a terra no próprio nome. As respostas estão dispostas na Tabela 27.

Tabela 27 - Implicações sociais e culturais da posse da terra no próprio nome. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Implicações	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Não havia	15	83,3	10	71,4
Tristeza por ser viúva	01	5,6	00	0,0
Constrangimento por ser herdeira	01	5,6	00	0,0
Sentimento de segurança em relação aos irmãos	01	5,6	03	21,4
Reconhecimento social	00	0,0	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria afirmou que o fato de ter ou não a terra no próprio nome não tinha implicações sociais ou culturais. Em se tratando das respostas positivas, uma mulher expressou o sentimento de tristeza, pois a propriedade estava em seu nome devido ao falecimento recente do marido. Um homem apontou que possuir a terra em nome próprio era importante porque assim ele dispunha de reconhecimento social.

A entrevistada de 80 anos, cujo pai partilhou a herança de maneira igualitária entre filhos e filhas, revelou que desde quando este fato aconteceu, por volta de 65 anos atrás, ela se sentia constrangida. Esta mulher, apesar da idade, se mostrou consciente das influências culturais presentes em Venda Nova do Imigrante e das práticas sociais adotadas na partilha da herança. A entrevistada explicou detalhadamente todas as formas de opressão sofridas por ela e por seu pai, devido ao fato de este ter oferecido herança às filhas.

Nós éramos 7 e tudo era igual. E isso causou grande problema aqui em Venda Nova, viu? Os velhos vieram perguntar pra papai o porquê. Porque como que eles iam fazer com as filhas agora. Vieram cobrar porque papai ia ser um exemplo negativo pra eles. Porque as filhas dos outros podiam reivindicar. Papai fez assim ‘escuta, elas são filhas iguais aos homens, saíram do mesmo buraco! Então não tem diferença. Bota a mão na

consciência vocês'. Mas ninguém se moveu diante disso. Olha, eu canso de ver mulheres sem nada.  
(Entrevista 16, mulher, 80 anos).

Em função dos conflitos familiares gerados pela partilha da herança, três homens disseram que possuir a terra no próprio nome trazia segurança, pois não confiavam nos irmãos e tinham receio de que estes pudessem prejudicá-los. Já a mulher que manifestou esse sentimento relacionado à insegurança, tratava-se da entrevistada cujo pai delimitou a parte da herança que cabe a ela apenas oralmente e ela ainda não possuía a documentação legal da terra. Por não possuir a terra legalmente, no próprio nome, a participante falou sobre a insegurança referente aos irmãos e a situação de vulnerabilidade caso o pai venha a falecer antes de lhe conceder a posse legal da terra.

Em suma, a maioria dos entrevistados do gênero masculino se denominou como proprietário legal da terra, enquanto esse percentual se apresentou bem menor em relação ao público feminino. Considerando a posse de terra, as mulheres entrevistadas não apresentavam condições de igualdade de oportunidades em relação aos irmãos, pois, mesmo as mulheres que receberam herança, receberam partes economicamente menores do que eles. Com relação à aquisição da propriedade em que residia, a maioria dos homens a recebeu por meio de herança e a maioria das mulheres relatou que as propriedades eram fruto da herança do marido. Conseqüentemente, a maioria dos homens possuía a propriedade em seu nome e situação contrária acontecia com as mulheres. Contudo, a maioria afirmou que o fato de ter ou não a terra no próprio nome não tem implicações sociais ou culturais.

#### **4.7. Recebimento de herança**

No roteiro da entrevista, logo após os questionamentos para caracterizar o perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados, iniciavam-se as perguntas para descrever as atividades de agroturismo. Uma das primeiras perguntas era “Quem é o dono da propriedade?” e “Como esta propriedade foi adquirida”. Mesmo que não tenha sido intencionalmente, o posicionamento destas perguntas logo no início da entrevista colaborou muito para que a pesquisadora pudesse introduzir

adiante a temática de herança. Isso porque questionar sobre a posse da terra e como ela foi adquirida fazia com que o entrevistado fosse voluntariamente para o assunto de partilha de herança. Posteriormente, quando se chegava à seção sobre herança, a entrevistadora percebeu certa abertura por parte dos participantes em discorrer sobre o tema, pois eles se sentiam confortáveis devido ao fato de já terem feito isto anteriormente por escolha própria. Entretanto, notou-se que os entrevistados tinham preferência por discorrer sobre a distribuição da herança e consequentes conflitos que aconteciam em outras famílias, com vizinhos ou primos distantes.

#### 4.7.1. Recebimento e expectativa de recebimento de herança

No que concerne à herança, questionou-se aos entrevistados se já haviam recebido algum tipo de herança. As respostas estão apresentadas na Tabela 28.

Tabela 28 - Recebimento de herança. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Recebimento de herança	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Sim	11	61,1	14	100,0
Não (o pai não deu)	02	11,1	00	0,0
Não (o pai não tinha)	01	5,6	00	0,0
Não (o pai ainda não dividiu)	02	11,1	00	0,0
Sim (mas não dos pais)	02	11,1	00	0,0
TOTAL	14	100,0	07	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se que todos os 14 homens entrevistados já receberam herança. A maioria das mulheres também já recebeu herança, porém duas não receberam porque os respectivos pais ainda não a haviam dividido. Houve também o caso de uma entrevistada que não recebeu herança em consequência do pai não possuir patrimônio.

As duas entrevistadas que obtiveram herança de outros parentes referem-se à mãe e filha que receberam a propriedade da filha/irmã. Neste caso, a mãe (dona da propriedade 10), não recebeu nenhuma herança dos pais, apesar do pai possuir grandes propriedades. De acordo com as entrevistas das duas mulheres dessa

propriedade, a exclusão da mãe da partilha da herança foi a motivação da filha para doar a pequena propriedade de terra para a mãe e a irmã.

Aqui quem é dona é minha filha. Ela comprou isso tudo porque a gente não teve herança né? Eu não tive herança. Mas ela passou a parte da agroindústria pra gente. Minha casa eu nem sei se está no meu nome, mas isso nem importa também. Eu sou muito grata por ela ter me dado minha casa própria. Ela ajuda muito. Ela ta numa posição melhor, né?  
(Entrevistada 18, viúva, 74 anos).

Duas mulheres relataram não ter recebido, pois os respectivos pais repartiram a herança somente entre os filhos do gênero masculino. Esta informação demonstrou a manutenção da desigualdade nas relações de gênero na partilha da herança, corroborando trabalhos de Nauck (2010), Stropasolas (2011; 2002), Deere e León (2002), Carneiro (2001), Woortmann (1995) e Leach (1968). Estas questões serão amplamente debatidas nos próximos tópicos.

Em seguida perguntou-se sobre o parentesco entre o entrevistado e a pessoa que concedeu a herança (Tabela 29).

Tabela 29 - Parentesco entre os entrevistados e quem concedeu a herança. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Parentesco	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Pai	10	55,6	13	92,9
Mãe	01	5,6	00	0,0
Não recebeu	07	38,9	00	0,0
Pai e mãe	00	0,0	01	7,1
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Confirmando o caráter masculino dado à terra e à propriedade, estas eram passadas para os herdeiros pelo pai. Apenas um entrevistado respondeu que recebeu a herança de pai e mãe conjuntamente.

Uma entrevistada apontou a mãe como doadora da herança. Vale ressaltar que esta mãe se divorciou quando as filhas ainda eram crianças e o pai perdeu o contato com todas. Por isso, na fase adulta a filha só dispunha da mãe para receber algum tipo de patrimônio.

Com relação à expectativa futura de receber herança, apenas 16,7% (n=3) das mulheres e 21,4% (n=3) dos homens esperavam receber algum patrimônio. Dentre as 3 mulheres, duas delas eram as mulheres que não haviam recebido herança porque os respectivos pais ainda não haviam efetuado a partilha. Uma esperava receber legalmente a parte da terra que o pai já havia dado oralmente e a outra aguardava receber um lote do pai. A terceira que revelou ter esperanças era uma das entrevistadas que não recebeu herança devido à prática do pai de transmitir o patrimônio somente para os filhos do gênero masculino. Após o falecimento do pai, esta mulher passou a ter expectativas de receber uma pequena quantia em dinheiro como herança por parte da mãe que ainda estava viva.

Sobre os 3 homens que ainda tinham expectativas de receber herança, descobriu-se que todos eles já haviam recebido herança anteriormente e esperavam receber mais terras por parte dos pais<sup>19</sup>.

#### **4.7.2. Tipificação das heranças recebidas**

Em conformidade com as informações já apresentadas, o valor simbólico da terra nas propriedades visitadas excedia o valor econômico e esta pode ser denominada como “terra ancestral”, de que fala Woortmann (1995), pois enquanto outras terras podem ser vendidas, a terra com valor simbólico deve “permanecer na família”. Isso fica evidente, pois 18 das 19 propriedades pertenciam às mesmas famílias há duas, três ou até quatro gerações.

A fala da entrevistada 16 explica claramente o alto valor simbólico presente nas propriedades dos entrevistados:

Então, isso é uma coisa que não tem nada que pague, né? Não tem nada que pague. E ele preservar pra doar. Ele [pai] podia ter metido o pau em tudo também, né? Isso é um carinho muito grande. Então esse valor emocional que a gente tem é muito grande por isso. Porque é o carinho do nosso pai. O testamento

---

<sup>19</sup> Como não foi o objetivo deste trabalho, os pais não foram questionados a respeito do atendimento futuro destas expectativas.

dele fala tudo isso...que esses bens de herança não sejam passado a terceiros. Então, a gente não passa a terceiros nunca! (Entrevistada 16, casada, 80 anos).

Partindo desse ponto, é oportuno apresentar a tipificação da herança. Conforme Nauck (2010) expôs, a herança pode ser classificada como instrumental ou expressiva. A herança instrumental compreende a terra e a casa, e a herança expressiva refere-se às posses pessoais (carro ou móveis) e objetos simbólicos, como, por exemplo, uma foto. Por se tratar de um grupo que se caracterizava pelo agroturismo e/ou atividades agrícolas, a principal herança pode ser classificada como instrumental, pois basicamente se referia à terra.

Com relação ao tipo de herança recebida, confirmaram-se os indícios percebidos durante as observações, pois a terra e a propriedade eram heranças destinadas aos homens (Tabela 30).

Tabela 30 - Bens herdados pelos entrevistados. Venda Nova do Imigrante-ES, 2017.

Bens herdados	Frequência			
	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Não recebeu	07	38,9	00	0,0
Terra	04	22,2	14	100,0
Meio lote	01	5,6	00	0,0
Um lote	01	5,6	00	0,0
Um lote e R\$10.000,00	01	5,6	00	0,0
Uma casa e um lote	01	5,6	00	0,0
Um apartamento	01	5,6	00	0,0
Máquina de costura e enxoval	01	5,6	00	0,0
Enxoval	01	5,6	00	0,0
TOTAL	18	100,0	14	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Primeiramente, faz-se necessário conceituar o que foi classificado como “terra”. Chamou-se de terra uma propriedade com tamanho suficiente para abrigar uma casa e manter atividades agrícolas e de agroturismo. Pelo fato de serem pequenos espaços, os bens chamados de “lote” não foram classificados juntamente com o termo “terra”. Além do mais, a “terra” está localizada no campo e o “lote” na cidade.

Passando à análise da Tabela 30, deve-se recordar que 61,1% (n=11) das mulheres e 100,0% (n=14) dos homens afirmaram ter recebido herança. De início os

dados que se referiam às mulheres eram considerados promissores, em se tratando de uma sociedade adepta de práticas de partilha de herança excludentes e promotoras de desigualdade de gênero. Isso porque se esperava encontrar um número menos expressivo de mulheres recebendo herança.

Entretanto ao analisar os bens herdados pelos entrevistados percebeu-se uma significativa desigualdade entre mulheres e homens. Todos os homens que participaram da pesquisa receberam herança na forma de terras, ou seja, propriedades em que era possível desenvolver atividades agrícolas e agroturísticas. Já as mulheres receberam grandes variações em formato de herança: meio lote, um lote, um lote e dinheiro em espécie, uma casa e um lote e um apartamento. Porém os itens que mais chamaram a atenção foi o enxoval e a máquina de costura como representação da herança feminina.

Dar uma máquina de costura e um enxoval para o casamento era um costume que foi narrado em diversas entrevistas. No caso das mulheres participantes, apenas uma recebeu esse tipo de herança, entretanto em outras entrevistas foram relatados casos de irmãs, mães e esposas que, apesar de o pai possuir grandes extensões de terra, não receberam nada além de uma máquina de costura e do enxoval. Este tipo de herança pode ser classificado como expressiva, embora estes não sejam objetos simbólicos. A herança expressiva refere-se às posses pessoais (carro ou móveis) e objetos simbólicos, como, por exemplo, uma foto (NAUCK, 2010).

O contexto agravante entre as mulheres que receberam imóveis, lotes e dinheiro em espécie refere-se à proporção da parte herdada por elas, pois esta era consideravelmente menor ao ser comparada às partes destinadas aos respectivos irmãos do gênero masculino.

Percebeu-se por meio destes resultados que as mulheres eram excluídas da partilha da herança instrumental, sendo desprivilegiadas em comparação com os irmãos. Também não foram encontrados homens que relatassem o recebimento de herança expressiva.

Em síntese, todos os homens entrevistados receberam herança dos respectivos pais assim como a maioria das mulheres. Todavia, todos os homens receberam a herança em forma de terras, já as mulheres receberam diversas variações de herança, entre elas uma máquina de costura e um enxoval. Assim, notou-se que os homens tinham prioridade na partilha da herança instrumental.

#### **4.8. As práticas sociais adotadas no processo de transmissão de herança**

Para a realização desta análise foram selecionados 17 excertos. É importante destacar que devido ao grande volume de entrevistas foi necessário selecionar as que mais se destacaram em função das categorias de análise. Esta seleção se deu por meio dos temas que foram recorrentes nas entrevistas. Foram delineadas três categorias macrossemânticas que serão descritas a seguir.

Na primeira categoria “Transmissão de herança e a questão do gênero” foram trabalhados temas relativos às contradições entre o ideal, ou seja, o jurídico, e o real; à prevalência das decisões e desejos masculinos em relação à partilha da herança; à tradição de desigualdade que perpassa todo o processo de transmissão de herança; e a questão da terra dentro deste.

A segunda categoria macrossemântica é “Conflitos familiares em função da transmissão de herança”; nela foram discutidos temas referentes aos conflitos entre irmãos e conflitos entre casais, em consequência da partilha de herança.

Na terceira categoria intitulada “Reflexões da prática social”, foram abordados temas sobre as reflexões quanto ao processo de repartição de herança e as consequências dele; e as mudanças da prática social.

##### **4.8.1. Primeira Categoria Macrossemântica: Transmissão de herança e a questão do gênero**

A primeira categoria macrossemântica foi dividida em subcategorias: **contradições, prevalência da decisão masculina, tradição e a questão da terra.**

##### **1. Contradições**

O excerto a seguir foi retirado da entrevista 1. A participante era uma mulher de 83 anos, viúva e que havia recebido uma máquina de costura como herança, embora o pai possuísse grande quantidade de terras. Ela não participava das

atividades de agroturismo desenvolvidas na propriedade e participou da pesquisa por se tratar da proprietária legal da terra, fato este acontecido após a morte do marido.

1. Meu marido com os filhos dividiu né? Mais eles com os filhos. Eu não quis me meter muito não porque senão vai atrapalhar, atrapalhar né? Mas aí eles pediram tudo se eu concordava. Eles dividiram tudo junto. Com as meninas de Belo Horizonte não porque elas não quiseram vir pra cá né? Dividiram e todo mundo aceitou numa boa. As meninas não participaram foi mais isso mesmo. Eles achavam que dava mais bagunça se tivesse todo mundo junto. Às vezes o genro poderia querer também junto, então é melhor só os de casa. Porque assim era difícil. Agora tudo é diferente, parte tudo do mesmo jeito, mesmo tanto. Não tem diferença não. Aqui em casa dividiu tudo igual, mas sobrou um pouco mais pros meninos lá pro alto porque eles estão sempre aqui. Então esses dois ganharam mais um pouco e que sempre trabalhou aqui e nunca ganhou nada né? Eles trabalhou sempre pra ajudar a família né? E sobrou um pedaço de terra a mais, mas eles nunca que ia trabalhar lá pra cima. É uma quadrazinha porque não era muita terra também não.

Na primeira parte do excerto, o processo predominante material<sup>20</sup> “dividiu” e “dividiram”, e o processo mental<sup>21</sup> “achavam” indicam o poder de agência dos atores homens (marido e filhos). Já em relação ao processo material “aceitou” e a negação dos processos materiais “(não) atrapalhar” e “(não) participaram” revelam a ausência de agência por parte das mulheres (entrevistada e filhas). Apesar de estes processos materiais indicarem atores que possuem agência, a negação marca exatamente o contrário.

---

<sup>20</sup> Processos materiais são definidos como orações de ação e acontecimento porque estabelecem uma quantidade de mudança no fluxo de eventos (FUZER; CABRAL, 2014).

<sup>21</sup> Processos mentais se referem à experiência do mundo da consciência. Podem indicar afeição, cognição, percepção, desejo (FUZER; CABRAL, 2014).

O elemento significativo da subcategoria “contradições” está presente na segunda parte do excerto (“Aqui em casa dividiu tudo igual, mas sobrou um pouco mais pros meninos lá pro alto”), pois a princípio a entrevistada apresenta a situação ideal e, em seguida, a real. Primeiramente ela afirma que em sua família a herança foi repartida de maneira igualitária e logo depois revela que os homens ficaram com uma parte maior devido ao fato de morarem e trabalharem na propriedade. Neste momento, a entrevistada não oferece mais a identificação do ator, pois o ator do processo “aqui em casa” não foi nomeado por nome próprio ou por parentesco, mas sim por localização, como uma forma de amenizar os agentes. O processo material “dividiu” está relacionado à herança e “tudo igual” traz a ideia que a divisão é justa e igualitária.

A presença do operador argumentativo de oposição “mas”, com o poder de anular o que é posto antes dele e fortalecer o argumento posterior (MARCUSCHI, 2005), demonstra que a partilha da herança não é realizada de forma igualitária, como foi dito anteriormente pela entrevistada. Isso revela explicitamente a subcategoria “contradições” da categoria macrossemântica.

O processo material “sobrou” e a circunstância de modo “um pouco mais” também estão associados à repartição desigualitária (“mas sobrou um pouco mais pros meninos lá pro alto”). Nota-se que a entrevistada utiliza escolhas lexicogramaticais que atenuam a desigualdade da partilha da herança. Pois “sobrou” possui um sentido de atenuação em alusão ao resto ou remanescente, o que seria diferente caso a entrevistada tivesse utilizado “deu” ou “passou”. Da mesma forma “um pouco mais” tem uma conotação relacionada a demonstrar que a desigualdade na partilha não foi muito acentuada, pois o item lexical “pouco” minimiza a diferença entre as partes recebidas por homens e mulheres.

O beneficiário no gênero masculino “pros meninos” é uma prática recorrente nas entrevistas que abordam o frequente privilégio dos homens. A circunstância de localização “lá no alto”, da mesma forma que anteriormente, é utilizada para amenizar as desigualdades. Isso porque em se tratando do valor de mercado, uma propriedade plana e pouco acidentada é mais valorizada do que aquela que se encontra em uma colina ou encosta. Assim, ao especificar que a terra que “sobrou” para os homens é “lá no alto”, a entrevistada busca desvalorizar a terra e camuflar a diferença existente na partilha da herança.

O outro operador argumentativo “porque” (“porque eles estão sempre aqui”) é utilizado para apresentar a justificativa e minimizar as contradições entre o ideal e o real. A situação ideal é aquela em que existe a igualdade na transmissão da herança, inexistindo a diferença entre os gêneros ou ordem de nascimento dos filhos. Já na situação real percebe-se a presença destas desigualdades. A justificativa é construída para explicar a situação privilegiada dos atores “eles” (dois homens). “Estão” é considerado processo relacional<sup>22</sup>, porém neste caso ele potencializa sentidos materiais, pois percebe-se uma possível elipse dos verbos morar e/ou trabalhar, uma vez que “estão” se refere a “estão morando/trabalhando”, ou seja, o escopo da ação está implícito, a partir de uma presunção valorativa percebida por meio das outras entrevistas. A circunstância de permanência “sempre” reafirma a presença dos filhos do gênero masculino e a circunstância de localização “aqui” se refere à propriedade que a família possui e onde vive.

Por meio deste excerto e da recorrência nas entrevistas, percebe-se que o direito à herança está relacionado ao processo material de “trabalhar” e “morar” na propriedade. Essa regra foi observada por Woortmann (1995) em seu estudo sobre herança entre colonos de origem alemã. A autora observa que a herança é “conquistada” por meio do trabalho e não simplesmente dada pela descendência. Assim, se confirma a afirmação de Woortman (1990, p.18) “a terra como propriedade de deus, tornando-se o homem seu dono legítimo apenas através do trabalho”, pois na presente pesquisa também percebe-se que se torna dono da terra quem nela trabalha.

Observou-se a recorrência do item lexical “né” (Eu não quis me meter muito não porque senão vai atrapalhar, atrapalhar né?). O “né?” é um elemento de oralidade utilizado com o intuito de fazer o locutor, no caso a entrevistadora da pesquisa, acreditar e concordar no que está sendo dito. Essa estratégia de persuasão é recorrente nas entrevistas e utilizada, principalmente, em casos de assertivas afirmativas e justificativas que reforçam as desigualdades de gênero na partilha da herança.

---

<sup>22</sup> Processos relacionais servem, basicamente, para estabelecer uma relação entre duas entidades diferentes (FUZER; CABRAL, 2014).

O próximo excerto refere-se à entrevista 4, realizada com um homem de 69 anos, casado e que recebeu uma pequena propriedade de terra como herança do pai. Esta propriedade recebida por ele já havia sido vendida no momento desta pesquisa. Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, para delimitar os participantes do estudo foram selecionadas as pessoas que recebiam o turista e apresentavam a propriedade e o(a) proprietário(a) legal da terra. Neste caso, o homem, apesar de não se encaixar em nenhuma das duas situações, foi entrevistado por ele se autodenominar o dono da propriedade (embora a esposa o denomine também).

2. Pode colocar que ta no meu nome porque eu ainda não dividi pros meus filhos. Isso aqui na verdade é herança da minha esposa, o pai dela que deu pra ela. Sou dono porque eu pago, a energia ta no meu nome, a água ta no meu nome. As notas fiscais que sai pra entregar os produtos ta no meu nome. Na verdade se você pegar todos os documentos, de prefeitura, ta no meu nome. Aqui ta no meu nome. Mas na verdade ainda nem ta no meu nome. Ta no nome do pai da minha mulher. O recibo ta no nome do pai dela ainda. Agora que eles estão mexendo pra transferir pros meninos.

O excerto já se inicia com a apresentação da contradição, pois o entrevistado afirma ser o dono da propriedade (“Pode colocar que ta no meu nome porque eu ainda não dividi pros meus filhos”) e em seguida revela que a propriedade é herança da esposa (“Isso aqui na verdade é herança da minha esposa”). A circunstância de localização “isso aqui” se refere à propriedade em que o entrevistado mora e trabalha. Posteriormente, tem-se o modalizador “na verdade” que explicita a contradição do que foi dito anteriormente, pois a propriedade é da esposa e não do entrevistado.

A princípio o entrevistado afirma ser o proprietário da terra e depois explica que a terra é proveniente da herança da esposa (“Isso aqui na verdade é herança da minha esposa, o pai dela que deu pra ela”). No processo relacional identificativo “é”, cujo identificador se refere a “herança” e o identificado a “esposa”, o entrevistado aponta a esposa como a recebedora da terra como herança. O processo material “deu” diz respeito à herança que o pai concedeu “pra ela”, isto é, para a esposa. “O

pai dela” é o ator do processo material “deu” e “ela”, em referência à esposa, é o beneficiário. Esta é uma situação rara dentre as entrevistas realizadas, pois poucas mulheres estavam participando de processos materiais como beneficiário, ou seja, o participante que se beneficia de um processo.

O processo relacional identificativo “sou” tem como identificado o próprio entrevistado e como identificador “dono” (“Sou dono porque eu pago, a energia ta no meu nome, a água ta no meu nome”). Explicitando a contradição, mesmo após afirmar que a propriedade é proveniente da herança paterna da esposa, o entrevistado se autodenomina “dono” da propriedade. Por meio da utilização do operador argumentativo “porque” o entrevistado apresenta a justificativa para esta contradição, ou seja, o argumento para que ele seja considerado o dono de uma propriedade que foi recebida pela esposa. “Eu”, que semanticamente representa o marido, é o ator do processo material de cunho econômico “pago” que está relacionado ao pagamento de despesas domésticas. No processo relacional atributivo “está”, a portadora “energia”, referente à conta de energia elétrica mensal e se encontra em responsabilidade do entrevistado, pois tem-se o atributo “no meu nome”. O mesmo acontece na especificação sobre a “água”, quando o participante se reporta à água encanada doméstica.

Neste excerto percebe-se que o processo material “pago” e o processo relacional atributivo “está” revela que a identidade de dono da propriedade está associada ao pagamento das despesas da propriedade e da família. Ou seja, por ter responsabilidade em relação ao pagamento das despesas domésticas da casa, o marido se considera o dono da propriedade. Além disso, nota-se a incorporação da propriedade da mulher ao patrimônio masculino. Tal situação é descrita por Deere e León (2002), pois apontam que em alguns países da América Latina os bens do casal são controlados pelo marido, inclusive os bens que a mulher herda da família de origem. Vale ressaltar que estas autoras discorrem a respeito deste fenômeno entre as décadas de 1980 e 1990 e, mesmo tratando-se de uma pesquisa realizada em 2017, no caso de Venda Nova do Imigrante, existem indícios de que esta situação se mantém.

Na subcategoria “Contradições” apresentaram-se dois excertos para análise e discussão. No excerto número 1 percebe-se que o recebimento de herança está associado aos processos materiais, devido ao fato de o direito à herança ser

determinado pela permanência e trabalho na terra, privilegiando os homens por serem estes os preteridos na permanência nas propriedades. Já no excerto 2 a maioria dos processos é relacional, ou seja, aqueles que conferem categorias e dão identidade. Entretanto, a identidade de dono da terra também está relacionada ao processo material “pago” que está associado ao econômico. Também nota-se que os operadores argumentativos são sempre os mesmos: os de oposição explicitam as contradições (“mas” e “na verdade”) e o operador argumentativo “porque” expressa justificativa e atenua as desigualdades.

Além de serem relativas às contradições dos próprios entrevistados, pois primeiramente eles fazem afirmativas e, em seguida, revelam o contrário, mostrando a discrepância entre as informações fornecidas, as contradições expostas nesta subcategoria estão relacionadas ao processo de ressignificação em que a herança não chega a ser uma prática jurídica e permanece construída por uma prática econômica em que as tradições de desigualdade de gênero na transmissão da herança possuem mais relevância e autoridade do que a legislação vigente. A prática social em relação à partilha da herança e à identidade de dono da terra estão ligadas a quem mora e trabalha na propriedade e a quem paga as despesas domésticas.

## **2. Prevalência da decisão masculina**

Em seguida, apresenta-se o excerto da entrevista 5. Trata-se de um homem com 53 anos de idade, casado e proprietário legal da terra, proveniente de herança. Este entrevistado é uma das exceções, pois ele era um dos poucos homens participantes da pesquisa responsáveis por recepcionar os turistas. Percebeu-se durante as observações e a entrevista que a esposa era uma coadjuvante nas atividades de agroturismo, permanecendo na área da produção, uma vez que toda a parte de planejamento e organização era realizada pelo marido.

3. Isso aqui foi herança do meu pai. Isso aqui é herança, mas também tem uma parte que nós compramos do meu irmão que quis vender. Tem a herança da minha esposa pra receber, mas eu já falei com ela que nós não queremos porque não tem necessidade, então não precisa. Ela assina qualquer hora pra ficar com os irmãos dela e tal. Aí a gente abre mão. Se ela receber eu brigo com ela, entendeu? Porque nós não precisamos disso. A herança que tinha eu já trouxe que é ela!

Inicialmente o entrevistado explica que a propriedade em que trabalha e mora com a família é fruto do recebimento de herança e uma parte de aquisição. Em seguida, ele fala a respeito da herança futura que a esposa tem direito legal de receber (“Tem a herança da minha esposa pra receber, mas eu já falei com ela que nós não queremos porque não tem necessidade, então não precisa”). O processo existencial “tem” refere-se ao existente “a herança da minha esposa” e o processo material “(pra) receber”. Utilizando o operador argumentativo “mas”, anula-se o fato de que juridicamente a esposa tem direito a receber herança e prevalece a argumentação posterior, ou seja, o desejo do marido de que ela não receba esta herança. No processo verbal<sup>23</sup> “falei”, o dizente “eu” refere-se ao entrevistado e o receptor “com ela” reporta-se à esposa. O circunstanciador “já” confere ciência de que a esposa foi informada a respeito disso anteriormente.

Thompson (2011), ao abordar as estratégias típicas de construção simbólicas ideológicas, apresenta a simbolização da unidade:

Esta estratégia envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidades de grupos (THOMPSON, 2011, p. 86).

Assim, uma identidade coletiva criada e, continuamente reafirmada, une os indivíduos de forma a suprimir as diferenças e divisões e, em circunstâncias particulares, estabelece e sustenta relações de dominação (THOMPSON, 2011). No caso da utilização do léxico “nós” (“nós não queremos porque não tem necessidade, então não precisa”) é apresentada uma identidade coletiva do casal, produzindo o

---

<sup>23</sup> Os processos verbais estão relacionados aos processos do dizer com características de fala (FUZER; CABRAL, 2014).

significado de um desejo coletivo pelo processo mental desiderativo “queremos” com o intuito de fazer prevalecer o desejo do marido.

A negativa do processo mental desiderativo “queremos” mostra o desejo que a esposa não receba a herança do pai e o operador argumentativo “porque” é utilizado para apresentar a justificativa desse desejo. A negativa do processo existencial “tem” relacionado ao existente “necessidade” focaliza no fato de que o casal não está passando por escassez de recursos, visto que o marido recebeu herança e é proprietário da terra em que o casal mora e trabalha. A repetição “então não precisa” é utilizada como forma de reiterar a justificativa apresentada. Essa situação fortalece a relação de dependência entre esposa e marido, visto que se trata da única propriedade em que a mulher envolvida com agroturismo tem uma posição de coadjuvante em relação ao marido, pois é este quem recebe e apresenta a propriedade para os turistas. Por isso, de acordo com o delineamento metodológico, nesta propriedade somente o marido foi entrevistado, pois além de receber os turistas ele era o proprietário legal da terra.

Apesar de anteriormente haver a presença do item lexical “nós”, criando uma identidade coletiva do casal, ao fim do excerto o entrevistado mostra de forma incisiva, o desejo de que a esposa não receba a herança que ela tem direito juridicamente (“Se ela receber eu brigo com ela, entendeu?”). O operador argumentativo de condição e hipótese “se” refere-se ao processo material “receber” que tem como ator “ela” a esposa. O outro processo material “brigo”, que tem como ator “eu” referindo-se ao entrevistado, mostra que dependendo da ação da esposa, o entrevistado faria uma ação (brigar) “com ela”.

O elemento significativo da subcategoria “prevalência da decisão masculina” está presente nesta parte do excerto, pois ao final desta assertiva afirmativa em tom ameaçador, pois se a esposa não atender o desejo do marido, ela terá consequências negativas, o entrevistado questiona “entendeu?”. O processo mental cognitivo “entendeu” pode ser associado a uma tentativa do participante de perguntar se a pesquisadora que conduzia a entrevista compreendeu o que foi explicado. Todavia, como a entrevista foi realizada na mesa da cozinha da casa do entrevistado e sua esposa estava fazendo os preparativos para o almoço, durante toda a entrevista ela estava presente. Assim, esse questionamento “entendeu?” também pode ser

relacionado a uma forma de intensificar o tom de ameaça e reforçar para a esposa o desejo de que ela não receba a herança paterna, à qual tem direito legalmente.

Segundo Bourdieu (1989) o conceito de violência simbólica corresponde à criação contínua de crenças e valores que, socializados, se “naturalizam” no processo de dominação e também de exclusão dos indivíduos. Uma vez naturalizada, a violência simbólica induz os indivíduos a se posicionarem no espaço social orientando-se pelos critérios e padrões do discurso dominante. Desta forma, a violência simbólica não é percebida como violência, mas sim como uma situação de respeito que "naturalmente" se exerce de um para outro.

Assim, esta subordinação pessoal e profissional em que se encontra a esposa do entrevistado pode ser definida como uma violência simbólica. Chartier (1995) afirma que definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. Para este autor, o primordial não é opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas principalmente identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como "natural", portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções.

Dentre as formas mais comuns de violência intrafamiliar tem-se a psicológica que inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. A violência psicológica pode ser manifestada por meio de intimidação e ameaças (CASIQUE; FUREGATO, 2006). No caso do presente trabalho, nota-se uma intimidação para que a esposa não receba a herança e caso ela receba existe a ameaça de uma ação negativa.

Outro fato que chama a atenção são os dados sobre a violência contra a mulher no Brasil. De acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no ano de 2014, o estado do Espírito Santo apresentou uma taxa de 6,9 homicídios por 100 mil mulheres, superior à taxa média nacional, de 4,6 homicídios por 100 mil mulheres (BRASIL, 2016).

Por meio desta análise, percebe-se a violência à qual a esposa do participante está sujeita e acredita-se que outras mulheres também se encontram na mesma

situação. Apesar disso, esta violência não foi uma temática debatida em outros trabalhos sobre herança e relações de gênero.

Prosseguindo com a análise do excerto, na última assertiva nota-se a mulher como metáfora de posse, pois o entrevistado afirma que a herança que ele tinha o desejo de receber da parte do sogro era a própria esposa (“A herança que tinha eu já trouxe que é ela”). O processo relacional atributivo “tinha” tem como portador “o pai da esposa”, que não está identificado, e “a herança” como atributo. Na sequência, o processo material “trouxe” mostra a agência do ator “eu”, ou seja, o entrevistado. Já o processo relacional atributivo “é” tem como atributo “ela”, isto é, a esposa. Assim, revela-se a objetificação da mulher, pressupondo que o homem, além de dono da propriedade, também é dono da esposa. Isso confere ao marido poder para fazer o que quiser, devido à ausência de agência por parte da esposa do entrevistado. Dessa maneira, o entrevistado anula a terra como herança e coloca a própria esposa como herança.

Esta objetificação da esposa foi percebida também durante as observações, pois, ao mostrar fotos antigas da família e do início do empreendimento agroturístico, o entrevistado dava ênfase aos atributos físicos da mulher, exaltando os olhos azuis e o corpo magro. A esposa era exposta como um “troféu” e o entrevistado destacava que ela tinha vários pretendentes, mas ele que conseguiu se casar com ela.

Além da objetificação feminina, nota-se que o marido percebe a herança como prática masculina, no sentido de que a herança proveniente do sogro deveria ser ofertada a ele, ou seja, passando de homem para homem, e não para a herdeira legal, isto é, a esposa.

O excerto a seguir foi retirado da entrevista 11, realizada com um homem de 62 anos, casado e proprietário legal da terra onde eram desenvolvidas atividades de agroturismo. Esta propriedade era fruto da herança deixada pelo pai. Nesta propriedade foram entrevistados três irmãos, sendo dois homens e uma mulher. Estes três irmãos receberam herança e eram donos da propriedade onde mantinham o agroturismo.

4. E isso foi um pecado que já vem lá da coisa, inclusive encontrei essa resistência na casa da família da minha mulher, achava que os filhos tinha mais direito...não tem esse negócio é tudo dividido. Vai ser dividido igual pra todo mundo ué? E acabou! Não tem isso não ué?! E aqui também se for dividir vai ser tudo assim, entendeu? Não tem isso.

O excerto inicia com o entrevistado fazendo referência ao processo de partilha de herança desfavorecendo as mulheres como sendo uma tradição antiga entre as famílias do município de Venda Nova do Imigrante (“E isso foi um pecado que já vem lá da coisa”). Por meio de um discurso religioso, marcado pela escolha lexicogramatical “pecado”, o participante relata que considera a tradição de distribuição de herança excludente uma violação de um preceito.

O item lexical “inclusive” traz mais uma informação sobre a percepção do entrevistado sobre a temática (“inclusive encontrei essa resistência na casa da família da minha mulher”). O processo material “encontrei” está associado a “essa resistência”, em que o participante se remete à presença da costumeira dificuldade feminina de inclusão na partilha da herança na família da esposa.

Novamente, observa-se a situação recorrente de não identificar o ator de processos relativos à repartição de herança desigual beneficiando os homens, pois verifica-se uma elipse do ator do processo mental cognitivo “achava” (“achava que os filhos tinha mais direito...não tem esse negócio é tudo dividido”). Neste caso, por uma presunção valorativa, refere-se à opinião dos irmãos da esposa sobre os homens possuírem “mais direito” à herança do que as mulheres. O processo relacional possessivo “tinha” refere-se ao possuidor “os filhos” e ao possuído “mais direito”. Aqui também nota-se outra elipse, pois apesar de ser uma construção comparativa não é apresentado o segundo elemento para comparação: os filhos tinham mais direito do que quem? A referência às mulheres é omitida como forma de atenuar as desigualdades entre os gêneros na partilha da herança.

O elemento significativo da subcategoria “prevalência da decisão masculina” está presente na negativa do processo existencial “tem” (“não tem esse negócio é tudo dividido”) e demonstra a posição de exigência que o entrevistado mantém em relação a “esse negócio”, reportando-se à partilha desproporcional entre mulheres e

homens. O processo relacional atributivo “é” tem como atributo “tudo dividido”, em que “tudo” é utilizado para demonstrar semanticamente a igualdade.

Apesar de fazer uso de processos existencial e relacional, o participante exprime seu desejo de que a repartição da herança do sogro seja igualitária, contribuindo igualmente para homens e mulheres. Esse posicionamento não está relacionado à uma postura do entrevistado que vise contribuir para a diminuição da desigualdade entre os gêneros, pois nesta propriedade foram entrevistados 3 irmãos, sendo 2 homens e uma mulher, ambos proprietários da terra. Os homens revelaram que, de forma secreta, efetuavam retiradas mensais superiores à parte repassada para a irmã, pois acreditavam que ela não precisava de uma quantia igual à deles para sobreviver. Dessa forma percebe-se a inexistência de um discurso de igualdade de gênero na fala do entrevistado e sim uma preocupação em aumentar o próprio patrimônio por meio da obtenção da parte referente à herança da esposa.

### **3. Tradição**

O próximo excerto refere-se à entrevista 19. Trata-se de uma mulher de 66 anos, solteira e sem filhos que recebeu como herança apenas a casa onde morava com os pais, após os falecimentos destes. Neste caso os irmãos (homens) da entrevistada receberam como herança toda a terra que o pai possuía. Esta mulher mantinha o empreendimento agroturístico, juntamente com outra irmã, ao lado da casa onde residia.

5. Eles faziam pelo seguinte, era um núcleo onde eles casam entre si. Então, por exemplo, se eu casasse com um filho do amigo do meu pai, eu ia herdar o que ele herdou, entendeu? E quem casasse com os nossos irmãos, ia herdar a terra do meu pai. Então não era por maldade porque não gostasse das mulheres. Era a maneira que eles tinham de coisar...porque as terras eram poucas, as famílias eram grandes. Então se fosse dividir por exemplo, o que o papai herdou se ele dividisse em 11 ia ficar uma tirinha pra cada um, né? Então, eu vejo assim. Eu não vejo como maldade. Eu procuro tentar entender o

lado histórico do negócio. Porque no momento era assim que funcionava, né? Mas o italiano é sempre assim...eu fui comer coxa de galinha depois de muita raça de tempo porque eu sou a última. Então, as partes melhores do frango sempre eram pros homens. E não podia começar a comer antes. Eu comi pé de galinha foi muita raça de tempo. Entendeu? Essa divisão não é só na herança. Era em tudo.

A entrevistada inicia explicando como a partilha da herança está intimamente relacionada à construção dos casamentos entre os membros das famílias (“Eles faziam pelo seguinte, era um núcleo onde eles casam entre em si. Então, por exemplo, se eu casasse com um filho do amigo do meu pai, eu ia herdar o que ele herdou, entendeu? E quem casasse com os nossos irmãos, ia herdar a terra do meu pai”).

A descrição desta prática sobre como se davam os casamentos reporta a discussão de Lévi-Strauss (1968) sobre parentesco. Para este autor o casamento é um sistema de trocas em que as mulheres são os bens trocados mais valiosos. Para Lévi-Strauss (1968) o casamento envolve três sujeitos, ou seja, é uma relação a três: uma mulher e dois homens, um que dá essa mulher, e outro que a recebe.

Rubin (1993), ao analisar este estudo de Lévi-Strauss, afirma que, se o objeto das trocas são as mulheres, então são os homens que estão estabelecendo laços por intermédio delas, e estas não são parceiras, apenas um instrumento nesse intercâmbio. Se as mulheres são os presentes, então os homens é que são os parceiros nessa troca. E é aos parceiros, não aos presentes, que essas trocas conferem o poder. As relações desse sistema são tais que as mulheres não têm condições de perceber claramente os benefícios trazidos pelas trocas de que são objeto. Na medida em que as relações estabelecem que os homens trocam as mulheres, os homens é que são beneficiários do produto de tais trocas – a organização social.

Em se tratando da partilha de herança, este beneficiamento masculino está nas justificativas de que a divisão igualitária levaria a uma rápida fragmentação da terra e ao fim da agricultura familiar. Ou seja, impor a igualdade de gênero na herança da terra poderia precipitar o fim do campesinato. A herança igual da terra entre todos os filhos poderia sugerir a venda do patrimônio da família, levando ao fim da unidade de produção e reprodução e à extinção das comunidades camponesas. Estas

condições vêm sendo usadas para justificar o privilegio dos homens e a tradição de priorizar os filhos do gênero masculino na herança (DEERE; LEÓN, 2002).

Assim, ao invés de repartir a terra para todos igualmente, trocam-se mulheres entre famílias. Com isso, as famílias trocam as filhas pelas noras e devido ao fato de os filhos casarem e continuarem morando na propriedade dos pais, as noras convivem mais tempo de vida com os sogros do que com os próprios pais.

Em seguida, o processo relacional identificativo “era” tem como identificador o item lexical “maldade” (“Então não era por maldade porque não gostasse das mulheres”). Neste caso, o item lexical “maldade” pode estar relacionado a questões filosóficas e de ética, porém, devido à forte presença da religião católica no município, também pode ser apontado o cunho religioso. Em uma discussão teórica sobre o bem e o mal entre religião e política na sociedade contemporânea, Leis (2005) declara que a banalização do mal acontece entre indivíduos que previamente banalizaram o conhecimento dos fatos por covardia moral ou, simplesmente, porque suas mentes (colonizadas por princípios que não admitem ser contestados pelos fatos) não conseguem enxergar a realidade tal como ela é. Considerando esta afirmação, pode-se perceber a banalização das consequências negativas que a partilha da herança privilegiando os homens e deixando as mulheres com pouco ou nada acarreta para a vida destas.

O operador argumentativo “porque” é utilizado para expor a justificativa e o processo mental afetivo “gostasse” refere-se às filhas (“Então não era por maldade porque não gostasse das mulheres”). A entrevistada, em função da tradição, não questiona o fato da divisão desigualitária e apresenta uma justificativa em nome de uma suposta necessidade de não repartir a terra em muitas partes individuais.

O processo relacional identificativo “era” refere-se ao identificador “maneira” que retoma a tradição da desigualdade na partilha da herança (“Era a maneira que eles tinham de coisar”). O processo relacional atributivo “tinham” tem como portador “eles”, em referência aos homens de forma geral, e como atributo “coisar”. A partir de uma presunção valorativa, “coisar” está relacionado a sobreviver e a continuar a manutenção da família com a agricultura.

Continuando as justificativas para a exclusão das mulheres na partilha da herança, o operador argumentativo “porque” é usado novamente para atenuar as desigualdades presentes na transmissão de herança em Venda Nova do Imigrante

(“porque as terras eram poucas, as famílias eram grandes”). Têm-se dois processos relacionais identificativos “eram”. O primeiro está relacionado ao identificado “as terras” e ao identificador “poucas” e o segundo refere-se ao identificado “as famílias” e ao identificador “grandes”. A entrevistada busca mostrar que não havia terra para todos os filhos e que se fosse dividir ficaria somente “uma tirinha para cada um”.

Uma das estratégias típicas de construção simbólicas ideológicas descritas por Thompson (2011, p.83) é a universalização: “através desta estratégia, acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos”. Deste modo percebe-se a universalização presente na fala da entrevistada, pois ela explica e justifica o privilegio e beneficiamento dos homens como um benefício para todos os membros da família.

Esta pesquisa trata de pequenos proprietários de terra com produção familiar, entretanto, não se concorda com a forma como a divisão é demarcada por meio do gênero, construída e mantida sob a influência da moral patriarcal e a justificativa de que não seria possível dividir a terra para todos. Pois, dessa maneira, as mulheres são prejudicadas econômica e politicamente por gerações e ficam reféns desse acordo econômico entre as famílias e, em função disso, para permanecer no campo a única opção é casar-se. Com isso, as mulheres tornam-se o instrumento do enriquecimento dos irmãos.

O processo mental cognitivo “entender” (“Eu procuro tentar entender o lado histórico do negócio”), cujo modalizador “procuro tentar” é utilizado para além de entender o fenômeno “lado histórico do negócio”, mas também para aceitar as desigualdades sofridas pelas mulheres. O elemento significativo da subcategoria “tradição” está presente justamente no “lado histórico”, pois retoma as práticas da tradição e justifica a repartição desigual. Esta afirmação pode ser descrita como a narrativização de Thompson (2011):

Contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. De fato, as tradições são, muitas vezes, inventadas a fim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão. Histórias são contadas tanto pelas crônicas oficiais como pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, servindo para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder (THOMPSON, 2011, p. 83).

Neste contexto a entrevistada busca explicar com base nas tradições o fato de os homens serem privilegiados na partilha da herança. Com as justificativas e atenuações das desigualdades, a participante se mostra conformada tanto com a situação social do município, bem como com a sua própria. Observou-se um sentimento de descontentamento em alguns momentos da entrevista, os quais foram superados por meio da crença em uma tradição eterna e aceitável, justamente como aponta Thompson (2011).

Depois de apresentar várias justificativas para a desigualdade, a entrevistada utiliza o operador argumentativo “mas” (“Mas o italiano é sempre assim”) que coloca a força no argumento que contrapõe. Ou seja, apesar de todas as explicações baseadas na pequena extensão de terra e do número expressivo de membros familiares, a utilização do “mas” seguido pelo processo relacional identificativo “é”, cujo identificado “italiano” e identificador “assim”, juntamente com a presença do modalizador “sempre”, mostram que, apesar de todas estas justificativas, as práticas de tradição permanecem e não se nota a possibilidade de mudança. Além do mais, a entrevistada relata as tradições de herança desigual utilizando verbos no passado e neste momento ela fala no presente “é” utilizando o adjunto modal “sempre”, apontando para uma tendência das práticas da tradição do passado prevalecendo no presente e com perspectivas futuras. Isto é, a construção simbólica por meio da narrativização faz com que o presente seja parte de uma tradição que deve ser aceita e eterna.

Ao final do excerto a participante é enfática “Essa divisão não é só na herança. Era em tudo”. O processo relacional atributivo “é”, cujo portador é “essa divisão”, refere-se à divisão privilegiada oferecida aos homens, e o atributo “na herança”. Ao utilizar o item lexical “só” nota-se que a tradição de favorecer o gênero masculino não está presente somente nas práticas relativas à herança. O outro processo relacional atributivo “era” tem como atributo “tudo”, fazendo referência a outras situações cotidianas em que os homens são beneficiados em detrimento das mulheres, incluindo a parte referente à alimentação relatada anteriormente pela entrevistada (“Então, as partes melhores do frango sempre eram pros homens. E não podia começar a comer antes. Eu comi pé de galinha foi muita raça de tempo.”).

Em seguida apresenta-se o excerto extraído da entrevista 26 realizada com uma mulher de 48 anos, casada e que abdicou do recebimento de herança em favor

dos irmãos (homens), pois acreditava que os irmãos possuíam mais direito como herdeiros da terra.

6. As mulheres casavam cedo, então os homens acabavam ficando mais na terra, trabalhando mais na terra e eles achavam que eles tinham mais direito de receber. Concordo! Concordo, em termos que os homens, às vezes, trabalham mais na roça, no serviço mais pesado. Às vezes as mulheres, realmente, antigamente com 18 anos já estavam casando, né? Então trabalhavam menos. Assim, não digo que elas não deveriam receber, talvez menos. Mas deveriam receber, eu acho. Mas não totalmente igual, talvez os homens que...serviço de roça é mais pesado, tem que carregar coisa nas costas, muita gente tem problema de coluna hoje por ter pegado muito peso, né? Mas assim, não sei o que você pensa sobre isso, mas eu tenho isso.

O excerto começa com a explicação da tradição de partilha de herança intimamente relacionada ao casamento (“As mulheres casavam cedo, então os homens acabavam ficando mais na terra, trabalhando mais na terra e eles achavam que eles tinham mais direito de receber”). O processo material “casavam” tem como ator “as mulheres” e, no outro processo material “ficando”, o ator é “os homens”. Vale ressaltar as escolhas lexicogramaticais para descrever situações relacionadas aos homens, pois “acabavam ficando” minimiza o poder de agência destes como se as mulheres, ao se casarem e irem morar com os respectivos maridos, deixassem abandonados os irmãos e a propriedade.

O processo mental cognitivo “achavam” tem como experienciador “eles”, isto é, os homens, e como fenômeno “eles tinham mais direito de receber” (“eles achavam que eles tinham mais direito de receber”). Neste fenômeno encontra-se o processo relacional possessivo “tinham” cujo possuidor é “eles”, os homens, e o possuído “mais direito de receber”. Nota-se uma ocultação do elemento comparativo, pois eles tinham mais direito de receber do que quem? Essas elipses frequentes indicam a necessidade de minimizar as desigualdades entre mulheres e homens.

Após a justificativa/explicação quanto aos fatos que conferem aos homens o direito de receber partes maiores de herança do que as mulheres, a entrevistada de

forma categórica, em uma assertiva afirmativa, aprova tal desigualdade (“Concordo! Concordo em termos, que os homens, às vezes, trabalham mais na roça, no serviço mais pesado”). O primeiro processo mental cognitivo “concordo” tem como experienciador a própria entrevistada e refere-se ao fenômeno relatado anteriormente sobre a exclusão da mulher na repartição da herança. O segundo processo mental cognitivo “concordo” é acompanhado do item lexical “em termos” que confere uma ressalva nesta anuência. O elemento significativo da subcategoria “tradição” fica evidente nesta parte do excerto, pois a tradição sobrepõe significativamente o jurídico, pois, antes mesmo de explicar quais são os pontos com que ela concorda e discorda, a entrevistada oferece a justificativa para esta aprovação de desigualdade prejudicial às mulheres (“que os homens, às vezes, trabalham mais na roça, no serviço mais pesado”). Neste caso o “que”, utilizado como forma reduzida de “porque”, é um operador argumentativo que precede a justificativa. O processo material “trabalham”, cujo ator é “os homens”, está acompanhado do item lexical “mais” (“trabalham mais na roça, no serviço mais pesado”) que intensifica e valoriza o trabalho masculino.

A negação do processo verbal “(não) digo” possui como dizente a entrevistada e o processo material “receber” está acompanhado de um modalizador “deveriam” (“Assim, não digo que elas não deveriam receber, talvez menos”). A seguir tem-se o modalizador de incerteza “talvez” que deixa claro que a participante não tem convicção de que as mulheres devem realmente ser incluídas na partilha da herança. Novamente, nota-se uma ocultação do item comparativo quando se fala sobre receber menos: receber menos do que quem? No caso, refere-se aos homens. As recorrentes ocultações de itens comparativos são uma forma de atenuar as desigualdades presentes nos assuntos relacionados à herança.

Percebe-se que a tradição de partilha e transmissão de herança está relacionada ao trabalho na terra, como foi visto anteriormente na subcategoria “Contradições”. Deste modo nota-se a necessidade da “conquista” do direito à terra por meio do trabalho, tornando-se dono quem trabalha na propriedade. Sendo a justificativa da tradição de repartição desigual ou até mesmo exclusão das mulheres da partilha baseada na permanência e trabalho na terra, a saída das mulheres da casa paterna para se casar, estudar ou trabalhar é utilizada como argumento para a perda do direito legal à herança dos pais.

Segundo Stropasolas (2011) esta saída da propriedade pode ser vista pelas mulheres como uma alternativa para sobrevivência ou melhoria de vida devido às escassas motivações para que permaneçam na agricultura diante da ampla tendência à exclusão da herança da propriedade. Devido ao viés das relações de gênero na organização do trabalho no campo, sendo destinado aos homens o espaço de produção e gestão da propriedade, em muitos casos, as moças parecem aceitar como “natural” o fato de a herança se restringir aos irmãos. Ademais, o fato de saber, previamente, que não partilharão do direito à herança da terra, desvincula-as de certa forma do compromisso de permanecer na propriedade.

Neste excerto observa-se a presença do que Thompson (2011) chama de eternalização:

Fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes. Costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, adquirem, então uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social, e seu caráter aparentemente a-histórico é reafirmado através de formas simbólicas que, na sua construção, como também na sua pura repetição, eternalizam o contingente (THOMPSON, 2011, p. 88).

Esta estratégia de construção simbólica é percebida na rigidez com a qual a entrevistada mantém a tradição de desigualdade entre mulheres e homens. As práticas de partilha da herança foram eternalizadas por meio da repetição e estão tão introjetadas na entrevistada que ela abdicou de sua parte da herança em favor dos irmãos do gênero masculino.

Esta situação remete ao que Bourdieu (2012) fala sobre mulheres serem “guardiãs” da reprodução desta lógica de dominação, pois ao interiorizarem a dominação de forma deslumbrada, ser dominada e servir aos homens passa a fazer parte de seu *habitus*<sup>24</sup>, fazendo com que elas cumpram este papel como algo satisfatório para si. Assim, estas mulheres ensinam a seus filhos e, muitas vezes, repudiam mulheres que tentam romper com o papel de dominadas.

---

<sup>24</sup> Para Bourdieu o *habitus* seria a estrutura incorporada, uma espécie de senso prático do que se deve fazer em cada situação.

#### 4. A questão da terra

A seguir, será analisado o excerto proveniente da entrevista 6 realizada com uma mulher de 52 anos de idade, casada e que recebeu uma propriedade como herança. Trata-se de uma entrevistada que, além de ser proprietária da terra, também recepcionava os turistas. Dois pontos que são necessários destacar é que, primeiramente, a referida herança foi recebida por ela após conflitos familiares com o pai e irmãos. Ademais a participante 6 é irmã do participante 32.

7. São 9 filhos e tem um morto. Eram 10. Foi dividido, foi feita a partilha mesmo. Eram 7 homens, esse é o problema. E 3 mulher. Esse monte de homem machista aqui. Eles acham que eles têm mais direito. Direito de tudo, da terra e tudo. Tanto que foi dividido a terra e ficamos só com a terra, os bens não. Não foi dividido igual porque tem umas coisas aí tipo que acontece aqui ainda. Não só com a nossa família, com todas as famílias. As maiores aqui de Venda Nova, italianas. Na hora de dividir eles dão um jeito de safar mais pros homem.

Neste excerto, por mais que a entrevistada esteja falando de sua própria experiência particular relatando inicialmente o número de irmãos que possui, ela coletiviza a explicação quanto às práticas para distribuição de herança.

O processo mental cognitivo “acham” (“Esse monte de homem machista aqui. Eles acham que eles tem mais direito. Direito de tudo, da terra e tudo”) tem como experienciador “eles”, isto é, “esse monte de homem machista aqui”. Percebe-se também que esta participante possui mais clareza do que a maioria dos entrevistados quanto às práticas desigualitárias praticadas no município, pois ao falar “aqui” ela está se referindo à Venda Nova como um todo. O fenômeno do processo mental cognitivo “acham” é “eles tem mais direito. Direito de tudo, da terra e tudo” que inclui um processo relacional possessivo “tem” cujo possuidor são “eles”, os homens, e o possuído “mais direito”. Para explicitar, a participante afirma que os homens têm “direito de tudo, da terra e tudo”. Novamente tem-se a ocultação do elemento comparativo, pois “eles têm mais direito” (do que as mulheres). Entretanto,

nesta entrevista não se percebe o desejo da participante de minimizar o poder de agência dos homens a fim de atenuar as desigualdades que as mulheres sofrem. Pelo contrário, esta participante busca denunciar esse privilégio que os homens vendanovenses possuem de maneira geral, pois a entrevistada fala coletivamente criticando a ausência de ação dos órgãos competentes.

Os elípticos recorrentes nos excertos podem estar relacionados à economia linguística, pois uma das estratégias de interação face a face (linguagem oral) é não haver a repetição de palavras, pois estas são preenchidas pelo interlocutor. Entretanto, no caso da presente pesquisa os elípticos cumprem uma função discursiva ideológica importante.

O elemento significativo da subcategoria “questão da terra” está presente no final do excerto, pois no processo material “dividir” o ator “eles” refere-se aos homens ou, como foi dito pela própria entrevistada, “esse monte de homem machista” (“Na hora de dividir eles dão um jeito de safar mais pros homem”). Em seguida têm-se outro processo material “dão”, cujo ator também é “eles”, os homens. A escolha dos itens lexicais “um jeito” refere-se a soluções criativas ou até mesmo corruptas para resolver um problema. Remete-se ao “jeitinho brasileiro”, famoso pela capacidade dos brasileiros de improvisar para solucionar adversidades e, não raro, adotando procedimentos à margem da ética e/ou das leis. Relacionado a isso, tem-se o processo material “safar” associado ao ato de furtar e trapacear, cujo ator continua sendo “eles”, ou seja, os homens. Com isso, a entrevistada explica a questão da transmissão da terra para os herdeiros em uma conotação de denúncia, buscando deixar claro e explícito os privilégios concedidos aos homens em detrimento das mulheres, pois estes são preferidos para serem proprietários da terra.

A herança é a principal forma de acesso à posse de terra entre pessoas do campo. Pesquisas recentes realizadas na década de 2010 sugerem que as práticas de herança têm sido mais igualitárias quanto ao gênero. Porém, isto não significa que a herança da terra esteja, nem sequer, perto de ser igualitária quanto ao gênero. Pelo contrário, existem diferenças expressivas na probabilidade de que as filhas, ao invés dos filhos, herdem terra e na mesma quantidade que eles. Em uma pesquisa com dados coletados em 6 países da América Latina, em todos os casos os homens, na média, possuem mais terra do que as mulheres (DEERE; LÉON, 2002)

Assim, nota-se que a desigualdade de gênero na quantidade de terra possuída é o padrão encontrado. Além disso, a terra em Venda Nova do Imigrante tem marcas profundas da moral patriarcal, em que os homens são privilegiados. Com a tendência à herança masculina da terra, restam poucas alternativas às mulheres: casar-se e ir morar na propriedade do marido; estudar e ter uma profissão alheia ao campo; entrar em conflito com a família para que prevaleça o direito legal de receber herança proporcional aos outros irmãos. Os conflitos familiares serão tratados na segunda categoria macrossemântica.

O excerto a seguir pertence à entrevista 21. O participante era um homem de 62 anos, casado e cujo pai partilhou a herança entre todos os filhos sem distinção de gênero. Sendo assim, ele era o proprietário legal da terra em que desenvolvia atividades de agroturismo juntamente com a esposa.

8. Eu recebi isso aqui do meu pai. A herança aqui foi dividida em partes iguais. Pra todos os filhos. Era 10 filhos e 6 era menina e 4 homem. E todos receberam. O papai quis fazer diferente né? Ele quis dar herança pra todo mundo. Só tem uma das irmãs que ela só quis uma arezinha pequena pra construir uma casa porque ela é freira. Aí ela não quis herança, ela só quis uma área pra construir uma casinha pra ela. Aí ela construiu. Eu acho que papai fez certo. Porque quando papai comprou o terreno os homens era tudo pequeno né? Quem trabalhou na roça pra pagar as contas foi as irmãs, né? Porque primeiro veio 5 mulher, aí depois veio 4 homem e depois veio mais uma mulher no final. Então, o justo é elas que pagaram a propriedade. Porque isso aqui ele não recebeu de herança, meu pai comprou isso daqui.

No início do excerto o entrevistado explica que a propriedade onde mora e trabalha foi recebida por ele como forma de herança paterna (“Eu recebi isso aqui do meu pai”). Depois o processo material “dividida” tem como ator “a herança aqui”, em referência a casa e a propriedade, e o beneficiário é “todos os filhos”, onde o item lexical “todos” marca a forma igualitária da divisão da herança. Neste processo material, o ator, ou seja, quem faz a ação e provoca o desenrolar do processo, não é uma pessoa, mas sim a própria herança. Por meio da figura de linguagem

prosopopeia<sup>25</sup>, tem-se a personificação da herança. Isto é, a herança é vista e relatada como um ser independente.

De acordo com Woortmann (1990) no contexto da economia camponesa, a terra não é vista como objeto de trabalho ou como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo familiar, mas como patrimônio da família sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família. Assim, a terra não é simples mercadoria e se sobrepõe ao indivíduo. Na concepção de Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), a terra pode ser compreendida como uma construtora de identidade, em virtude da relevância da natureza simbólica da ligação entre os agricultores e a terra. Isso é umas das características do que se denomina valor simbólico da terra.

Continuando o relato, o entrevistado revela que, apesar do número relativamente alto de filhos, o pai repartiu a herança para todos os filhos sem distinção. O processo mental desiderativo “quis” mostra o desejo de o “papai”, experienciador do processo, “fazer diferente”, o fenômeno. (“O papai quis fazer diferente né? Ele quis dar herança pra todo mundo”). O processo material “fazer”, do ator “papai”, tem como meta “diferente” e essa diferença está relacionada ao conhecimento prévio que o entrevistado possuía de que em Venda Nova era tradicional distribuir a herança entre os filhos de maneira desigual, ofertando pouco ou nada às mulheres. Percebe-se o sentimento de orgulho que o participante demonstra ao falar sobre a partilha da herança em sua família, explanando o contraste entre a decisão do pai em relação às outras famílias.

Novamente é apresentado outro processo mental desiderativo “quis”, que tem como experienciador “ele”, ou seja, remete ao pai do entrevistado (“Ele quis dar herança pra todo mundo”). O processo material “dar” tem como meta “herança” e beneficiário “todo mundo”, em alusão a todos os irmãos sem distinção de gênero. Nota-se que o experienciador é sempre o pai, apesar de a mãe estar casada com o pai, o entrevistado não a menciona. A decisão de realizar uma partilha igualitária parece não ter tido a participação da mãe ou se teve não foi relatada pelo entrevistado.

Posteriormente, utilizando o operador argumentativo “porque” o entrevistado apresenta a justificativa para a repartição igualitária praticada pelo pai (“Porque

---

<sup>25</sup> Prosopopeia (ou personificação) significa atribuir a seres inanimados (sem vida) características de seres animados ou atribuir características humanas a seres irracionais.

quando papai comprou o terreno os homens era tudo pequeno né? Quem trabalhou na roça pra pagar as contas foi as irmãs, né?”). O item lexical “quando” refere-se à época em que o pai adquiriu a propriedade, o que, segundo informações do entrevistado, ocorreu em meados da década de 1950. O processo material “comprou” tem como ator “papai” e a meta “terreno”. O processo seguinte é relacional identificativo (“era”) cujo identificado é “os homens”, em referência aos irmãos do entrevistado do gênero masculino. O identificador “tudo pequeno” é relativo ao fato de que na época da compra da propriedade, o entrevistado e seus irmãos do sexo masculino eram crianças.

O elemento significativo da subcategoria “questão da terra” está presente nesta parte do excerto, pois o processo material “trabalhou” tem como ator “quem” em alusão às irmãs e às atividades agrícolas desempenhadas por elas na propriedade que foi adquirida (“Quem trabalhou na roça pra pagar as contas foi as irmãs, né?”). O processo material de cunho econômico “pagar”, que também tem como ator “as irmãs” do entrevistado, refere-se ao pagamento das despesas geradas com a aquisição da propriedade e manutenção da família.

Neste excerto, apesar de o experienciador dos processos mentais desiderativos ser o pai, o ator dos processos materiais era “as irmãs”, marcando a agência feminina, o que não foi percebido na maioria das entrevistas.

Por meio do operador argumentativo “então” o entrevistado conclui a justificativa a respeito da partilha da herança (“Então, o justo é elas que pagaram a propriedade. Porque isso aqui ele não recebeu de herança, meu pai comprou isso daqui”). O processo relacional identificativo “é” tem como identificado “justo”, que confere o sentido de igualdade, e identificador “elas que pagaram a propriedade”. O identificador se transforma em processo material “pagaram”, cujo ator é “elas” e a meta “propriedade”.

Apesar de o entrevistado enfatizar que existe uma diferença entre a partilha da herança praticada pelo pai e as demais famílias de Venda Nova, ao discorrer sobre a justificativa motivadora desta diferença, o participante afirma que as irmãs receberam partes de terra equivalentes às dadas aos irmãos pelo fato de terem trabalhado na terra e, assim, ajudado a pagar a aquisição da propriedade. A divisão realmente foi igualitária, entretanto só foi realizada desta forma devido a dois fatores. Primeiramente, se deve ao trabalho feminino na terra, confirmando a afirmação de

Woortmann (1990) a respeito do trabalho na terra como legitimador do direito a herança. O segundo fator está relacionado à identidade de dono da terra estar relacionada ao processo material “pagaram”, de cunho econômico.

Sendo assim, a partilha da herança na família do entrevistado não difere das práticas descritas até o momento, pois de acordo com a tradição tem direito à terra quem nela trabalha e/ou quem é responsável pelo pagamento. Por isso, nota-se a manutenção da tradição apesar da distribuição igualitária, visto que se as mulheres não fossem as filhas mais velhas e, portanto, não tivessem trabalhado na terra para contribuir com o pagamento da propriedade, provavelmente não teriam direito à herança.

Continuando a justificativa para a partilha igualitária, o entrevistado utiliza o operador argumentativo “porque” para informar que a propriedade não é fruto de herança, mas sim da aquisição do pai (“Porque isso aqui ele não recebeu de herança, meu pai comprou isso daqui”). Apresenta-se a negativa do processo material “recebeu” cujo ator é “ele”, o pai do entrevistado, e a meta “de herança”. Os itens lexicais “isso aqui” referem-se à propriedade onde o participante mora e trabalha, que anteriormente pertencia ao pai. O ator “meu pai”, do processo material “comprou”, corresponde ao pai do entrevistado que adquiriu a propriedade “isso daqui”.

O fato de o pai do entrevistado não ter recebido a propriedade como herança, mas sim por meio de aquisição em uma transação econômica, também é fundamental para o entendimento dessa decisão pela partilha igualitária entre os filhos e filhas. Como o pai do entrevistado comprou a terra e necessitava trabalhar para pagá-la e para sustentar a família, por meio de uma presunção valorativa, acredita-se que o valor econômico excedia o valor simbólico da propriedade. Carneiro (2001) declara que na situação em que o valor simbólico excede o valor econômico, a transmissão tende a ser indivisa com a escolha de um sucessor ou partilhada somente entre os filhos do gênero masculino. Contudo, nos casos em que não existe a presença de valor simbólico, a partilha da herança tende a ser igualitária entre os filhos, pois a terra é vista apenas como bem financeiro.

Além disso, de acordo com Woortmann (1995), não é qualquer terra que possui valor simbólico, mas aquela que se pode chamar de “terra ancestral”. Enquanto outras terras podem ser vendidas, a terra com valor simbólico deve

“permanecer na família” passando de geração para geração. Acredita-se que a construção do valor simbólico da terra é um processo contínuo e mutável, por isso, após a aquisição da terra e o fato de existir a necessidade de acabar de pagá-la, faz com que a reminiscência do pagamento remeta o pai do entrevistado muito mais ao valor econômico associado à terra do que ao valor simbólico.

Assim, atrelando-se o fato das irmãs do entrevistado serem mais velhas do que os irmãos e terem trabalhado na agricultura colaborando para o pagamento da propriedade com o fato de o valor simbólico ser inferior ao valor econômico, as mulheres desta família foram incluídas no processo de partilha e transmissão de herança.

Na primeira categoria macrossemântica percebeu-se que a partilha e transmissão de herança é um processo permeado por contradições entre a situação ideal e a real, pois a herança não é uma prática jurídica, mas construída por uma prática econômica baseada na tradição do direito adquirido por meio do trabalho na terra. A tradição antecede e se sobrepõe à prática jurídica. Além disso, é notável a prevalência das decisões masculinas sobre os desejos femininos e até mesmo sobre as questões jurídicas. Pautando-se na tradição sustentada pela moral patriarcal, mulheres e homens justificam e atenuam as desigualdades geradas pela partilha de herança desigualitária.

#### **4.8.2. Segunda Categoria Macrossemântica: Conflitos familiares em função da transmissão de herança**

A segunda categoria macrossemântica foi dividida em subcategorias: **conflitos entre irmãos e conflitos entre casais.**

##### **1. Conflitos entre irmãos**

O primeiro excerto desta categoria refere-se à entrevista 32 de um homem de 54 anos de idade, único participante casado que não possuía filhos e também irmão da entrevistada 6, porém mantendo residências em propriedades distintas. A

transmissão de herança foi marcada por conflitos e todos os irmãos foram incluídos na partilha.

9. Porque o pessoal saiu, então, na hora de dividir a gente colocou algumas condições. Porque é um monte de gente e todo mundo quer aproveitar e negócio é negócio, tem que ser muito...então, a gente fez uma proposta de divisão. Quando nasceu todo mundo é igual, só que é pela lei você tem que distribuir tudo igual, só que nós dedicamos a vida toda aqui então, agora é questão de manda quem pode, obedece quem tem juízo.

O excerto inicia-se com a justificativa, que é uma forma de atenuação da desigualdade na partilha da herança, por meio da utilização do operador argumentativo “porque” (“Porque o pessoal saiu então, na hora de dividir a gente colocou algumas condições”). O processo material “saiu” tem como ator “o pessoal” pelo qual o entrevistado se refere às próprias irmãs, pois somente estas saíram da propriedade. Este processo material refere-se à saída da terra, ou seja, deixar de morar e trabalhar na propriedade da família, e isto é exatamente a justificativa para tal desigualdade.

Ao tratar sobre herança, Patrão e Souza (2010) afirmam que os conflitos familiares estão relacionados aos significados e valores dentro de um contexto sociocultural. Por isso, conhecer valores e significados familiares, tais como igualdade e justiça, pode ajudar a analisar e discutir assuntos relacionados a estes conflitos. Como foi visto anteriormente, o direito à posse da propriedade é adquirido por meio do trabalho na terra (WOORTMANN, 1990) e requisitar participação na partilha da herança na ausência de trabalho e moradia na propriedade pode ser uma motivação para conflitos familiares.

Agregada ao direito adquirido por meio do trabalho e moradia, encontra-se a desigualdade de gênero em relação à divisão da herança, em que o direito jurídico das filhas é desconsiderado. Assim, além do fato de serem mulheres, as irmãs do entrevistado deixaram a propriedade e foram morar e usar sua força de trabalho em outra atividade alheia à terra da família.

São diversos os modos pelos quais os atores sociais podem ser representados discursivamente. Conforme Fairclough (2003) as categorias de representação dos eventos sociais pertencem a uma rede de sistemas linguísticos distintos e complexos que contempla aspectos lexicogramaticais, e esses sistemas no discurso passam por transformações através de processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consistência linguística.

Atores sociais envolvidos em eventos e práticas sociais e as relações estabelecidas entre eles podem ser analisadas de um ponto de vista representacional, em termos de que atores são incluídos ou excluídos na representação e a que atores é dada a proeminência, por exemplo. As diferentes realizações linguísticas a que os locutores recorrem para representar atores sociais em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Por isso, a análise de tais representações pode ser útil no desvelamento de ideologias em textos e interações (RAMALHO, 2005).

No processo material “saiu” (“Porque o pessoal saiu”) cujo ator é “o pessoal”, em referência às irmãs, nota-se que o processo de nomeação é coisificado e impessoal, não apresentando relações afetivas ou de parentesco. Fairclough (2003, p.146) admite que “atores sociais podem ser representados impessoalmente bem como pessoalmente”. Essa ausência de afetividade, percebida durante toda a entrevista, pode demonstrar as consequências dos conflitos gerados em função da partilha da herança. A entrevistada 6 se afastou socialmente do irmão, o entrevistado 32, por divergências no processo de repartição da herança.

Os processos materiais “dividir” e “colocou” tem como ator “a gente” (“na hora de dividir a gente colocou algumas condições”). Neste caso, pode-se inferir que o ator se refere ao entrevistado juntamente com os irmãos do gênero masculino. Essa imposição de requisitos para a divisão da herança (“algumas condições”) aponta que as práticas baseadas na tradição prevalecem diante do direito jurídico e os filhos não são reconhecidos como herdeiros de maneira igualitária.

Vale ressaltar que os conflitos são marcados, por um lado, pelos homens que consideram ter mais direito na partilha da herança, e, por outro, pelas mulheres que não aceitam tal tradição. Assim, os conflitos estão relacionados à tentativa de não seguir a tradição. Contudo, a herança é repassada de pais, em geral pelo pai, para

filhos e, apesar da partilha ser realizada frequentemente em vida, não se fez referência ao envolvimento de pais nestes conflitos.

Novamente por meio da utilização do operador argumentativo “porque”, o entrevistado apresenta uma justificativa para minimizar as desigualdades na partilha da herança e os conflitos gerados entre os irmãos (“Porque é um monte de gente e todo mundo quer aproveitar e negócio é negócio”). O processo relacional identificativo “é”, cujo identificado é “um monte de gente”, referindo-se novamente às irmãs, revela outro processo de nomeação, não manifestando relações afetivas ou de parentesco.

O processo mental desiderativo “quer aproveitar”, tem como experienciador “todo mundo”, que corresponde às irmãs do entrevistado, nomeação também sem manifestação de relações afetivas ou de parentesco (“todo mundo quer aproveitar”). Percebe-se uma elipse do fenômeno do processo, pois o entrevistado não especifica do que as irmãs querem se aproveitar. A partir de uma presunção valorativa, o desejo de se aproveitar está relacionado à herança, ou seja, as irmãs manifestaram o desejo de receberem a parte da herança de que juridicamente têm direito. Todavia, o conflito está marcado pela ausência de direito devido ao gênero e pela perda do direito à terra após o afastamento da propriedade.

Thompson (2011), ao estudar os modos de operação de construção simbólica, propõe que o expurgo do outro se trata de uma estratégia que:

envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso, e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo (THOMPSON, 2011, p.87)

Assim, o inimigo é tratado como ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir. Neste contexto, o entrevistado constrói a imagem de uma ameaça projetada nas irmãs, ameaça que teria levado os irmãos do sexo masculino a se unirem para não deixar que elas tivessem acesso à herança.

O processo relacional identificativo “é” (“negócio é negócio”) tem como identificado e identificador “negócio”. Essa expressão remete ao provérbio, estratégia discursiva que será explicada adiante, “amigos, amigos, negócios à parte”, ou seja, apesar de serem todos irmãos, a divisão da herança deve ser feita desconsiderando relações afetivas. O discurso está relacionado às questões do mercado, pois a herança é nomeada pelo item lexical negócio.

O elemento significativo da subcategoria “conflitos entre irmãos” está presente nesta parte do excerto, pois o entrevistado explicita a imposição dos desejos dos irmãos sobre as irmãs (“manda quem pode, obedece quem tem juízo”). O ator “quem pode” do processo material “manda” não foi especificado, porém, a partir de uma presunção valorativa, as pessoas que exercem o poder de fazer exigências e impor ordens são os homens, elemento também visto na assertiva afirmativa em que o entrevistado relata a imposição de condições para o momento da partilha da herança (“na hora de dividir a gente colocou algumas condições”). O processo material “obedece” tem como ator “quem tem juízo” que também não foi especificado. Considerando que obedecer expressa um sentido de submeter-se à vontade de outrem e que, tradicionalmente, são as mulheres que precisam ser submissas aos homens (BOURDIEU, 2012), conclui-se que na partilha da herança os homens impõem as regras que devem ser seguidas e as mulheres aceitam tais imposições. O dito popular “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, relacionado à manutenção da tradição de desigualdade, invalida a prática jurídica.

Os provérbios, ou ditos populares, são frases cristalizadas assumidas como verdades dentro de um grupo. Por isso, pode-se dizer que existe um “enunciador genérico”, pois o produtor não é o responsável pela citação proverbial, mas “o locutor histórico-social” (LOPES, 2006). A voz do povo ressoa por trás da voz de quem profere. Assim, os provérbios são rotulados como “citações de autoridade” e o produtor faz-se valer disso para reforçar o poder argumentativo da sua ilocução, a fim de persuadir os possíveis consumidores e obter o efeito esperado, visto que o conteúdo da mensagem veiculada no provérbio é dotado de alta credibilidade no meio social em questão. Dessa forma, tem-se o respaldo desta sabedoria popular, da voz do povo, para garantir o poder argumentativo do seu enunciado (LOPES, 2006).

O fato de o entrevistado ter citado um dito popular e feito menção a outro mostra a necessidade de reforçar o argumento da manutenção da desigualdade de gênero. Valendo-se desta alta credibilidade da sabedoria popular, o participante utiliza o provérbio para persuadir e manter a tradição da herança desigualitária e reforçar a subordinação das mulheres aos homens.

A seguir, apresenta-se mais um excerto da entrevista 6, realizada com uma mulher de 52 anos de idade, casada e que representa uma das poucas mulheres que recebeu terra como herança. Era irmã do participante 32.

10. Meu pai só me deu isso aqui porque por lei eu tinha direito. Porque tem que dá alguma coisa. A lei diz que é a mesma quantia, mas aqui eles conseguiram manipular. Fizeram de maneira que conseguiu passar. A gente rebelou, mas ia acabar perdendo tudo se a gente botasse bronca mesmo. Eu estava na Itália na época. O que eu ia fazer? Não dava pra ficar brigando daqui. A mais velha ela briga só que ela briga, mas se ela fosse homem ela faria a mesma coisa, você ta entendendo? Eles alegavam que a gente nunca tinha ficado aqui por isso eles tinham mais direito. Não concordo como foi feito, mas...se você vai entrar numa briga dessa é pra brigar né? E eu já estava tão cansada de brigar. Ia acabar rolando, perdendo, eu ia acabar saindo...eu preferi ficar com menos e ter, e tranquila.

No início do excerto, a entrevistada expõe a justificativa para ter recebido herança do pai, diferentemente dos anteriores, pois esta é associada ao direito jurídico. A participante demonstra ter conhecimento de seus direitos jurídicos em relação à herança dos pais e, em uma conotação de denúncia, relata que na família os homens conseguiram se sobrepôr às leis. Devido ao descontentamento por parte das irmãs quanto à repartição da herança favorecendo os irmãos do gênero masculino, os membros da família passaram por alguns conflitos. A justificativa relatada pela entrevistada para a desigualdade na partilha é a mesma apresentada pelo respectivo irmão (entrevistado 32): as mulheres deveriam receber uma parte menor por terem saído da propriedade, deixando de morar e trabalhar na terra da família.

O processo mental cognitivo “(não) concordo” tem como experienciador elíptico “eu”, ou seja, a própria entrevistada, e como fenômeno “como foi feito”, que se transforma em processo material “foi feito”. É interessante perceber a elipse do ator do processo material, pois a herança foi dividida pelo pai da entrevistada 6, irmã do participante 32. Essa ocultação de agência do pai é percebida em outras entrevistas, principalmente quando se trata de conflitos, o que justificaria a ausência dos conflitos relacionados ao pai. Apesar de, geralmente, a herança ser repartida pelo pai ainda em vida, as mulheres se revoltam com os irmãos, porém esta partilha desigualitária é apoiada pelo próprio pai. Por exemplo, neste caso da entrevistada 6,

o pai fez a distribuição da herança para os filhos na década de 2000 ainda em vida e gozando de saúde física e mental.

Ao longo de toda a entrevista, a participante demonstra discordância em relação à tradição praticada pela família instanciada pela recorrência das assertivas negativas, no entanto explica que não gostaria de continuar com estes conflitos. Utilizando o operador argumentativo “mas” ela justifica o fato de não ter se manifestado mais, mesmo não concordando com a divisão (“Não concordo como foi feito, mas...se você vai entrar numa briga dessa é pra brigar né? E eu já estava tão cansada de brigar”). Essa não manifestação é materializada pelo operador argumentativo de hipótese “se”, que se refere ao processo material “vai entrar”, cujo ator é “você” e a meta “numa briga dessa”.

O processo relacional atributivo “estava” tem como portador “eu” e atributo “tão cansada de brigar” (“Eu já estava tão cansada de brigar”). O elemento significativo da subcategoria “conflitos entre irmãos” está presente nesta parte do excerto, pois, ao afirmar que estava “tão cansada de brigar”, percebe-se que os conflitos eram recorrentes. Assim, o escopo avaliativo está no processo “cansada”, intensificado pelo elemento “tão”.

Após tantos conflitos e mesmo tendo conhecimento sobre os direitos jurídicos de herança, a entrevistada revela “eu preferi ficar com menos e ter, e tranquila”. O processo mental desiderativo “preferi”, cujo experienciador “eu”, isto é, a entrevistada, e o fenômeno “ficam com menos”, pode ser visto como efeito da desistência de lutar, o que reforça a desigualdade de gênero em relação à partilha. Em seguida, o processo relacional possessivo “ter” refere-se à posse da terra. Assim, a entrevistada aceita as condições relatadas pelo irmão, o entrevistado 32, no excerto anterior: “na hora de dividir a gente colocou algumas condições”. Estas condições são referentes à partilha desigual privilegiando os irmãos do gênero masculino em detrimento das irmãs.

Esta situação pode ser explicada por Thompson (2011) ao tratar dos modos de operação da ideologia. Segundo este autor,

relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado (THOMPSON, 2011, p. 87).

Esta estratégia nomeada por Thompson (2011) como naturalização refere-se a como uma criação social e histórica pode ser tratada como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais. Dessa forma, a tradição de partilha desigualitária da herança e as relações de dominação entre os gêneros se perpetuam.

## **2. Conflitos entre casais**

Adiante dois excertos extraídos da entrevista 16, realizada com uma mulher de 80 anos de idade, casada e que recebeu terra como herança do pai. Tal herança foi repartida de forma igualitária entre os filhos, sem distinção de gênero e sem conflitos familiares. É necessário destacar que esta mulher possuía claro entendimento sobre as práticas sociais de desigualdade de gênero com relação à transmissão de herança.

11. As irmãs do meu marido não receberam. Ainda receberam muito porque eu botei a pitaca, eu falei assim ó no dia que eles foram dividir ‘olha, suas irmãs têm direito tanto quanto vocês, como eu tive hein?’. Ele não falou nada pra mim. E aí deram um lote pras irmãs, um pra cada uma. Os homens o sítio e 5 alqueires cada um. E as mulheres só um lotezinho. Comparado ao dos irmãos não é nada. Absurdo! Gente, isso dói. Isso é uma coisa nojenta. Mas eu não pude reverter esse quadro pra minhas cunhadas. Eu não tive condições de reverter isso. Porque eles fizeram as reuniões tudo escondido, sem falar nada. Eu não sabia de nada. Eu fui saber uns três meses depois do acontecido.

Este excerto inicia-se com o processo material (não) “receberam” referindo “as irmãs do meu marido” (“As irmãs do meu marido não receberam”). Com a negação do processo material, nota-se a falta de agência por parte das cunhadas da entrevistada que de fato são representadas como beneficiárias da ação e não ator voluntário. Em seguida, encontra-se o modalizador “ainda” que pressupõe uma vantagem mesmo se tratando de uma situação desvantajosa (“Ainda receberam muito

porque eu botei a pitaca”). Depois, utilizando o operador argumentativo “porque” a participante explica o motivo de as cunhadas terem recebido uma parte da herança. O processo material “botei” faz referência ao ator “eu”, ou seja, a entrevistada, e a meta “a pitaca”. O elemento significativo da subcategoria “conflitos entre casais” está presente nesta parte do excerto, pois nota-se que a entrevistada faz escolhas lexicogramaticais que indicam seu posicionamento de confronto diante do marido. Os itens lexicais “botei a pitaca” demonstram uma atitude de transgressão frente à tradição e à postura do marido. Neste sentido percebe-se uma diferenciação entre esta entrevistada e as demais. Esta participante é um caso de mulher com agência e isto será melhor analisado na terceira categoria.

Continuando o relato, a entrevistada explica que expôs para o marido o direito jurídico das cunhadas, mas mesmo assim os homens receberam uma parcela da herança consideravelmente maior do que as mulheres. Neste excerto, bem como em toda a entrevista, ela demonstra um sentimento de revolta com relação a esta tradição mantenedora de desigualdades entre irmãos e irmãs.

O operador argumentativo “mas” neste caso é utilizado para mostrar que, apesar do desejo da participante de ajudar as irmãs do marido, ela não obteve sucesso como gostaria na tentativa (“Mas eu não pude reverter esse quadro pra minhas cunhadas”). O processo material (não) “pude reverter” tem como ator “eu”, ou seja, a entrevistada, e como meta “esse quadro pra minhas cunhadas”. Como reverter está associado a seguir uma direção contrária ou oposta àquela que se encontra, a entrevistada demonstrou ter consciência crítica sobre a tradição de partilha desigual da herança e desejo de modificar tais práticas.

Em seguida, o operador argumentativo “porque” é utilizado para apresentar a justificativa de ela não ter conseguido ajudar as irmãs do marido (“Porque eles fizeram as reuniões tudo escondido, sem falar nada”). Ao contrário das recorrências anteriores em que o “porque” é usado para atenuar as desigualdades, neste excerto foi empregado para reforçar a desigualdade de gênero. Esta situação também explica como foram os procedimentos dos homens para repartir a herança excluindo as mulheres: são realizadas reuniões em segredo sem a participação das mulheres.

O processo material “fizeram” tem como ator “eles”, isto é, o marido da entrevistada conjuntamente com os irmãos do gênero masculino; a meta é “as reuniões”; e “tudo escondido, sem falar nada” é circunstância de modo. É esta

circunstância que mostra a desigualdade, pois reforça que os homens têm agência e as mulheres não, bem como reforça a impossibilidade de colaborar com as cunhadas, pois a entrevistada tomou conhecimento da partilha da herança três meses após a decisão.

No livro “A dominação masculina”, Bourdieu (2012) explica, ancorado em seu pensamento estruturalista, como ao longo dos tempos a dominação do masculino vem se reproduzindo e se perpetuando em muitas sociedades no mundo. A força do masculino se legitima por não necessitar de explicação, ela se fortalece por si mesma, a partir da reprodução e apreensão de comportamentos, valores, regras, sentimentos, expressões, vocabulários, gostos e até mesmo habilidades, pelos indivíduos, de maneira naturalizada, universalizada e eternalizada.

Essas normas são apreendidas ao longo da vida dos indivíduos constituindo o que o autor chama de *habitus*, que será distinto conforme o sexo<sup>26</sup> dos mesmos. Neste pacote de normas, o masculino seria, em suma, a “força” e o feminino, o “emocional”, a razão e a natureza. Bourdieu (2012) apresenta uma série de outras divisões igualmente arbitrárias, impregnadas de significados simbólicos, que legitimam e reforçam a dominação masculina. Segundo o autor, esta constitui uma divisão mítica do mundo e já arraigada nessas relações de poder dos homens sobre as mulheres. Essa relação de dominação, ancorada em divisões binárias, não só legitima a dominação masculina, como também inferioriza as mulheres na medida em que valoriza as tarefas e papéis exercidos pelos homens.

A seguir, apresenta-se mais um excerto da entrevistada 16.

12. Eu ainda não dividi nada pros meus filhos. A princípio ele começou a conversar com meus filhos homens e eles perceberam. E aí meu filho mais velho falou ‘pai, aqui é pau a pau’. E meu marido bravo ‘como assim?’. ‘Não, pai, aqui é pau a pau, não tem isso não. Quando meu filho mais velho falou que não, meu marido ficou muito bravo! Depois ele foi aceitando, ele foi se abrindo. A maioria da herança era minha, uns 90% do valor do patrimônio nosso é minha herança. E ele querendo passar só pros meninos. Já pensou? Mas meu filho falou que

---

<sup>26</sup> Ibidem nota de rodapé 1.

jamais faria isso. Aí foi aceitando. Mas tal é a formação deles, pra você ver que com todos esses anos convivendo comigo com esse tipo de comportamento, ainda permanecia o que ele aprendeu lá no começo.

No excerto analisado anteriormente, a entrevistada 16 descreve a partilha de herança realizada na família do marido. No presente excerto, ela relata sobre a divisão da herança pertencente a ela e ao marido. A participante revela que inicialmente, o marido tentou manter a tradição de transmitir a herança somente aos filhos do sexo masculino. Em uma reunião sem a presença da entrevistada e das filhas, o marido pretendia fazer a partilha sem o conhecimento das mulheres. Entretanto, os filhos não concordaram.

O processo verbal “falou” tem como dizente “meu filho mais velho” e a verbiagem “pai aqui é pau a pau” (“meu filho mais velho falou ‘pai aqui é pau a pau’”). A verbiagem contém o processo relacional identificativo “é” cujo identificado é “aqui” e identificador “pau a pau”. “Pau a pau” representa uma metáfora de igualdade que a entrevistada utilizou para explicar que o filho foi categórico ao afirmar que a herança seria repartida sem fazer distinção entre os filhos. O item lexical “aqui” refere-se à herança da família da entrevistada e mostra implicitamente o conhecimento de que em outras famílias a divisão não é feita de forma igualitária. Entretanto o dizente afirma que na família dele prevalecerá a prática jurídica.

A participante explica que, após o filho mais velho combater o pai, houve um conflito, mas com o passar do tempo ele aceitou a situação. O processo relacional identificativo “era” refere-se ao identificado “a maioria da herança” e ao identificador “minha” (“A maioria da herança era minha, uns 90% do valor do patrimônio nosso é minha herança”). O restante “uns 90% do valor do patrimônio nosso é minha herança” é uma explicação do identificador “minhas”. Com isso percebe-se que a participante é proprietária juridicamente da terra em que mora com a família.

Este poderia ser um caso em que o jurídico prevalece sobre a tradição, todavia existem dois pontos a discutir. Primeiramente, o pai da entrevistada não era descendente de italianos, mas sim de portugueses. Isso afeta diretamente a tradição de transmissão de herança, pois entre os descendentes de portugueses no Brasil não

são observadas práticas desigualitárias de partilha entre filhos e filhas. De acordo com Deere e León (2002), os modelos de herança entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul seguem uma tradição patrilineal. Dos diferentes grupos étnicos que povoaram esse estado, somente nas famílias luso-brasileiras as mulheres tinham probabilidade de herdar terra. Além disso, como a herança da terra estava intimamente relacionada com a participação das mulheres na tomada de decisões envolvendo a família e a propriedade, as mulheres de descendência portuguesa proprietárias da terra possuíam um poder de barganha muito maior nas questões familiares do que as outras mulheres nesta região.

A segunda questão está relacionada à profissão do pai da entrevistada, que não era agricultor e não trabalhava na terra. Ele era farmacêutico e, segundo a explicação da participante, foi convidado para ir morar em Venda Nova do Imigrante para colaborar com o tratamento de surto de febre amarela na região que estava levando a muitas mortes. Muitos homens estavam morrendo, deixando viúvas e filhos pequenos e foi oferecida uma grande quantidade de terra a este farmacêutico para que ele se mudasse para Venda Nova. No município ele se casou com uma mulher descendente de italianos e teve filhos, incluindo a entrevistada.

Sendo assim, pode-se inferir que o valor simbólico da terra na época da distribuição da herança era menor do que o valor econômico, pois a terra não era compreendida como uma construtora da identidade da família da entrevistada visto que não havia uma relevância simbólica da ligação entre agricultor e terra. Em outras palavras, a construção da relação agricultor e terra não é vista e, como efeito, o valor simbólico pode ser considerado menor do que o valor econômico, dado que as terras não se tratavam de “terras ancestrais” como define Woortman (1995). Em consequência disso, a entrevistada representa uma exceção em Venda Nova do Imigrante, no sentido de se tratar de uma mulher que recebeu terra como herança em uma família em que a partilha foi realizada de forma igualitária entre filhos e filhas. Entretanto, ela não representa uma exceção à tradição, pois estas práticas não fazem parte de sua família devido à descendência portuguesa do pai. A partilha desigualitária é comum entre agricultores, como é visto em pesquisas de Woortmann (1990), Carneiro (2001) e Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), e o pai da entrevistada, possuindo uma profissão alheia ao trabalho na terra, faz com que ele não tenha aprendido e naturalizado tais práticas desigualitárias nas relações de gênero.

O processo mental desiderativo “querendo” tem como experienciador é “ele”, em referência ao marido da entrevistada, e o fenômeno “passar só pros meninos” (E ele querendo passar só pros meninos.). Com relação ao “só”, vale ressaltar que se trata de um circunstanciador e esta escolha lexicogramatical indica a percepção de desigualdade da entrevistada, já que semanticamente o item lexical equivale a “somente”, o que revela a partilha que beneficia os irmãos de gênero masculino.

O operador argumentativo “mas” é utilizado para explicar que o filho não aceitaria que a herança fosse passada somente para os filhos do gênero masculino, excluindo as irmãs (“Mas meu filho falou que jamais faria isso”). O processo verbal “falou” tem como dizente “meu filho” e “jamais” como circunstanciador de tempo. Em seguida, tem-se o processo material “faria”, referente ao ator “meu filho” e a meta “isso”, referindo-se que o produtor recusa a exclusão das mulheres na partilha da herança.

A seguir, o operador argumentativo “mas” tem um valor semântico para justificar a atuação do marido com base na tradição da partilha desigualitária (“Mas tal é a formação deles, pra você ver que com todos esses anos convivendo comigo com esse tipo de comportamento, ainda permanecia o que ele aprendeu lá no começo”). O processo relacional identificativo “é” tem o identificado “tal” e identificador “a formação deles”. Ao utilizar o item lexical “deles” a entrevista já não se refere somente ao marido, mas sim à população de maneira geral de Venda Nova do Imigrante, em especial as descendentes de italianos. Quanto à “formação” remete-se ao aprendizado da tradição em que a partilha da herança é realizada somente entre os filhos do gênero masculino.

Continuando a análise, tem-se o processo material “convivendo”, cujo ator é “ele”, o marido da entrevistada, meta “comigo” e “com esse tipo de comportamento” circunstância, que também está associada ao sentido de manutenção da tradição. E por fim, “ainda permanecia o que ele aprendeu lá no começo” retoma a formação (tradição) da qual a entrevistada falou anteriormente.

Essa manutenção da tradição é explicada por Thompson (2011) como eternalização, ou seja,

costumes, tradições e instituições que parecem prolongar-se indefinidamente em direção ao passado, de tal forma que todo traço sobre sua origem fica perdido e todo questionamento sobre sua finalidade é inimaginável, adquirem, então, uma rigidez que não pode ser facilmente quebrada. Eles se cristalizam na vida social, e

seu caráter aparentemente a-histórico é reafirmado através de formas simbólicas que, na sua construção, como também na sua pura repetição, eternalizam o contingente (THOMPSON, 2011, p. 88).

Percebe-se que os conflitos são marcados pela tentativa de mulheres de transgredir a tradição e a imposição das práticas de partilha desigualitária pelos homens. Além disso, os conflitos são entre irmãos e irmãs, sem envolver a figura do pai, que é quem de fato repassa a herança.

#### **4.8.3. Terceira Categoria Macrossemântica: Reflexões e mudanças da prática social**

A primeira categoria macrossemântica foi dividida em duas subcategorias: **reflexões e mudanças da prática social**.

##### **1. Reflexões**

O primeiro excerto em que se identifica a subcategoria “reflexões” é da entrevista 6, realizada com uma mulher de 52 anos de idade, casada e que recebeu terra como herança. Como foi mencionado anteriormente, a transmissão de herança do pai da entrevistada ocorreu em meio a conflitos. Além disso, a participante 6 é irmã do participante 32.

13. Isso é porque a mulher não trabalha na roça, entendeu? O homem que trabalha no pesado. Meus irmãos acha que tinha mais direito porque eles trabalharam. Nós não lavamos prato, roupa, nada né? E eu queria ir pra máquina de café, mas eles não me deixavam. Porque eu era mulher e não podia ir. E eu teria ido com tanta boa vontade. Eu adoro essas coisas. Sou meio masculina pra essas coisas. Não gosto de casa. Mas elas trabalhavam na roça, sabe? No meu período não. A gente não ia né? Era só eles, mas eles não deixavam a gente ir. Não deixavam mesmo. Alias, minhas irmãs começaram, foram pra roça

sim quando elas eram pequenas. Porque aí depois começaram a dizer que não era pra ir. Mas não sei o que é. É a mentalidade machista, que homem tem mais direito, porque ele é mais forte, sei lá o que pensam. E ainda não acabou isso aí, as leis já dizem que não é assim, mas eles continuam ainda.

O excerto inicia fazendo referência à exclusão total das mulheres da partilha da herança ou repartição desproporcional privilegiando os homens. “Isso” refere-se justamente a esta exclusão (“Isso é porque a mulher não trabalha na roça, entendeu? O homem que trabalha no pesado”). Em seguida, apresenta-se o processo relacional identificativo “é” cujo identificado é “isso” e identificador é “porque a mulher não trabalha na roça”. Utilizando o operador argumentativo “porque” a entrevistada apresenta a justificativa da desigualdade na partilha da herança. Pelo tom irônico identificado no momento da entrevista, nota-se que ela está apenas reproduzindo o que lhe foi dito durante toda a vida e que não concorda com esta justificativa. O processo material (não) “trabalha” tem como ator “mulher” e circunstância de lugar “na roça”. Depois é apresentado outro processo material “trabalha” cujo ator é “homem” e a circunstância de modo “no pesado”, referindo-se ao trabalho difícil e que exige força física. Apesar de não trabalhar na roça, as mulheres trabalham desempenhando os serviços domésticos, mas, por se tratar de um trabalho que não gera rendimentos, é considerado invisível e desqualificado (FARIA, 2011).

O processo mental desiderativo “queria” refere-se ao experienciador “eu” e ao fenômeno “ir pra máquina de café” (“E eu queria ir pra máquina de café, mas eles não me deixavam. Porque eu era mulher e não podia ir”). O processo material “ir”, associado a trabalhar, tem como ator “eu” e a circunstância de lugar “pra máquina de café”. Com o operador argumentativo “mas” observa-se que, apesar do desejo da entrevistada de trabalhar na máquina de café, isso não foi possível. O processo material (não) “deixavam”, no sentido de proibição, e o ator “eles”, referindo-se aos irmãos da entrevistada, marcam a agência dos irmãos e a dominação exercida por eles sobre a participante e as demais irmãs. Neste caso, nota-se os irmãos do gênero masculino inibindo a agência das irmãs, pois, se de acordo com a tradição é dono da terra quem nela trabalha (WOORTMANN, 1990), os irmãos não permitiam que as mulheres trabalhassem na roça como uma estratégia de preservar a herança somente

entre os homens. Adiante, por meio da utilização do operador argumentativo “porque”, a entrevistada reforça a justificativa do seu impedimento de trabalhar na máquina de café (“Porque eu era mulher e não podia ir”). O processo relacional identificativo “era” tem como identificado “eu” e identificador “e não podia ir”, transformado em processo material (não) “podia ir”.

Conforme Faria (2011), nas relações patriarcais no campo o homem detém o poder de decisão e, desse modo, a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as). A divisão do trabalho por gênero faz com que as atividades das mulheres sejam vistas como parte do papel de mães, vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, com a produção no quintal, da horta, do pomar. Ou seja, trabalhando na casa e seu entorno.

Portanto, o elemento significativo da subcategoria “reflexões” está presente ao final do excerto, pois a entrevistada discorre sobre as desigualdades entre mulheres e homens em Venda Nova do Imigrante presentes na “mentalidade machista”, em que o homem possui mais direitos do que a mulher, com a tradição se sobrepondo ao jurídico.

Outro ponto que vale destacar é quando a entrevistada afirma “E eu teria ido com tanta boa vontade. Eu adoro essas coisas. Sou meio masculina pra essas coisas. Não gosto de casa”. Dentre todas as entrevistas, esta foi a única participante que considera as relações de gênero diferentemente de uma relação dicotômica. Assim, nesta assertiva afirmativa, a entrevistada reconhece que pode performatizar o gênero feminino com performances masculinas. Butler (2002) desenvolveu a teoria da performatividade em que ela define que “o gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva” (Butler, 2002, p. 64). Devido ao fato de a grande maioria dos participantes da presente pesquisa perceberem as relações de gênero mais próximos do conceito de papel e não como performatividade, a construção teórica foi pautada em autores estruturalistas e não pós-estruturalistas como Butler.

Apresenta-se a seguir mais um excerto da entrevista 16, realizada com uma mulher de 80 anos de idade, casada e que é proprietária da terra onde reside. Novamente a entrevistada faz uma explanação a respeito das práticas sociais adotadas na partilha da herança em Venda Nova do Imigrante.

14. As mulheres não recebiam porque era mulher, não tinha direito. Ela não trabalhava em serviço pesado. A casa não era serviço pesado pra eles não. É uma obrigação. Cegamente uma obrigação. Quando tinha muita mulher ficava duas em casa e o resto ia pra roça junto com os homens. E mesmo assim não recebia herança. A minha mãe trabalhava muito na roça. Minha mãe trabalhou muito na roça. Depois que ela foi pro colégio pra estudar. Na verdade era inútil ir trabalhar na roça, porque mesmo indo não tinha direito a herança.

O excerto se inicia com a negação do processo material (não) “recebiam”, referindo-se à herança, cujo ator é a mulher, mostrando a falta de agência da mulher na partilha da herança (“As mulheres não recebiam porque era mulher, não tinha direito”). Observa-se que as mulheres não são beneficiárias da herança por direito jurídico ou pela força de trabalho. Então, elas não são passivas porque querem, mas devido às práticas culturais que as tornam não-beneficiárias deste direito jurídico pelas leis brasileiras. Em outras palavras, elas eram beneficiárias, mas tornam-se não-beneficiária pela cultura. Deste modo, tornam-se sujeitas e anuladas neste processo de partilha da herança.

Em seguida, o operador argumentativo “porque” apresenta a justificativa para a exclusão na partilha da herança (“As mulheres não recebiam porque era mulher, não tinha direito”). Tal justificativa reforça a desigualdade de gênero ao afirmar que, pelo processo relacional identificativo “era”, cujo identificado, “as mulheres não recebiam” e identificado “mulher”, denotam que a desigualdade é marcada pelo gênero. Isso também é visto pela negação do processo relacional possessivo (não) “tinha” que refere-se ao possuidor “mulher” e ao possuído “direito”.

Neste excerto a entrevistada 16 apresenta a mesma justificativa dada pela participante 6 no excerto anterior: as mulheres não tinham direito pelo fato de terem nascido mulheres. Além disso, a participante 16 também fala sobre a invisibilidade do trabalho doméstico realizado pelas mulheres “A casa não era serviço pesado pra eles não. É uma obrigação”. Esta invisibilidade está presente na negação do processo relacional identificativo (não) “era”, cujo identificado é “a casa” e o identificador “serviço pesado”. “Pra eles” refere-se à opinião dos homens sobre o serviço da casa,

por isso, nota-se que são os homens que constroem essa identidade do serviço da casa.

O marcador circunstancial de modo “cegamente”, utilizado em coocorrência com o léxico “obrigação” (“Cegamente uma obrigação), reforça o sentido de anulação das mulheres, pois as atividades domésticas realizadas por elas não eram vistas como trabalho, e fortalecem a sujeição das mulheres aos homens.

Segundo Barbosa (2011) o trabalho doméstico traz características peculiares que reforçam a exploração das mulheres em seu exercício: a servidão; a gratuidade; o afeto; o cuidado e o tempo inesgotável. Esses elementos dificultam a saída das mulheres da teia da opressão patriarcal e capitalista que as explora no mundo do trabalho. Faria (2011) corrobora essa assertiva ao afirmar que a realização do trabalho doméstico e de cuidados é colocada como parte da identidade primária das mulheres. Essa identidade é introjetada de forma profunda pelas mulheres e é garantida pela construção do modelo hegemônico de família patriarcal.

No excerto anterior da entrevistada 6, e também em outras entrevistas, justifica-se a exclusão das mulheres na partilha da herança devido ao fato de elas não trabalharem na terra, pois a terra é vista como um direito adquirido, isto é, a terra deve pertencer a quem trabalha nela (WOORTMAN, 1990). Entretanto, ao final deste excerto a entrevistada, utilizando o modalizador de certeza “na verdade”, referindo-se à prática, explica que por mais que exista esta tradição de que quem trabalha na terra seja incluído na repartição da herança e mesmo que as mulheres trabalhem na terra, elas ainda sim serão excluídas da herança pelo fato de serem mulheres (“Na verdade era inútil ir trabalhar na roça, porque mesmo indo não tinha direito a herança”). Nota-se que a tradição de trabalhar na terra para ser dono dela é sobreposta pela desigualdade de gênero, em que a mulher não é incluída na partilha da herança.

Assim, o elemento significativo da subcategoria “reflexões” está presente na parte final do excerto em que a participante explica a situação de desvantagem a que as mulheres são submetidas. O processo relacional identificativo “era” tem como identificado “ir trabalhar na roça” e o identificador “inútil”. Em seguida, o operador argumentativo “porque” é utilizado para apresentar a justificativa de ser inútil trabalhar na roça. O item lexical “mesmo”, assim como “na verdade”, é usado com o sentido de falar sobre a realidade. O processo material “indo” em referência a

“trabalhar”, tem como ator “as mulheres” e a negação do processo relacional “tinha”, cujo possuidor também é “as mulheres” e o possuído “não tinha direito a herança”, mostram que a moral patriarcal se sobrepõe à tradição de que para ser dono da terra e recebê-la na partilha da herança é necessário trabalhar na terra. Assim, de acordo com Stropasolas (2011), permanece a lógica de reprodução da família no campo, que pela socialização e estereotipificação do gênero privilegia o trabalho do homem na agricultura, legitimando socialmente a desigualdade na herança da terra em favor do homem.

Esses mecanismos de exclusão das mulheres na partilha da herança têm uma base ideológica patriarcal fundada em construções de masculinidades e feminilidades e na divisão de trabalho, ditas adequadas, entre as esferas públicas e privada. Com isso, reforçam-se as questões de esferas privada e pública, em que ao homem cabe o externo, ou seja, a esfera pública; e a mulher fica reservada ao interno, isto é, o privado (DEERE; LÉON, 2002).

Neste contexto, Deere e León (2002) apontam que as esposas são excluídas da herança da terra de três modos distintos: primeiro porque não herdaram terra de seus pais; segundo porque seu trabalho na agricultura familiar ser visto apenas como uma extensão de seu papel de esposa e, por fim, porque elas não são socialmente reconhecidas como capazes de ser chefes de uma unidade produtiva.

## **2. Mudanças da prática social**

A seguir um excerto da entrevista 17, realizada com uma mulher de 44 anos, casada e filha da entrevistada 18. Devido ao fato de a mãe não possuir terras e casa própria, a irmã desta participante e filha da participante 18, adquiriu uma propriedade, construiu uma pequena agroindústria e repassou à mãe. A entrevistada 17 trabalhava juntamente com a mãe na agroindústria, colaborando na organização e planejamento do empreendimento. Além disso, o pai da participante (marido da entrevistada 18) faleceu pouco tempo antes da presente pesquisa e todo o tratamento da doença teve um custo alto para as participantes.

15. Aí chega um ponto que você olha assim...poxa poderia ter sido diferente. E outra coisa, esse dinheiro, essa herança teria ajudado muito a gente na época que meu pai estava doente. Agora eu te falo, uma pergunta: porque que os outros três...o caçula frequenta a casa da mamãe. Ele recebeu 13 lotes, vendeu, fez o que ele quis, se virou. Eu penso como que eles não enxergam isso e dão uma parte pra ela? Se eles tivessem ajudado isso tinha ajudado muito na doença do meu pai. Porque, ninguém sabe, mas nós tudo que fazia era pra ele. Porque fica caro, é uma doença cara.

O excerto se inicia com um elemento de oralidade demonstrando um sentimento de pesar e/ou de revolta “poxa” seguido de um modalizador “poderia” que, por ser um verbo no futuro do pretérito, indica uma realidade que não existe (“poxa poderia ter sido diferente”). O elemento significativo da subcategoria “mudanças da prática social” está presente nesta parte do excerto, pois em um momento de análise da vida pessoal, esta participante fala sobre as consequências de ter sido excluída da herança do pai. O recebimento da herança teria proporcionado à entrevistada outras oportunidades e vivências.

A seguir apresenta-se o processo material “ajudado” acompanhado por um modalizador “teria”, mostrando uma possibilidade de uma realidade, e um intensificador “muito” (“essa herança teria ajudado muito a gente na época que meu pai estava doente”). O ator deste processo é “herança”, a meta é “a gente” e a circunstância de tempo “na época que meu pai estava doente”. Segundo Fraisse (2013) citado por Swain (2014, p. 36)

demonstrar o funcionamento da dominação é considerado como uma necessidade, para permitir em seguida a ação, a resistência, a subversão. Analisar e transformar, desvelar para refazer, tais seriam as lógicas de uma prática feminista. Teoria, em seguida prática, em suma (FRAISSE, 2013 apud SWAIN, 2014, p. 36)

Sendo assim, apesar de somente três entrevistadas, e nenhum entrevistado, terem falado claramente sobre as consequências da exclusão na repartição da herança para a vida destas mulheres e da família (o próprio pai que não a beneficiou), acredita-se que refletir e verbalizar sobre estes efeitos são essenciais para a mudança das práticas adotadas na partilha da herança.

Adiante dois excertos retirados da entrevista 16, realizada com uma mulher de 80 anos de idade, casada e que recebeu terra como herança do pai.

16. Se ele não tivesse me dado herança, nada disso existiria. E teria tirado o conforto e a segurança nesse bem porque você tá segura, né? Porque você tem aquilo ali. Você tendo herança você bota capital de giro, pode plantar ou ter umas cabras igual eu mesma tive, construir casa e vender, alugar, arrendar, você faz dinheiro com aquilo. E se você não tem nada, você vai fazer o que? Vai se arquitetar como nesse mundo de deus? Aí não resta outra alternativa a não ser casar. Aqui se casar com um cara pobre tá desgraçada. E se não casar também. Porque a moça tá acostumada porque às vezes tem fartura em casa e depois...Não fica como o meu caso que eu tenho minha produção. E se eu não tivesse essa produção?

A entrevistada 16 foi a participante com mais clareza e compreensão da tradição acerca da partilha da herança na qual ela está inserida socialmente em Venda Nova do Imigrante, bem como da moral patriarcal que mantém privilégios para os homens em detrimento das mulheres. O fato de ter recebido herança e possuir autonomia para administrar e controlar a produção da propriedade conferiu a esta participante independência e oportunidades. Ademais, a entrevistada possui escolhas lexicais diferenciadas, utilizando léxicos como “machismo”, “submissão” e “patriarcado”.

Pensando comparativamente sobre a sua situação e de outras mulheres do município, a participante explica “Se ele não tivesse me dado herança, nada disso existiria”. O operador argumentativo de hipótese “se” sugere uma realidade que não é a dela, mas de outras mulheres e, implicitamente, a entrevistada está se referindo às realidades destas outras mulheres. Isso é instanciado pelo ator do processo material “tivesse me dado” que é “ele”, ou seja, o pai da entrevistada, e a meta “herança”. O processo existencial “existiria” tem como existente “nada disso”, que está relacionado ao conforto e à segurança.

O elemento significativo da subcategoria “mudanças da prática social” está presente na parte do excerto em que a participante discorre sobre a diferença de

receber herança na vida das mulheres. Tem-se o processo relacional possessivo “tendo” cujo possuidor é “você”, em referência às mulheres, e ao possuído “herança” (“Você tendo herança você bota capital de giro, pode plantar ou ter umas cabras igual eu mesma tive, construir casa e vender, alugar, arrendar, você faz dinheiro com aquilo”). Depois do processo relacional possessivo aparecem vários processos materiais (bota, plantar, construir, vender, alugar, arrendar, faz). Isso reforça que a ação sobre a terra e o poder de agência das mulheres estão diretamente ligados à herança, pois todos os processos materiais estão associados à inclusão na partilha da herança.

Esta entrevistada, uma das poucas que apresenta poder de agência, somente a possui por ter recebido terra como herança. Com isso, conclui-se que uma das razões pelas quais as mulheres não possuíam agência se deve ao fato de não receberem herança e, por isso, a agência está relacionada ao recebimento desta.

O operador argumentativo de condição “se”, que revela uma nova suposição da entrevistada, funciona como um questionamento à situação de mulheres que não recebem herança (“E se você não tem nada, você vai fazer o que? Aí não resta outra alternativa a não ser casar”). O processo relacional (não) “tem” refere-se ao possuidor “você”, no caso as mulheres, e ao possuído “nada”. O processo material “vai fazer” tem como ator “você” e como meta “o que”, que faz referência ao processo material “casar”. Logo, se a mulher não recebe herança, a única agência sobre o mundo que cabe a ela é “casar”. Mesmo se tratando de um processo material, “casar” retira a agência da mulher devido à tradição baseada na moral patriarcal, pois a esposa deve ser submissa ao marido (DEERE; LEÓN, 2002). Além disso, nesta e em outras entrevistas é relatada a necessidade da mulher de se casar, mas não é somente a realização do matrimônio. É necessário escolher com quem se casa e nas palavras da entrevistada “fazer um bom casamento”, no sentido de casar-se com um proprietário de uma grande quantidade de terra, pois se ele não tiver terra, o casal passará por privações visto que a mulher não é incluída entre os herdeiros de seu pai.

Ao final da fala percebe-se que a participante tem consciência da posição dela em relação a outras mulheres e demonstra empatia e solidariedade àquelas que não tiveram seu direito jurídico prevalecido acima da tradição. Como foi visto na segunda categoria macrossemântica, esta entrevistada teve alguns conflitos com o

marido por ter tentando intervir na divisão da herança com o intuito de que as cunhadas não fossem excluídas da partilha.

E por último, um excerto retirado também da entrevista 16.

17. Isso é um fato que ninguém comenta. Não! É surdo! Eu digo que é surdo aqui em Venda Nova. Todo mundo faz assim. Eu não sei como é! Porque passa! Porque agora já estão na terceira geração do que nós estamos falando. Eu não sei agora recentemente como é que está situação. Esses dias eu ainda comentei com as minhas filhas ‘será como que está esta situação em Venda Nova? Será que mudou?’ Eu sinceramente não sei se mudou. É surdo, mas a observação é ferrenha. O cuidado que o homem tem de receber aquilo que ele quer receber...que ele pensa que vai receber. É total! Então anula as mulheres.

Neste excerto, ressalto a construção do campo semântico que produz o discurso da tradição, da naturalização hegemônica e patriarcal masculina da herança: “ninguém comenta”, “é surdo”, “eu digo que é surdo”, “todo mundo faz assim”, “porque passa”. É interessante notar na fala da entrevistada o tom provocativo desta tradição ao deslocar a ideia deontológica de que ele “tem de receber” para “o que ele pensa que vai receber”. Por que ao fazer isso, a entrevistada percebe que ele não tem esse direito jurídico, mas é legitimado tão somente por uma prática cultural.

O excerto se inicia com a entrevistada falando sobre a característica tácita da perpetuação da tradição: “Isso é um fato que ninguém comenta. Não! É surdo”. “Isso” está relacionado à tradição de desigualdade na divisão de herança. O processo relacional identificativo “é” tem como identificado “isso” e identificador “um fato que ninguém comenta”. “Comenta” é um processo verbal, cujo dizente é “ninguém” e a verbiagem “isso”. A seguir, apresenta-se o processo relacional identificativo “é” em referência ao identificado “isso” e identificador “surdo”.

A entrevistada faz uma metáfora do “surdo” para explicar como a herança é pensada e realizada em Venda Nova do Imigrante. Segundo Fairclough (2001, p. 241) “as metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental”.

Por isso, a metáfora revela a representação das práticas de herança que perpetuam a desigualdade de gênero funcionando silenciosamente. Com isso, conclui-se que as práticas de partilha são tácitas.

Essa referência ao “surdo”, isto é, ao implícito, remete às reuniões que os homens fazem escondidos para tratar sobre a divisão da herança. Essas reuniões foram descritas pela entrevistada anteriormente (“Mas eu não pude reverter esse quadro pra minhas cunhadas. Eu não tive condições de reverter isso. Porque eles fizeram as reuniões tudo escondido, sem falar nada. Eu não sabia de nada. Eu fui saber uns três meses depois do acontecido”). Assim como a metáfora do surdo, as reuniões são descritas pelo silêncio, realizadas pelas escolhas lexicogramaticais “tudo escondido” e “sem falar nada”

O “surdo” do qual a entrevistada fala remete ao contexto em que Bourdieu (2012) insere o conceito de violência simbólica, que é uma violência não física, mas que se encontra nas estruturas de dominação e a reforça. Esta violência é invisível para as próprias vítimas, pois se integra ao meio social por mecanismos também simbólicos, como o conhecimento e acesso. A entrevistada, entretanto, visibiliza essa violência, demonstrando uma consciência maior sobre a realidade da partilha.

No mesmo caminho, Diniz (2014), ao falar sobre a moral patriarcal, afirma que algumas regras do patriarcado não são enunciadas, só vividas e presumidas pela autoridade do artifício da natureza. A sutileza da atualização do poder patriarcal está nas pedagogias silenciosas, naquelas que se reproduzem e movimentam pela necessidade e pelo desejo da repetição.

Continuando o relato a entrevistada afirma “É surdo, mas a observação é ferrenha. O cuidado que o homem tem de receber aquilo que ele quer receber...que ele pensa que vai receber. É total! Então anula as mulheres”. A observação que a participante menciona está relacionada ao sentido de vigilância, pois, segundo ela, o homem desde muito novo já almeja o que receberá de herança no futuro. Esta é a justificativa para o fato de a entrevistada 6, no excerto 13, ter sido proibida pelos irmãos de trabalhar na máquina de café “E eu queria ir pra máquina de café, mas eles não me deixavam. Porque eu era mulher e não podia ir”. A inibição da agência da irmã está pautada em uma forma de proteger e guardar a terra somente para os homens, pois sendo a terra um direito adquirido por meio do trabalho é necessário manter as mulheres afastadas destas atividades.

Por fim, utilizando o operador argumentativo de conclusão “então”, a entrevistada finaliza a explicação (“Então anula as mulheres”). O processo material “anula” refere-se à meta “mulheres, cujo ator está elíptico. A falta de agência das mulheres é tão expressiva que neste processo a meta é “mulheres”, ou seja, o elemento que recebe o impacto do processo. Assim, as mulheres são, na sua maioria, passivas. A partir de uma presunção valorativa pode-se considerar que o ator não marcado deste processo é “homem” e “tradição”, pois o processo de invalidação feminino e ausência de agência são reproduzidos e perpetuados pelo homem e pela tradição que desfavorece as mulheres em detrimento dos homens.

Nas análises demonstrou-se que a subcategoria “reflexões” foi centralizada nos questionamentos da exclusão das mulheres da herança e das justificativas construídas sobre uma tradição sustentada pela moral patriarcal e consequências desta desigualdade ao longo da vida das mulheres.

#### **4.9. O agroturismo como fator de empoderamento feminino e de inclusão das mulheres no processo de partilha da herança**

Alcançar igualdade entre mulheres e homens requer uma transformação tanto no acesso pela mulher aos bens quanto a adquirir poder de agência. Conforme foi visto por meio das entrevistas, mesmo no caso em que a esposa recebeu a propriedade por meio de herança do pai, o casal afirmou que a propriedade era do marido. Também se pode citar outros casos em que, apesar de não possuir a propriedade legal da terra, as mulheres eram responsáveis pela gestão do agroturismo, incluindo dos lucros. Por isso, percebe-se que a transformação depende de um processo de empoderamento da mulher e enfraquecimento de tradições e práticas desigualitárias e não somente da posse legal da terra.

Originado da língua inglesa – *empowerment* –, o termo vem sendo usado para legitimar a luta contra as diversas formas de opressão vividas pela mulher. No movimento de mulheres, o conceito de empoderamento passou a ser utilizado na II Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada pela ONU, em 1985, na cidade de Nairóbi, no Quênia, onde apareceu designando a capacidade das mulheres do Terceiro Mundo de mudarem as próprias vidas (AMORIM et al., 2015). Segundo

Deere (2004), os direitos das mulheres à terra representam empoderamento, pois são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres.

De acordo com Deere e León (2002), o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre mulheres e homens. As autoras afirmam que o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher.

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Com o empoderamento feminino ocorre uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade (DEERE; LÉON, 2002).

As possibilidades de administrar o dinheiro entre os familiares, em especial entre o casal, variam de acordo com a idade, gênero, classe socioeconômica e o estágio do ciclo de vida em que o casal se encontra (FERREIRA, 2008; GADE, 1998). Devido à diferença salarial ainda persistente entre mulheres e homens, estes tendem a se tornar “chefes de família” quando um casal decide ter filhos e, ainda, espera-se que a mãe cuide e o pai sustente. Além disso, tal disparidade também pode diminuir o poder das mulheres nas decisões familiares (BURGOYNE; KIRCHLER, 2008).

De acordo com Gade (1998) as mulheres detêm maior poder decisório quando exercem atividades remuneradas e contribuem para o orçamento doméstico. Esse poder cresce na proporção em que ocorre o aumento de sua capacidade intelectual e financeira, deixando-as menos dependentes do marido.

Percebeu-se, assim, a importância do trabalho do agroturismo para as mulheres participantes deste estudo, pois analisando mais detalhadamente a participação feminina nas decisões sobre o uso da terra observou-se que, dentre os 14 homens, 2 responderam que essas decisões eram tomadas conjuntamente pelo casal e 6 afirmaram que apesar de a decisão final ser deles, havia um diálogo com as esposas, ocasião em que estas ofereciam opiniões e sugestões sobre o assunto.

Ademais, um participante respondeu que a mulher tomava todas essas decisões sozinha e um participante não possuía terra e, por isso, não poderia responder esta questão. Ao final apenas 4 homens disseram que tomavam todas as decisões sozinhos sem nenhuma participação feminina. Esse percentual de 64,3% (n=9) dos homens que informaram sobre a participação feminina nessas decisões demonstraram a presença do poder decisório da qual falou Gade (1998). Possuindo o empreendimento agroturístico, essas mulheres tiveram a oportunidade de exercer atividades remuneradas, aumentando sua capacidade intelectual e, conseqüentemente, financeira.

O aumento da capacidade intelectual pode ser percebido por meio das observações e relatos de inúmeros cursos realizados pelas participantes. Estes cursos eram oferecidos por diversos setores como, por exemplo, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre outros. Essa busca por conhecimento refletia os anseios, desejos e sonhos dessas mulheres de conquistarem cada vez mais sucesso com o empreendimento.

Além disso, Gade (1998) afirmou que o fato de trabalhar e ter conhecimento do mundo externo tende a conferir às mulheres o direito de opinar sobre decisões como, por exemplo, novas aquisições de bens, mudanças e negócios da família, entre outros. Isso também pode ser percebido na vida das participantes desta pesquisa, pois conforme foi dito anteriormente, parte dos homens entrevistados disseram que, apesar de a decisão final ser deles, antes de agir as esposas eram consultadas, demonstrando uma necessidade de se informar a respeito da opinião feminina na busca por sugestões sobre o assunto. Dessa forma, notou-se uma valorização dos conhecimentos e da opinião das mulheres e, de acordo com as afirmações de Gade (1998), é possível que esta valorização tenha sido alcançada por meio do trabalho com o agroturismo.

Gade (1998) ainda declara que, se as mulheres possuem amigos próprios e se têm um grupo-referência<sup>27</sup>, seja familiar ou de trabalho, elas tendem a ter maior poder decisório, pois este grupo colabora para reforçar as opiniões e decisões tomadas por elas. Quanto mais contato esta mulher tiver e mais amplo for seu círculo de amigos (e isto está ligado à classe social e ao trabalho externo), tanto mais terá opinião própria formada e reforçada por estes contatos externos, fortalecedores da sua auto-estima. Mesmo permanecendo a maior parte do tempo nas propriedades devido ao trabalho de receber os turistas, as participantes deste estudo aumentaram consideravelmente o contato social, pois recebiam diariamente pessoas de várias regiões do Brasil e do mundo. Isso fez com que elas adquirissem uma melhor articulação discursiva e conhecimento sociocultural, circunstância oposta ao que foi observado entre os homens. Ademais, com o agroturismo surgiu a oportunidade de conhecer novas pessoas do próprio município devido à inserção em associações e grupos voltados a promover esta atividade na região.

Em concordância com o que Gade (1998) comentou, neste estudo acredita-se que o agroturismo contribuiu para que essas mulheres recebessem mais respeito dentro da família e na sociedade, participando, efetivamente, com sugestões e opiniões, das decisões referentes à propriedade. Em uma sociedade que valorizava os homens em detrimento das mulheres, essa possibilidade descortinada pelo agroturismo tornou-se uma importante conquista feminina, pois acredita-se que, além do recebimento de herança e da posse legal da terra, o respeito social e familiar, bem como possuir poder de decisão e não ficar afônica diante das decisões tomadas pelo homens também eram objetivos importantes para a diminuição das desigualdades nas relações de gênero presentes em Venda Nova do Imigrante.

Como se percebeu um movimento feminino de independência de certa forma homogêneo, pode-se ter uma noção de articulação feminina. Entretanto, alguns obstáculos contribuía para dificultar esta articulação. Primeiramente, tem-se o distanciamento geográfico, pois apesar de ser um município pequeno, as propriedades tinham certa distância entre si devido a própria extensão das terras de

---

<sup>27</sup> O grupo-referência é o grupo de pessoas cujos julgamentos, preferências, crenças e comportamentos servem de ponto de referência para a orientação do indivíduo, influenciando sua conduta e suas atitudes.

cada família. Assim, mesmo entre propriedades que eram consideradas vizinhas, necessitava-se de um veículo para a locomoção.

O segundo obstáculo estava relacionado à falta de tempo livre. Como foi apontado na discussão sobre os pontos negativos do agroturismo, a maioria dos participantes indicou que não tinha tempo livre e havia a necessidade de estar sempre na propriedade para receber os turistas. Isso fazia com que os encontros com outras produtoras acontecessem nas feiras semanais e/ou mensais e nas reuniões de associações ligadas ao agroturismo.

Uma terceira questão observada foi a desconfiança e a frequente desqualificação dos produtos de outras famílias<sup>28</sup>. Obviamente, todas essas críticas faziam parte da publicidade dos próprios produtos na tentativa de convencer o turista<sup>29</sup> a comprar naquele momento ao invés de ir à outra propriedade. Durante as visitas e observações notou-se que as produtoras depreciavam o trabalho dos demais. As críticas estavam associadas à forma como o “outro” desenvolvia o trabalho ou fazia determinado produto. O curioso desta situação era que, ao ser questionado sobre o conhecimento quanto aos processos, instalações e produtos, a participante que criticava revelava não conhecer as instalações ou nunca ter saboreado os produtos da propriedade que estava criticando. Também foram citados casos de “inveja” e “cópia” de produtos em que uma produtora acusava a outra de ter iniciado a fabricação de um determinado produto porque ela estava fazendo. Percebeu-se uma maior rivalidade entre as produtoras de pães e biscoitos, entretanto, de maneira geral, poucos entrevistados não teceram críticas sobre os demais.

Além disso, comportamentos sociais considerados como inapropriados como, por exemplo, conversar por muito tempo com muitos homens ou ser vista em lugares ditos masculinos como, por exemplo, campos de bocha<sup>30</sup>, também eram atitudes geradoras de críticas. As “fofocas” comuns em cidades do interior eram percebidas

---

<sup>28</sup> Essas críticas eram feitas tanto por mulheres quanto por homens.

<sup>29</sup> Percebeu-se que em alguns momentos a pesquisadora era tratada como um turista e em outras situações como uma possível divulgadora dos produtos, assim como um repórter de jornal ou televisão.

<sup>30</sup> Bocha é um esporte com origem no império Romano, muito típico na Itália, que foi trazido pelos imigrantes para Venda Nova. É um jogo que consiste em lançar bolas com o objetivo de ficar mais próximo de outra bola menor. O campo tradicional de bocha é feito em terra e em Venda Nova existem diversos campos municipais espalhados pela cidade (Figura 9).

rotineiramente, todavia apesar desses fatos relatados, estes conflitos eram velados e não foi presenciado nenhum desentendimento pessoalmente de fato entre os participantes.

Vale ressaltar que algumas parcerias foram identificadas, como é o caso da família produtora de vinho e a de artesanato em madeira. Os artesãos fabricavam peças e caixas presenteáveis na medida das garrafas utilizadas pelos produtores de vinho. Além disso, nas duas lojinhas encontravam-se ambos os produtos.

Outro obstáculo para a articulação feminina eram os conflitos familiares em torno da partilha de herança, pois alguns participantes possuíam parentesco entre si. Estes desentendimentos distanciavam os produtores de uma mesma família, a ponto de um irmão não indicar o sítio de agroturismo da irmã, pois esta havia exigido seu direito jurídico a uma parte da propriedade como herança.

Após observações, entrevistas e leituras, não é possível afirmar que exista uma articulação feminina para ampliação da independência financeira. Contudo o fato de quase todos os empreendimentos agroturísticos serem administrados por mulheres pode contribuir significativamente para motivar outras a ingressarem nesse empreendimento.

É necessário pensar o empoderamento como o processo material “empoderar” em que o ator seja a mulher, pois para empoderar-se não é necessário a agência de outrem, mas sim da própria pessoa. As mulheres não podem ser consideradas completamente desempoderadas, pois estas já não possuem este poder pelo fato de ele ter sido assolado. Em outras palavras, as mulheres têm poder, mas ele é reprimido culturalmente pela sociedade patriarcal.

Assim, as participantes deste estudo possuíam poder, porém não em todas as situações. O fato de ser excluída na partilha da herança e não possuir terra fazia com que as mulheres não tivessem poder econômico. A ausência de empoderamento era marcada pelo poder cultural atravessando o poder jurídico, subestimando e subjugando estas mulheres. Já com o agroturismo, de maneira geral, as mulheres se empoderaram socialmente, recebendo respeito dos familiares e amigos e tornando-se referência nacionalmente nesta atividade. Ademais, por meio do trabalho com o agroturismo, as participantes também empoderaram-se economicamente ao gerir os lucros do empreendimento.

Inegavelmente, o agroturismo vem se consolidando como uma oportunidade de trabalho para as mulheres do campo de Venda Nova do Imigrante, pois apesar de ainda ser uma minoria que dispunha de controle efetivo da terra, na maioria das propriedades elas eram as únicas responsáveis pela gestão dos lucros dessa atividade.

Desta maneira, o agroturismo representava um fator de empoderamento feminino no sentido de proporcionar independência financeira, pois as mulheres geriam o empreendimento e controlavam os gastos e lucros gerados por esta atividade. Ademais, o agroturismo proporcionava reconhecimento social, respeito entre os familiares e a ampliação dos contatos sociais e amizades. Entretanto, o este não era um fator de inclusão das mulheres na partilha da herança. Esta inclusão dependia de outros fatores relacionados ao valor simbólico da terra e ao direito adquirido.

## 5. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa constituiu-se em analisar, por meio de uma perspectiva de relações de gênero, as representações de mulheres e homens ítalo-descendentes, envolvidos em atividades de agroturismo, sobre o processo de transferência de herança em suas respectivas famílias. O presente estudo confirmou alguns pontos levantados por pesquisas anteriores (Introdução e Revisão de Literatura), como, por exemplo, a terra como um bem associado à memória e ao sobrenome da família, possuindo alto valor simbólico. Apesar das marcas da moral patriarcal e a posse legal da propriedade ser masculina, o agroturismo em Venda Nova do Imigrante era feminino. Assim, de maneira geral, o trabalho na propriedade era dividido de acordo com o gênero, ficando as mulheres responsáveis pelo agroturismo, e os homens pelas atividades agrícolas.

O agroturismo representava um impacto muito positivo na vida dos participantes como gerador de renda e na manutenção da propriedade devido à ampliação de conhecimentos técnicos e a conjugação entre atividades agrícolas e agroturísticas. Especificamente para as mulheres, o agroturismo contribuiu para a independência financeira, reconhecimento social, respeito familiar, abandono ou diminuição das atividades agrícolas. Além dos aspectos positivos, o agroturismo significou um aumento na carga de trabalho para as mulheres, pois estas passaram a conciliar os serviços domésticos e cuidados com os filhos com aquela atividade.

A partilha da herança segue a tradição baseada na moral patriarcal, pois mesmo as mulheres que receberam herança embolsaram partes economicamente menores do que os irmãos. As exceções encontradas nesta pesquisa não são exceções

à tradição, mas sim decorrentes de mudanças nos fatores determinantes para a distribuição da herança: diminuição do valor simbólico da terra e a da terra como direito adquirido. Todos os homens entrevistados receberam sua respectiva parte da herança em forma de terra, já as mulheres receberam diversas variações, mas com menor valor instrumental. Dessa maneira, pode-se afirmar que os homens tinham prioridade na partilha da herança instrumental, ou seja, a terra.

Apesar de este trabalho ter se iniciado com o foco voltado para a exclusão feminina na partilha de herança e a investigação sobre a posse legal do patrimônio por parte das mulheres, a análise de dados ressaltou que não é somente pautando-se na conjuntura legal que se deve discutir as relações de gênero na partilha da herança. Isso porque a mulher pode ter a posse legal da terra e não ter controle efetivo sobre o patrimônio, incluindo a ausência de controle sobre a renda gerada pela utilização da terra. Além do mais, embora a mulher tenha a posse legal da terra e o controle efetivo do patrimônio, ainda assim o marido pode tentar transmitir a herança somente para os filhos do gênero masculino, perpetuando a desigualdade. Obviamente, estas eram situações de menor expressividade, pois a grande maioria das mulheres recebeu uma parte da herança significativamente menor do que os irmãos ou foi totalmente excluída da partilha.

Considerando a baixa participação das mulheres nas decisões quanto ao uso da terra e a dominação feminina na gestão do agroturismo, inclusive os lucros gerados por esta atividade e, considerando ainda, que os homens eram maioria em relação à propriedade legal da terra, percebeu-se a manutenção da desigualdade de gênero, bem como a subordinação da mulher ao homem, seja ele marido, pai ou filho. Essa subordinação é relativa ao fato de que as atividades de agroturismo eram desenvolvidas em propriedades que não estavam legalmente em posse destas mulheres, sendo assim, elas necessitavam morar com os pais ou estarem casadas para terem disponibilidade de terra para continuar exercendo este trabalho. Nota-se também que no caso de mulheres casadas que não receberam terra como herança, o divórcio significaria uma possível perda do empreendimento agroturístico, no caso deste encontrar-se localizado na propriedade do marido.

Entretanto, notou-se que o agroturismo era uma alternativa de sucesso que muitas mulheres encontraram para ter independência financeira e para minimizar a subordinação ao homem à qual elas estavam expostas. Mesmo que todo este

movimento não tenha sido feito com bases ideológicas explícitas pela independência feminina, a iniciativa destas mulheres pode indicar uma alternativa para as mulheres do campo.

Com relação à partilha da herança, observou-se que esta não é uma prática jurídica, mas sim construída por uma prática econômica baseada na tradição do direito adquirido por meio do trabalho na terra. Pautando-se na tradição sustentada pela moral patriarcal, homens e mulheres justificaram e atenuaram as desigualdades geradas pela partilha de herança desigualitária. Todavia, diante das tentativas das mulheres de transgredir a tradição da partilha desigual entre gêneros, o processo de repartição e transmissão de herança era marcado por conflitos. Dentre os participantes, encontraram-se duas entrevistadas que tinham consciência da tradição acerca da partilha da herança praticada em Venda Nova do Imigrante, bem como da moral patriarcal que mantinha privilégios aos homens em detrimento das mulheres. Apesar de parecer um número pouco expressivo, considerou-se de grande importância a percepção destas duas mulheres quanto às sutilezas da moral patriarcal, pois, para a realização de uma mudança em direção à distribuição igualitária da herança entre mulheres e homens, é necessário que, primeiramente, estas mulheres percebam que esta exclusão feminina não é uma situação natural à qual elas devam se submeter única e exclusivamente por terem nascido mulheres.

Ainda sobre a partilha da herança, apesar de vários estudos sobre transferências de recursos mostrarem a importância da família como agente de redistribuição de renda entre familiares em caso de dificuldades, ao relacionar as transferências na forma de herança com o gênero, observou-se que este mecanismo de redistribuição de renda era falho e não estava colaborando para diminuir a desigualdade entre os membros.

Neste estudo, percebeu-se que a família não atuava como instância de redistribuição e proteção de seus membros. Por meio de transferências de herança realizadas de forma desigual, sendo as mulheres preteridas em relação aos homens, as famílias não só deixavam de proteger todos seus membros e de minimizavam as condições precárias destes, como reforçavam e aumentavam as desigualdades sociais entre estes.

No município de Venda Nova do Imigrante as desigualdades promovidas pela distribuição de herança com base em tradições patriarcais determinaram a condição

socioeconômica de várias gerações. Dentre os entrevistados, encontrou-se pessoas de 60 anos de idade com formação em ensino superior, enquanto que outros apesar da pouca idade (entre 20 e 30 anos) não haviam concluído o ensino médio.

É possível inferir que esta diferença esteja relacionada ao recebimento de herança, pois todos os participantes mais velhos que possuíam ensino superior eram filhos de homens que receberam grande quantidade de terra como herança. Já dentre as pessoas com baixa escolaridade, estavam os filhos de homens que receberam uma pequena propriedade como herança e, principalmente, os filhos de mulheres que não receberam herança, apesar de serem originárias de famílias de grandes proprietários de terra. Assim, foram observados contrastes entre parentes (irmãos, primos, cunhados) devido à diferença na repartição de herança nas gerações anteriores às deles.

Para as mulheres terem acesso à terra por meio da partilha igualitária, alguns fatores precisavam ser favoráveis e em alguns casos era necessário a combinação de mais de um fator. Primeiramente, confirmou-se que quando o valor simbólico sobrepunha ao valor econômico, as mulheres eram incluídas na partilha e recebiam terra como herança. Esta era a primeira característica a ser observada para se analisar as relações de gênero e o recebimento de herança.

A terra como direito adquirido era uma condição da tradição relativa somente aos homens. Assim, a terra não representava um direito adquirido para as mulheres, pois, quando se tratava de uma “terra ancestral”, ou seja, com um alto valor simbólico, o trabalho feminino na roça não garantia a inclusão das mulheres na herança.

Sendo assim, no caso de a terra possuir valor econômico maior do que o valor simbólico e a mulher se mantiver morando e trabalhando na terra da família até o casamento, as chances eram relativamente altas de que ela fosse incluída na partilha da herança. Entretanto, a partir de uma presunção valorativa, acredita-se que a possibilidade de inclusão na repartição diminua com o passar do tempo após a saída da mulher da terra da família em função do casamento. Isso porque, após a saída da mulher e a manutenção dos irmãos na terra dos pais, os irmãos por continuarem a morar e trabalhar na terra maximizam, proporcionalmente com o passar do tempo, o direito adquirido à terra. Por isso, o acesso à terra pela mulher depende da conjugação de três fatores, a saber: o valor econômico sobrepondo o valor simbólico;

morar e trabalhar na terra até o casamento; e no caso de saída da propriedade dos pais em função do casamento, que a partilha seja realizada o mais rápido possível para que os irmãos não adquiram mais direito à terra.

Na situação de saída da mulher da propriedade devido a uma oportunidade profissional, as chances de inclusão na herança caem consideravelmente, pois ela estará investindo sua mão de obra em outra atividade e não trabalhando na terra da família. Quando a saída se dá em função do casamento, esta é vista como natural.

Devido às condições financeiras insuficientes para a aquisição de terra no mercado, a posse desta por estas mulheres estava associada somente ao recebimento de herança. Se as mulheres eram excluídas da partilha da herança restavam-lhes poucas alternativas. A primeira era o questionamento da decisão do pai por meio de conflitos familiares ou até mesmo buscando auxílio jurídico. Outra alternativa era casar-se com um homem que possuísse terra.

De maneira geral, percebeu-se o agroturismo como uma alternativa para estas mulheres e para a diminuição da desigualdade de gênero. A partir da independência financeira e das oportunidades de aumento da capacidade intelectual proporcionadas por esta atividade, é possível que elas adquiram mais reflexividade sobre as práticas sociais de desigualdade de gênero, principalmente as relativas à partilha de herança e à posse de terra. Essa reflexividade colabora diretamente para que as agricultoras possam romper com essa perpetuação de desigualdade de gênero, seja por meio do questionamento das decisões dos pais e do embate entre os irmãos ou pela partilha igualitária da herança entre os seus respectivos filhos no futuro.

## 6. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

Uma pesquisa sobre herança e desigualdade de gênero tendo como pesquisadora uma mulher jovem problematizando questões da ordem do masculino pode ter deixado os participantes constrangidos, principalmente os homens. A observação participante realizada anteriormente às entrevistas contribuiu para superar parte desta limitação, pois, assim a entrevistadora deixava de ser uma pessoa totalmente estranha para os participantes.

Sugere-se que outros estudos sejam realizados abrangendo participantes de outra faixa etária, por exemplo, entre 30 a 40 anos, a fim de investigar se estas práticas desigualitárias na partilha da herança se perpetuam nas gerações mais novas. Além disso, seria interessante a realização de pesquisas comparativas sobre a partilha da herança entre ítalo-descendentes que não estão envolvidos com atividades agrícolas ou de agroturismo em Venda Nova do Imigrante. Em uma análise comparativa seria possível investigar se a tradição de beneficiar os filhos em detrimento das filhas se mantém fora do campo.

Além disso, sugere-se também um estudo comparativo sobre as práticas sociais adotadas no processo de partilha de herança entre Venda Nova do Imigrante e o nordeste da Itália, especificamente a região de Vêneto, pois os imigrantes italianos que povoaram o município capixaba eram originários desta região italiana. Sendo assim, pode-se comparar as práticas adotadas em ambas as regiões e verificar se em Vêneto se mantém essa desigualdade de gênero e exclusão da mulher da partilha da herança encontrada em Venda Nova do Imigrante.

## 7. REFERÊNCIAS

AGARWAL, Bina. 'Bargaining' and gender relations: within and beyond the household. **Feminist Economics**, v.3, n.1, p.1-51, 1997.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

AMORIM, Érika Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v.28, n.1, p.195-213, 2015.

ARRIAGADA, Irma. **Familias y políticas públicas en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL; División de Desarrollo Social, 2007.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Léonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto; ABDALLA, Márcio Moutinho. A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013, Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF, 2013. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq\\_2013/2013\\_EnEPQ5.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BARBOSA, Luciana Cândido. Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais. In: III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença. **Anais...** 2011. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/3/05/06.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BARBOSA, Maria L. D. A.; LERRER, Débora Franco. O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 04, n. 08, p. 243-274, 2016

BARROS, Dulce Elena Coelho. Análise do discurso crítica: pesquisa social e linguística. In: 1ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso. **Anais...** 2008. Disponível em: <<http://www.dle.uem.br/jied/pdf/AN%C1LISE%20DO%20DISCURSO%20CR%C3%94TICA%20barros.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

BATHKE, Maria Eliza Martorano. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola: estudo de caso – fazenda Água Santa – São Joaquim – SC**. 2002. 167f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2002.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.39-63.

BHASKAR, Roy. Critical Realism. Essential Readings. In: Archer, M.; Bhaskar, R.; Collier, A.; Lawson, T. e Norrie, A. **Centre For Critical Realism**. London: Routledge, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOGDEWIC, Stephen. Participant observation. In: CRABTREE, Benjamin; MILLER, William (Orgs.). **Doing qualitative research**. Newbury Park: Sage, 1992, p. 45-69.

BONI, Valdete. Agroindústrias Familiares: uma perspectiva de gênero. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu, 2006.

BONNEMAISON, Joël; CAMBREZY, Luc. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et Cultures (Le Territoire)**, Paris, n.20 (inverno), 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. 11ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.26, p. 83-92, 2006. Título da edição original: Le paysan et son corps. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil; 1989.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BRASIL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil**: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRYANT, Keith W. **The economic organization of the household**. New York: Cambridge University Press, 1992.

BURGOYNE, Carole; KIRCHLER, Erich. Financial Decisions in the household. In: LEWIS, Alan. The Cambridge handbook of psychology and economic behavior. New York, Estados Unidos: Cambridge University Press, 2008.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgresoras**: una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 55-81.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: Congresso brasileiro de economia e sociologia rural, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do paraná no contexto. **Cultura**, Santa Catarina, ano 7, n.2, p.111-131, 2013.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 22-55, 2001.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em constru o. **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.11, p. 53-75, 1998.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v.14, n.6, 2006.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e domina o simbólica. **Cadernos Pagu**, v.4, p. 37-47, 1995.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; MARTINS, Gilberto de Andrade; SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht. Abordagem metodológica qualitativo-

quantitativa em pesquisas na área de administração. In: XXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2003, Atibaia-SP. **Anais...** Atibaia-SP, 2003. Disponível em:

<[http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod\\_edicao\\_subsecao=48&cod\\_evento\\_edicao=7&cod\\_edicao\\_trabalho=1770](http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=48&cod_evento_edicao=7&cod_edicao_trabalho=1770)>. Acesso em: 04 mar. 2014.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLING, Leandro. Teoria Queer. In: **Mais Definições em Trânsito**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2018.

CORADINI, Lucas. **Projetos profissionais juvenis e a perspectiva de reprodução social na agricultura familiar**. 2011. 118f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2011.

COSTA, Lucas Piter Alves. A ADC faircloughiana: concepções e reflexões. **Linguagem**, n. 20, p. 1-5, 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao20/ensaios/003.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, n.10, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222003000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DINIZ, Débora. Perspectivas e articulações de uma pesquisa feminista. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (org.). **Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

DRAKE, Deirdre G.; LAWRENCE, Jeanette A. Equality and distributions of inheritance in families. **Social Justice Research**, v.13, n.3, 2000.

DUBAR, Claude. **A socialização: construções das identidades sociais e profissionais**. Portugal: Porto Editora, 1997.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London, New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Coordenação da trad. Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FARIA, Nalu. Desafios para a Construção da Autonomia Econômica para as Mulheres. In: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p.229-248.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**. Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Psicologia Econômica: como o comportamento econômico influencia nas nossas decisões**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; COSTA, Adriana Maria da Silva; SANTIAGO, Maria Helena Furtado; PINTO, Neide Maria de Almeida; DOULA, Sheila Maria. A interação entre o rural e o urbano vista através do processo sucessório na agricultura familiar do oeste catarinense e do leste mineiro. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas-PE. **Anais...** Porto de Galinhas-PE, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). Edição: Jacques Lagrange. Direção: François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. de Eduardo Brandão. Revisão técnica: Slama Tannus Muchail e Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FROEHLICH, José Marcos. Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. (Orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

FULLER, Anthony. M.; BRUN, André. **Social-economic aspects of pluriactivity in Western Europe, in Rural Change in Europe**, Arkleton Research, second review meeting, Waldkirchen, 1988.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GADE, Christiane. Psicologia do consumidor e da propaganda. São Paulo: EPU, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara; Koogan, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDANI, Ana Maria. Contratos Intergeracionais e Reconstrução do Estado de Bem-Estar. Por que se Deve Repensar essa Relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 211-250. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq\\_29\\_Livro\\_Completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2016.

GOMES, Maria Carmen Aires. Considerações sobre os estudos discursivos críticos: o projeto social discursivo de Norman Fairclough. In: GOMES, Maria Carmen Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. **Gênero discursivo, mídia e identidade**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José.; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n.28, p.113-155, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico**. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14321](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14321)>. Acesso em: 06 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas Sociais** com dados da PNAD de 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18566-pnad-continua-2016-90-6-das-mulheres-e-74-1-dos-homens-realizaram-afazeres-domesticos-ou-cuidados-de-pessoas.html>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010**. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1233&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1)>. Acesso em: 22 fev. 2014.

KADER, Cárta Callegaro Corrêa; RICHTER, Marcos Gustavo. Linguística de corpus: possibilidades e avanços. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.** Juiz de Fora, v.15, n.1, p. 13-23, 2013.

LANDIM, Fátima Luna Pinheiro; LOURINHO, Lídia Andrade; LIRA, Roberta Cavalcante Muniz; SANTOS, Zélia Maria Souza Araújo. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v.19, n.1, p.53-58, 2006.

LARA, Paula Maria Tecles. O Direito Sucessório Italiano: uma análise crítica frente ao atual contexto sócio-jurídico e as relações sucessórias na Itália. In: BARROS, Renata Furtado de; JÚNIOR, Antônio Edson Deroma (Org). **O estado democrático de direito e a evolução jurídica: a quebra de paradigmas frente às necessidade sociais**. Raleigh, Carolina do Norte, Estados Unidos: Lulu Publishing, 2012.

LAWRENCE, Jeanette A; GOODNOW, Jacqueline J. Perspectives on intergenerational bequests: inheritance arrangements and family resources. **Family Matters**, n.88, p. 05-14. 2011.

LEACH, Edmund R. Ritual. In: SILS, D. L. **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York: Free Press, 1968, p. 520-526.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o bem e o mal às avessas: Religião e política no mundo contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v.6, n.74, p. 1-15, 2005.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Les structures élémentaires de la parenté**. Paris: La Haye, 1968.

LOPES, Denílson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOPES, Felipe Pereira. **A enunciação dos provérbios como estratégia de persuasão e seus efeitos de sentido na atividade argumentativa**. 2006. 205f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 4ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O sujeito “nas ondas” do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v.4, n.1, p.231-245, 2015.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, p. 17-60, 2006.

MATTE, Alessandra; SPANEVELLO, Rosani Marisa; AZEVEDO, Leticia Fátima. A reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. In: 48º da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande-MS. **Anais...** Campo Grande-MS, 2010.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, ano 05, n.11, p. 1-18, 2009.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2ed. São Paulo-SP: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu Gomes (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 61-77.

NAUCK, Bernhard. Intergenerational relationships and female inheritance expectations: comparative results from eight societies in Asia, Europe, and North America. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v.41, p. 690-705, 2010.

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz. **Turismo rural nas montanhas capixabas: como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo em transformação**. 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2013.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução - Um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Verena Sevá. A “**venda nova das imigrantes**”: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. 2004. 253f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

PATRÃO, Marta; SOUZA, Liliana. Transmissão da herança material: uma tarefa normativa das famílias envelhecidas. **Psychologica**, v.1, n.52, p. 371-393, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990, p. 61-161.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997, p. 19-46.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. A **pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina. Nasser. 2.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. **Histórico de Venda Nova do Imigrante**, 2011. Disponível em:

<<http://vendanova.es.gov.br/website/site/Historico.aspx>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

RAMALHO, Viviane. Ideologia e representação de atores sociais: a invasão ao Iraque. **Revista Investigações**, v.18, p.195-206, 2005.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a crítica)**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RAMBO, Nestor Francisco. **As novas ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga (SC)**. 2012. 227f. Tese (Doutorado em Geografia - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012).

REIS, Tiago dos. **O socol do Sítio Lorenção**, 03 out. 2013. Disponível em: <<http://www.rotascapixabas.com/2013/10/03/o-socol-do-sitio-lorencao/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da.; ECKER, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras**, v.9, n.21, p.1-23, 2008.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: direito de sucessões**. 26ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. Trad. Christiane Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Corrêa. Recife: S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/282145/mod\\_resource/content/2/Gayle%20Rubin-trafico\\_texto%20traduzido.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/282145/mod_resource/content/2/Gayle%20Rubin-trafico_texto%20traduzido.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagú**, n.12, p. 157-163, 1999.

SANTOS, Fábio Josué de Souza. **Nem “matuto/a”, nem doutor/a: o(a) aluno(a) da roça na escola da cidade**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, Fábio Josué de Souza. Por uma escola da roça. **Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.12, n.19, p.147-158, 2003.

SANTOS, Milton. Brasil Urbano e Brasil Agrícola e não Apenas Brasil Urbano e Brasil Agrícola. In: \_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5ed. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 2009, p. 73-77.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Léonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho e. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

SCHWARTZ, Losane Hartwig; SALAMONI, Giancarla. Organização e reprodução social da agricultura familiar entre descendentes de imigrantes pomeranos no município de São Lourenço do Sul, RS. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo-SP, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. [Texto original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989]. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2., p. 1-35, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v.29, Nova Série, 1984.

SHAPIRO, Judith. La Antropologia y el Estado del Género. In: Centro Interdisciplinario de Estudios de la Mujer (org.). **El Género y la Ciencia**. San José: Universidad Nacional de Costa Rica, 1989.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207

SILVA, Neuza Maria da. **A cross-sectional study of inter-household transfers of income and time**. 1994. 124f. Tese (Doutorado em Economia da Família e do Consumidor) – Purdue University, 1994.

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.281-301.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Balastrieri, A. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 17-22.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa; LAGO, Adriano. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco-AC. **Anais...** Rio Branco-AC, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. 279f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

\_\_\_\_\_. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas**, v.8, n.1, 2011.

SWAIN, Tania Navarro. Por falar em liberdade... In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. (Org.). **Estudos feministas e de gênero**: articulações e perspectivas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 36-51.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. Dividir em Comum: estratégias de preservação do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro-BA. **Anais...** Porto Seguro-BA, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRESSMANN, Ismael. **Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo**. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Museu Nacional e Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VAN DIJK, Teun. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, v.4, n.2, p. 249-283, 1993.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Ed. UNB, 1999.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v.1, n.1, 223-243, 2000.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical discourse analysis. History, agenda, theory and methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Orgs.) **Methods of critical discourse analysis**. 2ed. Londres: Sage, 2009, p.1-33.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueira”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZANDONADI, Beatriz Mauro. **O agroturismo e as transformações sócio-espaciais em Venda Nova do Imigrante, ES**. 2013. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2013.

ZANDONADI, Beatriz Mauro; FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Agroturismo: cultura e identidade agregando renda no espaço rural. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v.4, n.1, p. 23-44, 2016.

ZANDONADI, Beatriz Mauro; FREIRE, Ana Lucy Oliveira. O meio rural como atrativo para o agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES): o caso da família Carnielli. In: VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2012, Caxias do Sul-RS. **Anais...** Caxias do Sul-RS, 2012.

## **ANEXO**



Figura 2 - Localização de Venda Nova do Imigrante no Espírito Santo. Fonte: <http://www.mfrural.com.br/cidade/venda-nova-do-imigrante-es.aspx>



Figura 3 - Vista panorâmica de Venda Nova do Imigrante-ES. Fonte: <http://www.panoramio.com/user/274349>



Figura 4 - Vista parcial de Venda Nova do Imigrante-ES. Fonte: <http://mapio.net/a/14476821/>



Figura 5 - Iniciando o tombo da polenta durante a Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante. Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2012/10/festa-da-polenta-vai-ate-domingo-em-venda-nova-do-imigrante-es.html>



Figura 6 - Tombo da polenta durante a Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante.  
Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/estacao-inverno/2013/noticia/2013/07/festa-com-polenta-e-queijo-gigantes-deve-atrair-50-mil-pessoas-no-es.html>



Figura 7 - Apresentação de dança tradicionalmente italiana. Fonte: <http://www.pousadabelaurora.com.br/pousada/>



Figura 8 - Procedimento da cura na fabricação do socol (no detalhe o socol fatiado).  
Fontes: <http://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/gastronomia-e-cultura-na-festa-do-socol-em-venda-nova>



Figura 9 - Jogo de abertura do Campeonato de Bocha de Venda Nova do Imigrante de 2017. Fonte: <http://vendanova.es.gov.br/website/Site/Noticia.aspx?id=1042>

## APÉNDICE

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

#### Perfil Socioeconômico:

Gênero:

- feminino
- masculino

Qual a idade do(a) senhor(a):

- de 18 até 24 anos
- de 25 até 29 anos
- de 30 até 34 anos
- de 35 até 39 anos
- de 40 até 44 anos
- de 45 até 49 anos
- de 50 até 54 anos
- de 55 até 59 anos
- de 60 até 64 anos
- de 65 até 69 anos
- de 70 até 74 anos
- de 85 até 89 anos
- de 90 até 94 anos
- de 95 até 100 anos
- acima de 100 anos

Qual seu estado civil?

- solteiro
- casado/união estável
- viúvo
- separado

O(a) senhor(a) tem filhos?

- sim
- não

Se sim, quantos filhos?

Qual a idade dos filhos?

Com quem o(a) senhor(a) mora atualmente?

- somente com cônjuge
- somente com filhos
- com cônjuge e filhos
- sozinho
- com pai e/ou mãe
- outro. Qual?

Qual o nível de escolaridade do(a) senhor(a)?

- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo
- pós-graduação lato sensu
- mestrado
- doutorado
- pós-doutorado

Qual a situação profissional do(a) senhor(a)?

- empregado formal (com carteira assinada)
- trabalho informal
- autônomo
- aposentado
- desempregado
- outra. Qual?

Qual a sua principal fonte de renda:

O(a) senhor(a) possui outra(s) fonte(s) de renda?

- sim
- não

Se sim, qual(is)?

Qual o valor total da renda mensal do(a) senhor(a)?

- menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- acima de 1 até 3 salários mínimos
- acima de 3 até 5 salários mínimos
- acima de 5 até 7 salários mínimos
- acima de 7 até 9 salários mínimos
- acima de 9 até 11 salários mínimos
- acima de 11 até 13 salários mínimos
- acima de 13 até 15 salários mínimos
- acima de 15 salários mínimos

A moradia do(a) senhor(a) é:

- própria
- alugada
- emprestada

### **Sobre o agroturismo – caracterização da propriedade**

Qual o nome da propriedade?

Qual o endereço da propriedade?

O(A) senhor(a) mora na mesma propriedade onde são desenvolvidas as atividades de agroturismo?

sim

não

Se sim, o(a) senhor(a) tem vontade de morar na cidade? Porque?

Se não, o(a) senhor(a) mora na cidade ou em outra propriedade próxima?

cidades

outra propriedade

Se mora em outra propriedade, o(a) senhor(a) tem vontade de morar na cidade? Porque?

Quem é o dono da propriedade?

Qual a área total da propriedade?

Há quanto tempo o(a) senhor(a) possui a propriedade?

Como o(a) senhor(a) adquiriu a propriedade?

Quantas pessoas trabalham na propriedade?

Quais os membros da família se dedicam ao agroturismo?

Quais os membros da família não se dedicam ao agroturismo?

Como as atividades de agroturismo são divididas entre os membros da família?

Existe alguma pessoa contratada para trabalhar na propriedade? (parente ou não-parente)

### **Sobre o agroturismo – caracterização da produção agrícola**

Qual o tipo de produção predominante em sua propriedade?

Além do produto agrícola citado acima, há a exploração de mais algum item agropecuário?

Há quantos anos existem atividades de agroturismo na sua propriedade?

Quais os tipos de atividade de agroturismo são oferecidos?

- apenas vendendo os produtos que fabricam
- explorando outros aspectos da propriedade

Quais os motivos que levaram a optar pelo desenvolvimento de atividades de agroturismo?

Quais as melhorias que o(a) senhor(a) percebeu depois que adotou o agroturismo?

- melhoria na propriedade
- aumento da renda
- ocupação do tempo livre
- independência financeira
- maior poder de decisão perante a família

Quais os pontos negativos que a implantação do agroturismo gerou em sua propriedade?

Com a chegada dos turistas quais foram as maiores mudanças no seu dia a dia?

### **Sobre a herança:**

O(a) senhor(a) já recebeu alguma herança?

- sim
- não

Se sim, qual(is)?

- casa
- terras
- automóvel
- móveis
- outra. Qual?

Qual a relação de parentesco do(a) senhor(a) com o doador dessa herança?

- pai
- mãe
- avô
- avó
- tio
- tia
- cônjuge
- irmão
- irmã
- outro. Qual?

O(a) senhor(a) espera receber alguma herança futuramente?

- sim

não

Se sim, qual(is)?

casa

terras

automóvel

móveis

outra. Qual?

De quem o(a) senhor(a) espera receber esta herança? (relação de parentesco)

pai

mãe

avô

avó

tio

tia

cônjuge

irmão

irmã

outro. Qual?

Quem estabeleceu que o(a) senhor(a) receberia esta herança?

pai

mãe

avô

avó

tio

tia

cônjuge

irmão

irmã

outro. Qual?

Qual a sua opinião sobre a forma como a herança foi ou será dividida na sua família?

As mulheres da sua família recebem herança da mesma forma que os homens?

As mulheres participam das decisões sobre o uso da terra e sobre os lucros gerados pelo agroturismo?

Depois do início das atividades de agroturismo, o papel das mulheres na família e nas atividades agrícolas mudaram?

*Nunca despreze as pessoas deprimidas.  
A depressão é o último estágio da dor humana.*

*Augusto Cury*